

Flávia Roberta Benevenuto de Souza

**A *VIRTÙ* DO GOVERNANTE:
circunstâncias e ações para a conquista e a manutenção
do poder no pensamento de Maquiavel**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Newton Bignotto

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Junho de 2011

Para José Orlando e Alilás

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Newton Bignotto pela sua competente orientação, assim como pela sua disponibilidade e paciência. Agradeço também ao professor Pierre Manent, que me recebeu em Paris para o cumprimento do estágio de doutoramento (doutorado sanduíche) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Expresso meus agradecimentos aos professores Alberto Barros e Helton Adverse, pelas sugestões apresentadas quando do Exame de Qualificação; ao professor Sérgio Cardoso, pela acolhida em seu Grupo de Estudos Renascentistas na USP; e ao Professor Gabriel Pancera, pelo incentivo e amizade. À Andréa, pela agilidade nas questões de ordem burocrática e, por último, à CAPES, pelo auxílio financeiro no Brasil e na França. Devo ainda meus agradecimentos aos meus amigos e familiares, especialmente ao meu irmão, por se fazerem presentes ao longo deste trabalho. Aos meus pais, que me apoiaram e muito me incentivaram nesta empreitada. Ao Charles, pelo seu amor.

RESUMO

Trata-se de investigar a *virtù* do governante a partir das dificuldades que as circunstâncias lhe impõem. Partimos do pressuposto de que a *virtù* é inteligível ao governante e que analisar as condições em que suas ações são efetivadas pode evidenciá-lo. Acreditamos que as ações com chance de êxito na política dizem respeito diretamente a, no mínimo, quatro temas: os *humores*, a *aparência* própria do âmbito da política, a *fortuna* e a *virtù*. Estes constituem os principais temas que tendem a impor dificuldades à figura do governante e, conseqüentemente, pôr à prova sua *virtù*. Por isso mesmo estruturam a elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: *virtù*, governante, *humores*, *aparência*, *fortuna*.

ABSTRACT

Trata-se de investigar a *virtù* do governante a partir das dificuldades que as circunstâncias lhe impõem. Partimos do pressuposto de que a *virtù* é inteligível ao governante e que analisar as condições em que suas ações são efetivadas pode evidenciá-lo. Acreditamos que as ações com chance de êxito na política dizem respeito diretamente a, no mínimo, quatro temas: os *humores*, a *aparência* própria do âmbito da política, a *fortuna* e a *virtù*. Estes constituem os principais temas que tendem a impor dificuldades à figura do governante e, conseqüentemente, pôr à prova sua *virtù*. Por isso mesmo estruturam a elaboração deste trabalho.

Key words: *virtù*, governante, *humores*, *aparência*, *fortuna*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	
A figura e o lugar do governante	14
1.1 Os <i>humores</i>	16
1.2 Dos resultados da desunião dos <i>humores</i>	26
1.2.a Os Príncipes	36
1.2.b Os atores republicanos	45
1.2.c A Licença e seus atores políticos	57
1.3 A admissão do conflito e o lugar do governante	83
CAPÍTULO 2	
Aparência e verdade efetiva	95
2.1 A eficácia das ações daquele que governa e a imagem do Governante – Maquiavel e a tradição	97
2.2 Maquiavel: a imagem do governante na política como aparência	112
2.3 Aparência, imaginação e história: a possibilidade de manutenção do poder por vias distintas do “modelo” cristão	121
2.4 Ser e dever-se, aparência e virtude cristã	135
CAPÍTULO 3	
Política, <i>fortuna</i> e história: a <i>fortuna</i> e a possibilidade de liberdade na ação	145
3.1 O lugar da <i>fortuna</i> nos tempos de Maquiavel	149

3.2 <i>Fortuna</i> e cosmologia: uma nova concepção de liberdade	152
3.3 O que pode a <i>fortuna</i> afinal?	161
3.4 O caso César Bórgia	174
3.5 A história como um recurso estratégico para a efetividade da ação no âmbito da política: impossibilidade de modelos de ação no espaço público ou um “novo modelo” de ação maquiaveliano?	190
CAPÍTULO 4	
A <i>virtù</i> e a manutenção do poder do governante	199
4.1 O conceito e as modalidades de <i>virtù</i> que dizem respeito ao governante	203
4.2 <i>Virtù</i> e <i>fortuna</i>	213
4.3 <i>Virtù</i> e aparência: o caso Savonarola e a produção da imagem do governante a partir do uso da força	222
4.3.a O caso Savonarola	224
4.3.b <i>Virtù</i> e o uso da força	230
4.4 A <i>virtù</i> e os <i>humores</i>	239
4.5 A <i>virtù</i> do governante como condição de possibilidade para a manutenção do poder	249
CONCLUSÃO	262
REFERÊNCIAS	270

INTRODUÇÃO

A questão da ação é uma entre tantas questões importantes, que percorrem a obra de Maquiavel. Mas ela, em especial, parece ter motivado sua construção intelectual quando, uma vez afastado de suas atividades enquanto “secretário florentino”, não encontrou outro remédio senão escrever sobre o que antes preferia executar. Assim, em suas obras, podemos destacar esta questão tanto no que diz respeito aos homens de modo geral quanto àqueles que governam o corpo político. Maquiavel herda da tradição sua maneira de pensar a ação, mas, ao mesmo tempo que assume alguns de seus pressupostos, rompe, em definitivo, com outros. No que concerne ao governante, ator que nos interessa particularmente neste trabalho, o autor oferece uma outra perspectiva para seus modos de agir. Em vez de se prender a modelos determinados (em grande medida pelos valores da tradição cristã ou ao uso exclusivo da força), Maquiavel sugere uma estratégia distinta: uma lógica para se efetivarem ações políticas que parte e se concentra naquele que as pratica e que se fundamenta na sua própria *virtù*, tal como a define o autor.

A Maquiavel interessam as ações capazes de conduzir o governante à grandeza, ao êxito político, e ele sugere que aquelas que podem encaminhá-lo à conquista ou à manutenção do poder dizem respeito à *virtù*. Não exatamente ao sentido corrente que o termo assumia em seu tempo, mas aos sentidos que assume a partir de seus textos. A *virtù*, tal como veremos (de modo especial no último capítulo), assume concepções variadas, distintas. Mas, naquilo que diz respeito aos principais objetivos do governante, tende a se referir às questões políticas e militares, sentidos que nos interessam particularmente neste trabalho. Tomada a partir de sua origem latina, remete-nos à “virilidade”; e, pensada a partir dos textos de Maquiavel (tomada nos sentidos

específicos do nosso objeto de estudo), configura-se, de modo geral, como a característica que confere ao governante disposição e discernimento para agir de acordo com as exigências que lhe podem ser a todo instante impostas pelas circunstâncias. Trata-se daquela que compreende a escolha da melhor ação a ser efetivada em uma dada circunstância, pressupondo a percepção da modificação destas circunstâncias e, conseqüentemente, a adaptação a elas. A *virtù* do governante pode torná-lo, assim, menos sujeito ao fracasso diante de situações inusitadas, imprevisíveis, que frequentemente se põem ao ator político, haja vista que caracterizam o mundo dos homens e, naturalmente, o da política.

As especificidades do termo, bem como as distinções entre as concepções distintas que ele assume ao longo dos textos de Maquiavel, serão abordadas no último capítulo. Introduzi-lo aqui, mesmo que de forma mais genérica, faz-se necessário para apontarmos nossos objetivos neste trabalho. A relação entre a *virtù*, mais especificamente da *virtù* do governante, e os modos de agir capazes de conduzi-lo aos objetivos próprios do lugar que ocupa constituem o tema central desta tese. Estabelecemos, assim, as ações do governante de *virtù* como nosso principal objeto de investigação. A hipótese que fundamenta a elaboração deste trabalho é que a *virtù* é a principal ferramenta para que o governante possa efetivar ações capazes de conduzi-lo aos seus principais propósitos que se constituem pela conquista e pela manutenção do poder. Acreditamos que a *virtù* diz respeito a uma determinada forma de agir que tem por fim estes propósitos e que, para alcançá-los, pressupõe como necessária a efetividade das ações que separam o ator político do êxito. Neste sentido, a tese que estrutura a elaboração deste trabalho é que a *virtù* do governante pode ser inteligível e que investigá-la pode fornecer elementos relevantes para a abordagem de questões relativas à ação política. Em outras palavras, trata-se de investigar as condições da ação,

assim como os temas pertinentes a um corpo político (em estado emergencial, especialmente), para compreender melhor a inteligibilidade da *virtù* por parte daquele que governa. Nosso objetivo aqui é consequentemente pensar as possibilidades que o governante possui para efetivar com êxito suas ações na história. Tratar da *virtù* do governante, como tencionamos, pressupõe escolhas. Neste sentido, não pretendemos investigar todos os usos que nosso autor dá à *virtù* no curso de sua obra. Entendemos que uma análise da *virtù* do legislador, por exemplo, ou mesmo da *virtù* do povo, não constitui nosso objeto de estudo. Além disso, acreditamos que precisamos delimitar o tema para que possamos abordar nosso objeto de trabalho, tendo em vista circunstâncias determinadas, e assim buscar a precisão necessária a este tipo de estudo.

No intuito de provar nossa hipótese, escolhemos tratar de alguns dos temas que se tornaram clássicos a partir do pensamento de Maquiavel e que acreditamos que, justamente porque podem impor dificuldades ao governante fazendo com que seu êxito dependa de sua *virtù*, constituem objetos de análise potenciais ao nosso objetivo de compreensão da *virtù* do governante. Nossa estratégia de trabalho implica a escolha de quatro grandes temas tratados por Maquiavel. Pretendemos abordar o problema dos *humores*, a questão da aparência e da *fortuna*, e relacioná-los um a um à questão da *virtù*. Os três primeiros temas podem ser pensados como algumas das circunstâncias com as quais o governante precisa lidar na sua prática política. Em outras palavras, a questão dos *humores*, o âmbito da aparência ou a questão da *fortuna*, constituem as circunstâncias (não as únicas, mas as escolhidas neste trabalho) às quais a *virtù* deverá se impor, e deverão ser estudados um pouco mais de perto no intuito de compor de forma mais consistente o espaço em que o assunto central pode ser tratado dentro de nossa hipótese argumentativa.

O primeiro tema a ser investigado e ao qual dedicamos nosso primeiro capítulo é o dos *humores*. Ao analisar a estrutura dos corpos políticos, Maquiavel os reconhece originariamente cindidos e marcados pelo conflito entre grandes e povo. Esta perspectiva, que se opõe à de outros pensadores de seu tempo que procuravam identificar a unidade do corpo político, confere certa peculiaridade à obra de Maquiavel. Deveremos observar as particularidades dos *humores*, assim como as distinções que os opõem, no intuito de compreender a possibilidade da emergência de conflitos no interior do corpo político. Em seguida, precisaremos identificar as possibilidades de ação sugeridas por Maquiavel e indicadas ao governante para que ele possa lidar com esses conflitos. Acreditamos que esta abordagem nos ajudará a compreender melhor a especificidade que a *virtù* assume em seu pensamento. Analisar as relações estabelecidas entre os *humores* nos permitirá identificar o lugar do governante no corpo político, assim como determinar as distinções entre as possibilidades de ações que conduzem ao êxito nas diferentes formas de governo.

Antes, no entanto, de finalizar o percurso que nos conduz ao lugar do governante no corpo político, é preciso identificar o espaço da política ao da aparência. Analisar esta questão nos possibilitará vislumbrar algumas particularidades deste âmbito caras às possibilidades que o governante tem para efetivar ações que o conduzam ao êxito. Sabemos que a aparência caracteriza o âmbito da política e é a partir dela que as ações do governante serão julgadas. Conseqüentemente, sua imagem será construída por meio dela. Tendo em vista isso, nos direcionaremos ao encontro da tradição e tentaremos identificar algumas das coincidências e divergências entre *O Príncipe* e um *Speculum Principis*. As obras deste gênero literário, muito utilizadas naquela época, tinham como um dos pontos centrais de análise a imagem do governante. Para Maquiavel, como veremos, a imagem do governante pode ou não corresponder aos efeitos que ele deseja

que tenham suas ações, e esta correspondência tende a se efetivar na mesma proporção da habilidade do governante de lidar com as questões relativas à aparência. Em outras palavras, é proporcional, acima de tudo, à sua *virtù*.

Efetivar ações na história e obter delas os efeitos desejados não implica tarefa fácil para aquele que governa. Vale lembrar que as questões relativas à constituição do âmbito da política pela aparência não encerram as dificuldades, e o governante deverá lidar ainda com as variações das circunstâncias. Maquiavel atribui em grande medida a causa dessas variações à *fortuna*. Ela, tanto no que diz respeito especificamente ao governante quanto aos Estados, parece não se fazer inteligível, restando aos homens o vislumbre das consequências de suas manifestações, mas não de seus propósitos. Por causa disso, é possível percebê-la de modo especial pelas modificações aleatórias das circunstâncias presentes, que de fato podem ser introduzidas a todo instante. Lidar com a possibilidade de modificações repentinas tendo em vista efetivar ações que visam sempre ao mesmo objetivo (conquista e manutenção do poder) talvez constitua o maior desafio do governante. Por isso mesmo, pode exigir a prática de ações próprias de um governante de *virtù*. A *virtù* é o principal recurso que o governante tem para lidar com as novas circunstâncias tal como as introduziu a *fortuna*. É seu antídoto, sua arma contra os vitupérios que lhe são próprios quando ela assume sua forma mais impetuosa. E é neste sentido que a *virtù* pode ser compreendida como a chave para a compreensão do objetivo maquiaveliano que se caracteriza pela conquista e manutenção do poder.

Precisamos notar a questão da *fortuna* que deverá ser considerada em alguns de seus aspectos específicos, mas, em especial, enquanto par conceitual da *virtù*. Este lugar ocupado pela *fortuna* por si só já abre uma grande possibilidade de discussão e, neste caso, considerá-la como um objeto de investigação exige o estabelecimento de limites. Limites esses que precisam ser determinados não somente em relação à *fortuna*, mas

também em relação aos *humores* e à aparência. Constituem todos eles temas complexos que, sozinhos, já implicam um objeto de investigação significativo. Nosso objetivo, no entanto, não é esgotar estes temas, mas, ao invés disso, investigá-los, na medida em que oferecem elementos interessantes para a compreensão da *virtù* do governante. Por causa disso, deixaremos a investigação direta da questão da *virtù* por último.

No quarto capítulo, ao tratar da questão da *virtù* propriamente dita, procuraremos identificar o uso que Maquiavel faz do termo em seu contexto histórico e tentaremos compreender suas principais acepções, especialmente aquelas que dizem respeito diretamente ao governante. Partiremos do princípio de que a *virtù* é a chave para a compreensão da ação política no pensamento de Maquiavel e, sendo assim, parece só fazer sentido pensá-la diante das circunstâncias que a fazem tão significativa. Prosseguiremos tratando da questão da *virtù* frente aos três temas escolhidos com o intuito de concluir seus assuntos sob a luz da perspectiva da *virtù* e, especialmente, de delimitá-la enquanto *virtù* do governante.¹

¹ Utilizamos, ao longo deste trabalho, os textos originais de Maquiavel em italiano, tal como apresentado pelas editoras Biblioteca della Pléiade e Einaudi, como principal fonte da obra do autor. Valemo-nos, ainda, das traduções Martins Fontes da Coleção Obras de Maquiavel para a língua portuguesa, para a maior parte das citações, reservando-nos, sempre que julgamos necessário, a liberdade de alterá-las, tendo em vista a tentativa de aproximá-las ainda mais do que Maquiavel escreveu. Para facilitar o acompanhamento dos textos do autor, reproduzimos as citações originais em notas de rodapé.

CAPÍTULO 1

A figura e o lugar do governante

Pensar as ações do governante nos conduz a refletir sobre a sua figura e o lugar que ele ocupa em um determinado corpo político. De fato, a figura do governante sempre assumiu ao longo da história um lugar muito significativo. No mais das vezes, tanto mais significativo quanto menos dividido o lugar do poder. Este lugar pode ser ocupado efetivamente ou, como no caso das organizações modernas, simbolicamente sob a forma da representação. De uma maneira ou de outra, o “governante”, do patriarca grego dentro da estrutura arcaica de uma organização familiar, àquele que ocupa o lugar do poder executivo nos dias de hoje, independentemente do regime político em que se insere, apresenta-se a nós como enigmático. E, nas mais variadas circunstâncias possíveis, muito dele se espera, muito se especula, por vezes muito se teme.

Não há uma única forma de se pensar o governante, assim como não há uma única forma de se pensar o Estado. As dimensões assumidas pelo tema tornam-no, ao mesmo tempo, complicado e interessante. Maquiavel nos oferece uma possibilidade de compreendê-lo a partir da identificação das características dos *humores* existentes, segundo ele, em todos os Estados.² Uma vez constatada essa regularidade nos Estados, resta-nos investigar suas variações possíveis, assim como as consequências delas. Esta análise das características dos *humores* que constituem o Estado poderá permitir não somente a identificação do governo, já que os *humores* configuram uma parte das circunstâncias deste, mas também poderá nos oferecer uma condição de possibilidade para uma análise mais próxima do próprio governante que, por sua vez, precisará edificar, preferencialmente de forma estratégica, maneiras de tratar das relações

² Ver MACHIAVELLI. *Il Principe* IX; *Discorsi* I, 4; *Istorie Fiorentine* III, 1.

estabelecidas entre tais *humores*, assim como as que ele mesmo estabelece com ambos. As consequências de todas essas relações (grandes/povo; grandes/governante; povo/governantes) circunscrevem o poder no interior do Estado e, por isso mesmo, quanto maior a *virtù* do governante, que neste sentido específico se traduz pela sua habilidade em se posicionar e agir segundo as circunstâncias criadas pelas variações das relações dos *humores*, menores são suas possibilidades de perder o poder.

Ao nos fornecer elementos para compreender relações tão definitivas que se efetivam no interior do corpo político, o pensamento de Maquiavel em muito contribui para a compreensão tanto do lugar ocupado pelo governante, quanto de sua própria figura. Podemos dizer até que o pensamento de Maquiavel inaugura uma nova forma de se pensar a figura do governante, assim como o lugar ocupado por ele. Em certo sentido, abre as portas para uma “nova” possibilidade de governante que não tardou a ser incorporada à história do pensamento político. Pensar então a estrutura maquiaveliana de poder implica, em certo sentido, estudar os fundamentos da política moderna.

Neste capítulo procuraremos investigar os *humores* por considerar que eles constituem o cerne da questão que com maior clareza nos possibilita compreender tanto o lugar, quanto o papel do governante, assim como a estrutura do corpo político com a qual ele tem que lidar. Partindo do pressuposto maquiaveliano segundo o qual a estrutura dos corpos políticos varia segundo as formas distintas pelas quais podem ser estabelecidas as relações entre os *humores*, subdividimos o capítulo de modo a compreender os resultados produzidos a partir de tais variações. Não pretendemos, com isto, desviar-nos do assunto que estrutura este trabalho e que diz respeito ao governante, nem tentar reduzir a totalidade dos acontecimentos no interior do corpo político a consequências necessárias das relações entre os *humores*,³ mas, antes, procurar

³ Consideramos o tema dos *humores* de enorme importância no pensamento de Maquiavel. Isto não significa, entretanto, que seja possível resumir as ações do governante a reações às consequências dos

compreender melhor o lugar onde atua o governante, e que não implica outro senão o próprio corpo político, para melhor compreender suas possibilidades de ação, assim como suas condições de possibilidade de efetivar os principais objetivos que, segundo Maquiavel, lhe são cabidos: a conquista e a manutenção do poder.

1.1 Os *humores*

Maquiavel se refere à questão dos *humores* em todas as suas obras políticas. Tratá-los parece implicar investigar o cerne das relações de poder do corpo político além de parecer pressupor um conhecimento significativo do lugar daquele que detém o poder. Trata-se, porém, de mais um dos conceitos complexos que, assim como o de *virtù* e *fortuna*, além de edificante da estrutura do pensamento de Maquiavel, parece assumir mais de um significado. Assim, se isto, por um lado, faz dos *humores* um âmbito importante a ser estudado, não nos permite, por outro lado, tratá-lo à parte das dificuldades conceituais em que está circunscrito. Thierry Ménissier, por exemplo, que explana em verbetes parte do vocabulário utilizado por Maquiavel, apresenta-nos sua versão do termo. Ele o define da seguinte maneira:

todos os tipos de regimes políticos são marcados por estas tensões que resultam da oposição natural de interesses e desejos (...). Para tratar este jogo de tensões Maquiavel recorre ao termo “humor” que designa menos as paixões e opiniões particulares que as aspirações coletivas dos grupos sociais constituídos (...).⁴

Trata-se de um verbete, e, naturalmente, não de um estudo mais pormenorizado do termo, mas já é possível notar a partir desta definição breve no mínimo duas coisas

resultados das relações estabelecidas entre os *humores*. Nesse sentido, ao investigar a questão dos *humores* deveremos nos ater também aos limites das consequências produzidas por eles no interior do corpo político.

⁴ MÉNISSIER. *Le Vocabulaire de Machiavel*, p. 30.

significativas: é uma definição que tende a ser universalizada, uma vez que diz respeito a “todos os regimes políticos”; há uma oposição natural e irreconciliável entre os desejos do povo e os dos grandes.

Outro autor a analisar o significado do termo *humores* no pensamento de Maquiavel, porém de forma menos breve que Ménissier, é Antony Parel. No intuito de melhor abordar estes efeitos consequentes das possíveis relações entre os *humores* no interior do corpo político, ele analisa a questão em um dos capítulos de *The Machiavellian Cosmos*, que trata especificamente da questão dos *humores*.⁵ Segundo ele, e como uma primeira acepção do termo, os “*humores* políticos se referem aos desejos e apetites naturais de um grupo social”.⁶ Numa segunda acepção, utiliza-se *Humori* “para designar os grupos sociais de um dado corpo político”.⁷ Parel apresenta, ainda, outras possibilidades assumidas pelo termo. De acordo com ele, os “*humores* são utilizados para descrever as atividades produzidas pela interação de grupos sociais”.⁸ E, ainda, para: “descrever conflitos entre os estados”;⁹ “descrever a concepção de bem e mal¹⁰ tipicamente maquiaveliana”;¹¹ e, “finalmente, e de forma mais importante, o termo é usado para classificar os regimes políticos”.¹² De todas elas, a primeira e a última nos soam como as mais interessantes, especialmente porque parecem envolver de alguma forma todas as outras.

A primeira se torna especial quando Parel nos lembra que a passagem em questão pode ser confirmada a partir de, no mínimo, três obras de Maquiavel: a

⁵ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 101-112.

⁶ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 105.

⁷ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 106.

⁸ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 106.

⁹ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

¹⁰ Tratar do bem e do mal no pensamento de Maquiavel não é exatamente uma novidade, Lefort já o havia feito (*Le Travail de l'oeuvre*, p. 399-432). Mas Parel parece deixar a questão um pouco vaga. Não investiga a questão e nem aponta outro comentador da obra de Maquiavel que já o tivesse feito anteriormente, de forma que é difícil saber qual é, na perspectiva de Parel, “a concepção de bem e mal tipicamente maquiaveliana”.

¹¹ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

¹² PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

passagem clássica do capítulo IX d’*O Príncipe* onde Maquiavel afirma que, “em todas as cidades, existem esses dois *humores* diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado e oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”.¹³ Uma afirmação parecida aparece nos *Discorsi*: “em toda república há dois *humores* diferentes, o do povo, e o dos grandes, e todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles”.¹⁴ A questão ainda é retomada na *História de Florença*. Nela Maquiavel abre o terceiro livro afirmando que “as graves e naturais inimizades que há entre os homens do povo e os nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer, são razão de todos os males das cidades”.¹⁵ No momento em que Parel exemplifica a questão dos *humores* a partir das três obras políticas de Maquiavel, ele nos conduz a pensar na relevância da questão no interior do pensamento do autor. Podemos concluir, por exemplo, que entender esta dissociação de *humores* nos permite compreender muito sobre o pensamento de Maquiavel, especialmente sobre a estrutura política pensada por ele.

A última acepção do termo *humores* apresentada por Parel, segundo a qual “o termo é usado para classificar os regimes políticos”,¹⁶ nos remete à divisão das formas de poder. Não necessariamente das imaginadas, já que ao pensador de Florença não interessa as que não se efetivaram na história.¹⁷ Neste sentido, segundo Parel,¹⁸ Maquiavel apresenta o Principado como aquele em que a maioria está subjugada ao

¹³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *in ogni città si truovono questi dua umori diversi: e nasce, da questo, che il popolo desidera non essere comandato né oppresso da’ grandi ed e’ grandi desiderano comandare e opprimere el popolo.*

¹⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi* I, 4, p. 209: (...) *in ogni repubblica due umori diversi, quello del popolo, e quello de’ grandi; e come tutte le leggi che si fanno in favore della libertà, nascono dalla disunione loro.*

¹⁵ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423: *Le gravi e naturali inimicizie che sono intra gli uomini popolari e i nobili, causate da il volere questi comandare e quegli non ubbidire, sono cagione di tutti i mali che nascono nelle città (...).*

¹⁶ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

¹⁷ Ver *Il Principe*, I.

¹⁸ Parel relaciona as obras de Maquiavel aos efeitos apresentados como consequentes da desunião dos *humores*. O autor, no entanto, interessado na questão do *Cosmo*, não se propõe a investigar diretamente a relação que afirma haver entre o Principado e *O Príncipe*, a República e os *Discorsi* e entre a Licença e as *Histórias de Florença*. Ver PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 108.

poder de um, o príncipe. O segundo efeito, a liberdade, é de modo geral apresentado como sinônimo de República, ou seja, onde os indivíduos podem ser considerados livres em um determinado Estado político. Já o terceiro, a Licença, caracteriza-se por ser aquele incapaz de incorporar-se aos dois modelos anteriores e, por isso mesmo, por ser uma terceira espécie distinta das demais. Trata-se, neste sentido, de uma estrutura peculiar de poder que porta como principal marca a corrupção, não se efetivando assim como uma forma de governo propriamente dita.¹⁹

Tanto a análise das acepções apontadas por Ménissier quanto a definição apresentada por Parel nos sugerem muito a refletir e as retomaremos mais adiante. Como a análise do primeiro se restringia à definição do termo e a do segundo dizia respeito ao *cosmo* maquiaveliano, os textos não se propõem a investigar de forma mais aprofundada a questão dos *humores* enquanto ponto de partida para uma análise das relações de poder, assim como dos conflitos entre grandes e povo no interior do corpo político e suas consequências para a constituição das circunstâncias nas quais o governante atua. O autor considerado o mais tradicional na investigação do tema é certamente Claude Lefort. Foi ele quem escreveu (em seu *Le travail de l'oeuvre Machiavel*) o texto que apresenta a interpretação mais conhecida do tema. Trata-se do capítulo intitulado “*Sur l'abîme social et l'attache du pouvoir*”, que, juntamente com “*Sur la logique de la force*”, que o antecede, se tornou um texto clássico na literatura secundária do autor. É interessante notar, no entanto, que o autor não se propõe a investigar o termo *humores*. Ao tratar, no capítulo “*Sur la logique de la force*”, de outros termos tão pouco explicitados por Maquiavel quanto o termo *humores*, parece justificar de alguma maneira sua investigação que não passa pelo crivo da análise do termo.

¹⁹ A questão da Licença assim como sua relação com a obra de Maquiavel será retomada um pouco mais adiante, ainda neste capítulo.

A questão: o que é a potência? Não importa. O que Maquiavel leva a pensar, em primeiro lugar, é somente o conflito ou os conflitos que opõem os atores dotados de uma potência maior ou menor; o que ele julga *natural* ou *ordinário* são as relações que se estabelecem entre eles em decorrência de suas potências respectivas nas condições particulares em que estão colocados.²⁰

Mais adiante, mas ainda no mesmo capítulo, ele faz referência a dois outros termos e parece fazê-lo para fundamentar o mesmo argumento:

“às questões” que é a *virtù*, que são as *ordini nuovi*, a que o Estado deve sua origem? Nenhuma resposta segura, dissemos, pode ser dada; mas essa incerteza está carregada de um peso estranho. E pelo menos de uma coisa não podemos duvidar: Maquiavel convida o leitor para uma interrogação acerca dos fundamentos da política e começa por lhe proibir que se apóie sobre as verdades estabelecidas pela tradição humanista cristã.²¹

Lefort, ao se dedicar a uma investigação dos fundamentos da política tal como nos foram apresentados por Maquiavel, assume um lugar de relevância entre os comentadores do autor. As passagens acima nos mostram que, em vez de procurar definir termos, Lefort parece procurar fundamentar as relações de poder ou, em outras palavras, as aspirações que dizem respeito ao poder, assim como as consequências dessas relações para o corpo político.

Inicia sua análise pela questão da fundação. Ele recorre aos atores (César Bórgia e Agátocles) mencionados por Maquiavel e às ações efetivadas por eles. Os resultados da efetividade de tais ações parecem conduzi-lo a uma conclusão categórica: “de uma forma ou de outra, nós somos conduzidos a situar a ação do príncipe no meio social onde ele adquire sua significação específica”.²² A conclusão de Lefort nos força a pensar que a definição do termo não nos informa as circunstâncias que lhe são próprias e, além disso, não nos permite esquecer que Maquiavel não se propôs a definir os

²⁰ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 355-356.

²¹ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 365.

²² LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 380-381.

termos que, em grande medida, se tornaram clássicos na história da filosofia política a partir dos seus textos. Compreender tais circunstâncias, especialmente sem contar com uma definição precisa do termo por parte do autor, não implica uma tarefa fácil, e logo na sequência Lefort nos aponta as dificuldades: “mas deste meio Maquiavel tratou apenas em termos vagos”.²³

Maquiavel, de fato, não definiu o termo *humores* e, embora tenha tratado dele nas suas três obras mais importantes, tal como vimos com Parel, não especifica todas as circunstâncias da divisão que afirma ser constitutiva do corpo político. Lefort, ao nos remeter à ação do ator político e às condições necessárias que a circunscrevem, parece nos oferecer a possibilidade de pensar os fundamentos da questão com todas as dificuldades que lhe são próprias. Este é o principal motivo que nos conduz a vislumbrar suas análises de modo especial. Outros comentadores apesar de partirem de uma análise do termo não se debruçam sobre o fundamento da questão, assunto que nos interessa aqui de modo particular.

Maquiavel, ao nos apresentar a divisão do corpo político a partir dos desejos distintos dos *humores* que o compõem, oferece-nos uma característica do corpo político que pode ser universalizada. Isto implica que encontramos aqui um ponto comum em todos os Estados. Uma vez determinado o principal objetivo do governante (conquistar e manter o poder), apresenta-se a ele uma circunstância da qual não se pode fugir e que Lefort chama de “divisão de classes”.²⁴ Segundo ele, a necessidade de manter o poder

²³ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 381.

²⁴ É interessante notar que Lefort costuma se referir à incompatibilidade dos desejos dos *humores* que constituem o corpo político como “conflito” ou “luta de classes”. Não discutiremos esta denominação em nosso trabalho por considerarmos que ela extrapola os limites dos assuntos investigados aqui, mas consideramos ser um assunto de grande importância, especialmente pelo uso do termo “classes sociais” que se tornou clássico em função de outro autor. Vale lembrar que, ao utilizar o termo “classe”, em especial, Lefort provavelmente se referia ao contexto no qual escrevia marcado, em grande medida, pela forte presença do marxismo na cena intelectual. Em *Les formes de l'histoire*, mais especificamente em um capítulo intitulado “Machiavel: la dimension économique du politique”, Lefort trata diretamente da questão e afirma que “a luta de classe não foi fundada numa oposição de ordem econômica” (*Les formes de l'histoire*, p. 217). Na sequência, ele analisa a relação existente entre as

apesar do conflito é uma constante, é uma necessidade que, em função da própria constituição do corpo político que é definitivamente cindido, se impõe ao governante. Assim, segundo Lefort, “na origem do poder principesco, e subjacente a ele uma vez que ele é estabelecido, se encontra o conflito de classe”.²⁵ Trataremos das especificidades do poder principesco mais adiante. Por ora, interessa-nos a constatação de duas constantes: o objetivo do governante e a divisão própria do corpo político.

Partindo da primeira constante, sabemos que o governante precisa manter o poder e que essa manutenção pode ser facilitada ou dificultada pelo impasse entre grandes e povo dependendo das dimensões do conflito no interior do corpo político. Partindo da segunda, que neste capítulo nos interessa mais de perto, podemos pensar que uma tentativa de solucionar definitivamente tal impasse implica já um grande equívoco. Apesar de satisfazer os desejos de ambos os *humores* ao mesmo tempo não se caracterizar como uma impossibilidade para o governante, apresenta-se, no mais das vezes, como uma tarefa difícil, podendo tornar-se impossível em determinadas situações. É importante que o governante reconheça que não há meios de suprimir o conflito, mas apenas de lidar com ele, o que amplia consideravelmente suas possibilidades de ação tendo em vista a enorme possibilidade de variações de circunstâncias que lhe podem ser apresentadas. Nesse sentido, não podemos pensar que reconhecer a impossibilidade de solução definitiva para o conflito entre grandes e povo

dimensões da política e da economia e parece justificar de forma muito razoável o uso do termo. Ver LEFORT. *Les formes de l'histoire*, p. 215-237. Nosso trabalho, no entanto, não tem a pretensão de assumir um possível diálogo com o marxismo ou mesmo com as acepções assumidas pelo termo em tempos posteriores ao período em que Maquiavel escreveu. Nesse sentido, assumir aqui a denominação adotada por Lefort contribuiria antes para confundir o leitor e diminuir a precisão que pretendemos conferir ao texto. Sabemos bem que a utilização do termo “classes” em seu sentido mais primário e naquilo que diz respeito à classificação do corpo político não traria prejuízo ao texto. No entanto, uma vez tomado no sentido de “classes sociais”, poderia conferir ao texto de Maquiavel certa impressão antropológica que acreditamos não existir de fato. (Voltaremos a esta questão mais adiante, ao tratarmos das características da natureza humana no pensamento de Maquiavel). Assim, levando em consideração que o termo “classes” assumiu, ao longo do tempo, outros significados que, embora de grande relevância histórica, não contribuam substancialmente para a compreensão dos escritos do autor que investigamos, optamos por não utilizá-lo aqui.

²⁵ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 382.

implique, para Maquiavel, o abandono da questão. Em vez disso, implica um grande desafio: o do êxito. O conflito entre os *humores* impõe-lhe variáveis, e sua capacidade de lidar com elas supõe maior ou menor chance de êxito. É certo que muitos fatores podem interferir no êxito do governante facilitando sua tarefa ou impondo-lhe obstáculos e que o conflito entre os *humores* é apenas uma das circunstâncias que delimitam sua atuação. Não se trata, assim, de reduzir as ações significativas do governante para manter o poder àquelas que dizem respeito aos conflitos entre os *humores* e, menos ainda, de condicionar o êxito do governante quanto à manutenção do poder à solução ou mesmo ao tratamento dos *humores* no interior do corpo político. Trata-se de reconhecer que manter o poder é uma forma de evitar que o conflito dos *humores* destrua o corpo político. Assim, se não se pode satisfazer ao mesmo tempo os desejos de ambos os *humores*, pelo menos não em tempo integral, o governante precisa saber lidar com a eminência da insatisfação que se manifesta sempre que ele precisa contrariar os desejos de um dos *humores*. Parece ser justamente neste sentido que se justifica o esforço de Maquiavel ao tratar do assunto.

De fato, o impasse é definitivo porque os desejos destes dois *humores* são irreconciliáveis. Assim, tal como afirma Lefort, “Maquiavel abandona de forma espetacular as classificações tradicionais em que se encontram opostos regimes legítimos e ilegítimos, regimes sãos e corrompidos. Ele dá a entender que só conta, aos olhos do observador a maneira pela qual se desenrola a luta de classe”.²⁶ Neste ponto a análise de Lefort nos faz pensar nas definições apresentadas por Ménissier e Parel. Parece nos remeter à constatação de um corpo político definitivamente cindido pelas diferentes paixões que movem seus *humores* e às consequências resultantes da forma como o governante lida com tais distinções e com o conflito sempre iminente. Mais que

²⁶ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 382. Tomamos o que Lefort afirma ser uma “luta de classes” apenas pelo conflito entre os *humores*.

nos remeter às definições o texto de Lefort parece fundamentá-las. Assim, partimos do pressuposto de que unindo as definições dos autores supracitados à análise feita por ele conseguimos vislumbrar com mais clareza a questão dos *humores* no pensamento de Maquiavel. Se retomarmos agora, por exemplo, a primeira definição a que recorreremos aqui,²⁷ podemos, a partir da análise desenvolvida por Lefort, compreender circunstâncias antes obscuras na definição de Ménissier. Resumidamente, sabemos que se trata de uma tensão natural caracterizada pela oposição de desejos dos dois *humores* existentes em todos os corpos políticos. A definição fornecida por Ménissier, mesmo à luz das circunstâncias que lhe são próprias apresentadas por Lefort, deixa ainda escapar as consequências das relações dos *humores* no corpo político assim como as das relações que o governante estabelece com eles. Trata-se especificamente da última acepção do termo *humores* tal como nos foi apresentada por Parel.²⁸ Ela nos sugere ser em função dos *humores* que se desencadeia uma espécie de tipologia dos governos.

Essa questão parece abrir *O Príncipe* de Maquiavel e não passa despercebida por Lefort. Ele inicia seu capítulo “Sur la logique de la force” justamente comentando a primeira passagem do *Príncipe* segundo a qual “todos os Estados foram ou são Repúblicas ou Principados”.²⁹ De acordo com ele,

Se nos espanta o jeito abrupto desse começo, sem dúvida os contemporâneos se espantaram muito mais, pois, instruídos pela tradição clássica e cristã, estavam acostumados a encontrar no início de uma obra política considerações filosóficas, morais ou religiosas. Ademais, o autor não diz porque as afasta de seu texto. Negligenciando falar sobre a origem e a finalidade do Estado, dos méritos comparados dos diversos regimes, da função do príncipe na sociedade, da legitimidade e ilegitimidade de certas formas de poder, simplesmente por seu silêncio leva a pensar que tais idéias

²⁷ “todos os tipos de regimes políticos são marcados por estas tensões que resultam da oposição natural de interesses e desejos (...). Para tratar este jogo de tensões Maquiavel recorre ao termo ‘humor’ que designa menos as paixões e opiniões particulares que as aspirações coletivas dos grupos sociais constituídos” (MÉNISSIER. *Le Vocabulaire de Machiavel*, p. 30).

²⁸ “finalmente, e de forma mais importante, o termo é usado para classificar os regimes políticos” (PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107).

²⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, I, p. 119: *Tutti gli stati, tutti e’ dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati.*

deixaram de ser pertinentes ou, pelo menos, convida o leitor a perguntar se permanecem válidas e em que sentido.³⁰

Muito embora seja já notável esta “nova” maneira de pensar as formas de governo, introduzida por Maquiavel, o fundamento da questão parece ser ainda mais interessante. E parece ser justamente a questão dos *humores* que nos permite compreendê-lo. Lefort, na sequência do texto, afirma que “é, portanto, na consideração da oposição entre o príncipe e os súditos que se esclarece a imagem do regime, o mais estável, e não por referência a um acordo fundado na disposição íntima do corpo social”.³¹ Mais adiante afirma ainda que “entre o regime de um e de outro não há uma diferença substancial, mas uma diferença de grau decorrente de sua posição respectiva com relação aos adversários que devem submeter”.³²

Podemos pensar, a partir de tais afirmações, nas diferentes formas que o corpo político assume devido às relações estabelecidas entre os *humores* e, especialmente, às relações entre os *humores* e o governante. Essas distinções, mesmo pequenas, tal como nos garante Lefort, parecem conduzir o corpo político a assumir ou não a forma de um determinado regime. Assim, o Principado parece ser consequente, em especial, de uma relação de poder mais estrita, na qual há uma incisão maior do poder do governante sobre os *humores*, pois, nesse caso, os *humores* estão subordinados ao poder de um. A República parece ser consequente de um peso um pouco menor do poder do(s) governante(s). República, termo muitas vezes usado por Maquiavel como sinônimo de liberdade, não implica necessariamente diminuição dos conflitos, mas relações de poder mais brandas, estabelecidas entre os *humores* e quem os governa. Já a Licença parece ser uma forma de governo que existe em função de sua incapacidade de se enquadrar nas duas primeiras. Uma provável justificativa para tal imperfeição seria a falibilidade

³⁰ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 346.

³¹ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 350.

³² LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 351.

de suas ordenações, muito possivelmente efeito da instauração de um processo de corrupção do corpo político.

Para tentarmos identificar o lugar ocupado pelo governante no corpo político, neste capítulo, procuraremos compreender melhor essas relações de poder estabelecidas entre os *humores* e entre os *humores* e o governante, assim como suas distinções sutis que culminam em formas diferentes de governo. Para isso, partimos da hipótese de que é justamente este resultado das relações de poder que envolvem os *humores* e o governante que nos indica a direção que tomam as principais obras de Maquiavel. Em função disso teremos o cuidado de investigar melhor o resultado da desunião dos *humores*, assim como de tratar dos assuntos próprios desta desunião tomando *O Príncipe*, os *Discorsi* e as *Histórias florentinas* separadamente.

1.2 Dos resultados da desunião dos *humores*

As obras de Maquiavel parecem seguir os rumos de uma possível investigação desses *humores*. *O Príncipe* nos oferece uma passagem que se tornou célebre ao longo de seu legado e que privilegia as consequências da desunião dos *humores*. No capítulo, IX Maquiavel afirma a existência de dois *humores* em todo e qualquer Estado sugerindo ainda que a maior ou menor satisfação dos mesmos, em sua variada proporcionalidade, gera uma forma de governo. Segundo ele, “desses dois *humores* diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principados, liberdade ou licença”.³³ Essa passagem nos remete, em primeiro lugar, à presença dos dois *humores* em todos os Estados e, em segundo, às consequências das relações estabelecidas entre eles e entre os mesmos e o governante. Consequências essas traduzidas nas formas de governo existentes, no que

³³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *da questi dua appetiti diversi nasce nelle città uno de' tre effetti: o principato o libertà o licenza.*

diz respeito à concepção maquiaveliana de poder. Nesse sentido, pode-se afirmar, seguindo ainda a argumentação de Lefort, que “Maquiavel não descreve apenas a lógica das operações do príncipe, daqui por diante raciocina acerca dos sistemas de força encarnados pelos regimes políticos e abre caminho para o estudo das estruturas sociais”.³⁴ E parece fazê-lo estruturando suas obras políticas visando acompanhar as distinções das relações de força que dizem respeito ao governante e a estas estruturas sociais presentes no corpo político, assim como as consequências dessas relações e a constituição dos regimes políticos. Em outras palavras, as obras de Maquiavel trariam em seu cerne a divisão imposta pelo conflito próprio dos *humores* no interior do corpo político e seguiria cada uma delas a trilha deixada por um dos modos possíveis de se estabelecerem estas relações. Modos esses que culminam em uma estrutura possível de governo.

Assim, *O Príncipe* parece ser a principal fonte maquiaveliana para a compreensão dos efeitos que conduzem ao Principado, e os *Discorsi*, a obra mais apropriada para se investigarem as circunstâncias de uma República. Já a Licença caracteriza-se, portanto, pela incapacidade de um corpo político se constituir ou se ordenar tanto como Principado quanto como República. Neste sentido, todas as obras políticas de Maquiavel indicam a forma licenciosa, na medida em que tratam a questão da corrupção. Suas *Histórias de Florença*, no entanto, parecem indicá-la com mais propriedade. Nesta obra, Maquiavel parece demonstrar certo receio de que a República de Florença se corrompesse a ponto de tornar-se uma Licença. Dessa forma, ao tratar a corrupção de suas cidades, oferece-nos também uma melhor compreensão da Licença. Não necessariamente por se restringir a tratar cada uma delas de uma determinada

³⁴ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 360.

estrutura política (e isso, de fato, não acontece), mas por partir, cada uma delas, da análise das relações que culminaram em cada um dos efeitos nomeados por Maquiavel.

No entanto, não se pode pretender sugerir com esta divisão que há uma unidade temática nas obras de Maquiavel. Um exemplo disso se faz evidente quando, ao definir os assuntos que iria tratar no *Príncipe*, o autor diz excluir as Repúblicas,³⁵ afirmando a elas ter reservado outro espaço em seus escritos. E, no entanto, mesmo que somente para compará-las aos Principados (mas não somente com tal propósito), em muitos momentos se refere a elas. De modo que, mesmo quando ele parecia estabelecer algum tipo de definição temática das obras, tal divisão não se faz evidente. Por isso mesmo esta é uma questão difícil de ser tratada. Ela nos interessa e pretendamos abordá-la apenas enquanto diz respeito à questão dos *humores* e, neste caso, podemos encontrar em cada obra de Maquiavel elementos distintos que nos auxiliam, cada um deles, na compreensão das diferentes possibilidades de resultados dos conflitos próprios da divisão do corpo político, assim como das maneiras pelas quais o governante lida com eles.

A questão parece tornar-se mais clara quando pensamos que essa divisão própria do corpo político nos remete aos objetivos do governante, tal como os definiu Maquiavel. Esses objetivos foram edificados, em grande medida, em função da necessidade de transformar sua Florença em uma estrutura política mais consistente e fortalecida. Os objetivos apresentados por Maquiavel são comentados por Lefort e, segundo ele, a formulação de construção eloquente (“*come questi principati se possino governare e mantenere*”)³⁶ não implica exatamente uma novidade,³⁷ “que, inspirado no Tratado de Tomás de Aquino, esforçou-se para conciliar os princípios cristãos com as

³⁵ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, II.

³⁶ Citado por LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 348.

³⁷ Lefort faz esta afirmação tomando o texto de Egidio Colonna, *De Regimine Principum*, de 1473. Trata-se de um *speculum principis*, gênero literário de aconselhamento a príncipes muito comum no tempo de Maquiavel e do qual trataremos com mais propriedade mais adiante, no próximo capítulo.

exigências práticas do governo dos homens”.³⁸ Tais objetivos nos remetem quase que imediatamente ao lugar do governante no corpo político, assim como ao seu papel em relação aos conflitos dos *humores*. Neste sentido, Lefort, ao tratar da questão, afirma que

sem dúvida, governar e manter o Estado são operações cuja origem está no príncipe e para determiná-la convém esposar sua posição, interrogar o lugar que ocupa no momento em que toma o Estado em mãos, as condições que lhe impõe a história do povo do qual ele se torna senhor e os meios de ação que ele pode usar, mas reciprocamente, pelo simples fato de que o Estado existe, o príncipe está posto numa das situações particulares que podemos observar e necessita efetuar as operações prescritas por seu estatuto.³⁹

O lugar do governante no corpo político é peculiar. Parte de sua peculiaridade resulta justamente da combinação entre seus objetivos principais e as situações com que precisa lidar para efetivá-los. Maquiavel, tomando esta preocupação maior como pano de fundo de sua obra política (pelo menos no que diz respeito à questão da *virtù* e sua aplicação naquilo que se refere ao conflito dos *humores*), sugere que o governante cuide de efetivar as ações mais apropriadas para lidar com o conflito dos *humores*.

Este é um âmbito sensível de sua atuação e tão significativo que, tal como afirma Parel, “o teste de um bom regime maquiaveliano faz-se por poder ou não o mesmo prover adequada satisfação aos seus grupos constituintes”.⁴⁰ Nesse sentido, se o pressuposto é a existência de *humores* distintos, e a “satisfação” destes é indispensável para que haja um bom regime, aquele que detém o poder e, necessariamente, objetiva mantê-lo, precisa dedicar-se então a estabelecer a melhor relação possível com os *humores* presentes. No entanto, esta solução, aparentemente óbvia, não pode, na maioria das vezes, ser facilmente efetivada. Não pretendemos com esta afirmação criar uma possível oposição à análise de Parel, visto que ele mesmo problematiza a questão.

³⁸ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 346-347.

³⁹ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 348.

⁴⁰ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 109.

Pretendemos apenas pensar sua afirmação à luz dos relatos históricos apresentados por Maquiavel. Nesse sentido, e para que possamos refletir um pouco mais sobre essa questão, insistimos na dificuldade de satisfazer ambos os *humores* ao mesmo tempo. Podemos pensar que, apesar de não ser impossível satisfazer todos os *humores* simultaneamente, há tantas condições a serem cumpridas para que isso aconteça que Maquiavel parece preocupar-se em esclarecer modos de agir quando não se pode efetivar essa situação. Ou seja, parece concentrar-se mais em esclarecer circunstâncias adversas em que não se pode satisfazer os desejos de ambos os *humores*. Embora não haja dúvidas de que satisfazê-los seja a melhor situação para o governante, parece ser difícil garantir a durabilidade dessa circunstância. Maquiavel parece investigar também (talvez em função das dificuldades que são impostas ao governante para efetivar ou sustentar a satisfação simultânea dos *humores*, e talvez ainda com mais afinco), os meios de lidar com a insatisfação dos *humores* para que o governante possa se valer desses conhecimentos e impedir que as consequências do conflito entre os *humores* possam refletir de modo negativo sobre o seu poder.

Voltando ao conflito propriamente dito, podemos ver que não se trata de uma questão simples. Acontece que, como vimos na primeira acepção de *humores*, enquanto um dos *humores* deseja não ser governado e oprimido pelo outro, este último deseja justamente o que receia o primeiro. E, nestas circunstâncias, não há solução de fato, pois os desejos dos *humores* existentes são irreconciliáveis. Em outras palavras, o corpo político é irremediavelmente cindido e não há solução definitiva no que diz respeito à questão, uma vez que não se pode efetivamente conciliar seus *humores*. E, mesmo que possa satisfazê-los simultaneamente, o governante não necessariamente poderá fazê-lo o tempo todo. No entanto, não se pode abandonar esta questão ao descobri-la insolúvel (ou seja, ao constatar a cisão do corpo político). Especialmente porque ela é uma das

questões em função das quais seus objetivos fundamentais, ou seja, a conquista ou manutenção do poder, podem se tornar mais ou menos próximos da efetividade. Neste sentido, aquele que detém o poder precisa, ao invés disso, debruçar-se sobre ela e tentar compreender quais são as carências de cada um dos *humores* que compõem o corpo político e tentar determinar quais delas ele pode suprir. Tarefa difícil por isso mesmo parece demandar do governante toda sua habilidade política. Isso ocorre, em especial, porque as necessidades dos *humores* exigem que o governante mude suas ações tão logo isso se faça necessário. Um exemplo disso parece nos ser apontado por Lefort em uma das passagens em que trata do uso que o governante faz da força. Ele parece sugerir que as circunstâncias tornam necessário que o governante faça uma espécie de revezamento do alvo de aplicação de sua força. Assim, segundo Lefort,

o autor dá a fórmula dessa política quando nota que os homens “devem acariciar-se ou trucidar-se”; mas devemos entender que os dois termos da alternativa são igualmente aplicáveis conforme o caso: na realidade, é preciso trucidar uns e acariciar outros e isto pela mesma razão que sustenta a lógica das relações de força.⁴¹

Este é o terreno da política no qual, embora incapaz de garantir sozinha os objetivos do governante, a força não pode ser menosprezada. Mais uma vez Lefort parece valer-se desta questão para tratar do lugar do governante no corpo político. Neste sentido, prossegue afirmando:

Que seja assim, Maquiavel encontra outro meio para nos convencer: reúne na mesma análise os problemas de política interna e de política estrangeira, raciocinando como se as relações do príncipe com seus súditos fossem da mesma natureza que aquelas estabelecidas entre Estados, isto é, entre agentes independentes cujo interesse comanda sozinho a conduta. De fato, neste último caso, igualmente, a força do príncipe não se determina senão no seio do campo em que se inscreve.⁴²

⁴¹ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 354.

⁴² LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 354.

A segunda passagem diz respeito diretamente aos príncipes. A primeira pode ser pensada tanto em relação a Principados quanto a Repúblicas. Ambas, no entanto, nos permitem aproximar deste âmbito próprio do governante. Para falar de modo mais específico, podemos dizer que duas questões nos chamam a atenção: a primeira nos remete às especificidades do lugar do governante. Já tratamos desta questão anteriormente, mas não se pode negligenciar que quando o assunto diz respeito à força o lugar do governante no corpo político parece ainda melhor delimitado.⁴³ A segunda, que ainda diz respeito ao uso da força, nos sugere que ela pode ser pensada a partir da relação que o governante estabelece com os *humores*. O que nos interessa neste ponto não é a aplicação da força propriamente dita, mas a relação que o governante estabelece com os *humores* e que nos é relatada a partir destas observações sobre a aplicação da força. Trataremos, mais adiante, tanto da questão da força propriamente dita quanto da perspectiva que tal questão nos oferece para pensar as relações estabelecidas entre o governante e os *humores* no interior do corpo político. No intuito de fazê-lo, ou ainda, para que possamos investigar o lugar do governante no corpo político, assim como a relação que ele estabelece com os *humores* que o constituem, pretendemos partir da análise dos efeitos que podem ser produzidos a partir dos *humores* e que foram identificados por Maquiavel: Principado, República e Licença.

Uma nova questão, no entanto, parece ganhar espaço quando iniciamos esta investigação. Acreditamos que a análise destes efeitos pode nos indicar a direção da forma como Maquiavel estruturou suas obras políticas. É bem verdade que as obras tratam de questões que se inter-relacionam. Desse modo, o fato de acreditarmos que a questão dos *humores* guia a escrita dos textos de Maquiavel não nos faz pensar, porém, que cada uma das obras trata de um tema específico. Ou ainda, se, por um lado, as obras

⁴³ Pretendemos abordar a questão da força no quarto e último capítulo deste trabalho, que terá como tema principal a *virtú*.

de Maquiavel parecem nos apresentar, cada uma delas, mais ou menos uma espécie de conjunto temático do pensamento do autor; por outro, quando o assunto se restringe às consequências das relações estabelecidas entre os *humores*, assim como das relações do governante com estes, parece haver uma divisão um pouco mais clara naquilo que diz respeito a esta questão nas obras de Maquiavel. Mesmo assim, apesar das diferenças estruturantes de cada uma dessas formas organizacionais, a questão dos *humores*, assim como uma parte considerável das questões tratadas, parece, a cada obra, se tornar ainda mais explícita.

O Príncipe parece abordar a questão na sua forma mais direta. Como parece ser característico na obra, o termo *humores* se apresenta de modo visceral, exposto de forma mais enfática, mas nem sempre tais afirmações são seguidas de explicações complementares. Em outras palavras, embora as passagens mais citadas pelos comentadores da obra de Maquiavel dizendo respeito à questão dos *humores* se encontrem no *Príncipe*, não necessariamente se apresentam em sua forma mais clara e precisa nesta obra. Já os *Discorsi* parecem tratar do assunto com refinamento peculiar. Exemplos dos antigos e às vezes dos modernos, assim como descrições mais detalhadas e menos abruptas apresentam a questão com uma sutileza própria dessa obra. Se, por um lado, este tema se torna mais claro a partir dela em função do seu estilo próprio, por outro, caracteriza-se ainda por apresentar o regime no qual os *humores* se estabeleceram na sua forma mais plena. A República é a única capaz de incorporar os conflitos em suas instituições. Talvez seja a partir dela que possamos vislumbrá-los claramente, e assim, mais facilmente, nela possam, por meio de suas instituições, se constituir como uma importante causa da força do corpo político (e não de sua dissolução, como se poderia pensar).

Na *História de Florença*, por sua vez, podemos talvez associar a descrição da cidade com uma forma possível de pensar a Licença. Nota-se no texto a preocupação de Maquiavel com a questão da corrupção e, de forma mais específica, com a corrupção de Florença. Atento às questões de seu tempo, Maquiavel parecia temer que Florença se tornasse uma Licença propriamente dita. Esta interpretação a partir da qual associamos a Licença à Florença de Maquiavel não se fundamenta na afirmação direta do autor e, por isso mesmo, carece de uma investigação mais próxima da *História de Florença* para que possa se confirmar. Acreditamos que, apesar de não chegar abertamente a esta conclusão, o autor talvez nos ofereça elementos suficientes para que possamos supor certo receio de que Florença assumisse uma forma caracterizada pela Licença. Esta, no entanto, parece não ser a única dificuldade que enfrentaremos ao pensar a questão. Sabemos que a Licença não se constitui propriamente como uma forma de governo, embora seja apontada por Maquiavel como um dos efeitos possíveis das relações dos *humores* (que parece ser um dos fatores capazes de determinar a estrutura política do corpo político). Nosso estudo, nesse sentido, segue os vestígios de uma possibilidade de associação teórica que implica a análise de uma questão delicada: investigar as formas de governo apontadas pelo autor, assim como sua relação com os *humores*. Logo no começo do *Príncipe* Maquiavel afirma haver somente duas formas de governo.⁴⁴ Porém, no capítulo IX, ao tratar do Principado Civil, parece apontar outra possibilidade, não necessariamente de uma forma de governo propriamente dita, mas de uma possibilidade de estrutura do corpo político, distinta tanto do Principado quanto da República. Neste ponto uma dificuldade conceitual nos aflige, se a Licença não é verdadeiramente uma forma de governo, não podemos pensá-la como um corpo político. Aparentemente, não há um termo adequado para designar o “corpo político licencioso”. Esta dificuldade

⁴⁴ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, I, p. 119: *Tutti gli stati, tutti e' dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati.*

para denominá-lo já sugere os perigos a que uma análise desse tipo nos sujeita. Não podemos, no entanto, ignorar esta questão. Talvez possamos pensar que o texto de Maquiavel nos conduz a duas teorias distintas das formas de governo que, certamente assumem pesos diferentes em seu pensamento. Em um primeiro momento todos os Estados se encaixam em dois regimes: República e Principado. Ao tratar o Principado Civil e apresentar os efeitos produzidos pelos *humores* de modo a relacioná-los com uma teoria dos regimes possíveis, Maquiavel introduz uma forma que não havia sido indicada no primeiro capítulo.

Além destas, outra questão nos chama a atenção: embora Maquiavel nos apresente, ao longo dos *Discorsi*, as dificuldades de se reverter um processo de corrupção política, parece, ao mesmo tempo, ao pensar sua Florença inserida neste processo, tentar revertê-lo na *História de Florença*. Nesta obra, os próprios exemplos podem servir como uma perspectiva da possibilidade de se transformar um corpo doente em são, “curar” a corrupção de Florença e fortalecê-la, tornando-a tão forte quanto fora a República Romana. Todas essas questões deverão ser consideradas neste capítulo.

Sem deixar de lado as dificuldades que dizem respeito aos desdobramentos que a questão dos *humores* nos oferece, nosso intuito é, a partir da divisão da obra de Maquiavel, tentar compreender melhor e de forma mais específica cada uma das consequências da desunião dos *humores* e assim também a maneira como se desenrolam as relações de poder no interior do corpo político e, mais especificamente, compreender melhor tanto o lugar quanto a figura do governante. Começaremos pela obra *O Príncipe*, que trata do assunto na sua forma mais embrionária e emergencial, em seguida, para que possamos percorrer o caminho traçado por Maquiavel em todas elas, recorreremos aos *Discorsi*, obra em que a questão nos é apresentada de forma mais refinada, e, por último, à *História de Florença*, em que pretendemos investigar o

assunto pelo viés da corrupção, ponderando, assim, as possíveis relações entre Florença (especialmente no momento em que ela se encontrava mais corrompida) e a descrição da Licença propriamente dita.

1.2.a Os Príncipes

Maquiavel inicia *O Príncipe* afirmando se interessar apenas por formas possíveis de governar e divide todos os Estados existentes até então em apenas duas formas de governo: Repúblicas e Principados.⁴⁵ No caso destes últimos, refere-se a um povo subordinado ao poder do príncipe e, no das primeiras, a povos livres. Ele nos escreve, ainda na parte introdutória, muito embora sua afirmação não necessariamente se confirme ao longo do livro, ser o Principado seu objeto de estudo nesse trabalho. Inevitavelmente, é possível perceber que muitos comentários sobre as Repúblicas são tecidos ao longo do *Príncipe*, muitas vezes dentro de um quadro teórico comparativo, mas que, mesmo neste caso, não perdem seu valor argumentativo e edificante de um conceito maquiaveliano de República. O mesmo ocorre nos recorrentes exemplos nos quais Florença é citada sob a especificidade de uma terceira forma de governo. Mas, apesar de estarem muitos dos assuntos tratados por Maquiavel interligados e abordados em todas as suas obras, *O Príncipe*, assim como as demais, guarda suas especificidades.

A maior delas decorre talvez do objetivo da obra. Maquiavel, uma vez afastado de suas atividades enquanto “secretário florentino” e diante de uma situação política desastrosa (via num âmbito maior a Itália invadida por forças estrangeiras como a França e a Espanha e, num âmbito mais próximo — e que lhe preocupava mais diretamente — Florença e as consequências da rara *virtù* nela demonstrada), não

⁴⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, I, p. 119: *Tutti gli stati, tutti e' dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati.*

encontrou outro remédio senão escrever aquilo de que ele provavelmente preferiria participar, mesmo que de forma indireta, da execução. Compreender o trabalho de Maquiavel em Florença nos permite compreender um pouco das inquietações que o motivavam na escrita do seu texto. Assim, de acordo com as afirmações de Lefort,

longe de ter sido um agente subalterno, Maquiavel foi uma espécie de faz tudo da República, ora encarregado de por em prática as decisões tomadas pelos dirigentes da Cidade e de verificar sua aplicação, ora enviado em missão junto a Soberanos ou a homens de Estado estrangeiros para pleitear a favor de Florença ou denunciar as intrigas que se faziam contra ela, ora enfim, nos últimos momentos do regime, investiu da autoridade de um alto comissário das Armadas.⁴⁶

Mais adiante Lefort parece nos apontar a participação de Maquiavel em Florença como ainda maior. Segundo ele,

sem participar diretamente das decisões que conduziam à sorte da Cidade ele se aproximava dos que por elas eram responsáveis a ponto de ser ouvido por eles, senão seguido em suas perspectivas, e de se tornar o principal colaborador do Gonfaloneiro⁴⁷ Soderini. (...) Fazia mais que transmitir as instruções dos dirigentes e controlar sua aplicação (...). Esta experiência, adquirida através da ação, nós não estamos restritos a imaginá-las: ela está inscrita, nos seus relatórios (...).⁴⁸

Uma vez afastado de tudo isso e, ao mesmo tempo, ciente dos perigos a que Florença estava sujeita, Maquiavel se propõe a escrever *O Príncipe*. Tais circunstâncias parecem conferir ao texto características peculiares e que não podem ser desconsideradas. A principal delas talvez possa ser apontada como a urgência exigida pela situação e *O Príncipe* parece objetivar não só retirar o poder das mãos dos “novos bárbaros”, para usar o termo de Zarka,⁴⁹ num primeiro plano, como pensar, num segundo, em formas minimamente eficientes para garantir sua manutenção. Trata-se, antes de tudo, de uma

⁴⁶ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 318.

⁴⁷ “Gonfaloniere”: de acordo com Bignotto, “uma espécie de magistrado perpétuo, que ocupava um lugar central na malha do poder em Florença” (BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 16).

⁴⁸ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 319.

⁴⁹ Ver ZARKA; MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique*, p. 11.

obra de caráter emergencial. E, se “não há um pensamento político mais verdadeiro que em tempos de crise”,⁵⁰ *O Príncipe* de Maquiavel ganha um lugar de grande destaque no cerne desta questão.

Ao iniciar *O Príncipe*, Maquiavel divide os Principados em dois tipos distintos, hereditários e novos, sendo que o segundo pode ser subdividido em totalmente novo ou misto.⁵¹ Os hereditários são tratados primeiro e, de acordo com ele, “são bem menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos, pois basta não descuidar da ordem instituída pelos antepassados e, depois, saber contemporizar os acidentes”.⁵² Não necessariamente o príncipe precisa possuir então características extraordinárias para assumir o poder que lhe foi concedido pela consanguinidade. Salvo em situações excepcionais, não precisará demonstrar toda a sua *virtù* e, mesmo que seja excepcionalmente virtuoso, as necessidades consequentes das variações dos tempos não lhe exigiriam mais que doses menores de sua capacidade plena. Em função desta certa tranquilidade própria dos Principados hereditários, Maquiavel parece não se ater longamente ao assunto.⁵³ Prefere antes afirmar que, “se um príncipe é de capacidade mediana, ele se manterá em sua posição, desde que dela não seja privado por alguma força excessiva e extraordinária. E, se o for, ele a reconquistará a qualquer revés do usurpador”.⁵⁴ Nesse sentido, cabe ao príncipe hereditário dar sequência àquilo que já vinha sendo feito, não introduzindo, pelo menos de início, nenhuma modificação

⁵⁰ ZARKA; MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique*, p. 8.

⁵¹ Ver . *Il Principe*, I.

⁵² MACHIAVELLI. *Il Principe*, II, p. 120: (...) *sono assai minore difficoltà a mantenergli che ne' nuovi, perché basta solo non preterire gli ordine de' sua antinati e di poi temporeggiare con gli accidenti.*

⁵³ Lefort problematiza esta questão ao afirmar que “talvez tenhamos acolhido muito depressa a ideia de que a antiguidade do poder basta sozinha para garantir ao príncipe a adesão dos súditos”. Para justificar esta afirmação Lefort recupera o exemplo do rei da França apresentado por Maquiavel e afirma que “era sabido por todos que (...) a estabilidade do regime na França decorre não de sua origem, mas da estrutura de um poder dividido entre o príncipe e os barões”. A partir deste exemplo, Lefort conclui que “é preciso, pois, supor que o príncipe hereditário fornece apenas uma baliza, servindo somente para que se possa medir a distância a ser tomada face à opinião comum” (LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 351).

⁵⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, II, p. 120: (...) *se tale principe è di ordinaria industria, sempre si manterrà nel suo stato, se non è una straordinaria ed eccessiva forza che ne lo privi: e privato che ne fia, quantunque di sinistro abbi l'occupatore, lo riacquista.*

brusca. E, se sua personalidade não tende exageradamente ao vício, tem uma enorme possibilidade de nunca precisar enfrentar desafios realmente grandes.

Após tratar de maneira não muito demorada, embora esclarecedora, dos Principados hereditários, Maquiavel afirma que “é no principado novo que aparecem as dificuldades”.⁵⁵ Estes sim são desafiadores e exigem toda habilidade política que o príncipe puder apresentar.⁵⁶ Maquiavel, ao introduzi-los, o faz de forma a evidenciar com eles uma preocupação maior em função de dificuldades que se apresentam mais evidentes que as normalmente apresentadas pelos Principados hereditários. A questão da urgência parece, pela primeira vez, interferir na obra. A esse respeito, Zarka afirma que “a arte de governar do Príncipe novo não pode ser a mesma do Príncipe hereditário. A urgência revela as dimensões da realidade política que, ao menos no curso ordinário das coisas, restam, por assim dizer, despercebidas”.⁵⁷ Assim, se, por um lado, do príncipe hereditário sequer se exige grande *virtù*, por outro, do novo tudo se espera.

Segundo Pocock, a oposição entre Príncipe hereditário e Príncipe novo é uma antítese típica no pensamento de Maquiavel.⁵⁸ Segundo ele, o príncipe hereditário, “em resumo, é legitimado pelo costume e pela tradição, ele é relativamente invulnerável à *fortuna*, e tem pouca necessidade de *virtù* extraordinária. (...) Enquanto o príncipe novo

⁵⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, III, p. 120: (...) *ma nel principato nuovo consistono le difficoltà*.

⁵⁶ Vale lembrar que esse é o tema central dos estudos de Pocock. De acordo com o autor, “*O Príncipe* é um estudo do ‘príncipe novo’ — sabemos disto tanto pela correspondência de Maquiavel quanto pelas evidências internas ao texto — ou, mais precisamente, da classe de inovadores políticos a qual ele pertence” (POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. 160). O autor divide seu *The Machiavelian Moment* em três partes, sendo a primeira intitulada: “Particular Times: The conceptual Background”; a segunda: “The Republican Restoration: Florentine Political thought from 1494 to 1530”; a terceira: “Value and History in the Prerevolutionary Atlantic”. Com exceção desta última (que “trata a história do ‘momento maquiaveliano’ no pensamento inglês e americano nos séculos dezessete e dezoito e procura mostrar que o tradicional discurso político inglês é o portador de conceitos e valores — republicanos e maquiavelianos, assim como constitucionalistas, lockeanos e BURKEANOS” (POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. VIII, introdução), as duas primeiras partes do livro diz respeito às contingências que se efetivaram na história e as várias maneiras de tratá-las. Nesse sentido, ao iniciar sua análise da obra de Maquiavel e, mais especificamente, do *Príncipe*, ele vai direto ao “príncipe novo” e afirma que o tratamento que Maquiavel dá ao “governante como inovador (...) o isola do desejo dos *ottimati* e outros de continuar agindo como cidadãos, e o considera, assim como os que ele governa, agindo sozinho em sua relação com a *fortuna*” (POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. 156-157).

⁵⁷ ZARKA; MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique*, p. 10.

⁵⁸ Ver POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. 158.

carece de legitimidade”⁵⁹ e, em função disto, fica mais vulnerável à *fortuna*. Consequentemente, é desejável que possa contar, mais que o primeiro, com sua própria *virtù*. Pocock, ao tratar desta questão, sugere que ela nos conduz a outra: a relação entre *virtù* e *fortuna*.⁶⁰ Da *virtù* e da *fortuna* trataremos mais adiante, mas, da distinção que o autor nos apresenta entre o príncipe hereditário e o novo, faz-se interessante notar que o segundo não necessariamente pode refletir longamente sobre suas ações. E os problemas, assim como a ordem das coisas, se colocam imediatamente, de modo a fazerem da hesitação, da espera já uma ação, normalmente tão decepcionante aos que anseiam por mudanças quanto desastrosa ao que assume o pressuposto de efetivá-las. O príncipe novo não tem tempo para uma longa reflexão, e por isso sua *virtù* precisa ser afinada. Ele precisa agir imediatamente e precisa, mesmo assim, alcançar a glória. Glória que para Maquiavel naquele momento implicava justamente os objetivos da obra, ou seja, a conquista e manutenção do poder. A tentativa de efetivar tais objetivos, independentemente da forma de governo, passa necessariamente pela questão dos *humores*, e a urgência circunstancial imposta à obra e às suas pretensões parece tornar o estudo dos *humores* mais evidente em *O Príncipe* que nas demais obras. Dizendo de outro modo, a urgência impõe a necessidade de tratar da questão dos *humores* nos seus termos mais práticos e parece trazer à tona sua apresentação mais objetiva, mais clara, visceral.

Tomando como ponto de partida o primeiro destes objetivos, a conquista, a partir do momento em que o ator político pretende assumir o poder, seus esforços precisam se lançar sobre os *humores* existentes no corpo político. No capítulo IX, ao tratar do Principado Civil, Maquiavel afirma que o príncipe, para assumir o poder, é de alguma maneira favorecido por um dos dois *humores* existentes no Principado. Dessa

⁵⁹ POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. 158-159.

⁶⁰ Ver POCOCK. *The Machiavelian Moment*, p. 158-159.

forma, ou ele assume o poder apoiado pelo povo, ou o faz apoiado pelos grandes. Nas palavras dele, “o principado provém do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma ou outra dessas partes”.⁶¹ Este parece ser um dos marcos capazes de evidenciar a especificidade do Principado. Diz respeito justamente à capacidade do príncipe novo de se relacionar com os *humores* para conquistar o poder. Assim, se, por um lado, “quando os grandes percebem que não podem resistir ao povo, começam a exaltar a fama de um deles e o tornam príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o apetite”;⁶² por outro, “o povo também, quando percebe que não pode resistir aos grandes, confere reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade”.⁶³

Desse modo, a partir da afirmação de Maquiavel podemos perceber que a questão dos *humores* já aparece mesmo antes de o governante assumir o poder. Na verdade, é justamente ela quem, neste caso, torna a situação mais complicada. Em especial porque ambos os *humores*, mais os grandes do que o povo, tentam reverter uma situação em que se sentem ameaçados naquilo que diz respeito aos seus desejos fundamentais. Neste caso, tanto os grandes como o povo parecem ser capazes de buscar modos de resguardar de alguma maneira seus desejos. Tal como vimos quando começamos a tratar da questão dos *humores*, estes objetivos implicam, no caso do povo, “não ser governado e oprimido pelos grandes” e, no caso dos grandes, “governar e oprimir o povo”. Culminam não somente num conflito, mas numa oposição radical responsável por edificar tanto a maneira como as relações sociais podem se desenvolver no interior do corpo político, quanto a própria forma do corpo político.

⁶¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: *El principato è causato o dal popolo o da' grandi, secondo che l'una o l'altra di queste parte ne ha l'occasione.*

⁶² MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *vedendo e' grandi non potere resistere al popolo, cominciano a voltare la reputazione a uno di loro e fannolo principe per potere sotto la sua ombra sfogare il loro appetito.*

⁶³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *il popolo ancora, vedendo non potere resistere a' grandi, volta la reputazione a uno e lo fa principe per essere con la sua autorità difeso.*

Não podemos pensar, no entanto, que o impasse se caracterize como consequência de um único “desejo” que não pode ser alcançado, simultaneamente, por ambos os *humores* do Principado. Se tomarmos a questão em um sentido mais amplo, tenderemos a tratá-la como uma questão que envolve disputa de poder. Ao mesmo tempo, e especialmente se restringirmos um pouco mais a questão nos concentrando no objeto de desejo de cada um dos *humores*, tenderemos a tratar do assunto ainda como uma disputa pelo poder, no entanto, repleta de sutilezas e nuances. Isto se deve à distinção existente entre o desejo dos grandes e o desejo do povo, pois, enquanto os primeiros desejam governar e oprimir o povo, este último deseja simplesmente não ser governando e oprimido pelos grandes. Por isso precisamos tomar o cuidado de não os tratar como se todos desejassem o poder, ou mais precisamente, como se todos quisessem governar e oprimir, pois somente os grandes o desejam. Poderíamos dizer até que, se este desejo fosse o desejo de todos, não poderíamos sequer tratar do corpo político como cindido. Em outras palavras, o conflito existe porque a efetividade do desejo de um cria a impossibilidade de o desejo do outro se efetivar. Satisfazer ambos os *humores*, ao mesmo tempo, não é uma tarefa necessariamente impossível, porque o governante pode se valer de sua capacidade de simulação ou dissimulação, entre outras. Podemos dizer que, embora difícil, é possível satisfazer ambos os *humores* ao mesmo tempo. Isto, no entanto, é possível não porque os desejos dos *humores* sejam passíveis de conciliação, mas, e porque, dado que o terreno da política é marcado pelo âmbito da aparência, o governante pode se valer das condições de possibilidade que lhe são oferecidas por este âmbito para disfarçar suas ações em relação aos desejos de um dos *humores*. Trataremos da questão da aparência no capítulo seguinte e esperamos que a questão da satisfação simultânea dos *humores* se torne mais clara a partir dele.

Assim, voltando ao conflito dos *humores* propriamente dito, é interessante notar que o impasse existe pelo fato de nem todos desejarem o poder, ou mesmo por haver uma maioria que não o deseja efetivamente. Em vez de quererem todos sempre mais poder, este desejo se restringe a poucos, aos grandes mais especificamente. O povo não almeja o poder político propriamente dito. Deseja apenas que aquele que o possui não interfira, e nem permita que outros o façam, naquilo que constitui seu objetivo: manter o que possui. Neste sentido, a disputa pelo poder não se dá numa mesma medida para ambos os *humores*. Estas duas tendências tão distintas que constituem o Principado (neste caso, o Principado Civil), grandes e povo, se diferenciam não pelo propósito de efetivar aquilo que almejam, mas pelo seu objeto de desejo. Assim, mais que uma disputa pelo poder, há um conflito irremediável. Lefort, a esse respeito, afirma que

no interior do povo, (...) se descobre a massa dos sem-poder — “povo” no sentido preciso que lhe subtrai a unidade fictícia que a linguagem política lhe impõe. Trata-se de uma oposição, e irreduzível a primeira vista, não de uma distinção de fato, porque o que faz com que os grandes sejam os grandes e o povo não é o que eles têm pela *fortuna* ou pelos costumes, ou sua função um estatuto distinto associado aos interesses específicos e divergentes; é, Maquiavel o diz sem embargo, que uns desejam comandar e oprimir e os outros não sê-lo. Sua existência não se determina senão nessa relação essencial, no choque de dois “apetites”, por princípio igualmente “insaciáveis”. Assim, na origem do poder principesco, e subjacente a ele uma vez que ele se estabelece, se encontra o conflito de classe.⁶⁴

A passagem do texto escrito por Lefort nos aponta a origem do poder do príncipe. O conflito parece então originar mais que as formas de governo. No caso do Principado Civil, a forma de governo teria sido fruto de determinadas relações que ali foram estabelecidas. Assim, àquele que se torna príncipe cabe conservar seu poder, tendo sempre em vista o conflito existente entre os *humores* que, segundo nos afirmou Lefort, é o responsável também pela origem do seu próprio poder.

⁶⁴ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 382.

Podemos dizer, em primeiro lugar, que é nas dificuldades existentes na tentativa de construir, diante de *humores* que possuem desejos tão distintos, algum tipo de relação favorável ao seu objetivo maior, que diz respeito à conquista e, especialmente, à manutenção do poder, que o príncipe se vê sozinho. Mesmo assumindo o poder apoiado por um dos *humores*, tal como Maquiavel sugere no caso do Principado Civil, o governante não pode efetivamente se apoiar em ninguém em sua tentativa de manutenção de seu poder. Tal como afirma Lefort, ele “não somente não saberá encontrar entre os homens que o cercam nenhum apoio estável, pois sua comunidade cobre uma dilaceração, mas ele não pode sequer repousar sobre uma parte entre eles, pois uma classe não existe senão pela falta que a constitui em face de outra”.⁶⁵ O fato de não poder se apoiar em ninguém revela o lugar único do governante e, ao mesmo tempo, parece fazer desse lugar, que é só dele, o lugar da solidão.⁶⁶ Mas é assim mesmo, sozinho, que ele precisa edificar uma estratégia para lidar com este conflito irremediável que é quem origina seu poder e, dependendo da forma como ele conduzir suas ações, é capaz também de destituí-lo dele.

Se o objetivo do governante é manter o poder do Estado, a maneira de fazê-lo num Principado caracteriza a peculiaridade do príncipe de *virtù*.⁶⁷ Mas, se todos neste Estado subordinam-se a um poder soberano, caberá a este poder uma ordenação mínima do conflito? Sabemos que não se pode por fim ao conflito, mas como tratá-lo de modo a

⁶⁵ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 382.

⁶⁶ Trataremos da questão da solidão do governante, dos motivos pelos quais ele não pode efetivamente se apoiar nem naqueles que o apoiaram e lhe conferiram poder mais adiante.

⁶⁷ Muitas questões estão envolvidas aqui, e tratar das melhores possibilidades de ações que o governante precisa efetivar para conquistar e manter o poder implica o objetivo deste trabalho. Desta forma, e para não comprometer os argumentos que serão apresentados mais adiante, deixaremos então esta questão ainda sem tratamento adequado. Podemos adiantar somente que, para lidar com os *humores* e com o conflito que deles eclode, outros conceitos importantes no pensamento de Maquiavel precisarão ser envolvidos. A questão da aparência (que será tratada no próximo capítulo) nos ajudará a compreender quando e como o governante precisa simular ou dissimular o que faz em relação aos grandes ou ao povo; a questão da *fortuna* (de que trataremos no terceiro capítulo) nos ajudará a compreender que nem tudo é consequência imediata das ações do governante; e a da *virtù*, que percorre todo o nosso trabalho (e será tratada de forma mais específica no último capítulo), nos possibilitará compreender melhor aquilo que depende exclusivamente do governante e sua capacidade de agir, assim como de adaptar suas ações às necessidades presentes.

impedir que interfira de forma negativa nos objetivos daquele que governa? Há meios de um corpo político incorporar o conflito em suas instituições ou o conflito se manifestará como uma ameaça à manutenção da ordem? Já sabemos que Maquiavel trata da possibilidade de satisfazer ambos os *humores* ao mesmo tempo, mas o que o governante deve fazer para consegui-lo haja vista as dificuldades que se lhe apresentam? Talvez a resposta para tais questões esteja em outro lugar. Maquiavel opõe os Principados aos Estados Livres, ou seja, às Repúblicas. Poderíamos pensar que, em grande medida, esta oposição decorre da imposição característica deste regime à livre manifestação dos conflitos entre os *humores*, geralmente efetivada pela figura do Rei. Como consequência, teríamos talvez a escolha da República como uma forma melhor de governo. No entanto, e para que este tipo de comparação faça algum sentido, precisamos compreender melhor a questão dos *humores* nas Repúblicas. Para isso recorreremos então aos *Discorsi*.

1.2.b Os atores republicanos

No caso das Repúblicas, a questão não se apresenta exatamente da mesma maneira, muito embora ela preserve todas as características essenciais já vistas nos Principados. Isto ocorre porque, para Maquiavel, a divisão do corpo político é definitiva, traduz a crença de que ele é constituído por elementos que não são conciliáveis. Nesse sentido, independentemente do regime político, temos um corpo político dividido, marcado pelo conflito entre os *humores* (ou seja, pelo conflito entre grandes e povo), e esta é, como vimos ao tratar dos Principados, a condição existencial dos diferentes regimes políticos. Assim, de acordo com o argumento apresentado por Maquiavel, foram

as relações entre os *humores* que produziram como resultado efeitos como o Principado, a Licença e a República, que pretendemos observar mais de perto a partir daqui.

Uma primeira distinção decorre do fato de os *Discorsi* não apresentarem o mesmo caráter emergencial característico da obra *O Príncipe*. Mas, se sabemos que eles não possuem o mesmo apelo que *O Príncipe*, não parece ser tão simples identificar o “caráter” dos *Discorsi*. Talvez possamos pensar que a maneira como Maquiavel introduz a obra já nos forneça uma mostra das dificuldades de analisá-la. Ao mesmo tempo que o autor compara a novidade e ousadia do projeto de sua obra às descobertas nos novos mares, indica-nos os Antigos Romanos como o grande exemplo a ser utilizado em sua empreitada, exemplo que não pode ser considerado uma novidade tendo em vista o espírito do Renascimento.⁶⁸ Se, por um lado, investigar os objetivos de Maquiavel nos *Discorsi* ou mesmo as ambiguidades que circunscrevem tais objetivos não caracteriza os propósitos deste trabalho, por outro, tentaremos esclarecer a questão na medida em que ela fornece elementos importantes para a compreensão dos *humores* no interior das Repúblicas.

Nas Repúblicas, embora também marcadas pelo conflito entre os *humores*, as relações entre tais *humores* parecem se desenrolar de maneira diferente dos Principados. E, embora não tenhamos ainda elementos suficientes para identificar as especificidades dessas relações, podemos perceber indícios de que é nos limites dessa tensão característica das Repúblicas e explícita nos *Discorsi* que encontramos o assunto mais específico, mais próprio, mais característico da obra: a questão da liberdade. Se no

⁶⁸ De acordo com Newton Bignotto, “Maquiavel, escolhendo um caminho prudente para abrir os *Discorsi*, parece, ao mesmo tempo, querer dar um significado político a seus escritos diferente daquele de toda filosofia, pois não despreza o fato de que a eficácia da sedução está em fazer crer ao leitor que fala-se a linguagem dos homens da época”. Prossegue afirmando que, “se a prudência é a marca da dedicatória, a audácia será a do ‘proêmio’”. Mais adiante parece concluir: “Mas o próprio Maquiavel, que parecia querer surpreender os leitores, opera uma reviravolta no texto, comparando seu projeto de exploração à imitação da história antiga e ao aprendizado da antiga virtude. Dizendo-se inovador, ele repete um gesto retórico absolutamente previsível para um homem da Renascença” (BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 77).

Principado temos uma relação de poder do príncipe sobre seus súditos, o corpo político republicano parece se distinguir pelo fato de caracterizar-se pela liberdade. Liberdade esta que parece dizer respeito também às relações estabelecidas pelos *humores* no interior do Estado. Mas, se podemos afirmar em um primeiro momento que a característica principal das Repúblicas é a liberdade e, em um segundo, a guarda da liberdade, será possível explicitar (tão cedo na investigação que nos propusemos neste trabalho) o que Maquiavel compreende por liberdade? Poucos vestígios até agora. Sabemos que não é uma característica de Maquiavel definir conceitos, mas, mesmo se modificarmos a questão para “em que consiste um regime livre?”, ou, em última instância, “em que consiste a República?”, não é fácil encontrar uma resposta imediata, especialmente se tomarmos apenas suas primeiras páginas.⁶⁹

É certo apenas que a liberdade é a principal característica da República e que esta forma de governo foi definida pelo modo como se relacionaram os *humores*, seja entre eles ou com o governante. Esta também parece ser a forma de governo que mais agrada ao autor. E, se há uma preferência pela República, ela certamente não se dá por algum tipo de valoração da liberdade independentemente de uma análise histórica. Em vez disso, consideramos que, se há alguma preferência pela forma republicana, e mais especificamente a República Romana, ela se dá em função do seu êxito inigualável ao longo da história. Seguindo a argumentação de Mark Hulliung, se a escolha pelas Repúblicas pôde se dar em função da liberdade, deu-se também, e na mesma medida, em função do poder. Assim, “os maiores triunfos do poder político estão monopolizados pela liberdade, pelas comunidades republicanas”.⁷⁰

Voltemos ao nosso ponto de partida. Mais especificamente, ao ponto em que Maquiavel nos apresenta, e vale lembrar que ele o faz em todas as suas obras políticas, a

⁶⁹ Ver, a respeito da “Liberdade nos *Discorsi*”, o subcapítulo de mesmo nome em BIGNOTTO, *Maquiavel Republicano*, p. 75-114.

⁷⁰ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 5.

constatação segundo a qual há em todos os Estados uma separação irremediável entre o que ele chama de *humores* (grandes e povo). Pensar de forma específica a República nos sugere, inicialmente, que a cisão definitiva e universal do corpo político não se configura necessariamente como um mal *a priori*. Essa constatação pode ser tomada a partir do momento em que identificamos a liberdade como sua principal característica (embora ainda não a tenhamos investigado) e, de modo mais definitivo, pelo exemplo da grandeza e do poder alcançados pela República Romana. Segundo a afirmação de Newton Bignotto, tem implicações ainda mais sérias: “a liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não a possuem. Ela parece ser o conceito fundamental para toda teoria política que aborde o problema da grandeza e da decadência dos povos”.⁷¹ Por isso o caso de Roma, que fundamenta a apresentação de Maquiavel no começo dos *Discorsi*, é tão significativo. A partir do exemplo romano Maquiavel evidencia as consequências dessa separação definitiva dos *humores* que, segundo ele, culminaram na construção da liberdade, assim como da perfeição de Roma. Essa perspectiva apontada por Maquiavel nos conduz a pensar a efetividade do conflito no corpo político romano.⁷² Assim, no caso específico da República Romana, vale a pena lembrar que o conflito dos *humores* não culmina na violência. A perspectiva de que o conflito teria sido benéfico e não pernicioso parece-nos ser uma conclusão importante a que não se chega antes de percorrer um longo caminho nos textos de Maquiavel. No intuito de reconstruí-la aqui começaremos a seguir as pistas deixadas por Maquiavel nos trilhos da questão da liberdade.

⁷¹ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 79.

⁷² O conflito entre os *humores* apresenta-se como uma característica que pode ser generalizada a todos os corpos políticos. Sua expressão na República Romana, em sua ordem sociológica, apresenta-se sob o Senado e o povo.

Ao iniciar os *Discorsi*, logo na introdução, Maquiavel faz um apelo à importância dos exemplos deixados pelos antigos ao longo da história, posicionando-se em relação à sua imitação, essencial à arte de governar. Justifica a partir deles o assunto da obra ou, pelo menos, seu ponto de partida para construí-la, de alguma maneira já evidente no próprio título, mas agora minimamente justificado a partir da introdução. Assim, segundo ele, “desejando, pois, afastar os homens desse erro,⁷³ julguei necessário escrever acerca de todos os livros de Tito Lívio que não nos foram tolhidos pelos malefícios dos tempos”.⁷⁴ De Tito Lívio, Maquiavel serve-se da matéria-prima para a construção de sua obra, moldando-a ao seu próprio caráter visionário e valendo-se de suas experiências para incutir-lhe uma forma que pudesse ser universalizada. Maquiavel não necessariamente produz um conceito aos moldes acadêmicos, mas, mesmo sem construir um modelo a ser imitado, pretende fornecer àquele dotado de *virtù* a oportunidade de valer-se dessa sua característica tão cara ao espaço da política para alcançar resultados semelhantes aos obtidos em Roma.

Inicia o primeiro capítulo tratando da fundação de Roma. Trata das formas de governo, tal como estabelecidas pelos antigos e não demora muito para chegar ao assunto que aqui nos interessa de modo particular, os *humores*. É interessante notar que Maquiavel não restringe seu texto sobre a fundação às referências aos Antigos e não hesita já no começo da obra em evocar o caso de Florença. Um pressuposto importante e que parece conduzir o texto de Maquiavel sobre a fundação de Roma a uma reflexão sobre a Florença de seu tempo nos é apresentado por Bignotto. Ele afirma que “o caso romano prova que, quer consideremos como seu fundador Enéas, um estrangeiro, ou

⁷³ “Infinitas pessoas que as leem [as histórias] sentem prazer em ouvir a grande variedade das coisas, mas não pensam em imitá-las, considerando a imitação não só difícil como também impossível” (MACHIAVELLI. *Discorsi*, Proêmio, p. 198: *Donde nasce che infiniti che le leggono [delle storie], pigliono piacere di udire quella varietà degli accidenti che in esse si contengono, senza pensare altrimenti di imitarle, iudicando la imitazione non solo difficile ma impossibile*).

⁷⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi*, Proêmio, p. 198: (...) *volendo, pertanto, trarre li uomini di questo errore, ho giudicato necessario scrivere, sopra tutti quelli libri di Tito Livio che dalla malignità de’ tempi non ci sono stati intercetti*.

Rômulo, um nativo, o efeito foi o mesmo e dependeu fundamentalmente do caráter livre da fundação, e não da modalidade da mesma”.⁷⁵ Na sequência, e para referenciar a liberdade presente na fundação de Roma ao começo de Florença, “ligado à expansão de outro povo”⁷⁶ afirma ainda que

o contraste mais importante desse primeiro capítulo não é, no entanto entre Maquiavel e os humanistas, [o que se poderia pensar a partir da novidade que Maquiavel anuncia se propor no início do texto] mas entre Roma e Florença. Ao apelar para a diferença das fundações, e ao fazer de Roma o modelo da república livre, nosso autor nos convida não só a compreender seu tempo através do confronto com a Antiguidade, mas a compreender a política através do estudo de suas formas mais perfeitas.⁷⁷

A passagem nos remete às preocupações de Maquiavel com a Florença de seu tempo. Vimos muitas delas ao tratarmos da questão dos *humores* na obra *O Príncipe*. No entanto, nos *Discorsi* elas parecem ser de outra ordem. Não somente porque, de acordo com o que afirma Leo-Strauss, “podemos dizer que há uma preponderância de exemplos modernos em *O Príncipe* e de exemplos antigos nos *Discorsi*”,⁷⁸ mas porque esta recorrência aos antigos sugere que os *Discorsi* não assumem mais o caráter emergencial próprio da obra que analisamos anteriormente, mas remete-nos a um “modelo”.⁷⁹ Nesse sentido, não podemos dizer que as preocupações de Maquiavel com o futuro de Florença se esgotam em *O Príncipe*, mas que assumem outras características nos *Discorsi*. Características estas que parecem se tornar mais claras ao longo do texto.

Claude Lefort, ao tratar dos *Discorsi*, mais especificamente ao analisar seus primeiros capítulos, chama nossa atenção para a parcialidade da conclusão

⁷⁵ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 78.

⁷⁶ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 78.

⁷⁷ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 79.

⁷⁸ LEO-STRAUSS, *Thoughts on Machiavelli*, p. 16.

⁷⁹ Maquiavel se recusa a assumir modelos que não se concretizaram na história, tal como ele nos afirma no segundo capítulo de *O Príncipe*. A República Romana parece se configurar, no entanto, como a referência histórica e, portanto, efetiva de um Estado melhor que a Florença de seu tempo, servindo-lhe assim como parâmetro. Entendemos que esta questão é um pouco mais complicada e que não pode ser analisada de forma definitiva sem se considerar a questão da *fortuna*. Nesse sentido, trataremos de forma específica da questão dos “modelos” no terceiro capítulo deste trabalho (capítulo destinado à *fortuna*) e deixaremos o assunto provisoriamente em aberto aqui.

maquiaveliana. Segundo ele, a “conclusão de Maquiavel, segundo a qual a desunião levou Roma à sua perfeição, apresenta-se apenas como a metade do caminho. A desunião é apresentada ainda como fundamento da liberdade”.⁸⁰ De fato, ao longo dos capítulos dos *Discorsi* Maquiavel apresenta os tumultos ocorridos em Roma em função das diferenças entre o povo e o Senado. Após descrevê-los, atribui-lhes a perfeição de Roma. “Constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado”.⁸¹ Um pouco mais adiante, encontramos uma afirmação equivalente. Após afirmar que a separação irremediável entre povo e grandes é própria de todos os Estados,⁸² Maquiavel conclui, tomando como exemplo a cidade de Roma, que a desunião dos *humores*, ao invés de perniciososa, constitui-se como uma das causas não somente de sua perfeição, mas também de sua liberdade. Assim, no capítulo quatro, Maquiavel parece completar sua conclusão inicial: “direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma”.⁸³ Causa esta que contém somente elementos ruins, haja vista as consequências que produziu.

O autor justifica estas afirmações pelas leis edificadas a partir das consequências dos embates próprios da ruptura definitiva entre povo e grandes, própria do corpo político. Assim, “todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma”.⁸⁴ Nesse sentido, Maquiavel segue afirmando que, no caso de Roma, a desunião além da liberdade como seu produto final teve ainda a vantagem de não culminar na violência. Sua ordenação, mais

⁸⁰ LEFORT. *Le travail de l'oeuvre*, p. 475.

⁸¹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2, p. 207: (...) *fece una repubblica perfetta: alla quale perfezione venne per la disunione della plebe e del senato, come nei dua prossimi seguenti capitoli largamente si dimosterrà.*

⁸² Ver MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4.

⁸³ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, p. 209: (...) *ma vegnamo agli altri particolari di quella città. Io dico che coloro che danno i tumulti intra i nobili e la plebe, mi pare che biasimino quelle cose che furono prima causa del tenere libera Roma.*

⁸⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, p. 209: (...) *e come tutte le leggi che si fanno in favore della libertà, nascono dalla disunione loro, come facilmente si può vedere essere seguito in Roma.*

precisamente sua *virtù*, era tal que, segundo ele, “os tumultos raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue”.⁸⁵ Maquiavel, em vez de tomar a cisão do corpo político, assim como o conflito dos *humores*, apenas como possível inconveniente à manutenção do poder do governante, parece ponderar vantagens e desvantagens. Sua interpretação dos fatos culmina inevitavelmente numa crítica de análises mais apressadas que, por se fixarem naquilo que chama imediatamente mais a atenção nos tumultos, ou seja, nas suas consequências diretas, tais como violência, exílio, e outras, prendem-se a tais resultados como se fossem os únicos e sequer atentam para suas principais consequências.

Podemos pensar que, a partir do momento em que a desunião dos *humores* se manifesta em um corpo político onde há liberdade, a manifestação dos conflitos se dá de forma específica. Uma vez que não há impedimentos imediatos aos desejos dos *humores* que a constituem, o conflito se manifesta mais claramente e isso pode ter muitas implicações. A partir do caso de Roma Maquiavel reconhece o conflito como uma condição da liberdade. Esta consequência por si só já sugere a neutralização dos prejuízos causados por eles. Nas palavras do autor, “portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas”.⁸⁶ Assim, não se deixando levar pela aparência negativa dos tumultos, Maquiavel parece ponderar os resultados e, de sua avaliação, uma grande novidade: os tumultos responsáveis pelas características mais louváveis de Roma, sua liberdade e sua perfeição.

⁸⁵ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, p. 209: (...) *i tumulti di Roma rade volte partorivano esilio e radissime sangue.*

⁸⁶ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, p. 209: *Né si possano per tanto giudicare questi tumulti nocivi, né una repubblica divisa, che in tanto tempo per le sue differenze non mandò in esilio più che otto o dieci cittadini, e ne ammazzò pochissimi, e non molti ancora ne condannò in danari.*

Claude Lefort trata destes resultados positivos. Recupera o conflito e o compreende como uma desordem capaz de produzir ordenação. Em suas palavras, “assim se esboça uma tese totalmente nova: há na desordem mesma aquilo que produz ordem; os apetites de classe não são necessariamente maus, pois é do choque entre eles que nasce o poder da cidade (...)”.⁸⁷ O choque produz o tumulto e tem como consequência não o próprio tumulto, mas a ordenação que surge a partir do conflito. Os tumultos não constituem um fim em si mesmos, produzem antes outras consequências, e de tal importância que se constituem como as características próprias dos grandes Estados. Nesse sentido, podemos pensar que, se os *Discorsi* não possuem o mesmo caráter emergencial que possui *O Príncipe*, eles oferecem ao leitor uma perspectiva distinta dos conflitos. Se, por um lado, os tumultos, em função da liberdade própria das Repúblicas, se manifestam mais livremente e acabam ganhando um espaço maior no corpo político, por outro, e ao contrário do que se poderia pensar inicialmente, o resultado que produzem pode ser mais benéfico que no caso dos Principados.

A novidade maquiaveliana evidenciada por Lefort nos convida a refletir sobre os fatos de uma maneira mais ampla, analisando não somente aquilo que nos é apresentado de forma imediata, mas também aquilo que é mais difícil de ser percebido. A conclusão é, em verdade, nova e surpreendente: enganamo-nos quando reconhecemos na calma a estabilidade do corpo político. Laurent Gerbier, em seu artigo sobre os *humores*,⁸⁸ retoma as várias metáforas utilizadas por Maquiavel. Em especial aquelas que fazem referência ao corpo, seja ele humano ou político. Segundo ele, “Maquiavel, falando dos *humores* assim como um médico, sabe perfeitamente que não há senso algum em pensar o ‘fim’ dos *humores* ou sua ‘reconciliação’: os *humores* reconciliados, a unidade

⁸⁷ LEFORT. *Le travail de l'ouvrier*, p. 470.

⁸⁸ GERBIER. *Les Humeurs du peuple et des grands*.

perfeita sem movimento ou agitação, é a morte”.⁸⁹ Esta passagem parece se constituir como uma síntese da hipótese de Maquiavel. O corpo político é cindido e sua cisão definitiva. As consequências deixadas pelo conflito entre os *humores* — que, para Maquiavel, pode culminar em resultados distintos dependendo das circunstâncias — não são ruins pelo simples fato de serem oriundas do conflito. Vale lembrar que o conflito, como sabemos, é uma característica importante de todos os Estados que são, independentemente do regime, cindidos e marcados pela oposição dos *humores*. Nesse sentido, não se trata de afirmar se a simples existência do conflito foi ou não perniciosa ao corpo político, haja vista que ela é inevitável e se efetiva de modo a constituir o corpo político. Mas trata-se antes de perceber ao longo do texto de Maquiavel que o conflito, a partir do momento em que de alguma forma abrigado pelas instituições, culminou em um regime livre e em um corpo político poderoso.

O caso de Roma é justamente o exemplo utilizado pelo autor para fundamentar sua tese. Seus tumultos não impediram sua liberdade e sua perfeição. Foram, ao invés disso, a causa desses bons resultados. Suas conclusões o conduzem à defesa de Roma, que é construída seguindo uma ordem lógica de argumentos que podem ser exemplificados pela história da cidade. Segundo ele,

e não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios e violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública.⁹⁰

⁸⁹ GERBIER. Les Humeurs du peuple et des grands, p. 108.

⁹⁰ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 4, p. 209: *Né si può chiamare in alcun modo, con ragione, una repubblica inordinata, dove siano tanti esempi di virtù: perché li buoni esempi nascono dalla buona educazione, la buona educazione dalle buone leggi, e le buone leggi da quelli tumulti che molti inconsideratamente dannano; perché chi esaminerà bene il fine d'essi, non troverà ch'egli abbiano partorito alcuno esilio o violenza in disfavore del commune bene, ma leggi e ordini in beneficio della publica libertà.*

Parece haver, a partir da passagem, tal como apresentada pelo autor, uma ordem lógica clara na concatenação dos fatos que edificam um corpo político livre e perfeito. Os tumultos consequentes do conflito dos *humores* podem, em casos específicos, criar condições de possibilidade para a institucionalização de boas leis. A desordem proveniente das diferenças dos *humores* existentes no corpo político, e que são necessariamente divergentes, provoca algum tipo de ordem. Ordem esta estabelecida por leis. Leis estas que, uma vez cumpridas, formam os que lhe são submetidos. Formam uma boa educação naqueles que as cumprem. E é desta boa educação que, segundo o autor, surgem os bons exemplos, os exemplos de *virtù* capazes de modificar a ordem do corpo político inculcando-lhe honras e glórias. Nesse sentido, se diferenças entre os *humores* existem em todos os Estados, foi em Roma que produziram seus melhores resultados.⁹¹

É interessante notar que Maquiavel reconhece a possibilidade de troca de regime no caso de Florença e parece não esconder seu desejo de que ela imitasse os grandes feitos de Roma, que tomasse para si os grandes exemplos dos antigos. De fato, a situação de Florença era complicada aos olhos de Maquiavel, e ele parece se propor a pensar maneiras de converter o processo de corrupção nela instaurado. Seu regime não pode ser caracterizado como Principado, nem como um regime livre, e isto implica, tendo em vista só haver Principados e Repúblicas, tal como Maquiavel havia anunciado no começo do *Príncipe*, que Florença ou a Itália nem ao menos havia se constituído

⁹¹ Vale lembrar que, ao admitir a cisão definitiva do corpo político, Maquiavel não abre espaço para pensarmos que sua hipótese teórica apresenta-se como uma defesa da guerra civil ou de algum tipo de anarquia. Nesse sentido, Bignotto, ao tratar da questão do conflito, nos apresenta uma valiosa comparação entre as concepções platônica e maquiaveliana deste assunto. Segundo ele, enquanto Maquiavel parte do princípio de um corpo político cindido “os gregos tinham horror à divisão, à luta interna entre partes da cidade” (BIGNOTTO. *A Antropologia Negativa de Maquiavel*, p. 90). Afirma na sequência: “Maquiavel vai na contracorrente do desejo platônico o que é percebido como ameaça por outros pensadores” (BIGNOTTO. *A Antropologia Negativa de Maquiavel*, p. 91). Segue nos apresentando uma advertência que não poderia deixar de ser apontada neste trabalho: “Mas não nos equivoquemos. Nem os gregos desconheciam a impossibilidade de varrer para sempre a discórdia no seio da cidade, nem Maquiavel acredita que a divisão interna da cidade é proveitosa em qualquer situação” (BIGNOTTO. *A Antropologia Negativa de Maquiavel*, 2008).

efetivamente como um Estado. De fato, a Itália configurava-se antes como um emaranhado de Cidades-Estados, sendo parte deles dominada por Estados como a França e a Espanha, Estados estes que, assim como outros na Europa, já haviam se estruturado.

Deixando de lado essa questão, precisamos observar ainda que, embora não seja nosso propósito investigar as intenções de Maquiavel, tal como fez Leo-Strauss em *Thoughts on Machiavelli*, parece-nos interessante que ele tenha afirmado que “Ele [Maquiavel] não pode conhecer os corpos mistos a menos que tenha algum tipo de conhecimento dos corpos simples”.⁹² Sem entrar nos méritos da análise que o autor faz de Maquiavel, acreditamos que a Licença não implica uma forma de governo propriamente dita, mas uma estrutura política corrompida. Maquiavel, nesse sentido, ao introduzir a Licença, sugere pensá-la em relação a Florença. Tendo em vista a afirmação de Strauss sobre Maquiavel e o fato de termos estudado minimamente neste trabalho as formas “simples” de governo, resta-nos ainda compreender melhor este terceiro “efeito” apontado por Maquiavel. Apesar de não se tratar de uma forma de governo simples (e nem de uma forma de governo propriamente dita), tampouco de uma forma de governo “misto”,⁹³ não podemos negligenciá-lo, por acreditarmos que, em alguns momentos, é utilizado por Maquiavel para evidenciar ao leitor os perigos a que a corrupção poderia conduzir Florença. Sabemos das dificuldades de se reverter um processo de corrupção instaurado em um determinado corpo político e, por isso mesmo, acreditamos ser este mais um dos desafios de Maquiavel em pensar a questão quando ele se propõe a escrever a *História de Florença*. Obra que passaremos então a investigar mais de perto

⁹² STRAUSS. *Thoughts on Machiavelli*, p. 18.

⁹³ A tradição do governo misto não implica a Licença tal como ela nos é apresentada por Maquiavel, mas, e em certo sentido, em oposição a ela, pois se trata de um termo relacionado à ideia de melhor governo ou, pelo menos, de um governo e que tem por principal consequência o equilíbrio. Segundo o que afirma James M. Blythe, “a ideia de constituição mista, sob sua forma mais comum, associa o governo de um rei, de aristocratas e de pessoas comuns (*gens ordinaires*)” (BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Cosntitution Mixte au Moyen Âge*, p. 21). Voltaremos ao assunto mais adiante ao tratarmos mais especificamente da Licença.

no intuito de tentar esclarecer minimamente tanto a relação da Licença com Florença como suas consequências e suas possibilidades.

1.2.c A Licença e seus atores políticos

Apesar de abrir *O Príncipe* afirmando que “todos os Estados são Repúblicas ou Principados”,⁹⁴ Maquiavel acaba por introduzir outra estrutura de “organização” política. Vimos no capítulo IX d’*O Príncipe* que o autor, ao tratar do Principado Civil, aponta três efeitos produzidos pelas relações estabelecidas entre os *humores*.⁹⁵ Os dois primeiros coincidem com as duas formas de governo antes apresentadas no primeiro capítulo (Repúblicas e Principados).⁹⁶ O terceiro, no entanto, a Licença, não havia sido mencionado até então e, se tomarmos como definitivas as afirmações de Maquiavel no primeiro capítulo, sequer pode implicar uma forma de governo propriamente dita. Desse modo, a introdução do termo Licença associado às formas de governos apresentadas antes como possibilidades únicas (uma vez descartadas aquelas que não se efetivaram na história) nos traz uma dificuldade de análise. Em que implica a Licença? Por que Maquiavel introduz um terceiro efeito e o apresenta junto às duas formas de governo apresentadas desde o primeiro momento como as únicas factíveis? Sabemos que se trata de uma questão delicada e que não será possível esgotar estas questões no decorrer deste trabalho, mas são elas que norteiam nossas próximas páginas.

Partimos de um questionamento: apesar de não haver uma associação direta feita por Maquiavel entre o termo Licença e a estrutura política de Florença em seu tempo

⁹⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, I, p. 119: *Tutti gli stati, tutti e’ dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati.*

⁹⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *da questi dua appetiti diversi nasce nelle città uno de’ tre effetti: o principato o libertà o licenza.*

⁹⁶ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, I, p. 119: *Tutti gli stati, tutti e’ dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati.*

(ou pelo menos de não o fazer explicitamente), podemos pensar sua existência em suas obras? Esta pergunta se deve à possível relação do termo Licença com uma estrutura política corrompida. Ao escrever a *História de Florença*, o autor, ao mesmo tempo que descreve as causas de sua fraqueza, ocupa-se com as possibilidades de sua reestruturação. Sabemos, especialmente a partir da leitura dos *Discorsi*, que reverter um processo de corrupção já instaurado é tarefa custosa. Trataremos desta questão mais adiante; por ora, resta-nos questionar: uma vez constatada a situação de Florença como tal, não deveria ser justamente este o objetivo tanto daqueles que detêm o poder quanto daquele que a eles escreve? (Ao menos parece ser o daquele que escreve sua história). O livro que parece ser mais apropriado para uma investigação que nos propomos aqui é justamente *História de Florença*. Esperamos que uma análise mais próxima da obra em questão possa esclarecer melhor este nosso ponto de partida.

A *História de Florença* apresenta-nos algumas peculiaridades que dizem respeito, em especial, às circunstâncias em que a obra foi escrita. Generalizando um pouco a questão, podemos dizer que Maquiavel a escreveu a pedido dos Médici, família responsável pelo seu exílio, e que ele não deixa de apontar na sua História, mesmo que indiretamente, a participação dessa família no processo de corrupção civil que ele acreditava ter-se instaurado em Florença e que tinha como consequência, em grande medida, sua fragilidade. Essa complicada relação que Maquiavel estabelece com os Médici aumentava as dificuldades de sua atividade como escritor e historiador. Nesse sentido, e, para não deixar passar despercebidas as circunstâncias em que esse texto foi escrito, circunstâncias estas que parecem interferir no texto, partimos desta análise. Acreditamos que ela poderá nos auxiliar a fundamentar nossa hipótese interpretativa, que pretendemos, a partir de uma melhor compreensão do contexto da obra, assim como

das circunstâncias específicas em que ela foi escrita, tentar solidificar e apontar consequências.

A primeira dificuldade que Maquiavel parece ter encontrado diz respeito ao fato de escrever uma História a pedido daqueles que são, em grande medida, protagonistas. Protagonistas estes cujas circunstâncias que lhes conferiam tamanho poder de certo não gostariam de ver estampadas em História alguma e, menos ainda, naquela que de certa maneira haviam encomendado. Roberto Ridolfi nos ajuda a compreender a situação delicada em que se encontrava o autor. Ele comenta as especificidades das questões que tolhiam a liberdade de Maquiavel. E, a partir das correspondências de Donato Giannotti, é possível ver mais de perto as inquietações do autor:

Com Giannotti no entanto (mas talvez não só com ele) Maquiavel se confiava, lia algum trecho da *História de Florença* à medida que a escrevia, com ele fazia comentários entusiasmados. Em resumo, dizia: “Donato, não posso escrever esta História começando quando Cosimo tomou o poder até a morte de Lorenzo como teria feito se me encontrasse livre de qualquer obrigação. Os fatos serão relatados veridicamente e não omitirei nenhum, e só deixarei de discorrer sobre as causas gerais das coisas. Assim, enunciarei os fatos ocorridos quando Cosimo tomou o governo, não direi de maneira e com que meios uma pessoa atinja tamanha altura. E quem desejar entender também isso, note muito bem o que farei seus adversários dizerem, porque o que não desejaria dizer eu, como se coisa minha fosse, farei seus adversários dizerem”.⁹⁷

Ridolfi nos apresenta ainda outro trecho evidenciando as preocupações do autor com a recepção de sua obra por parte dos Médici. Ele nos apresenta uma passagem na qual Maquiavel, escrevendo a Guicciardini, afirma o seguinte:

Fiquei e estou no sítio a escrever a *História de Florença*, e daria um dinheirão, ou coisa parecida, para que vós estivésseis em algum lugar onde vos pudesse mostrar em que ponto estou, porque tendo que relatar certos detalhes precisaria saber seu parecer se ofendo demasiado ao exaltar ou a abaixar as coisas, no entanto continuarei a examinar e dar jeito para que, dizendo a verdade, ninguém se ofenda.⁹⁸

⁹⁷ RIDOLFI. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p. 228.

⁹⁸ Citado por RIDOLFI. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, p. 236.

Estas passagens apontam o desconforto de Maquiavel ao se propor a escrever a História de sua terra e a fazê-lo de forma verídica sem, no entanto, em seus relatos reproduzir eventos de forma a causar constrangimentos aos Médici. Essa situação certamente agravava as dificuldades próprias do assunto da obra.

Um exemplo das dificuldades que aguardavam Maquiavel nesse trabalho dizia respeito justamente à difícil situação política em que se encontrava Florença, tão complicada como as relações estabelecidas pelos *humores* no interior deste corpo político. Vale lembrar que Maquiavel introduz sua História enunciando ao leitor que inicialmente pretendia tomar como ponto de partida o ano de 1434,⁹⁹ mas acabou “partindo do princípio da cidade”.¹⁰⁰ Os motivos, segundo o que afirma ao leitor, seriam dois:

na história, se alguma coisa há que deleite ou ensine, é a descrição em particularidades, e, se alguma lição há que seja útil aos cidadãos que governam as repúblicas, é aquela que demonstra os motivos dos ódios e das divisões das cidades, para que, diante do perigo em que incorrem outros, eles possam ganhar sabedoria e manter-se unidos.¹⁰¹

As particularidades vivenciadas pelos antigos podem servir aos modernos. São passíveis de uma análise que pode fazer com que experiências já efetivadas se tornem então instrutivas àqueles que se detêm nelas. Observações sobre as experiências vivenciadas pelos antigos são apontadas no *Príncipe* e mais ainda nos *Discorsi*. Na *História de Florença* assumem de fato um espaço privilegiado. No entanto, entre tudo o que se pode aprender a partir da história, Maquiavel sugere ressaltar uma questão: a divisão da

⁹⁹ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, Proêmio, p. 308: (...) *nel quale tempo la famiglia de' Medici, per i meriti di Cosimo e di Giovanni suo padre, prese piú autorità che alcuna altra in Firenze* (...).

¹⁰⁰ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, Proêmio, p. 310: (...) *e deliberai cominciare la mia istoria dal principio della nostra città*.

¹⁰¹ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, Proêmio, p. 308-309: (...) *se niuna cosa diletta o insegna nella istoria, è quella che particolarmente si describe; se niuna lezione è utile a' cittadini che governono le repubbliche, è quella che dimostra le cagione degli odi e delle divisioni della città, acciò che possino, con il pericolo d'altri diventati savi, mantenersi uniti*.

cidade. Esta questão parece assumir importância na obra ao ser apresentada pelo autor como objeto de análise diligente.

Pensar a divisão da cidade, no entanto, nos conduz novamente à questão dos *humores*. A afirmação de que o corpo político é cindido pode ser generalizada a partir do pensamento do autor. Porém, os moldes em que a divisão se manifesta podem ser distintos, e tais distinções têm por consequência algumas das particularidades dos corpos políticos, podendo ainda contribuir para a manutenção do poder do governante, ou ainda impor-lhe algumas dificuldades. Ao investigar a *História de Florença*, Maquiavel aponta algumas de suas peculiaridades que dizem respeito à desunião dos *humores*, assim como suas consequências. Nossas suspeitas recaem sobre uma possível relação entre a estrutura política de Florença e o terceiro efeito consequente das relações entre os *humores*: a Licença. Tais observações nos remetem justamente à primeira dificuldade que apresentamos ao introduzir esta seção. Mais precisamente à relação dos três efeitos por eles produzidos (Principado, República e Licença) com as duas únicas formas de governo capazes de se efetivar na história (Principado e República). A primeira questão a ser investigada é o sentido em que Maquiavel utiliza o termo Licença.

Antes, no entanto, de investigar a Licença, precisamos nos ater a uma distinção importante. Havia, no período que precedia Maquiavel, uma certa cultura do “governo misto” que ainda deixava suas marcas na época do autor e que não se caracterizava como uma forma simples de governo nem se assemelhava ao que o autor nos apresenta como Licença. James M. Blythe, ao tratar detalhadamente da questão dos governos mistos (retomando-a a partir dos gregos, passando por toda a Idade Média e concluindo sua análise por volta do século XVI),¹⁰² diz preferir “começar com uma definição

¹⁰² Vale lembrar que ele finaliza a obra abordando a questão a partir de escritores como Savonarola, Maquiavel, Donato Giannotti e Guicciardini.

suficientemente ampla [pois, de acordo com ele,] todas as variações podem ser abordadas como parte de um longo desenvolvimento de uma mesma ideia, e não como um fenômeno isolado”.¹⁰³ Esta afirmação se relaciona à ideia desenvolvida ao longo de sua obra, *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, de que conceitos aristotélicos influenciaram todo o período tomado pelo autor, que se inicia na Grécia Antiga a partir de Homero¹⁰⁴ e termina no século XVI, tendo Guicciardini como último autor analisado.¹⁰⁵ Sem, no entanto, nos demorarmos mais nas circunstâncias que tendem a tornar de certa forma complexa esta definição, sobre os governos mistos ele afirma o seguinte:

No seu sentido mais amplo, portanto, um governo misto é aquele no qual o poder é dividido em pelo menos dois de seus grupos, ou aquele onde existe uma combinação de duas ou mais formas simples de governo. A divisão ou combinação podem se realizar de maneira institucional ou pela integração dos processos que se estima caracterizar suas diferentes formas. Um exemplo do primeiro caso seria governar pelo rei e o parlamento; um exemplo do segundo, uma condição de caráter aristocrático ligada à propriedade, juntamente a uma seleção democrática pela tiragem à sorte.¹⁰⁶

Estas estruturas de governo não podem ser associadas à estrutura política de Florença. No período histórico que Maquiavel pretendia investigar mais de perto em sua História, a forma de governo de Florença não conseguia se sustentar satisfatoriamente nem como República, nem como Principado e, em vez disso, alternava entre essas duas formas. Esta alternância, no entanto, muitas vezes se deu pela violência e acabou por produzir como consequência certa instabilidade. Instabilidade esta que pode ser pensada por via da dificuldade de se sustentar em uma forma de governo simples. Dificuldades

¹⁰³ BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, p. 32.

¹⁰⁴ Ver BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, p. 21.

¹⁰⁵ Vale lembrar que Blythe finaliza seu último capítulo com a seguinte conclusão: “Vemos assim que, desde que Políbio se tornou importante no discurso político italiano do século XVI, é Aristóteles, por intermédio direto da *Política* ou através dos aristotélicos medievais e dos humanistas cívicos, que permanece como força dominante” (BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, p. 450-451).

¹⁰⁶ BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, p. 32.

maiores ainda seriam as de tentar pensar Florença como governo misto, haja vista as deficiências de suas ordenações.¹⁰⁷ Esta questão, que diz respeito à fragilidade da estrutura política de Florença, nos conduz a pensar na possibilidade de analisar Florença a partir da hipótese de um corpo político corrompido.

Mas, se Florença, como corpo político corrompido, pode ser pensada como Licença, parece haver duas teorias dos regimes distintas, que assumem pesos diferentes no pensamento de Maquiavel. Uma interpretação possível da questão implica pensar uma teoria introduzida pelo autor e enunciada logo no começo do *Príncipe* e, ao mesmo tempo, outra teoria (originária de Platão) aceita pela tradição e que, por vezes, parece tratada por Maquiavel. Sabemos, nesse sentido, que tratar de uma possível teoria dos regimes a partir do pensamento de Maquiavel implica muitas dificuldades, mas não pode ser ignorada. Licença e governo misto são modalidades que não implicam formas de governo simples e, portanto, não apresentadas ao lado da República ou do Principado. A Licença, no entanto, em nada se confunde com o governo misto. Parecem antes constituir os extremos das formas de governo tal como pensadas por Maquiavel. A Licença representa o último estágio de um processo de corrupção instaurado em que o degrading das ordenações culmina não mais em um corpo político propriamente dito, mas no que Maquiavel chama de Licença. Já o governo misto se apresenta acima de tudo como uma forma republicana em que a liberdade promove a melhor ordenação possível do corpo político.

¹⁰⁷ Esta observação se faz necessária porque muitos contemporâneos de Maquiavel admiram a forma de governo que Veneza havia assumido e pensavam ser viável (e melhor) para Florença que ela, aos moldes venezianos assumisse uma forma de governo misto. Ver, a este respeito, PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*.

Embora se oponha ao “mito de Veneza”,¹⁰⁸ Maquiavel não deixa de reconhecer o governo misto como aquele capaz de conduzir um corpo político à sua forma mais aprimorada (dentro das possibilidades humanas). Ele trata da questão de forma mais direta no segundo capítulo do primeiro livro dos *Discorsi* e sugere fazê-lo a partir da incorporação da perspectiva de Políbio segundo a qual o governo misto seria o mais perfeito. No segundo capítulo, Maquiavel introduz o tema da corrupção dos regimes para tratar de forma especial da corrupção das Repúblicas. Deixamos esta questão de lado ao tratarmos das Repúblicas (na seção anterior), em função da pouca relação deste tema com o assunto lá abordado. Mas, neste ponto, muito embora tal tema não se constitua como parte integrante das questões centrais deste trabalho, não podemos ignorá-lo. Nas palavras do autor,

Digo, portanto, que todos estes modos são nocivos, tanto pela brevidade da vida que há nos três bons quanto pela malignidade que há nos três ruins. Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por julgarem mais firme e estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, *ottimati* e governo popular, um toma conta do outro.¹⁰⁹

Maquiavel parece assumir uma conclusão importante, segundo a qual seriam efetivamente melhores que as demais formas de governo que ele havia apresentado, embora tenhamos visto que o governo misto não fora apresentado no começo d’*O Príncipe* como forma de governo (tal como a Licença).

Se nos ativermos um pouco às formas de governo pensadas na história a partir de Platão, assim como às suas formas corrompidas correspondentes, onde poderíamos

¹⁰⁸ Para usar as palavras de Blythe, “a objeção de Maquiavel ao que Veneza tinha na sua constituição mista tinha uma inclinação para a nobreza e deixava pouco ou nenhum lugar para o povo” (BLYTHE. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*, p. 441).

¹⁰⁹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2, p. 205-206: *Dico, adunque, che tutti i detti modi sono pestiferi, per la brevità della vita che è ne’ tre buoni, e per la malignità che è ne’ tre rei. Talché, avendo quelli che prudentemente ordinano leggi, conosciuto questo difetto, fuggendo ciascuno di questi modi per sé stesso, ne elessero uno che partecipasse di tutti giudicandolo più fermo e più stabile perché l’uno guarda l’altro, sendo in una medesima città il principato, gli ottimati, e il governo popolare.*

encaixar a Florença de Maquiavel? Talvez Aristóteles, mais do que Platão, nos ajude a pensar uma possível resposta para esta questão. Partimos da interpretação de algumas das afirmações do autor ao pensar a divisão das formas de governo. Referimo-nos ao livro da *Política* e à perspectiva de que o regime é anterior ao cidadão e não há nada anterior à cidade, tomando-se regime como a forma de organização dos que vivem na cidade.¹¹⁰ No quarto livro, ao retomar as seis formas de governo divididas entre retas e corrompidas,¹¹¹ Aristóteles abre espaço para tipos distintos de cada uma destas formas. Após apontar a monarquia como a melhor forma de governo e a tirania, por oposição, a pior, menciona indiretamente Platão e faz a seguinte consideração sobre as demais formas corrompidas de governo:

cumpre-nos distinguir primeiro quantas formas diferentes há de constituição, no pressuposto de que existem várias espécies de democracia e de oligarquia; (...) prosseguindo, temos de distinguir a maneira pela qual deve avançar alguém que deseje instituir estas constituições — quero dizer, as várias formas de democracia e oligarquia (...).¹¹²

A passagem sugere a identificação de outras formas de governo corrompidas além das enumeradas anteriormente e que se tornaram clássicas ao longo da história da filosofia política. Interessa-nos porque Maquiavel parece ao longo de sua *História de Florença* identificar a Licença com uma espécie de um processo de corrupção instaurado a ponto de sentirmos dificuldade de chamar seu objeto de corpo político ou Estado. Mas, se, por um lado, a Licença está longe de se constituir como uma forma de governo clássica (ou mesmo como uma forma de governo), por outro, talvez possa ser pensada em analogia ao que pensou Aristóteles ao tratar das formas corrompidas de governo. Em outras

¹¹⁰ Ver ARISTÓTELES. *Política*, III.

¹¹¹ “Em nossa discussão inicial sobre as formas de governo dividimo-las em três formas corretas: monarquia, aristocracia e governo constitucional; os desvios destas também foram divididos em três (a tirania, a oligarquia e a democracia, originando-se respectivamente da monarquia, da aristocracia e do governo constitucional)” (ARISTÓTELES. *Política*, IV, 2 (1289b), p. 123).

¹¹² ARISTÓTELES. *Política*, IV, 2 (1289b), p. 123-124.

palavras, se o modo como Maquiavel descreve as formas de governo não coincide com a totalidade das formas apontadas por Aristóteles, talvez coincidam quanto às possibilidades de distinções internas possíveis em cada uma delas.

Partindo-se da afirmação de Aristóteles para pensar os efeitos das relações entre os *humores* no pensamento de Maquiavel, temos talvez a oportunidade de diferenciar a existência ontológica, que preside a divisão do corpo político, daquela histórica, que determina o desenvolvimento das sociedades históricas. Podemos pensar que, enquanto o primeiro pretendia definir conceitos passíveis de universalização, o segundo pretendia analisar o que lhe fora fornecido pela história. Avançando mais um pouco e nos restringindo a Maquiavel, temos a chance de diferenciar o estatuto de um regime político que só pode ser definido pelas relações estabelecidas entre os *humores*. É o resultado destas relações que determina efetivamente o regime específico de um dado corpo político que, por sua vez, está sujeito a toda sorte de variações circunstanciais. Newton Bignotto, a este respeito, afirma que Maquiavel

descreve os diversos regimes como um efeito direto da divisão do corpo político. Se levarmos em conta que as três formas citadas recobrem para ele o conjunto das possibilidades dos regimes, fica claro que, para pensar as diversas formas de ordenação da vida comum, devemos partir da constatação da divisão original do corpo político.¹¹³

Nesse sentido, para pensar qualquer uma das formas de governo, parte-se sempre de sua concepção derivada, por sua vez, da pressuposição da divisão do corpo político. Tal concepção só pode se efetivar na história, e, uma vez concebida a forma de governo neste âmbito próprio das sociedades históricas, ela se sujeita a todas as variações características deste terreno. Desse modo, e seguindo ainda a argumentação de Bignotto,

¹¹³ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 89.

na apresentação da fratura do corpo está subentendido que não se trata de uma fenomenologia das formas políticas, mas de uma explicação de seus fundamentos. O “povo” e os “grandes” não são conceitos sociológicos, que designam univocamente grupos ou classes sociais. Esses dois conceitos se referem a dois elementos irreduzíveis na vida política, que não podem ser subsumidos por nenhum acordo, ou contrato, que restauraria a unidade do todo. Não há unidade a ser restaurada. Os dois pólos só existem em seu confronto, eles se determinam mutuamente, mesmo se os elementos que os constituem se mostrem inconciliáveis.¹¹⁴

Assim, precisamos considerar que a divisão não é circunstancial e implica antes o próprio fundamento do corpo político. As variações próprias do mundo homens e que conseqüentemente caracterizam o espaço da política não se aplicam a este fundamento, pois só podem se efetivar à medida que este corpo político se efetiva na história. Nesse sentido, tal divisão fundamental se constitui então como o estatuto primeiro da concepção do corpo político.

No entanto, naquilo que diz respeito às sociedades históricas, não lidamos apenas com Repúblicas e Principados. Na efetividade da vida política, a Licença mostrou-se possível. É para compreender melhor esta possibilidade que a passagem supracitada de Aristóteles se faz interessante aqui. A definição conceitual das formas de governo corrompidas parece, segundo o que fora afirmado por ele, não restringir a efetividade histórica de um corpo político às formas de governo em sua descrição restrita. Algumas formas de ordenação do corpo político podem se efetivar como derivadas das três formas conceituais. Voltando ao pensamento de Maquiavel, talvez possamos pensar que a Licença também se constituía como uma espécie de derivação. Mais especificamente uma forma não de governo, mas de corrupção do corpo político. Uma corrupção a tal ponto que, quando não podemos mais falar de corpo político, assume a denominação de Licença. É justamente nesta linha que se dão as referências de Maquiavel a Florença. Se Florença não se constituía como uma forma licenciosa, poderia corromper-se a tal ponto. Assim, Florença parecia estar, aos olhos do autor,

¹¹⁴ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 89.

entre a esperança advinda da efetividade da República em sua forma mais perfeita, caracterizada pelo exemplo do governo misto romano (que servia como modelo), e a Licença. No caso da primeira possibilidade, faltava-lhe *virtù* para ordenar melhor suas instituições. No caso da segunda, seus riscos eram diretamente proporcionais à formação de facções políticas que acabavam por corromper o povo e, uma vez feito isso, poderiam arruinar as ordenações do corpo político. Acreditamos que talvez possamos pensá-la assim em virtude do processo de corrupção que a caracterizava, assim como pela dificuldade de pensar sua forma política como República ou como Principado. E, se esta última pode ser compreendida como mais difícil de ser comprovada em função de toda a discussão que uma análise da questão poderia gerar, a primeira nos é apresentada de forma mais clara ao longo da *História de Florença*. Especialmente se tomarmos os primeiros capítulos do terceiro livro, podemos observar que Maquiavel os inicia tratando da questão da corrupção. Ao ilustrar o discurso de um cidadão a um “senhor” no capítulo cinco, Maquiavel parece ilustrar também, a partir desta situação, algumas das causas da corrupção, e o faz em vários momentos de seu texto. Escolhemos um em que ele inicia generalizando, pela voz do cidadão, sobre a situação da Itália:

nas cidades da Itália reúne-se tudo aquilo que pode ser corrompido ou corromper: os jovens estão ociosos, os velhos são lascivos, e todos os sexos, todas as idades estão cheios de maus costumes. Daí provém a ganância que se vê nos cidadãos, bem como o apetite, não de glória, mas de infamantes honras, e disso decorrem ódios, inimizades, desavenças, facções; das quais provêm mortes, exílios, aflições dos bons, exaltações dos maus.¹¹⁵

¹¹⁵ MACHIAVELLI. *Istorie Florentine*, III, 5, p. 429: *E veramente in nelle città di Italia tutto quello che può essere corrotto e che può corrompere altri si raccozza: i giovani sono oziosi, i vecchi lascivi, e ogni sesso e ogni età è piena di brutti costumi; a che le leggi buone, per essere dalle cattive usanze guaste, non rimediamo. Di qui nasce quella avarizia che si vede ne' cittadini, e quello appetito non di vera gloria, ma di vituperosi onori, dal quale dependono gli odi, le nimicizie, i dispareri, le sette: dalle quali nasce morti, esilii, afflizioni di buoni, esaltazioni di tristi.*

Mais adiante, e ainda expressando-se pelo discurso de um cidadão, Maquiavel especifica suas considerações sobre Florença afirmando que, “se as outras cidades estão cheias de desordens, a nossa está delas manchada mais do que qualquer outra; porque nela as leis, os estatutos, e as ordenações civis não são ordenados de acordo com a vida livre, mas de acordo com a ambição do partido que se tornou superior”.¹¹⁶ Tais desordens são de espécie distinta daquelas que podem ser encontradas nas Repúblicas. Mais distantes ainda estão do modo de organização dos Principados. Pelo fato de não poder se encaixar nem em um, nem em outro, e, além disso, caracterizar-se pela corrupção que, tal como nos sugere a *História de Florença*, a cidade alternava entre estas duas formas e, na medida em que não fortalecia suas instituições e firmava-se como um corpo político livre, nem subordinado a um príncipe, incorria no perigo de corromper-se até assumir a forma de uma Licença.

Ao constatar Florença como um corpo político corrompido, Maquiavel, nos apresenta ao longo dos *Discorsi* as dificuldades de tratar de um corpo político marcado por um processo de corrupção, assim como as dificuldades de reverter este processo. Talvez possamos dizer que, de modo geral, Maquiavel percebe que todos os regimes tendem ao longo dos ciclos históricos que vivenciam a se aproximar de um processo de corrupção. Em outras palavras, a corrupção dos regimes políticos seria parte integrante do processo da efetividade histórica do corpo político. O que nos interessa aqui e nos conduz a pensar a questão da corrupção é a ideia de que algumas circunstâncias são capazes de provocar modificações no corpo político. Modificações estas que, em um determinado período de tempo (que tende a ser longo), podem culminar na alteração do regime político daquele Estado. E, como os Estados parecem estar mesmo sujeitos às

¹¹⁶ MACHIAVELLI. *Istorie Florentine*, III, 5, p. 430: *E se le altre città sono di questi disordini ripiene, la nostra ne è piú che alcuna altra macchiata: perché le leggi, gli statuti, gli ordini civili, non secondo il vivere libero, ma secondo la ambizione di quella parte che è rimasa superiore si sono in quella sempre ordinati e ordinano.*

circunstâncias desta natureza, é possível que seus regimes sejam alterados de tempos em tempos.¹¹⁷

Maquiavel parece traçar os fundamentos teóricos do percurso histórico no qual se insere necessariamente um corpo político. E defende (ainda no segundo capítulo dos *Discorsi*) que, se os homens, no início dos tempos, se uniram sob o comando do mais forte, ao verem este mais forte governar optaram, quando tiveram oportunidade, pelo governo do mais justo. E, uma vez que este governo se fez hereditário e os herdeiros não escolheram governar com o senso de justiça esperado, transformando-se em tirano,

¹¹⁷ É interessante notar que Maquiavel introduz esta questão recorrendo ao que segundo ele deve ter sido a origem da organização política. A este respeito ver MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2, p. 204-205: *Nacquono queste variazioni de' governi a caso intra gli uomini: perché nel principio del mondo, sendo gli abitatori radi, vissono un tempo dispersi a similitudine delle bestie; dipoi, moltiplicando la generazione, si ragunarono insieme, e, per potersi meglio difendere, cominciarono a riguardare infra loro quello che fusse piú robusto e di maggiore cuore, e fecionlo come capo, e lo ubedivano. Da questo nacque la cognizione delle cose oneste e buone, differenti dalle perniziose e ree: perché, veggendo che se uno noceva al suo beneficatore, ne veniva odio e compassione intra gli uomini, biasimando gl'ingrati ed onorando quelli che fussero grati, e pensando ancora che quelle medesime ingiurie potevano essere fatte a loro, per fuggire simile male, si riducevano a fare leggi, ordinare punizioni a chi contrafacessi: donde venne la cognizione della giustizia. La quale cosa faceva che, avendo dipoi a eleggere uno principe, non andavano dietro al piú gagliardo, ma a quello che fusse piú prudente e piú giusto. Ma come dipoi si cominciò a fare il principe per successione, e non per elezione, subito cominciarono li eredi a degenerare dai loro antichi; e, lasciando l'opere virtuose, pensavano che i principi non avessero a fare altro che superare gli altri di sontuosità e di lascivia e d'ogni altra qualità di licenza: in modo che, cominciando il principe a essere odiato, e per tale odio a temere, e passando tosto dal timore all'offese, ne nasceva presto una tirannide. Da questo nacquero, appresso, i principii delle rovine e delle conspirazioni e congiure contro a' principi; non fatte da coloro che fussono o timidi o deboli, ma da coloro che, per generosità, grandezza d'animo, ricchezza e nobiltà, avanzavano gli altri; i quali non potevano sopportare la inonesta vita di quel principe. La moltitudine, adunque, seguendo l'autorità di questi potenti, s'armava contro al principe, e, quello spento, ubbidiva loro come a suoi liberatori. E quelli, avendo in odio il nome d'uno solo capo, costituivano di loro medesimi uno governo; e, nel principio, avendo rispetto alla passata tirannide, si governavano secondo le leggi ordinate da loro, posponendo ogni loro commodo alla commune utilità; e le cose private e le pubbliche con somma diligenza governavano e conservavano. Venuta dipoi questa amministrazione ai loro figliuoli, i quali non conoscendo la variazione della fortuna, non avendo mai provato il male, e non volendo stare contenti alla civile equalità, ma rivoltisi alla avarizia, alla ambizione, alla usurpazione delle donne, feciono che d' uno governo d'ottimati diventassi uno governo di pochi, senza avere rispetto ad alcuna civiltà; talché, in breve tempo, intervenne loro come al tiranno; perché, infastidita da' loro governi, la moltitudine si fe' ministra di qualunque disegnessi in alcun modo offendere quelli governatori; e così si levò presto alcuno che, con l'aiuto della moltitudine, li spense. Ed essendo ancora fresca la memoria del principe e delle ingiurie ricevute da quello, avendo disfatto lo stato de' pochi e non volendo rifare quel del principe, si volsero allo stato popolare, e quello ordinarono in modo, che né i pochi potenti, né uno principe, vi avesse autorità alcuna. E perché tutti gli stati nel principio hanno qualche riverenza, si mantenne questo stato popolare un poco, ma non molto, massime spenta che fu quella generazione che l'aveva ordinato; perché subito si venne alla licenza, dove non si temevano né gli uomini privati né i pubblici; di qualità che, vivendo ciascuno a suo modo, si facevano ogni dí mille ingiurie: talché, costretti per necessità, o per suggestione d'alcuno buono uomo per fuggire tale licenza, si ritorna di nuovo al principato; e da quello, di grado in grado, si riviene verso la licenza, ne' modi e per le cagioni dette.*

optaram, quando a oportunidade se fez latente, por substituí-lo, não hesitando em matá-lo para reconquistar a liberdade.¹¹⁸ Este trecho é o começo de um argumento que considera ainda a análise das Repúblicas e culmina na do governo misto. No que diz respeito às Repúblicas, Maquiavel afirma que elas também passam por este ciclo de alternância de governo. No entanto, neste caso, “quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações”.¹¹⁹ Na sequência parece justificar a afirmação e complementá-la com a possibilidade da situação contrária:

Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela: mas supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro.¹²⁰

A degeneração da República pode ser pensada, tomando como ponto de partida a tradição, e sabemos que este processo degenerativo pode culminar na Licença. É justamente desta forma que acreditamos que Maquiavel se põe a pensar a Florença de seu tempo. Ao tratar da origem da organização política, ele nos conduz a pensar também a origem de Florença e os fatores que a tornam primeiramente forte e, depois, enfraquecida.

A Licença, assim como os outros “efeitos” apresentados por Maquiavel, edifica-se como consequência das relações entre os *humores* tal como foram estabelecidas em um determinado corpo político. Entretanto, em vez de uma forma de governo, tal como o Principado ou a República, a Licença apresenta-se antes como uma estrutura corrompida de governo. Maquiavel, para investigá-la, recorre de forma especial aos

¹¹⁸ Ver MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2.

¹¹⁹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2, p. 205: *Perché quasi nessuna repubblica può essere di tanta vita, che possa passare molte volte per queste mutazioni e rimanere in piede.*

¹²⁰ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 2, p. 205: *Ma bene interviene che, nel travagliare, una repubblica, mancandole sempre consiglio e forze, diventa suddita d'uno stato propinquo, che sia meglio ordinato di lei: ma, posto che questo non fusse, sarebbe atta una repubblica a rigirarsi infinito tempo in questi governi.*

exemplos concretizados na história. Parece, em certa medida, escrever a *História de Florença* por oposição à história de Roma. Assim, se, por um lado, temos a oportunidade de vislumbrar a perspectiva que o autor tinha de seu tempo, do contexto histórico no qual se inseria, por outro, podemos vislumbrar a comparação que o autor faz de seu tempo com o que ele mesmo apresenta como o principal “modelo” de êxito da história: Roma. Podemos ainda, por meio desta obra, nos assegurar da clareza que tem o pensador que verbaliza a constituição da história de seu tempo, em movimento constante, com o mesmo discernimento que trata do passado.

No que tange aos *humores*, especificamente, o autor parece já partir de determinados pressupostos anteriormente escritos tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discorsi*. Desse modo, após retomar a distinção existente entre grandes e povo, assim como a incompatibilidade absolutamente insolúvel existente a partir de seus desejos, Maquiavel conclui ser este o lugar próprio da desunião tanto de Roma quanto de Florença e o faz valendo-se dos exemplos de ambas para tratar das consequências que as relações entre os *humores* nelas produziram. Apesar de reconhecer esta semelhança inicial, põe-se na sequência a esmiuçar suas diferenças. “Maquiavel recorre aos grandes feitos da República Romana (período que floresceu entre 509 e 27 a.C.) a fim de compreender as causas da fraqueza de Florença e de descobrir em que condições um regime pode perdurar e prosperar”.¹²¹ Roma torna-se então mais que um “modelo” de êxito, torna-se um modelo a ser imitado.

É interessante notar que, novamente, assim como vimos na argumentação de Maquiavel a partir dos *Discorsi*, a distinção existente entre Roma e Florença aparece como consequência de apresentarem também finalidades distintas. Na República havia a percepção de que, se para satisfazer integralmente os desejos de um dos *humores* fosse

¹²¹ MÉNISSIER. Le bon usage des tumultes. In: *Machiavel, Le pouvoir et la ruse*, p. 38.

necessário em tudo contrariar o outro, e se o benefício do primeiro se prolongasse em detrimento do segundo, uma das consequências poderia ser, em última instância, a ruína da República como um todo. Em Florença tal consideração nem ao menos fora posta em questão. Para ilustrá-lo, preferimos recuperar a enumeração destas distinções críticas entre Roma e Florença retomando Maquiavel, que afirma o seguinte:

as inimizades havidas, em Roma, no princípio entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a *virtù* militar, enquanto as de Florença a extinguíram totalmente (...).¹²²

Tais distinções nos remetem não somente à retomada de Roma como um exemplo a ser imitado, mas também à de Florença, em algumas situações, como um a ser evitado. Maquiavel nem considera ser de grande dificuldade modificar esta estrutura florentina fadada à falência. Segundo ele, “Florença chegou a um ponto em que um legislador sábio facilmente poderia reordená-la em qualquer forma de governo”.¹²³ Mas isto não aconteceu em seu tempo, e tantas são as causas desta situação que o próprio Maquiavel não esconde seu esforço para tentar reverter.

Ao tratar desta questão nos *Discorsi*, Maquiavel não deixa dúvidas sobre considerar a República a melhor forma de governo, especialmente sob a forma de governo misto. Roma é, neste caso, seu grande exemplo e também sua fonte de esperança em relação a Florença. O trabalho de Bignotto nos oferece uma possibilidade de compreensão da questão. De acordo com suas afirmações,

¹²² MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423: (...) *perché le inimicizie che furono nel principio in Roma intra il popolo e i nobili, disputando, quelle di Firenze, combattendo, si difinivano; quelle di Roma con una legge, quelle di Firenze con lo esilio e con la morte di molti cittadini terminavano; quelle di Roma sempre la virtù militare acrebbono, quelle di Firenze al tutto la spesono.*

¹²³ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 424: (...) *Firenze a quel grado è pervenuta che facilmente da uno savio datore di legge potrebbe essere in qualunque forma di governo riordinata.*

em primeiro lugar, aprendemos que a liberdade pode existir em “germe” em qualquer forma constitucional: a monarquia romana é uma demonstração. Em segundo lugar, aprendemos que Roma deve ser considerada modelo não porque tenha tido uma fundação perfeita, mas, ao contrário, porque foi capaz de operar transformações que sabemos extremamente difíceis de serem levadas a bom termo.¹²⁴

Roma parece-nos não só ter sido capaz de preservar sua liberdade como de preservá-la por muito tempo, independentemente das modificações pelas quais se sujeitaram suas formas de governo. Para Maquiavel, parece não haver exemplo histórico mais significativo.

Neste sentido, seguindo o que afirma Hulliung, ele “considera o Império Romano como um tema central desenvolvido ao longo dos trabalhos do pensador de Florença”.¹²⁵ De acordo com ele, e como já foi afirmado anteriormente, a própria escolha da República como melhor forma de governo só se dá pela análise segura dos fatos históricos. A partir destes, Roma fez-se incomparável. Assim, a escolha desta forma de governo não se dá especificamente pela liberdade que lhe é própria, mas pelo poder que o governo livre alcançou com os romanos. O interesse de Maquiavel estaria, acima de tudo, no poder, na sua grandeza. Se seu objetivo principal era encontrar meios de elevar sua Florença a um Estado forte e unificado, não podemos pensar em outro mote para efetivá-lo que não o poder. Este, como sabemos, aparece em sua forma mais esplendorosa justamente na República romana. Assim, investigar Roma torna-se para ele um imperativo e, a partir dele, como desdobramento dessa análise, investigar a liberdade na qual repousa a mais exuberante manifestação do poder — em um governo ao longo da história — não se faz menos significativo. Era “a esperança de que o estudo dos métodos romanos em relação ao governo e à guerra pudesse salvar os modernos da miséria de suas histórias”.¹²⁶

¹²⁴ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 82.

¹²⁵ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 6.

¹²⁶ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 32.

Poderíamos pensar, em contrapartida, em algumas justificativas para a fragilidade que estampava a Florença daquele tempo. Fragilidade esta que, se, por um lado, se contrastava à glória alcançada por Roma, por outro, se opunha ainda mais à riqueza e ao esplendor da arte e da ciência emergentes naquele florescer renascentista. Assim, não podemos deixar de pensar que, se há mais de uma razão para justificar a corrupção de sua estrutura organizacional, no mínimo uma delas passa pelos desejos dos seus *humores*. Passa pela relação estabelecida pelos *humores* no interior do corpo político assim como, num segundo momento, pelas suas consequências; pelos objetivos por eles traçados, desacreditados ou abandonados. A consequência última (e que implicava justamente a situação que Maquiavel pretendia modificar), era uma organização política muito pouco estruturada e carente de um redentor que a fizesse Principado ou República, mas que a fizesse forte.

Se Florença se corrompesse até se transformar em uma Licença, as dificuldades para reestruturá-la em um corpo político de fato aumentam ainda mais. Maquiavel trata da questão da corrupção e das dificuldades de se erguer um corpo político corrompido. Naquilo que diz respeito a manter o corpo político coeso e saudável, o autor indica a vivacidade da fundação. No entanto, quando o assunto é um processo de corrupção já instaurado, não temos uma indicação tão otimista, mas, no lugar dela, as dificuldades de frear este processo. Acreditamos que as dificuldades vislumbradas por Maquiavel em reverter um processo de corrupção já instaurado não o impediram de aceitar sua própria cidade como exemplo de Estado corrompido (embora ainda não totalmente). Em vez disso, pensamos que talvez tenha se dedicado tanto a esta questão no intuito justamente de pensar seu tempo e sua terra natal. Essas nossas especulações poderiam ser reforçadas pelo retorno constante que o autor faz ao exemplo histórico de Roma e às possibilidades que ele oferece.

Voltando aos objetivos de Maquiavel e aos exemplos que ele vislumbra a partir da História de Roma, podemos observar mais uma das passagens utilizadas pelo autor para opor a força da estrutura do corpo político romano à fragilidade experimentada pela Florença de seu tempo. Segundo ele, “o povo romano desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres”.¹²⁷ Aqui, da mesma forma que havia feito em suas obras *O Príncipe* e os *Discorsi*, recorre às diferentes formas como se relacionaram os *humores* para fundamentar as distinções entre estes corpos políticos. Mais adiante afirma:

e, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus encargos.¹²⁸

E, na sequência do texto, ele aponta as consequências do caso contrário:

Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio de cidadãos, e as leis depois criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor.¹²⁹

É interessante notar que a recorrência àquilo que “é mais razoável” parece vir acompanhada de uma espécie de análise dos desejos mais apropriados ao Estado. Não

¹²⁷ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423: (...) *il popolo di Roma godere i supremi onori insieme con i nobili desiderava, quello di Firenze per essere solo nel governo, senza che i nobili ne partecipassero, combatteva.*

¹²⁸ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423-424: *E perché il desiderio del popolo romano era più ragionevole, venivano ad essere le offese ai nobili più sopportabili, tale che quella nobiltà facilmente e senza venire alle armi cedeva; di modo che, dopo alcuni dispareri, a creare una legge dove si sodisfacesse al popolo, e i nobili nelle loro dignità rimanessero, convenivano.*

¹²⁹ MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 424: *Dall’altro canto, il desiderio del popolo fiorentino era ingiurioso e ingiusto, tale che la nobiltà con maggiori forze alle sue difese si preparava, e perciò al sangue e allo esilio si veniva de’ cittadini; e quelle leggi che di poi si creavano, non a comune utilità, ma tutte in favore del vincitore si ordinavano.*

devemos, no entanto, nos enganar no que diz respeito ao que Maquiavel chama de “natureza humana”. Trata-se de um conceito bastante genérico no pensamento do autor e que muitas vezes diz respeito a um certo pressuposto da maldade própria dos homens.

Maquiavel parte do princípio de que o terreno da política só pode ser ocupado pelos homens. Estes, por sua vez, não são movidos somente pela razão, mas, e talvez principalmente, pelas paixões. Tal como afirma Ménissier, “a vida política é constituída de paixões, a forma de governo onde o poder não está concentrado, a república, é então uma forma privilegiada, senão a forma privilegiada, aquela que permite compreender melhor a vida política”.¹³⁰ Assim, se no Principado elas são por vezes reprimidas ou se restringem, na esfera pública, à figura do governante, e na Licença muitas vezes servem antes para auxiliar no processo de corrupção dos valores do Estado, na República, por sua vez, tendem a se incorporar à vida cívica de modo a promovê-la pela busca da honra e especialmente da glória. Maquiavel se vale mais uma vez da história para tratar da questão. Segundo a afirmação de Bignotto, “os homens repetem suas paixões e sua forma de agir ao longo dos tempos e, por isso, podemos nos servir da história para tomar decisões no presente”.¹³¹ Podemos pensar, então, que a racionalidade do ator político ao organizar-se estrategicamente nos assuntos do Estado é mais efetiva e proveitosa quanto menos ignoradas são as paixões envolvidas em cada um desses assuntos.¹³²

No terreno da política, e isso vale especialmente para os legisladores, essas paixões devem ser tomadas como uma predisposição à maldade. Dado que os homens podem (o que não significa que farão efetivamente) optar por todo tipo de maldade, não

¹³⁰ MÉNISSIER. Le bon usage des tumultes. In: MÉNISSIER. *Machiavel, Le pouvoir et la ruse*, p. 38.

¹³¹ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 13.

¹³² Sobre este assunto, resta-nos ainda precisar que Maquiavel, em nenhuma de suas obras, se vale deste parâmetro grego de análise. Nem por isso, todavia, seus escritos deixam de nos remeter a ele. Sua comparação visa a evidenciar não somente a distinção exacerbada existente, mas, ao mesmo tempo, identificar a possibilidade de modificação da estrutura presente em sua Florença.

se pode deles esperar o contrário. Trata-se de um cálculo negativo da ação humana, ou seja, de tomar os homens como maus para construir leis capazes de ordenar o corpo político apesar da capacidade humana de praticar atrocidades. Em contrapartida, Maquiavel não sugere a generalização da maldade, ou seja, não nos sugere que todas as pessoas precisam partir do pressuposto de que a maldade está presente nas ações dos homens. No que diz respeito a esse aspecto, a hipótese de Maquiavel não se aproxima da de Hobbes¹³³ e, segundo o que nos indica Bignotto, “a percepção da maldade humana é fundamental para os legisladores e não necessariamente para todos os homens em todas as situações”.¹³⁴ Não se trata de pensar a maldade humana pela via do medo, mas pela via da precaução. Sob este aspecto, Maquiavel se distancia de Hobbes, pois pensar a estrutura jurídica capaz de minimizar os efeitos da maldade dos homens não implica um corpo político que se fundamenta no medo.

Neste ponto, poderíamos nos perguntar: o que é maldade para Maquiavel? Ou, ainda, implica dizer que os homens são maus? Esta questão parece ser respondida de forma direta por Bignotto, na sequência de seu texto. Segundo ele,

Maquiavel afirma a universalidade da maldade humana, mas não a descreve. Isso sugere que suas considerações podem ser entendidas a partir da visão do senso comum, elas conduzem o leitor para um terreno que lhe é familiar. Dizendo de outra maneira, nosso autor não parece preocupado em conceder um estatuto ontológico à maldade, uma vez que ela pode ser compreendida, sem muitas explicações por todos os leitores.¹³⁵

A passagem nos indica não haver um conceito próprio do termo precisado pelo autor ou mesmo implícito em suas obras.¹³⁶ Conduz-nos a pensar que as preocupações de

¹³³ A questão da natureza humana a partir de Maquiavel e Hobbes é abordada em BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 87-89.

¹³⁴ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 92.

¹³⁵ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 92.

¹³⁶ Vale lembrar que o senso comum do tempo de Maquiavel compreende a maldade em grande medida a partir dos preceitos cristãos e, se a tomamos a partir de São Tomás de Aquino, por exemplo, implica em grande medida aquilo que contraria as leis humanas e divinas.

Maquiavel apontavam no sentido de que o corpo político precisa ser delineado por mecanismos capazes de precavê-lo da maldade dos homens. Vale lembrar, no entanto, e é especialmente neste aspecto que Maquiavel difere dos gregos, que os homens, de modo geral, não se destacam nem por serem bons, nem pelo seu contrário. De acordo com Bignotto,

no fundo a dificuldade de descrever corretamente o ser humano vem do fato que em geral não somos nem muito bons nem muito maus. Cada um de nós hesita numa condição intermediária, na qual a variedade de nossos sentimentos, desejos, e medos, faz com que tenhamos um comportamento errático, que torna quase impossível saber como reagiremos em cada situação.¹³⁷

Parece ser justamente por isso que a maldade não é pensada por Maquiavel como uma preocupação de todos, mas particularmente do legislador. Em outras palavras, uma vez descartada a possibilidade de que o papel do governante ou das leis seja tornar os homens bons, resta fazer com que as leis consigam regular o corpo político de modo a evitar sua falência. E, se em grande medida esta é a tarefa do legislador, ao governante cabe outra tarefa que se relaciona a esta, já que a conquista e a manutenção do poder podem ser a todo instante ameaçadas pela maldade dos homens.

Assim, se, por um lado, Maquiavel, ao conferir importância ao reconhecimento da maldade humana pelo legislador ou governante no interior do corpo político, difere dos gregos por pensar a maldade como própria dos homens, por outro, se aproxima muito dos antigos ao pensar a importância da honra e da glória, por exemplo. Podemos pensar que, em vez de propor a purificação dos homens, como o fez Savonarola (como veremos mais de perto no último capítulo), ele parece apenas reconhecer a maldade como uma das características humanas e sustentar que não se pode descuidar das leis que devem impedir ou pelo menos frear a corrupção do corpo político. Para efetivá-lo, o

¹³⁷ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 93.

recurso que Maquiavel reconhece como disponível ao legislador (assim como ao governante) é o uso da história, e talvez, justamente por causa disso, a recorrência aos antigos seja tão significativa em seu pensamento. Mais uma vez o texto de Bignotto nos ajuda a compreender a questão. Segundo ele,

recorrer ao passado não era uma maneira de se tornar mais culto ou erudito, mas uma forma de aprender com o exemplo dos que já haviam enfrentado o mesmo problema. O esteio de tal procedimento era a confiança de que a natureza humana é repetitiva e, portanto, pode ser analisada em qualquer tempo com as mesmas ferramentas teóricas.¹³⁸

Em vez de propor extirpar a maldade do corpo político apelando para a valorização do seu contrário, Maquiavel recorre antes, assim como fizeram os antigos, a virtudes extraordinárias que se mostraram, ao longo da história, mais eficazes onde se fizeram presentes do que nos governos que apelaram à bondade dos homens.

Na República, e mais especificamente em Roma, o ator político não é o único de quem se esperam grandes feitos. A valorização do heroísmo pela cultura pagã expande essa expectativa também aos cidadãos. Desse modo, de acordo com Hulliung, “enquanto a excelência individual do príncipe é digna de admiração, os grandes feitos heróicos são coletivos e populares em sua natureza”.¹³⁹ Pensada a partir deste preceito, a *virtù* aqui encontrada é essencialmente pagã. A glória romana exclui toda a tensão existente entre *virtù* e virtude, própria do tempo e, conseqüentemente, pensamento de Maquiavel. Ele admira a glória pagã e percebe nela uma das condições de possibilidade da edificação da grandeza de Roma. Paralelamente, percebe a impossibilidade deste mesmo tipo de glória em seu tempo em função da introdução de valores que em tudo a contrariam. O choque comparativo entre a República Romana e a Licença (que acreditamos caracterizar Florença naquela época) fez-se inevitável e parece suscitar o

¹³⁸ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 13-14.

¹³⁹ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 6.

desejo de Maquiavel de reverter tal situação. Até mesmo quando escreve a História de sua “cidade”, Maquiavel não se exime da tarefa que há muito havia assumido: “retirar a Itália das mãos dos bárbaros”.¹⁴⁰ E, mais uma vez, a recuperação do “modelo” romano é tão decisiva quanto fundamental. Ele não evidencia somente a distância existente entre Florença e sua possibilidade de êxito, mas também o quanto seria factível uma guinada no posicionamento adotado até então por Florença e sua ascensão efetiva às condições de possibilidade de manutenção do poder. No último capítulo de sua obra *O Príncipe*, Maquiavel recorre à ideia de um redentor, um “artista” político capaz de modificar os traços da Itália entalhando-a de modo a imprimir-lhe força, tornando, assim, tal corpo político digno da magnitude de sua arte e sua ciência. Principado ou República, mas um Estado forte. A forma republicana, todavia, é aos olhos de Maquiavel mais forte, mais duradoura, mais virtuosa. Porém, não restam dúvidas de que o Principado seria mais eficaz que a Licença. Esta última parecia apresentar-se pelas características opostas às admiradas por Maquiavel em Roma; enquanto Florença expressava por si mesma os sinais de um corpo político exaurido, agonizante, que Maquiavel objetivava reanimar.

Neste ponto específico, precisamos discordar de Hulliung. Se, por um lado, admitimos suas análises enquanto elas dizem respeito à estrutura política romana ou à comparação desta estrutura à de Florença, não podemos, por outro, deixar de nos opor às críticas que ele faz à incorporação maquiaveliana da *História* de Lívio. Por meio de uma comparação entre o pensamento de Maquiavel e Guicciardini, Hulliung afirma que a “antiguidade era o mito maquiaveliano de poder e grandeza que poderia dar aos modernos a capacidade de transformá-lo em realidade”.¹⁴¹ Maquiavel não imaginou Roma. Ele interpreta a História de Lívio, não a inventa. Não é possível admitir Roma como uma ficção maquiaveliana. Roma se faz mito por não se ter ainda reproduzido na

¹⁴⁰ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI.

¹⁴¹ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 165.

história, por ser de grandeza única, inalcançável, haja vista todas as tentativas empreendidas neste sentido. E não por ter sido inventada, pois não foi. Assim, se concordamos, por exemplo, que “a descrição que Maquiavel faz da República Romana (...) é a fundação de todo o seu pensamento”,¹⁴² discordamos no momento em que ele “construiu um mito da República Romana a ser usado pelos modernos; tornou-se, ao mesmo tempo, o primeiro a nele acreditar, assim como seu primeiro protagonista”.¹⁴³

Não se pode negar o passado factual de Roma. Passado de um corpo político que soube se fazer poderoso, dominou povos, organizou-se internamente e alcançou um lugar ímpar na história. Se, por vezes, tendemos a considerar exagerada a recorrência que Maquiavel faz à República Romana, precisamos, para corrigir o equívoco de tal tendência, vislumbrar a identificação da Itália à Roma Antiga. Antes, no entanto, precisamos reconhecer que os feitos de Roma têm um lugar ímpar na história e que sua força, assim como sua grandeza, jamais foram alcançadas por nenhum outro corpo político. Roma fez-se insuperável. “É o que atesta a obra de Tito Lívio dedicada à glória da República romana depois da guerra civil que viu triunfar Augusto e que Maquiavel utiliza como uma trama na qual ele sobrepõe sua própria interpretação”.¹⁴⁴ Não o bastasse, precisamos considerar, ainda, que se trata em grande medida de um mesmo povo e, pelo menos no que diz respeito ao seu núcleo, de um mesmo território.¹⁴⁵ Partindo deste pressuposto, poderíamos pensar que, talvez, o que mais chamasse a atenção de Maquiavel fosse essa herança histórica de Florença. Como o maior império de todos os tempos pôde ter se resumido à Itália de seu tempo, um corpo fragmentado e dominado por forças estrangeiras? O que aconteceu ao longo destes aproximados 1.500

¹⁴² HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 32.

¹⁴³ HULLIUNG. *Citizen Machiavelli*, p. 165.

¹⁴⁴ MÉNISSIER. *Le bon usage des tumultes*, p. 38.

¹⁴⁵ É bem verdade que a Antiga Roma conquistou quase todo o mundo conhecido, mas não se trata aqui de tomar esta extensão territorial nos seus pormenores. Trata-se apenas de reconhecer que a Antiga Roma continha, em grande medida, o território reconhecido como Itália no tempo de Maquiavel.

anos que a transformou no contrário do que era antes? Talvez ainda não tenhamos chegado à principal questão maquiaveliana, que poderia, por sua vez, ser: o que fazer para que a Itália de seu tempo revivesse o esplendor que atingiu em seu tempo áureo? Roma se faz inevitável não somente por consistir, aos olhos do autor, no corpo político mais perfeito entre todos os já existentes, mas, e talvez especialmente, por se apresentar como o passado inigualável da Itália.

Neste sentido, a Licença (forma extremamente oposta à exemplificada por Roma) parece ter um grande significado no interior do pensamento de Maquiavel. Compreendê-la, tanto quanto compreender os outros regimes passíveis de se tornarem uma condição de possibilidade para Florença, poderia ser o primeiro passo para superar a fragmentação e a fragilidade de sua Florença. Isto, no entanto, não é possível sem uma compreensão prévia das relações que os *humores* podem estabelecer entre si no interior do corpo político ou que podem estabelecer com o governante. Ao tratarmos do Principado, da República e da Licença neste trabalho, privilegiamos as relações que os *humores* estabeleceram entre si, apenas apontando de forma ainda vaga o lugar assumido pelo governante. Resta-nos, ainda, compreender melhor este lugar, para que possamos nos aproximar do nosso objetivo que implica compreender melhor as possibilidades de ação do governante, assim como suas chances de êxito. Dedicamos, então, nossa próxima seção ao assunto.

1.3 A admissão do conflito e o lugar do governante

Tratar da *virtù* do governante implica, em grande medida, reconhecer o lugar ocupado por ele. Maquiavel não somente toma o corpo político como um corpo cindido, ele pressupõe ainda que a liberdade e o poder do Estado (assim como o seu contrário)

são consequências dessa cisão e do seu conflito iminente. Pensar o lugar do governante que, inevitavelmente tange ao conflito, torna-se necessário, para que possamos compreender melhor suas possibilidades de ação, suas estratégias e a viabilidade destas, dadas as circunstâncias do momento.

Vimos, ao apresentar as consequências das relações entre os *humores*, as consequências das relações entre eles, assim como algumas das especificidades do Principado, da República e da Licença. Mas, ao mesmo tempo, vimos muitas coincidências. Se, por um lado, a distinção — e contradição — entre grandes e povo existe em todos os Estados, por outro, interfere no resultado final deste tão complicado cenário do poder político tal como o apresenta Maquiavel. O resultado das relações estabelecidas pelos *humores* no interior de um determinado corpo político produz sua forma, permite-lhe constituir-se em um dos efeitos sugeridos pelo autor, seja ele Principado, República ou Licença. Estas três possibilidades, no entanto, apresentam diferentes chances de êxito. Tomando como ponto de partida a análise da *virtù* do governante e partindo da premissa maquiaveliana segundo a qual o objetivo do governante é conquistar e manter o poder, o êxito daquele que o assume implica sua maior ou menor capacidade de mantê-lo. Isso, porém, não depende apenas de suas habilidades políticas. Tais habilidades, que analisaremos melhor no último capítulo deste trabalho e que neste ponto adiantaremos apenas que constituem um conjunto denominado *virtù*, são de grande importância para a manutenção do poder e poderíamos dizer até que lhe são essenciais. Alcançar tais objetivos, no entanto, não depende exclusivamente do governante (tal como veremos no nosso terceiro capítulo ao estudarmos a *fortuna*), muito embora a ele caiba somente aquilo que diz respeito a suas ações. Neste ponto, e para que não nos apresseemos demais em nossas conclusões, podemos pensar, restringindo-nos ao que vimos até aqui, que o simples fato de se

constituir como um determinado “efeito” já é consequência de um processo. Isso implica condições de possibilidade mais ou menos favoráveis para a efetividade das habilidades que o governante pode ter. Não basta analisar as características do governante, mas a compatibilidade destas com as características do corpo político que ele assume.

No entanto, independentemente se República ou Principado, será um corpo político marcado pelo conflito. Pancera nos ajuda a compreender esta questão ao afirmar que

pode-se dizer que os estados, em suas formas republicanas ou principescas, jamais serão capazes de desenraizar o conflito de seu interior, por isso implicaria a negação do caráter político deste tipo de comunidade. Mas, nem por isso, o conflito é pernicioso. Ao contrário, o perigo vem das tentativas de negar a sua existência e de cristalizar a dinâmica a eles inerente, perigo este que está presente nas idéias de uma unidade definitiva e de um pleno equilíbrio que perpassava o modelo veneziano de república.¹⁴⁶

Generalizando a questão, e partindo do pressuposto da existência do conflito como determinante à constituição de todo e qualquer corpo político, a República pode ser pensada como um lugar privilegiado entre os outros “efeitos” apontados pelo autor e, neste sentido, passível de se destacar como tal justamente por melhor comportar o conflito em suas instituições. Esta conclusão pode ser vista como novidade própria do pensamento de Maquiavel. Se isto já havia sido evidenciado antes por Lefort, como vimos, torna-se interessante também a partir de outro comentador do pensamento de Maquiavel. Gerbier, por exemplo, afirma que, “pela primeira vez, o pensamento político porta uma ideia de conflito que não se exprime mais na forma de uma doença da vida civil, mas ao contrário, se exprime na ideia de que o próprio equilíbrio da cidade é um certo estado de divisão e oposição são”.¹⁴⁷ A República nos é apresentada por

¹⁴⁶ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 11.

¹⁴⁷ GERBIER. *Les Humeurs du peuple et des grands*, p. 108.

Maquiavel como a forma que melhor se conduz, não somente por constituir-se como um corpo político são, mas porque pôde se fazer “perfeita”. Assim, “em oposição a algum tipo de ficção unificadora, Maquiavel reivindica a fecundidade dos desacordos e das dissensões, reflexos do caráter heterogêneo da sociedade e dos interesses particulares que a constituem”.¹⁴⁸ Ao secretário, historiador, que se esquivava de modelos que nunca se concretizaram na história, Roma é um exemplo factível que não pode ser ignorado enquanto tal. Não somente por ser incomparável, mas porque o fato de ter-se feito factível viabiliza a possibilidade de efetividade dos seus feitos em outros momentos históricos.

O momento que interessa a Maquiavel é justamente o seu. Florença, um corpo político em crise e tão distinto de Roma.¹⁴⁹ Parecia querer tratá-la, mas sabia que o caminho para isso não seria o da eliminação dos conflitos. Ele, ao contrário, “considera que a crise e os conflitos civis são os objetos privilegiados da política”¹⁵⁰ e, se havia um exemplo repleto de possibilidades plausíveis para se converter conflito em poder, certamente este exemplo era o de Roma. Florença, no entanto, mesmo enquanto República apresentava-se muito distinta de Roma. Corrompida e constituída por valores que em tudo a faziam oposta a Roma. A República perfeita era a meta, mas não necessariamente possível imediatamente. O Principado, embora não tão capaz de produzir um ambiente propício à liberdade e menos ainda de admitir o conflito de forma razoável como a República, pode apresentar-se como um regime providencial em momentos históricos emergenciais.¹⁵¹

Não somente por serem estes momentos emergenciais os mais profícuos para se repensar a política, mas também pela grande contribuição do pensamento de Maquiavel

¹⁴⁸ MÉNISSIER. *Le bon usage des tumultes*, p. 40.

¹⁴⁹ Tão distinta que ele precisou caracterizá-la como Licença para distingui-la e investigá-la.

¹⁵⁰ GERBIER. *Les Humeurs du people et des grands*, p. 107.

¹⁵¹ Maquiavel definitivamente parecia não desconsiderá-lo.

à política moderna, Zarka reconhece a importância daqueles que pensaram os momentos de crise ao longo da história e confere destaque a Maquiavel. Segundo ele,

é a realidade ela mesma que exige que nós a repensemos em novos ares: em tempos de crise os problemas políticos aparecem de forma mais evidente, eles adquirem uma urgência que se perde no curso ordinário das coisas. No entanto, os novos conceitos apresentados para se pensar a realidade em crise, consistem justamente em uma nova rede de inteligibilidade que só pode ser formulada dada certa distância dos eventos, em uma autonomia relativa, dado o momento histórico. Estes são precisamente os diferentes aspectos dessa rede maquiaveliana de inteligibilidade do político que ele se esforça para evidenciar.¹⁵²

O Príncipe, mais do que os *Discorsi*, se põe a pensar a crise, a emergência. Mais que isso, se propõe a nela agir, a contê-la, a superá-la. O segundo, por recuperar o esplendor romano, destaca-se pela valorização da liberdade e muito mais pela manutenção do poder que pela conquista, ao contrário do primeiro.

Não se pode ignorar toda uma discussão que parece acompanhar toda a história do legado maquiaveliano e que diz respeito justamente a um autor que se propôs a escrever duas obras sobre temas por vezes contraditórios. Embora *O Príncipe* e os *Discorsi* tratem muitas vezes dos mesmos assuntos, são obras únicas tanto dentro da história da filosofia quanto na tradição republicana — ou mesmo quando se trata apenas das obras de Maquiavel —, são ímpares. Se, por um lado, não nos parece viável aqui recuperar os vários autores que discutiram o assunto, haja vista que nos desviaríamos do nosso assunto central, por outro, e para que a análise da República, especialmente da República Romana, não seja tomada como excessiva, partimos do pressuposto de que não há contradição alguma entre as obras de Maquiavel. Em especial se compreendermos não somente os regimes como consequência das relações entre os *humores*, mas também as obras de Maquiavel que sugere, em cada uma delas, se referir a uma determinada forma da relação entre grandes e povo no interior do corpo político.

¹⁵² ZARKA; MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel art politique*, p. 8.

A República, especialmente a partir dos *Discorsi*, é a forma em que grandes e povo podem se relacionar da melhor maneira. Não pela ausência de conflitos, mas justamente pela capacidade de admiti-los, de criar instituições capazes de abrigá-los. A liberdade parece ser produto da inquietude, assim como o poder que Maquiavel tanto admirava em Roma. Ménéssier, que reconhece este papel do governante, afirma que

na república tal qual Maquiavel a apresenta, a *virtù* do chefe de Estado não consiste em pura e simplesmente fazer cessar as dissensões (...) mas consiste em distinguir aquelas que são favoráveis ao bem público daquelas que podem lhe causar dano, e em deixar que se exprimam as primeiras, uma vez que a inquietude dos *humores* fortalece a cidade.¹⁵³

O papel do governante, especialmente nas Repúblicas, consiste, como sugere o próprio título do artigo de Ménéssier, em “Le bon usage des tumultes”. A *virtù* do governante se revela nos limites deste conflito inevitável e não necessariamente degenerativo. Permitir o conflito e, ao mesmo tempo, impedir que ele se converta em um processo de corrupção do corpo político, implica o trabalho mais imediato, ou seja, as ações mínimas de um governante que age de acordo com suas pretensões de estabilidade. O “bom uso dos tumultos”, para continuar a utilizar a expressão de Ménéssier, mesmo depois de já termos extrapolado o assunto de seu texto, consiste em bem mais que isso. Pressupõe um governante que saiba dosá-los beneficiando-se deles. Os tumultos são convertidos, assim, em uma oportunidade que o governante ganha para nutrir o corpo político, tornando-o (e tornando-se consequentemente) mais poderoso. Mais que isto, tal como afirma Sérgio Cardoso,

Maquiavel recusa, como ficção, a representação da cidade determinada pela idéia da concórdia civil, da solidariedade dos cidadãos devotados ao bem público e governados por leis justas — a ideologia da *unione*, sublimada pela oposição aos inimigos estrangeiros, com que operam os humanistas — e reafirma aí sua compreensão da política como o terreno das manifestações da

¹⁵³ MÉNISSIER. Le bon usage des tumultes, p. 40.

discórdia civil, do conflito intransponível, entre os grandes e o povo, a “desunião” que mantém viva a liberdade e que, pelos “bons efeitos que produz”, revigora as repúblicas.¹⁵⁴

Maquiavel não somente admite o conflito, mas sugere que ele insufla a liberdade e pode contribuir para que o corpo político se torne mais forte.

Já no Principado, tal como apresentado na obra *O Príncipe*, podemos pensar que o papel do governante se constitui da capacidade que ele precisa ter para tratar, acima de tudo, daqueles que são os objetivos primordiais de todo e qualquer Estado: a conquista e a manutenção do poder. Se, por um lado, estes objetivos são estampados também nos *Discorsi*, por outro, podemos pensar que é no *Príncipe* que eles aparecem quase como um apelo. A questão da dominação, em especial, parece se fazer muito mais apelativa nesta obra que nos *Discorsi*. Lefort nos apresenta esta diferenciação ao passar do *Príncipe* aos *Discorsi* em *Le Travail de l'Ouvre Machiavel*. Ele começa já pelas diferentes propostas apresentadas no *Proêmio* de ambas as obras e afirma que “a audácia sugeriria, desta vez, que os *Discorsi* são aos olhos do autor a obra da fundação e que *O Príncipe* não passou de uma primeira tentativa na direção da descoberta”.¹⁵⁵ Não se trata aqui de analisar as intenções de Maquiavel, como o fizeram Leo-Strauss e outros que o sucederam. Menos ainda de substituir a questão que nos propusemos a tratar neste trabalho por esta outra, mas apenas de reconhecer que as obras de Maquiavel são diferentes, mas não contraditórias. Nesse sentido, partimos do mesmo pressuposto que Bignotto, quando ele afirma que:

encontramos no *Príncipe* e também nos *Discorsi sobre a primeira década de Tito Lívio* considerações que podem ser tidas como axiomáticas do pensamento maquiaveliano. Isso implica dizer que partimos da idéia de que há um saber produzido no interior da obra do nosso autor, que deve ser tomado no mesmo nível daquele que encontramos nos grandes clássicos do pensamento político. Esse saber sobre a política, que depende da construção

¹⁵⁴ CARDOSO. Apresentação. In: ARANIVICH. *História e Política em Maquiavel*, p. 13.

¹⁵⁵ LEFORT. *Le travail de l'ouvre*, p. 455.

de um conjunto coerente de conceitos, não existe, entretanto, sem a referência ao real, que o constitui, assim como ao seu objeto. Em Maquiavel a interrogação racional sobre o comportamento dos atores na cena política não nasce independentemente de sua existência e da integração que suscita.¹⁵⁶

Partir do pressuposto de que *O Príncipe* e os *Discorsi* não se opõem, permite-nos analisar a questão dos *humores* em ambas as obras, tomando-as como complementares. Assim, se a República, especialmente pela sua perfeição, era o alvo preferido por Maquiavel, embora mais difícil de ser atingido, tendo em vista a situação de Florença naquele momento, o Principado, pela sua capacidade de se fazer emergencial, era, por sua vez, um alvo mais imediato.

Nesse sentido, Zarka afirma que “todo o trabalho de Maquiavel em *O Príncipe* é de definir os princípios de uma arte de governar em estado de urgência”.¹⁵⁷ No Principado, conseqüentemente, o papel do governante não necessariamente é idêntico ao da República. Aqui, por se tratar de um Estado emergencial, como Florença sugere ser no tempo de Maquiavel, o papel do governante concentra-se, em um primeiro momento, na conquista, depois, na dominação e, só mais tarde, na distinção entre os *humores*. E, se não é possível ainda admitir plenamente o conflito e beneficiar-se dele, como na República, é necessário compreender que isto só pode ser feito realmente em um segundo momento. Antes, o corpo político precisa existir enquanto tal e só mais tarde pode ser aprimorado. Concordamos com Taranto quando afirma que

o fato de o discurso do *Príncipe* ser todo concentrado sobre a *virtù* do príncipe não significa porém que somente ele possa e deva ser virtuoso, mas que ao colapso ético da república, de sua corrupção, se possa opor somente a *virtù* de um, sem que este jamais (...) possa pretender representar toda a *virtù* na sua forma máxima como parecia acontecer na tradição medieval.¹⁵⁸

¹⁵⁶ BIGNOTTO. A Antropologia Negativa de Maquiavel, p. 88.

¹⁵⁷ ZARKA; MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel art politique*, p. 9.

¹⁵⁸ TARANTO. *Le Virtù della Politica: Civismo e Prudenza tra Machiavelli e gli Antichi*, p. 114.

No intuito de tratar de um corpo político marcado pelos sinais da corrupção, a Licença denominação que acreditamos ter sido dada por Maquiavel aos corpos políticos corrompidos, dos quais Florença parecia se aproximar, precisava ser substituída pelo Principado ou pela República. E a possibilidade de se efetivar ou não a República ou o Principado em um determinado momento histórico parece ser definitiva no pensamento de Maquiavel. Assim, e para evitar “modelos que nunca se concretizaram na história”, ele não apenas escolhe cautelosamente os caminhos mais seguros a serem percorridos, como também sugere a forma de percorrê-los, dadas determinadas circunstâncias. O Principado era imediatamente mais viável no caso de um corpo político corrompido naquele momento, embora a República caracterizasse a melhor forma de governo. É interessante notar que “tirar a Itália das mãos dos bárbaros”¹⁵⁹ não seria suficiente para o autor. Se o Principado já seria capaz de fazê-lo, Maquiavel não parece ainda satisfeito, haja vista que sua dedicação bem mais trabalhosa aos *Discorsi* nos sugere um objetivo maior. Mesmo no caso dos Principados Maquiavel sugere ao príncipe ações pouco comuns ao modelo consagrado até então. A “novidade” de Maquiavel, tal como apontada por Lefort, não se restringe aos *Discorsi* e ao bom uso dos tumultos. Ao tratar do *Príncipe*, ele afirma que

sem dúvida a obra privilegia o ponto de vista do príncipe, mas o traz à política enquanto tal; ele se dirige a um príncipe possível, mas em termos tais que um príncipe de fato, para assumir esta empreitada, devesse renunciar aos atributos e às crenças que são tradicionalmente próprios à sua condição. Assim, longe de menosprezar os méritos do regime republicano, ele sugere que se as conheça e se satisfaça um certo número de aspirações democráticas a que uma monarquia nova devesse se empregar.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI.

¹⁶⁰ LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre Machiavel*, p. 456.

Zarka introduz *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique* com a seguinte pergunta: “em que *O Príncipe* de Maquiavel inova no pensamento político?”¹⁶¹ A pergunta, que abre espaço para um grande e variado campo de respostas possíveis, é, em certo sentido, imediatamente limitada pelo autor, na medida em que ele introduz dois pontos de referência aparentemente contraditórios, mas efetivamente muito pertinentes: evitar, por um lado, tirar a obra do seu contexto histórico e, por outro, evitar restringi-la a ele.¹⁶² O contexto em que Maquiavel escreve as obras é o de uma Florença em crise. No entanto, muito do que ele escreveu serviu menos a Florença que aos corpos políticos em crise de um modo em geral. Se tirarmos a obra de Maquiavel do contexto da crise florentina, perderemos o sentido do texto; se nos prendermos a tal contexto, perderemos então toda a vivacidade da obra. É necessário compreender que Maquiavel escreveu em um momento histórico de circunstâncias muito específicas e que ele tinha a pretensão de colaborar, de alguma maneira, no difícil processo de superação da crise do seu tempo. O que ele fez, no entanto, parece ter superado seus propósitos e, se a reestruturação de Florença não foi uma consequência imediata do seu trabalho, a tradição republicana moderna parece ter sido. Talvez por isso Zarka termine afirmando que “a obra [*O Príncipe*] está sempre em debate”.¹⁶³ Essa afirmação nos devolve sua questão inicial: se *O Príncipe* fosse uma obra que pudesse ser absolutamente fixada no tempo, não haveria sentido em estudá-la ainda. A tradição republicana se restringiria aos *Discorsi*. Isso não acontece porque as obras de Maquiavel foram escritas em resposta aos acontecimentos da época, mas porque não se limitam a ela. Tratam de questões que permeiam toda a história de nossa civilização. Domínio, liberdade, força, poder do corpo político. Questões que não podem ser datadas e que estão certamente amparadas pelo pensamento de Maquiavel.

¹⁶¹ ZARKA, MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politiqueI*, p. 7.

¹⁶² Ver ZARKA, MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique*, p. 7.

¹⁶³ ZARKA, MÉNISSIER. *Machiavel, le Prince ou le nouvel politique*, p. 12.

É interessante notar que a questão do conflito em Maquiavel edifica na modernidade o principal marco teórico da tradição republicana. Serge Audier, ao tratar da questão da liberdade ao longo da história no que ele chama de “momento maquiaveliano francês”, recorre aos *Discorsi* para afirmar que “os conflitos entre os nobres e a plebe, longe de serem condenados, constituíam uma fonte da liberdade e do poder da Roma republicana”.¹⁶⁴ Se a afirmação de Maquiavel já havia sido trabalhada há muito por Lefort, a novidade aqui não está no tratamento da questão — que se tornou clássica ao longo do legado maquiaveliano —, mas em reconhecê-la como o principal ponto de convergência na tradição republicana atual. Segundo Audier, apesar das diferentes versões constitutivas do momento maquiaveliano francês, a “valorização do conflito como fator potencial da liberdade política”¹⁶⁵ caracteriza-se por ser justamente o ponto comum entre todas elas.

Assim, ao inovar e partir do pressuposto de que a cisão do corpo político, como também o conflito entre os *humores*, caracteriza a constituição Estado, Maquiavel nos oferece um precioso panorama das dificuldades bem como das circunstâncias com que o governante precisa lidar. Inevitavelmente ele assume um corpo político cindido e, conseqüentemente, a exigência de saber lidar com os conflitos próprios das relações estabelecidas entre os *humores*. Para isso, deve saber de antemão que, tendo em vista que os desejos dos *humores* são não somente distintos, mas também contraditórios (uma vez que uns querem governar e oprimir e outros desejam não ser oprimidos), não se pode sequer tentar (de modo efetivo) satisfazer ambos concomitantemente. Neste ponto, resta-nos abordar uma questão pela qual ainda não nos aventuramos, mas que pelo êxito ou fracasso definitivo do governante, faz-se essencial. Trata-se de reconhecer que o âmbito no qual se insere a política é o âmbito da aparência, sem o qual seria impossível

¹⁶⁴ AUDIER. *Machiavel, conflit et liberté*, p. 28.

¹⁶⁵ AUDIER. *Machiavel, conflit et liberté*, p. 265.

fazer “bom uso” dos *humores*. A aparência, que constantemente surge nos textos de Maquiavel paralelamente à verdade efetiva, pode auxiliar o governante, dependendo de suas habilidades em lidar com ela, facilitar seu objetivo maior de conquista e manutenção do poder, ou conduzi-lo à ruína, se optar por ignorar a questão.

A aparência, tal como nos é apresentada por Maquiavel, nos conduz a pensar as distinções existentes entre o que foi efetivado e as interpretações possíveis do que foi efetivado, que podem ser diferentes a ponto de não mais corresponderem ao fato. Ao pensá-las, somos conduzidos a ponderar que, tendo em vista o conjunto de variáveis que constituem o espaço próprio da política, qualquer análise do lugar ocupado pelo governante, por mais superficial, evidencia a dificuldade das certezas analíticas ou de certezas imediatas. Se o terreno da política, assim como o âmbito do poder, se constitui por meio da aparência, do parecer em vez do ser, lidar com a incerteza da verdade efetiva é a constatação primeira da necessidade de se investigar o assunto. Nesse sentido, e no intuito de compreender melhor as circunstâncias que envolvem as ações do governante, assim como suas possibilidades de ação para lidar tanto com os *humores* quanto com outras questões que se referem necessariamente a seu poder e seus objetivos, dedicaremos nosso segundo capítulo à questão da aparência.

CAPÍTULO 2

Aparência e verdade efetiva

Maquiavel, ao longo de suas obras, sugere pelo menos dois objetivos claros: a conquista e a manutenção do poder. Tais objetivos, que ocupam um lugar central em seus escritos, fazem da figura do governante um elemento essencial. Ele de fato parece ser a grande chave desses objetivos, apesar de não ser o único responsável por eles. Efetivá-los, no entanto, e especialmente efetivar a manutenção do poder — haja vista que a conquista não necessariamente constitui a maior dificuldade do governante — pode requerer dele o reconhecimento das circunstâncias que envolvem suas ações. Tais circunstâncias são as mais variadas e podem envolver questões muito distintas. Assim, se é certo que não se podem prever suas variações, é certo também que não se pode desconsiderar nem as relações que envolvem os *humores*, tal como vimos, nem a imagem do governante, que investigaremos neste capítulo, além dos conceitos-chave de *virtù* e *fortuna*, tal como nos são apresentados por Maquiavel (que serão abordados mais adiante). Não se trata de uma tentativa de reconhecer a totalidade das circunstâncias que envolvem as ações do governante. Isto seria tentar determinar o indeterminado. Sfez sintetiza esta dificuldade quando afirma que “*O Príncipe* se encontra em um não-lugar no tempo. (...) Ele é o único diante de sua tarefa e é isso que lhe possibilita cruzar o abismo do mistério. Um mistério que se conserva na natureza dos tempos e em seu curso”.¹⁶⁶ O mistério é a consequência primeira da opacidade do lugar do governante. Somente o governante o conhece. Isto, no entanto, não dissolve o mistério, haja vista que as circunstâncias que o envolvem lhe são intransponíveis. Nesse sentido, limitamo-

¹⁶⁶ SFEZ. *Machiavel, le Prince sans qualités*, p. 97.

nos àquilo que pode ser conhecido e previsto pelo governante podendo amenizar as dificuldades próprias de suas decisões e auxiliá-lo a efetivar seus principais objetivos.

Ao tratarmos, no capítulo anterior, dos diferentes *humores* existentes no Estado e das dificuldades impostas por eles ao governante, deixamos de lado uma importante questão: o mundo da política se insere no espaço da aparência. Esta constatação inicial retira do âmbito da política a possibilidade da exatidão. As dificuldades aumentam quando nos damos conta de que nem o governante é previsível nem as circunstâncias de suas ações. Assim, um estudo que diz respeito às escolhas e às ações daquele que detém o poder não pode ser levado a cabo sem um reconhecimento mínimo do “terreno” no qual se inserem. As circunstâncias que envolvem as ações do governante ocupam um lugar importante no pensamento de Maquiavel. São definitivas nas tomadas de decisão daquele que detém o poder ou pretende conquistá-lo. Isto se deve ao fato de que não somente a conquista, mas também — e especialmente — a manutenção do poder depende destas circunstâncias.

A análise das circunstâncias que envolvem as ações daquele que detém o poder não constitui uma novidade maquiaveliana. Prova disso é a recorrência à história (principalmente à República Romana) como instrumento argumentativo.¹⁶⁷ Sua teorização, no entanto, é muito peculiar e parece não se restringir ao seu tempo. Assim, antes de praticar uma determinada ação no terreno da política, é preciso verificar bem as circunstâncias que o envolvem. Mas, se nem o governante é completamente previsível nem as circunstâncias nas quais ele se insere, como tratar do assunto? Quais os caminhos para investigar uma questão *a priori* obscura, enigmática? É possível produzir

¹⁶⁷ A recorrência à história se faz presente ao longo de todas as obras políticas de Maquiavel nos inúmeros exemplos apresentados por ele para ilustrar e justificar suas hipóteses teóricas. No caso dos exemplos que nos remetem à República Romana, mais especificamente, eles se fazem presentes em maior número ao longo dos *Discorsi*.

um saber sobre as ações do governante e ainda considerá-las tendo em vista as contingências às quais se submetem?

Nossa hipótese teórica neste trabalho é que sim, é possível conhecer, embora não integralmente, as vias de ação que o governante pode escolher e minimamente prever as possibilidades de ação do povo, assim como as chances de êxito daquele que o governa. Grande parte do esforço de Maquiavel se dá justamente sobre esta questão. Se tanto as circunstâncias quanto o próprio governante ou ainda o povo fossem definitivamente intransponíveis, se não fossem de forma alguma passíveis de serem conhecidos, a obra de Maquiavel não teria seu grande valor. Ela presume os fatores imprevisíveis ao mesmo tempo que prepara o governante para lidar com os fatos que se repetem (e cujas repetições podem ser comprovadas ao longo da história). Assim, nem povos nem governantes são absolutamente previsíveis, menos ainda as circunstâncias que os envolvem, mas queremos acreditar na possibilidade de produção de um conhecimento suficiente para melhorar a compreensão assim como para tornar sustentável o que Maquiavel chama de manutenção do poder. Nesse sentido, pretendemos prosseguir nossa investigação sobre a figura do governante — que não se edifica senão sob os alicerces da aparência —, considerando, neste capítulo, as circunstâncias que envolvem suas ações, bem como as distinções feitas por Maquiavel entre verdade efetiva e imaginação, próprias do campo da política.

2.1 A eficácia das ações daquele que governa e a imagem do Governante – Maquiavel e a tradição

Ao assumir a conquista e a manutenção do poder como os principais objetivos daquele que tem ou pretende o poder de um determinado Estado, Maquiavel se propõe a

pensar os meios e instrumentos necessários para alcançá-los. Sua primeira obra política, a mais famosa, parece ter sido escrita seguindo em parte os moldes dos livros de aconselhamento. E, apesar de guardar distinções importantes em relação a estes “espelhos do príncipe”, tal como veremos mais adiante, apresenta um ponto que com eles coincide e muito nos interessa aqui: a imagem do governante, mais que isso, a construção de uma determinada imagem a partir da escolha de ações específicas. Esta é uma das discussões que parece percorrer todo o legado de Maquiavel e que não poderia ser deixada de lado neste capítulo.

No tempo de Maquiavel, os livros de aconselhamento a príncipes eram muito comuns, com destaque para o gênero *Speculum Principis*.¹⁶⁸ Este gênero de obras parecia encerrar o conceito “arte de governar”¹⁶⁹ da época. Trata-se, de modo geral, de livros de aconselhamento para príncipes e se fundamentam (como o próprio nome do gênero sugere) na figura do espelho. Mais especificamente, o gênero parte do princípio de que uma determinada imagem ao ser espelhada se constitui como um modelo a ser seguido. Os *Specula* constituem assim um gênero literário específico que se propunha a oferecer àquele que objetiva o poder um modelo de “bom governante”. Modelo este que, uma vez imitado, traria, conseqüentemente, a honra conferida pelos homens e a bênção conferida por Deus. Esses manuais dizem respeito, sobretudo, à educação do

¹⁶⁸ Quando falamos de manuais de aconselhamento para príncipes, estamos tratando de um assunto extremamente genérico. Isso porque há vários tipos de conselhos e também porque estes foram dados em momentos históricos muito diferentes. Assim, partimos do pressuposto de que os *Specula* não representam uma inovação à arte de governar. Segundo afirma Senellart, se ignoramos os gêneros literários desse tipo de obra temos a chance de perceber o quanto são antigos: “vêm das civilizações do Egito e da mesopotâmia”. Teriam sido, no entanto, e ao contrário dos *Specula*, pouco estudados e não teriam um lugar iminente nas “artes de governar” (SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 45).

¹⁶⁹ Senellart evidencia em sua obra as várias artes de governar existentes ao longo da história, e sugere o termo no plural em função desta multiplicidade. Segue a definição apresentada por ele: “as artes de governar: este plural indica que não buscamos descobrir uma essência, um princípio fundador do qual se pudesse deduzir um método de governo. Ele designa uma multiplicidade não apenas de artes, de técnicas, de modelos de ação, mas também de definições do ‘governo’” (SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 45).

príncipe, ou seja, à formação de um príncipe virtuoso, capaz de zelar pelos valores morais, no caso, essencialmente cristãos.

Para investigar então este gênero denominado *Speculum Principis*, partimos dos textos considerados por Senellart como os mais antigos¹⁷⁰ pertencentes ao gênero dos *Specula*. Neles o governante não tem que se esforçar para contemplar no espelho o modelo a ser seguido. O governante aqui, em vez disso, serve de espelho, ou melhor, “ele é esse espelho, (...) serve de espelho para os homens que ele conduz”.¹⁷¹ Mais que isso, o governante expõe sua vida e a faz refletir como aquilo a ser imitado, a ser seguido, ou seja, como uma espécie de lei. O governante teria no espelho o reflexo de si mesmo e, por conseguinte, daquilo a ser seguido. Seria uma espécie de “lei viva”.¹⁷² No entanto, este primeiro sentido do espelho parece pressupor um segundo, pois “o príncipe-espelho pressupõe o espelho do príncipe”.¹⁷³ Aqui, como no modelo anterior, o espelho reflete o governante como um modelo a ser imitado.¹⁷⁴ A diferença é que, neste modelo, o espelho não reflete o governante na sua completude, não o reflete por inteiro. Senellart cita como exemplo desta segunda acepção do espelho a obra de Sêneca, *De Clementia*. Para ele, esta obra se tornou muito conhecida nessa época e teria sido a origem do termo *speculum principis*.¹⁷⁵ Assim, neste caso,

os espelhos foram criados para permitir ao homem se conhecer. Mas há nesse modelo uma perfeita circularidade entre o príncipe, o espelho e o modelo de

¹⁷⁰ Em primeiro lugar, é difícil datar o início do gênero. Tomamos neste trabalho o século XII, seguindo os critérios adotados por Senellart em *Les arts de Gouverner*. Em segundo, precisamos explicitar que, quando analisamos este gênero literário, percebemos que muitas diferenças podem ser vislumbradas entre as obras, principalmente se as tomamos a partir de momentos históricos distintos. Apesar disso, investigá-las neste trabalho a partir daquilo que têm em comum. Dizendo de outra maneira, pretendemos tratá-las de modo a generalizá-las, embora não se possa deixar de reconhecer que parte da riqueza que reside justamente nesta diversidade se perca neste tipo de análise.

¹⁷¹ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 48.

¹⁷² SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 48.

¹⁷³ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 48.

¹⁷⁴ Ver a este respeito o artigo de Philippe Bucc (Rituel politique et imaginaire politique au haut Moyen Age, p. 843-883), que, ao tratar dos *specula principis*, discute a relação entre a imitação e os rituais religiosos na Idade Média.

¹⁷⁵ Ver SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 49-50.

virtude que ele reflete. (...) Convidado a contemplar não o espetáculo de seus vícios ou de seus fracassos para os corrigir, ou o perfil do imperador ideal para o imitar, mas sua própria excelência.¹⁷⁶

Em ambos os casos, o espelho serve para instruir. A imagem que ele reflete, independentemente se fiel ou não à figura do príncipe, constituía-se como uma espécie de manual normativo da conduta dos homens.¹⁷⁷

Mais tardiamente, já no século XVI, o espelho perde (pelo menos enquanto objetivo) essa função instrutora e os manuais passam a ser chamados “espelhos políticos”.¹⁷⁸ O espelho agora reflete não somente o príncipe, mas tudo aquilo que circunscreve o espaço em que ele se insere. Espelha assim não apenas o príncipe, mas também a “sala”, ou seja, “reflete a emergência do território como domínio concreto, geograficamente estruturado (...) do exercício do poder”.¹⁷⁹ A imagem refletida caracteriza-se por ser o somatório daquele que governa e seu ofício e, nos termos, de um manual, oferece a imagem de um Estado (bem ordenado)¹⁸⁰ a ser imitado.

Esses três momentos gerais pelos quais parecem ter passado os *Specula* evidenciam modos diferentes da apresentação da imagem do governante, todos eles partindo do princípio de um corpo político dirigido por um governante que espelhava a excelência de suas virtudes ou, como no caso do terceiro, a excelência e a virtude do seu governo. De modo geral, os *Specula* oferecem conselhos ao príncipe quanto ao seu modo de proceder, de exercer o poder. O espelho (*speculum*) reflete, em grande medida, a virtude do governante. Resplandece sua postura diante dos valores vigentes, dos valores da tradição. Por isso, as obras instruíam o governante a frequentar a Igreja,

¹⁷⁶ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 49.

¹⁷⁷ Senellart trata ainda do “livro secreto” do Príncipe (ver SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 54-55), modalidade que não abordamos neste trabalho. Sobre os livros secretos (da Idade Média ao início da Moderna, embora não necessariamente relacionados diretamente à figura do governante), ver KLANICZAY, Gábor; KRISTÓF, Ildikó. *Écritures saintes et pactes diaboliques: les usages religieux de l’écrit (moyen âge et temps modernes)*, p. 947-980.

¹⁷⁸ Ver SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 52-53.

¹⁷⁹ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 53.

¹⁸⁰ Ver SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 53.

respeitar a palavra dada, enfim, ser um governante dotado de todas as virtudes próprias da tradição. Assim, em geral, aconselham o governante a rezar, a respeitar a Igreja e, acima de tudo, a seguir a lei dada por Deus. Apresentados muitas vezes por meio de verbetes bíblicos, induzem o governante a um ideal de purificação. Assim, e de modo geral, é o governante quem fornece o modelo a ser seguido pelos governados e deve, conseqüentemente, proceder de maneira a fazer das suas ações um exemplo para todos. Deve, acima de tudo, “conduzi-los de acordo com a lei e a justiça”,¹⁸¹ afirma Brunetto Latini no seu *O livro do tesouro*.¹⁸² Nesse sentido, os “conselhos” trazidos nos *Specula* tratam, antes de tudo, da virtude do governante. O modelo segundo o qual ele deve conduzir seus súditos deve ser essencialmente aquele que se apresente como virtuoso. O bom governante seria, nesse sentido, aquele que, além de se apresentar como um homem bom (justo, que teme a Deus e serve à Igreja), se apresentasse também como aquele capaz de engendrar nos súditos o respeito às leis de Deus. Tais obras deveriam ser tomadas pelo governante como um “resumo” de tudo o que ele precisa saber para conduzir corretamente o Estado.

Apresentado desta maneira, o conteúdo dos *Specula* parece não se assemelhar à obra de Maquiavel. Mas as distinções entre tais obras e *O Príncipe* não se fazem tão simples, nem tampouco evidentes, especialmente quando tratamos da imagem do governante.¹⁸³ Segundo Senellart, “na segunda metade do século XVI, o livro do Estado substituiu, no centro do manual do príncipe, o livro da lei divina”.¹⁸⁴ Apesar de

¹⁸¹ LATINI. *The Book of Treasure*, p. 73.

¹⁸² Este livro de Brunetto Latini (1220-1294) integra o gênero dos *Specula Principis*. Porta, no entanto, características de um gênero em transição. Sendo assim, embora o texto preserve muitas das características medievais dos *specula*, é permeado por *nuances* que parecem antecipar algumas das características republicanas dos textos renascentistas que o sucedem. Ver a este respeito BIGNOTTO, *As Origens do Republicanismo Moderno*, p. 47-57.

¹⁸³ Poderíamos dizer que, no que se refere a esta questão, não há consenso possível entre os comentadores da obra de Maquiavel. Ao contrário, umas das discussões que percorre parte da história do legado maquiaveliano é sua possível relação com um gênero literário existente em seu tempo, os *Specula*.

¹⁸⁴ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 54.

diferenciar desta maneira os *Specula* dos manuais de Estado, Senellart insere *O Príncipe* de Maquiavel dentre os primeiros. Assim, de acordo com ele,

ao inscrever a ação principesca na imanência histórica, Maquiavel não rompia completamente a relação circular do príncipe ao príncipe alimentada pelos *Specula*. Se ele rejeitava todo modelo transcendente, era para realçar a transcendência do príncipe em relação ao resto dos homens.¹⁸⁵

É fato que em alguns aspectos *O Príncipe* se assemelha a eles, especialmente nos aspectos mais formais. Mas seria essa educação “especular” capaz de executar os objetivos principais do governante (segundo Maquiavel, conquistar e manter o governo)? Não seria esta uma distinção suficientemente contundente para evidenciar as especificidades da obra de Maquiavel? Antes de investigar tais questões, é possível adiantar que não se trata de eliminar a polêmica em torno da questão e nem ao menos de insistir em discuti-la. Trata-se apenas de uma tentativa de formulação de nossas próprias hipóteses de compreensão deste assunto que, além de muito estudado, foi capaz de provocar uma divisão definitiva entre os comentadores da obra de Maquiavel.

Mais de uma vez neste trabalho fizemos referência ao contexto histórico vivenciado por Maquiavel e suas peculiaridades que certamente influenciaram seu modo de pensar e, conseqüentemente, sua obra. Faz-se novamente necessário recuperar alguns desses elementos históricos aqui para que possamos vislumbrar mais de perto uma possível comparação (e especialmente uma distinção) entre o estilo de Maquiavel e o do tradicional gênero conhecido como *speculum principis*. Vimos, no começo deste capítulo, as principais características do gênero dos *Specula* (que porta no próprio nome uma referência à imagem) e, no decorrer do capítulo, tentamos investigar a questão da aparência, assim como da imagem do governante a partir da obra de Maquiavel. Restamos, ainda, recuperar de forma breve o contexto próprio em que estas questões estão

¹⁸⁵ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 58.

inseridas para que possamos obter alguns elementos importantes para uma breve comparação.

A Itália, tal como sabemos, vivenciava momentos difíceis, conturbados. Florença, em especial, passava por um período de turbulência e oposição acirrada que envolvia os Médici, de um lado, e os defensores de uma solução republicana, de outro. Os primeiros eram os detentores do poder por excelência, mas, em dois momentos, ficaram muito próximos de perder esse poder de forma definitiva para os segundos, em 1494 e em 1527. Esta ousadia de cunho republicano vinha parte do espírito de liberdade que movia Florença e parte da esperança de ter tal cidade um destino mais feliz que as demais. Esse espírito de liberdade vinha, em grande medida, em função de determinadas características da época. Poderíamos dizer que uma delas teria sido “o desenvolvimento de uma consciência cívica”.¹⁸⁶ A ideia de contemplação passava a se constituir num segundo plano, e “as questões da vida pública ganhavam uma nova dignidade ao serem abordadas seriamente pelos homens que, ao mesmo tempo, buscavam compreender o lugar que o homem ocupa no mundo e sua relação com a natureza”.¹⁸⁷ Essa nova abordagem do espaço público juntamente com uma valorização maior do próprio homem enquanto indivíduo acabou ganhando a denominação de “humanismo cívico”.¹⁸⁸ Não nos cabe aqui uma investigação mais precisa deste período histórico, haja vista que precisamos apenas compreender que não se trata de uma época inteiramente dominada pelas ideias medievais, e que, embora elas ainda estivessem presentes, há uma preocupação marcante com a vida pública, uma maior valorização do indivíduo, assim como do ideal de liberdade. Essas características provocaram certa

¹⁸⁶ BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo Moderno*, p. 16.

¹⁸⁷ BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo Moderno*, p. 16.

¹⁸⁸ Esse termo, tal como foi apresentado por Hans Baron, envolve várias discussões, as quais não nos cabe analisar aqui (Ver BARON. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*).

reação dos florentinos menos dispostos a aceitar gratuitamente a imposição do governo dos Médici no sentido de defender um modelo republicano de governo para Florença.

Nesse momento as já conhecidas obras de aconselhamento a príncipes parecem tornar-se mais comuns. Eram, no entanto, voltadas ao corpo político como um todo, ou seja, a todos os cidadãos. Mais tarde, e em grande medida em decorrência da prevalência do governo de um só, houve um retorno ao aconselhamento do príncipe e, conseqüentemente, um declínio em relação à produção de obras de aconselhamento aos cidadãos. Nesse sentido, “A era dos príncipes”¹⁸⁹ não excluía a hipótese de uma proposta de cunho republicano. Os manuais eram endereçados, na maior parte das vezes, a príncipes, mas, entretanto, seu conteúdo apresenta um diferencial que os torna peculiares: *a res publica*.¹⁹⁰ Visam a *res publica*, mas não como fim último, e sim como um meio. “Aconselhavam aos governantes o pleno respeito dos ditames da moral. Na ótica da maioria desses panfletos, o príncipe bom era também o bom político”.¹⁹¹ Neste sentido específico, muito se diferenciando do cerne da obra de Maquiavel.

O Príncipe de Maquiavel poderia ser encaixado, sob alguns aspectos, em algumas características dos *Specula*, mas insistimos em dizer que de forma alguma se confunde com eles. Especialmente por retomar a perspectiva pagã de forma inovadora e substituir “as virtudes do gênero ideal por uma prudência hábil, feita de cálculo e instinto”.¹⁹² Há certamente alguns pontos de coincidência entre *O Príncipe* e os *Specula*, por exemplo, no que tange à conquista da fama e da glória. Honra e glória eram tidas como o

¹⁸⁹ Ver, a esse respeito, SKINNER. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 134-160.

¹⁹⁰ Alguns manuais deste período, ou ainda, os *Specula* por excelência, carregam inerentes a si esse ideal republicano independentemente daquele a quem serão endereçados. Esta última característica é a que provoca maior confusão no que diz respeito à classificação desses manuais como pertencentes ao gênero dos *specula* ou ao dos Livros de Estado. Mas há uma distinção inevitável. Mesmo que ambos os gêneros tenham como ponto de partida a *res publica*, há uma grande diferença no enfoque que cada um dá a ela. E, enquanto os manuais de Estado, como o próprio nome expressa, dizem respeito às medidas a serem tomadas no Estado, constituindo assim um gênero de obras essencialmente político, os *Specula* muito se prendem à virtude, aos preceitos cristãos e à imagem do governante.

¹⁹¹ BIGNOTTO. *As Fronteiras da Ética*, p. 117.

¹⁹² SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 58.

reconhecimento maior do exercício da virtude. Maquiavel não faz nenhuma objeção à obtenção de honra, glória e fama por parte do príncipe. Ao contrário, posiciona-se em comum acordo com seus contemporâneos quanto a este ponto, haja vista que honra, glória e fama são também objetivos do governante maquiaveliano. Vimos neste capítulo o quanto são importantes para a manutenção do poder e especialmente o quanto o governante deve se esforçar para obtê-las. Porém, se podemos reconhecer uma coincidência naquilo que diz respeito à imagem que o governante precisa construir de si (e do Estado que governa), os meios indicados para se obter esta imagem parecem se distinguir em alguns pontos. Poderíamos resumi-los aos critérios utilizados para as ações do governante. Enquanto o critério de ação dos *Specula* se restringe à efetividade dos valores da tradição cristã, Maquiavel, por sua vez, sugere ao príncipe que conduza suas ações de modo a adequá-las às circunstâncias presentes e, conseqüentemente, a mudar suas ações na medida em que tais circunstâncias apresentam variações. A necessidade que o governante tem de produzir de si uma imagem de homem honrado e virtuoso explicita-se em ambos os casos. As distinções dizem respeito ao reconhecimento que Maquiavel faz do âmbito da aparência. Tal como vimos, as ações do governante devem ser (sempre que possível) virtuosas. Porém, o critério que ele segue para alcançar seus objetivos (e especialmente para manter o poder) não se encerra nas virtudes cristãs (tal como sugerem os *Specula*). Assim, quando alguma circunstância específica exige que ele contrarie uma determinada virtude, ele o faz esforçando-se para que os que dele esperam sempre ações virtuosas não o percebam.¹⁹³

¹⁹³ É importante notar que o âmbito da aparência não se faz transparente. Desse modo, o governante pode usar a história e fundamentar suas ações nas dos grandes homens para tentar prever a reação do povo, mas não é capaz de fazer um cálculo preciso. Além disso, o contrário também se faz possível e a prática de uma virtude pode aparecer como vício. Por isso, é preciso considerar que todo o processo de manipulação da imagem do governante sugerido por Maquiavel é circunscrito por muitas limitações e sempre sujeito aos fatores relacionados à opacidade própria da verdade efetiva. Este assunto será abordado de forma mais detalhada nos capítulos seguintes.

Não é fácil, porém, distinguir de forma definitiva *O Príncipe* dos *Specula*. Talvez a principal distinção diga respeito ao que se considera ser o conhecimento apropriado àquele que governa.¹⁹⁴ Mesmo autores que incluem *O Príncipe* no gênero dos *Specula* costumam reconhecer esta distinção. Senellart, ao tratar do conteúdo destes últimos, traz à tona esta questão, segundo ele, clássica na época: “o que deve saber o príncipe?”¹⁹⁵ Não se pode negar que essa questão também permeia a obra de Maquiavel, mas a forma de pensar o governante, sugerindo, por exemplo, que “ele deve saber guerrear” e “aprender a ser mau”, parece distingui-lo dos *Specula*. Mesmo que a guerra fosse também assunto de alguns *Specula* (embora não se apresente como um assunto recorrente), não comporta a mesma relevância nem é abordada da mesma maneira por Maquiavel. Os escritos dele podem apresentar algumas semelhanças em relação a este gênero literário comum naquele tempo, mas se diferenciam no que diz respeito ao que deve ser o principal objetivo do governante, ou, pelo menos, à forma de alcançar esse objetivo. Assim, se consideramos o objetivo principal dos *Specula* que é, tal como vimos, fornecer ao príncipe um resumo do que o governante deve fazer, podemos pensar que a obra de Maquiavel oferece algo parecido, porém por vias distintas.

Talvez possamos opor a obra de Maquiavel aos *Specula* por sua respectiva discrepância e coincidência com os valores da tradição. Neste sentido, da perspectiva em que Maquiavel escreve *O Príncipe*, os *Specula* parecem ser, entre outras coisas, quase livros de boas maneiras cristãs para governantes que, somente se muito afortunados poderiam conquistar e conservar seu governo. Os *Specula* serviam mais à Igreja que à conquista e manutenção do poder do Estado propriamente ditos. Não se pode ignorar que a maior parte dos contemporâneos de Maquiavel acreditava que o

¹⁹⁴ Sobre o saber do governante e sua relação com o texto bíblico, ver BOUDET. *Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles* Salomon, Alphonse X et Charles V, p. 545-566. Em especial quando, ao tratar dos *Specula*, discorre sobre o saber divino do Rei (p. 348-349 e p. 560-561).

¹⁹⁵ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 98.

príncipe deveria se esforçar para levar uma vida virtuosa: abrindo seu coração e deixando fluir somente coisas boas e dignas de um homem moralmente “correto”. Método ineficaz sob os critérios apresentados por Maquiavel. Não necessariamente porque dizem respeito aos valores sustentados por uma determinada religião, mas por serem esses valores ineficazes aos objetivos do governante. É certo que em ambas as obras sugere-se a construção da imagem do governante em consonância com os valores da tradição (que são os mesmos utilizados pelo povo para julgar o que governa). Isto se faz necessário para que o governante alcance seus objetivos.

No entanto, para Maquiavel, há muitas outras coisas a serem tratadas por quem assume o poder e que, por vezes, exigem ações contrárias aos valores cristãos. Os *Specula* não reconhecem tal fato e sustentam em toda e qualquer ocasião a prática das virtudes por parte do governante. Maquiavel, por sua vez, afasta-se dos valores morais de seu tempo como um modelo a ser seguido pelo governante. Assume em seu lugar uma lógica relacionada às necessidades presentes e justifica seu rompimento parte pela ineficácia destes recursos e parte pelos exemplos dos Antigos Romanos e seus valores pagãos, estes sim capazes de sustentar os modos de agir de um governante que se pretenda forte. Nas suas inúmeras comparações — deste período áureo com a Florença de seu tempo — a questão dos valores admitidos pelos Antigos nunca deixa de ser lembrada. O ponto em que insiste Maquiavel implica a insuficiência dos valores do seu tempo para tratar das questões próprias do Estado. No entanto, ao propor a insuficiência dos valores da tradição para lidar com as questões do Estado, não deixa, de modo algum, um vazio no lugar deles. Ele, de fato, propõe uma desconstrução dos valores inadequados à ação, à prática política. Mas propõe, no lugar destes, valores segundo ele capazes de fortalecer o campo da ação, ou ainda, fortalecer o agir político e, conseqüentemente, favorecer o *vivere civile*. Essa sobreposição dos valores da tradição

cristã por outros mais adequados ao Estado no âmbito que tange às ações daquele que governa constitui-se como o marco divisório entre *O Príncipe* e um *Speculum Principis*.

Neste sentido, o alvo de crítica de Maquiavel não parecem ser os dogmas da religião cristã, ou seja, não implica uma crítica teológica ou metafísica. Diz respeito à tradição cristã enquanto formadora de valores contrários à vida cívica. Aos propósitos de Maquiavel, os *Specula*, ao portarem os preceitos cristãos aos governantes, constituem-se como a expressão de uma política ao avesso, ou ainda, de uma teoria da não ação. Colonna d'Istria e Roland Frapet abordam esta questão quando discutem a originalidade de Maquiavel. Afirmam que esta última é, em grande medida, consequência do tratamento político que o autor aplica à religião. De acordo com eles,

tratamento conduzido unicamente por motivos políticos a condenar o cristianismo e não a religião em geral. Haja vista que a substância de sua análise nada tem de original, sua maneira de proceder, seu método, seu tratamento da religião, o lugar que Maquiavel lhe reserva é notável. Nenhuma teologia é reconhecida a não ser uma teologia civil a serviço do Estado, ainda mais indispensável e necessária nas repúblicas que nos principados e que deve ser utilizada de acordo com as circunstâncias.¹⁹⁶

Os *Specula*, ao contrário, pretendem engendrar no governante uma espécie do que se poderia chamar de “administração cristã do Estado”, criando assim um mecanismo condutor da ação do governante, que para Maquiavel não tem chance de êxito.¹⁹⁷ Essa forma de governar, ao desconsiderar a realidade, ao ignorar “as coisas como elas são”, assume pressupostos que põem em risco a manutenção do poder. Especialmente quando o príncipe toma como ponto de partida para as suas ações a generalização dessas virtudes nos súditos. O problema que Maquiavel detecta neste ponto é que os homens não necessariamente fazem coincidir suas ações às propostas pela moralidade vigente e, mesmo quando se propõem a segui-la, suas atitudes muitas vezes configuram-se como

¹⁹⁶ D'ISTRIA; FRAPET. *L'Art Politique chez Machiavel*, p. 131-132.

¹⁹⁷ Ver a este respeito CAILLÉ; LAZZERI; SENELLART. *Histoire Raisonnée de la Philosophie Morale et Politique: Le bonheur et l'utile*, p. 203-226.

aquilo que lhe é mais contrário. Em outras palavras, os homens nem sempre praticam ações que possam ser apontadas como virtudes. Assim, se o governante se mantiver o tempo todo nesse terreno das virtudes, praticando aquilo que se caracteriza como tal e sem se precaver em relação àqueles que com elas rompe, tem grandes possibilidades de fracassar.

Uma vez dado o corpo político tal como o apresenta Maquiavel, podemos perceber melhor as dificuldades existentes na assimilação dos valores e, em última instância, do modelo cristão por parte do governante. Poderíamos pensar que a *práxis* política não pode partir de um “modelo-guia”, de um conjunto de valores capaz de destruí-la. Seria necessária a incorporação de um conjunto de práticas melhores, ou seja, mais adequadas às necessidades do corpo político. Temos que considerar ainda o resultado das ações praticadas por um governante bom, virtuoso e pouco atento às artimanhas e perigos do espaço da política. Este, dentro da perspectiva maquiaveliana, só tem um fim: o fracasso, a perda de seu poder.

Assim, o rompimento com a tradição se faz inevitável. E, embora seja esta uma questão muito debatida entre os comentadores de Maquiavel, consideramos que há também um rompimento definitivo em relação ao gênero dos *Specula*. Vissing, que parece se abster deste debate, recorre a Guénéé,¹⁹⁸ para afirmar que “os *espelhos dos príncipes*, largamente escritos na mesma época, correspondiam menos às exigências efetivas postas ao príncipe que às normas da propaganda da qual ele queria se cercar, da imagem que ele desejava repercutir”.¹⁹⁹ Dada a situação da Itália na época de Maquiavel, que segundo ele mesmo afirma no último capítulo d’*O Príncipe* estava à espera de um redentor,²⁰⁰ as exigências efetivas seriam mais urgentes e importantes que qualquer outra coisa. Assim, enquanto os *Specula* sugeriam que ações do príncipe se

¹⁹⁸ Ver GUENÉE. *L'occident aux XIVe et XVe siècles*: Les Etats. Paris, 1971.

¹⁹⁹ VISSING. *Machiavel et la politique de l'apparence*, p. 24.

²⁰⁰ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI.

fundamentassem em virtudes que não necessariamente são inteiramente possíveis no mundo da política, os textos políticos de Maquiavel dirigem-se em grande medida aos meios eficazes de conquistar o poder e manter-se nele. Ao fazê-lo, ele efetiva sua crítica a modelos de ação incapazes de se realizarem. Maquiavel, de fato, afirma em mais de um momento não se interessar por modelos ideais, não concretizados na história. A *verità effettuale* exige que a ação do governante ocorra seguindo as imposições da necessidade. Ela, a necessidade, seria o parâmetro da ação num Estado bem-sucedido.

Assim, segundo Senellart, “afirma-se facilmente que Maquiavel substituiu uma arte utópica de governar, centrada na virtude do príncipe e orientada para o bem comum, por uma arte pragmática, atenta às condições concretas do êxito”.²⁰¹ No entanto, as modificações desta arte, que passam pela obra de Maquiavel, não se encerram nas distinções entre *O Príncipe* e os *Specula*. Parecem antes ter como pressuposto a modificação da própria imagem do governante, que passa a ser reconhecida a partir da identificação do espaço da política com o da aparência. Esse reconhecimento, entre outras coisas, pode significar mais que a modificação da arte de governar, tal como era concebida na época, ou seja, um formato de livros de aconselhamentos para príncipes denominados *Specula*.

Senellart, apesar de reconhecer a ousadia de Maquiavel em algumas passagens interessantes — como “o lance de audácia de Maquiavel, como se sabe, foi recusar, em algumas frases secas, o finalismo das doutrinas políticas tradicionais e substituir pela questão dos meios” —,²⁰² acaba por incorporar *O Príncipe* aos *Specula* e tratá-lo apenas como uma obra que inova esse gênero. Segundo ele, “todavia, ao inscrever a ação principesca na imanência histórica, Maquiavel não rompia completamente a relação circular do príncipe ao príncipe alimentada pelos *Specula*. Se ele rejeitava todo modelo

²⁰¹ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 21.

²⁰² SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 19.

transcendente, era para realçar a transcendência do príncipe em relação ao resto dos homens”.²⁰³ Assim, Senellart assume a mesma perspectiva de Skinner e Gilber.²⁰⁴ Para tanto, Senellart aponta como principal argumento a ausência de uma separação precisa entre *stato* e *governo* no interior do pensamento de Maquiavel. Neste sentido, afirma que, “no início do século XVI, o governo se confundia com o Estado: *stato* e *governo*, em Maquiavel são na maioria das vezes intercambiáveis e designam o poder efetivo do príncipe. Reinar é governar, e vice-versa”.²⁰⁵ Esta afirmação chama nossa atenção para as dificuldades de se integrar *O Príncipe* no gênero literário que historicamente sucede os *specula*.²⁰⁶

De maneira resumida, poderíamos dizer que a “novidade” maquiaveliana se constrói, em grande medida, a partir da substituição da dicotomia virtudes/vícios por uma lógica de ação fundamentada pelas contingências do espaço público. Lógica essa que não se constrói senão sob o reconhecimento do âmbito da aparência como aquele que circunscreve as ações capazes de se efetivarem no âmbito da política. Em outras palavras, Maquiavel sabe que as ações do governante continuam julgadas sob os

²⁰³ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 58.

²⁰⁴ Ver SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 58.

²⁰⁵ SENELLART. *Les arts de Gouverner*, p. 40.

²⁰⁶ As divergências que dizem respeito à inserção ou não inserção da obra *O Príncipe* no gênero chamado *Speculum Principis* não se iniciam aqui. Vêm, ao contrário, se tornando clássicas entre os comentadores da obra de Maquiavel. Este é certamente o ponto central de uma grande polêmica em relação ao seu pensamento. É interessante notar a existência de certo consenso em relação ao fato de haver uma novidade no pensamento de Maquiavel. As divergências se restringem de modo geral às dimensões de tal novidade. Assim, generalizando um pouco a questão, temos, por um lado, aqueles que partem de uma análise mais própria do historiador e que veem Maquiavel como um pensador que apenas introduz algumas pequenas novidades em seu tempo, porém não muito substanciais; e, por outro, aqueles que procuram enxergar para além dos textos propriamente ditos, reconhecendo Maquiavel como um grande autor que modificou os rumos da política. Mas esta discussão parece ainda ir além e ultrapassar este ponto. Parece não se tratar apenas de discutir se essa “novidade” é tão grande que retiraria Maquiavel do gênero dos *Specula* ou se sua “novidade” apenas o faz inovar o gênero. Trata-se antes de uma discussão em torno da continuidade ou descontinuidade das ideias do Renascimento em relação às da Idade Média. Não pretendemos investigar esta polêmica, mas não poderíamos deixar de mencioná-la aqui. Posicionamo-nos, ao longo deste trabalho, no sentido de perceber uma “novidade” no pensamento de Maquiavel, e, conseqüentemente, partilhamos da hipótese de uma descontinuidade de seu pensamento em relação aos da Idade Média. Seguimos, assim, as teses de Hans Baron, Claude Lefort, Georges Faraklas e Newton Bignotto. Opostas, e partindo da tese de uma continuidade entre as ideias do Renascimento e as da Idade Média, encontram-se as teses de Quentin Skinner, Michel Senellart, Felix Gilbert, Paul Kristelley e Harvey Mansfield.

critérios da tradição e que, portanto, a imagem deste precisa se manter como a de um governante honrado e virtuoso. Deste modo, a lógica tradicional das virtudes e vícios só pode ser substituída porque o âmbito da política é também o da aparência, o que possibilita que a imagem do governante (assim como a de todos os atores políticos) não necessariamente corresponda à efetividade de suas ações. Assim, se, por um lado, Maquiavel escreve um livro aparentemente aos moldes dos *Specula* e endereça-o a um pressuposto príncipe, por outro, o conteúdo desta obra é tão diferente das demais que já não é mais possível mantê-la no gênero das artes de governar. Ao introduzir uma nova lógica de valores, disposta a lidar com a realidade tal como ela se apresenta e não com um modelo imaginário de Estado, Maquiavel rompe em definitivo com seu tempo. *O Príncipe* não é uma obra que teria revolucionado o gênero dos *Specula* (ao contrário do que diria Senellart, tal como vimos, ou mesmo Skinner).²⁰⁷ Parece antes ser ela mesma uma obra revolucionária.²⁰⁸

2.2 Maquiavel: a imagem do governante na política como aparência

Assim como nas obras chamadas de *speculum principis*, a imagem também é tratada por Maquiavel. Neste sentido, não podemos pensar o reconhecimento da importância da imagem e da visibilidade como uma novidade introduzida por ele. Além de fazer parte de uma cultura própria do Renascimento, é, como vimos com os *Specula*, ainda mais antiga e bastante comum. Nas obras de Maquiavel, no entanto, a questão

²⁰⁷ Ver, a esse respeito, SKINNER. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, p. 139. Skinner divide o gênero dos *Specula* em dois grupos, colocando *O Príncipe* em um deles e todos os outros *Specula* em outro. Acreditamos, diferentemente do que afirma Skinner, que este reconhecimento das distinções do *Príncipe* em relação ao gênero mencionado é suficiente para pensá-lo como distinto dos *Specula*. Em outras palavras, acreditamos que *O Príncipe* se difere dos *Specula* a ponto de não poder ser enquadrado neste gênero.

²⁰⁸ Este assunto tem como fundamento a discussão sobre a continuidade ou descontinuidade das ideias do Renascimento em relação à Idade Média. Ver, a esse respeito, BIGNOTTO. *Origens do Republicanismo Moderno*, p. 13-30.

parece ser abordada de modo a considerar uma complexidade maior das possibilidades que circunscrevem as ações do governante. A imagem do governante permanece no centro da questão, mas podemos pensar que uma espécie de cálculo dos resultados de suas ações em função das imagens que elas são capazes de produzir é introduzida. A aparência, nesse sentido, assume também um lugar no resultado da *práxis* do governante. Assim, na medida em que Maquiavel se interessa pelo resultado das ações do governante, que passa pelo julgamento dos homens, a maneira como este julgamento se efetiva torna-se objeto de investigação.²⁰⁹

O ator político não atua sem plateia, e a imagem do governante é, em grande medida, fruto do julgamento dos homens. O governante não pode ignorar a *opinione*, para usar o termo exato. Ela, muitas vezes, expressa as expectativas e/ou desejos em relação à figura do governante. Expectativas essas que, quando correspondidas, nem sempre implicam as ações mais apropriadas para uma determinada situação. A *opinione*, presa aos valores da tradição, não pode sequer reconhecer as necessidades presentes e menos ainda desejar ações específicas a elas. Cabe ao governante praticar ações que possam ir ao encontro das necessidades mais imediatas que lhe são postas em suas funções, preservando seu principal objetivo, que diz respeito à manutenção do poder e, ao mesmo tempo, garantir que sua imagem seja no mínimo aceitável. Assim, como é certo que tanto a obtenção quanto a manutenção do poder circunscrevem o julgamento que o povo faz da figura do governante bem como de suas ações, este juízo precisa ser

²⁰⁹ Este trabalho se desviaria de sua proposta inicial se, neste momento, em vez de tratar do governante, começássemos a tratar do povo. Partimos do pressuposto de um corpo político cindido e optamos por estudar a figura do governante que se circunscreve claramente no lugar oposto ao do povo. Não pretendemos partir para uma análise da perspectiva do povo, haja vista que ela não cabe nos limites deste trabalho. Tal análise nos interessa apenas enquanto interfere no resultado das ações do governante, enquanto este último se apresenta como responsável direto pelas estratégias que o governante deverá arquitetar para manter o poder. Assim, não nos interessa aqui estudar propriamente as imagens sugeridas por Maquiavel, mas seu fundamento. Interessa-nos o conceito produzido por Maquiavel para minimizar a instabilidade consequente da enorme quantidade de variáveis às quais o governante se encontra sujeito ao assumir os objetivos de conquista e manutenção do poder.

minimamente abordado neste trabalho, muito embora não se trate de uma de suas questões centrais.

Uma das passagens mais conhecidas d’*O Príncipe* diz respeito justamente a esta questão. No capítulo XVIII, Maquiavel afirma que “os homens julgam mais pelos olhos que pelas mãos”.²¹⁰ Encontramos uma passagem parecida nos *Discorsi*: “a universalidade dos homens se nutre com aquilo que parece como se fosse o que é; assim, muitas vezes são afetados mais pelas coisas que parecem do que pelas coisas que são”.²¹¹ As passagens indicam, em primeiro lugar, que há uma distância entre *o que se vê* e *o que é*. Em segundo, poderíamos pensar que *o que se vê* é mais importante que *o que é*, e, em terceiro, que só o pode ser em função da capacidade que os homens têm de imaginar. Estas conclusões iniciais já nos conduzem a uma quarta conclusão ainda mais importante: se tal distância existe e favorece o que se vê, ou seja, o parecer ser, este parecer ser não pode estar à parte do espaço da política. Não pode se constituir fora dele.

Estas conclusões iniciais a respeito das afirmações de Maquiavel parecem nos conduzir, no entanto, a no mínimo duas questões. A primeira surge a partir da passagem expressa n’*O Príncipe* segundo a qual *o julgamento dos homens se constrói mais pelos olhos que pelas mãos*: podemos mesmo concluir que *o que se vê* é mais importante que *o que é*? A segunda aparece a partir da passagem dos *Discorsi* e, de acordo com ela, *aquilo que parece* se distingue *do que é*: há espaço para se pensar a oposição entre ser e aparecer, clássica na história da filosofia, como uma dicotomia no interior do pensamento de Maquiavel? Tais questões parecem estar interligadas e sua análise sugere nos conduzir a um questionamento da pertinência de tais perguntas. De maneira

²¹⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 166: *E li uomini in universali iudicano piú alli occhi che alle mani (...)*.

²¹¹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 25, p. 257: *(...) perché lo universale degli uomini si pascono così di quel che pare come di quello che è: anzi, molte volte si muovono piú per le cose che paiono che per quelle che sono.*

resumida, poderíamos afirmar que a imagem que se tem do governante é constituída parte pelo que ele faz de fato e parte pela imagem que se cria dele a partir das ações que ele efetivou e que não necessariamente lhes correspondem. Mas, como não é possível fazer essa distinção, dado que o mundo da política é também o espaço da aparência, não é possível opor o que se efetivou ao que parece ter se efetivado. Ambos constituem o terreno próprio da política.

Helton Adverse sugere uma resposta direta à primeira questão, ao afirmar que “não se trata, portanto, de menosprezar a complexidade da vida política reduzindo o real à aparência e sim de compreender que para Maquiavel essa divisão perde sentido no domínio político porque o efetivo é o que aparece”.²¹² Esta resposta nos permite compreender que a própria pergunta não fazia sentido. Em outras palavras, se o objeto de análise — que é a política — se constrói em um ambiente onde não é possível distinguir o ser do parecer, não faz sentido questionar a relevância de um ou de outro. Só temos acesso ao que aparece e, portanto, nem nosso objeto de análise pode ser de outra natureza, nem as ações do governante se inserem em outro lugar, pois só há aparência. A respeito desta última, Adverse afirma que, “uma vez que os homens ‘julgam mais pelo olhar’, na cidade o parecer não pode ser distinguido do ser porque o espaço social e político é o domínio do aparecer. Dizendo de outro modo, o espaço público é o mundo da aparência”.²¹³ A aparência, assim, não somente se inscreve no espaço da política como ela própria o constitui.

Assim, a resposta à segunda questão parece dar continuidade à primeira e não é menos definitiva. Não há uma dualidade no sentido clássico da metafísica e, por isso mesmo, não se pode tomar Maquiavel por “fenomenólogo”. Evidentemente, o que se concretiza na história e se caracteriza como um fato interessa a Maquiavel, mas não

²¹² ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 19.

²¹³ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 45.

podemos tomar fatos históricos, tal como usados por Maquiavel, como sendo fenômenos próprios da metafísica. O primeiro passo para evitar uma confusão desta natureza parece ser o reconhecimento de que não se trata de um conceito que se pretenda ideal. É construído, acima de tudo, a partir daquilo que se efetivou na história e esta passa a ser então a grande ferramenta conceitual de Maquiavel. Desconsiderar este instrumento parece conduzir ao equívoco de uma tentativa de inserir Maquiavel no mesmo leque de pensadores clássicos que ele tanto criticava. Maquiavel, ao recusar os modelos ideais da tradição, não os substitui por outros da mesma natureza. Tal como afirma Adverse, “os instrumentos conceituais de Maquiavel não pertencem a essa tradição que poderíamos aqui chamar de *metafísica*”.²¹⁴ Se há uma distância entre *o que é* e *o que parece ser*, ela só interessa ao ator político na medida em que ele precisa considerá-la para tentar produzir, a partir de suas ações, imagens apropriadas aos seus objetivos. Do que se conclui que o bom político, para Maquiavel, é sempre o ator político.

Precisamos considerar ainda que, mesmo havendo uma distância entre o que se vê e o que é, esta distância desaparece no espaço público. Extingue-se visto que neste espaço próprio da política não se pode distinguir as coisas como elas são de como elas parecem ser. A consequência se torna clara: no âmbito da verdade efetiva só há aparecer. Parte-se, assim, da premissa de que o espaço da política é o da aparência. Esta premissa, no entanto, não implica uma dicotomia entre ser e aparecer. Imaginação e realidade fundem-se de tal maneira naquilo que aparece que distingui-las torna-se impossível. A dualidade entre *aquilo que se imagina ser* e *o que é* se dissolve no aparecer, e o que se efetiva para Maquiavel é o aparecer. A oposição clássica da metafísica (entre ser e aparecer) parece não fazer sentido no pensamento de Maquiavel.

²¹⁴ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 26.

Assim, segundo Adverse, “a *aparência* em Maquiavel não pode ser pensada com a grade conceitual da metafísica. Em primeiro lugar, ela não é conceito. Em segundo lugar, não se opõe a *ser* no sentido de *essência*”.²¹⁵ Não podemos deixar de notar o quanto é difícil deixar de usar o vocabulário vinculado a esta dicotomia para abordar a questão. Isto, no entanto, não nos parece implicar um problema, pois este vocabulário nos parece útil para compreendê-la. Embora não se trate da dicotomia própria da metafísica, trata-se de uma diferença de perspectiva e, talvez por isso, nos seja ainda possível abordar a questão pela via deste vocabulário.

Voltando à nossa questão central, ao contrário do que poderíamos pensar em uma leitura inicial, a *verdade efetiva* não se opõe à *aparência*. Ao invés disso, constitui-se a partir dela. Não somente da *aparência* porque não descarta o real, mas não a exclui e nem o poderia fazer.²¹⁶ Poderíamos pensar, seguindo a argumentação de Claude Lefort,²¹⁷ que uma justificativa para o tratamento que Maquiavel confere à questão é sua existência *a priori*. Dada sua existência, surge a necessidade de que o governante reconheça os dois planos e aprenda a lidar com eles, especialmente com a impossibilidade de identificá-los de forma definitiva. Desse modo, não podemos pensar que Maquiavel cria estes dois planos. Os planos constituem, eles mesmos, com toda sua ambiguidade, a *verdade efetiva*. Justamente por isso não se pode opor a *verità effettuale* à *aparência*. A *aparência* permeia a *verdade efetiva*, é uma de suas partes constitutivas.

²¹⁵ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 33.

²¹⁶ Adverse, a este respeito, nos apresenta ainda os riscos de se pensar em uma dicotomia aqui. Ele recorre ao conceito de maquiavelismo, tal como apresentado por Claude Lefort, para tratar das consequências de se assumir esta distinção entre *ser/aparência*. Segundo ele, “Maquiavel é ‘maquiavélico’ quando acreditamos que por detrás da *aparência* há uma verdadeira política, uma política real. Maquiavel é ‘maquiavélico’ quando desdobramos a realidade política, quando a duplicamos, colocando de um lado as autênticas intenções de um ator político, ou um príncipe, e de outro o que ele mostra. (...) Dizendo de outra forma, o príncipe não antecede o poder. Todo o *ser* do político, *na medida em que ele age*, está na representação, naquilo que ele dá a ver. Por isso não é correto dizer que para Maquiavel a *aparência* substitui o verdadeiro *ser*: na política, a *aparência* é o *ser* e o único príncipe que existe é o príncipe que se vê” (ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 50, grifos do autor). Ver, a este respeito, LEFORT. *Le Travail de l'Ouvre*, p. 74.

²¹⁷ LEFORT. *Desafios da Escrita Política*, p. 145-176.

Vissing, a este respeito, afirma que “Maquiavel substitui a oposição verdade/aparência pelo conceito de *verità effettuale*, que compreende indistintamente tudo aquilo que é operacional em política, incluindo as aparências”.²¹⁸ Ao ator político não cabe outra coisa senão sabê-lo e aprender a lidar com estes dois planos que constituem o terreno que lhe é próprio, o terreno da política. Resta ao governante ater-se à verdade efetiva e valer-se da imaginação, beneficiando-se dela em função da manutenção do poder. Precisa executar ações tendo em vista que será julgado pelas aparências dos resultados destas. Sua imagem não é fruto somente do que ele é, mas — e especialmente — do que ele parece ser.

Este parece ser um dos grandes desafios daquele que se propõe a manter o poder. Produzir de si e do Estado que governa a melhor imagem definitivamente não parece ser uma tarefa simples. A própria *virtù* (como veremos mais adiante, principal característica que deve ter o governante para efetivar seu objetivo relativo à manutenção do poder) não se caracteriza como própria do espaço da aparência, mas, ao mesmo tempo, não pode ser construída sem ele. O cálculo das ações do governante deve ser feito tendo em vista seus resultados. Dito dessa forma, não parece haver nenhuma especificidade no pensamento de Maquiavel. Mas quando levamos em consideração que, para ele, o terreno da política é o da aparência, uma possível análise dos resultados se torna bem mais complexa, especialmente porque tão ou mais importante do que *o que se faz é o que se faz ver*.

Neste ponto, precisamos reconsiderar nossas quatro conclusões iniciais. Faz-se necessário expandir seu sentido original tal como o apresentamos anteriormente. Em outras palavras, faz-se necessário complementá-las, pois se antes não tínhamos elementos suficientes para fazê-lo, parece agora não haver momento mais apropriado.

²¹⁸ VISSING. *Machiavel et la politique de l'apparence*, p. 143.

No caso da primeira, há uma distância entre *o que se vê* e *o que é*, a conclusão se sustenta, porém perde importância na medida em que o que se efetiva é aparência e, portanto, não se pode identificar tal distância, apenas sabê-la. A segunda, *o que se vê* é mais importante que *o que é*, como vimos, foi superada a partir da constatação de que só se efetiva o que se faz ver. Assim, a identificação de uma convergência entre *o que parece ser* e *o que é* naquilo que se efetiva, ou seja, na *verdade efetiva*, retira qualquer tipo de prioridade destas duas questões iniciais. Porém, torna ainda mais interessantes as duas últimas. A terceira diz respeito à imaginação e corrobora a quarta e mais importante de todas elas: o que existe é a aparência e o é, em grande medida, graças à imagem que os outros dela formulam. Resta-nos investigá-las.

O reconhecimento de que a *verdade efetiva* é *o que aparece*, e que *o que aparece* pode ser somente uma imagem produzida pela imaginação, nos conduz à necessidade de uma melhor compreensão da função desta última na política. O lugar da política parece ser justamente o ponto onde a realidade e as possíveis imagens que se pode criar das coisas se encontram. Alguns autores chegam a usar o termo ficção para pensar a questão da imagem na política. Em *Figures du Pouvoir*, mais especificamente no seu capítulo intitulado “Politique et fiction”, Zarka aborda a questão pelo uso deste termo. Ele diz “arriscar a afirmação: a política é talvez o lugar da ficção por excelência”.²¹⁹ Apesar deste uso, preferimos nos restringir a opor a verdade efetiva às imagens que se pode formular daquilo que acontece no âmbito da política. Acreditamos que, se a *verdade efetiva das coisas* não é mais que a aparência que, neste caso, se traduz pela confluência daquilo *que é* com as imagens que de alguma forma foram produzidas por aqueles que se inserem no espaço da política, talvez seja exagero pensar a política como um terreno próprio de ficções.

²¹⁹ ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 119.

Poderíamos pensar assim que a “busca pela verdade” se encerra justamente no reconhecimento da *verdade efetiva*. E, se a verdade efetiva coincide com a aparência, podemos dizer que a “busca pela verdade” em Maquiavel se encerra naquilo que aparece. Além disto, não há mais nada a procurar. Não necessariamente por ter-se atingido *o ser*, mas por ter-se atingido o ápice do que é passível de desvelamento no âmbito da política. Paul Valadier, a este respeito, afirma que “o espaço público constitui então uma realidade específica estruturada pela aparência, e essa aparência não é ultrapassável. Aqui uma transparência ou um imediatismo são impossíveis; derivam do sonho ou da ignorância da realidade efetiva”.²²⁰ É certo que a realidade ou a *verità effettuale della cosa* se revela naquilo que aparece, mas, mesmo assim, além dela não há nada a se considerar. Ela encerra o conhecimento possível das coisas humanas. Por traz da *verdade efetiva* não há mais nada que se faça passível de ser conhecido e, portanto, nada que possa contribuir aos objetivos do governante. Assim, nas palavras de Adverse, “a obra de Maquiavel vai de encontro a essa estratégia seguindo em direção da *verdade efetiva das coisas*, tomando a realidade como é, afirmando sua opacidade e, a partir daí, colhendo material para conceitualizá-la”.²²¹ A obra de Maquiavel é acima de tudo política e ele, privado deste espaço, parece ter-se disposto a desvendá-lo. Ao fazê-lo, no entanto, reconhece as dificuldades e os limites próprios da política e nos convida a refletir sobre eles, assim como sobre as maneiras de reverter o processo de corrupção de um Estado em crise (tal como a Itália daquele tempo). Não propõe um “modelo” acabado (que existe, segundo ele, somente na imaginação dos homens), mas maneiras de reconhecer os obstáculos prováveis para melhor enfrentá-los.

De forma a dar eco ao que afirmaram todos estes autores, partimos da *verdade efetiva* como uma máxima maquiaveliana cujo fundamento não ultrapassa o que se

²²⁰ VALADIER. *Machiavel et la fragilité du politique*, p. 73.

²²¹ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 24.

realiza, ou seja, não ultrapassa a aparência. Isso, como vimos a partir da afirmação de Zarka, só pode ocorrer por ser a aparência o âmbito da política e pelo fato de constituir esta última um terreno propício à produção de imagens pela — para usar as palavras de Maquiavel — *immaginazione*. A necessidade atribuída ao governante de construir de si mesmo a imagem de grande homem é a consequência primeira de uma expectativa derivada da *immaginazione* dos homens. A construção desta imagem parece não poder se efetivar sem passar sempre pelo juízo dos homens. O julgamento, como vimos, é em grande medida do que se vê e, portanto, não parece ser possível dissociar a imagem do governante da *opinione*. Acontece que os homens julgam a partir do terreno das aparências. Não necessariamente *o que é* se caracteriza como prioritário. O que é inevitavelmente julgado é a imagem que se abstrai daquilo que se concretizou na história, mesmo que seja esta imagem muito distinta do fato tal como ocorrido. Julgam com os olhos e não com as mãos, para usar os termos de Maquiavel. E é esta diferença de perspectiva que não pode ser ignorada por aquele que governa.

2.3 Aparência, imaginação e história: a possibilidade de manutenção do poder por vias distintas do “modelo” cristão

Tal como veremos mais adiante, a história apresenta-se como uma importante ferramenta àquele que governa. Ela fornece elementos para que o governante possa aprender com os acontecimentos passados e valer-se de tais conhecimentos para evitar cometer os mesmos erros de atores que o antecederam, bem como procurar alcançar os mesmos acertos dos grandes homens. Esta questão será investigada mais de perto no próximo capítulo, no qual procuraremos evidenciar a história como um instrumento de produção de conhecimento sobre a ação política (apesar de toda imprevisibilidade

introduzida pela *fortuna*). No entanto, faz-se necessário aqui adiantar alguns pontos desta questão, para que não deixemos de tratar de um ponto importante: se o âmbito da política é o da aparência e não há nada além daquilo que aparece, o engano pode ser inevitável quando o governante precisar efetivar sua ação sem a chance de se debruçar longamente sobre os acontecimentos. Ao passo que, ao partir dos resultados consequentes das ações políticas de atores que o antecederam, pode aprender com situações semelhantes e valer-se deste aprendizado para analisar melhor uma determinada situação presente. Para isso, o simples conhecimento da história não é suficiente. É preciso apreender dela os melhores modos de agir. Em curtas palavras, é preciso produzir o conhecimento a partir da experiência. Certamente esta análise não elimina os riscos de um possível engano, mas pode diminuí-lo, dependendo das circunstâncias. Analisar fatos passados para tomá-los como parâmetro para uma decisão no presente exige cuidados específicos.

Neste sentido, faz-se necessário nos voltarmos aqui, mesmo que de forma breve, para algumas considerações que Maquiavel nos apresenta sobre a história e as maneiras pelas quais os homens costumam construí-la e apreendê-la. Esta questão é tratada por Maquiavel no próêmio do segundo livro dos *Discorsi*, em que ele analisa a construção dos eventos históricos ao longo do tempo e apresenta algumas de suas considerações sobre o juízo que os homens fazem dos acontecimentos passados, segundo ele quase sempre comum. Em suas palavras:

os homens sempre louvam — mas nem sempre com razão — os tempos antigos e reprovam os atuais: e de tal modo estimam as coisas passadas, que não só celebram as eras que conheceram graças à memória que delas deixam os escritores, como também aquelas que os velhos se recordam por as terem visto em sua juventude.²²²

²²² MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, Proêmio, p. 324: *Laudano sempre gli uomini, ma non sempre ragionevolmente, gli antichi tempi, e gli presenti accusano, ed in modo sono delle cose passate partigiani che non solamente celebrano quelle etadi che da loro sono state, per la memoria che ne*

Na sequência do texto Maquiavel parece problematizar esta perspectiva ao afirmar que, “quando tal opinião é falsa, como no mais das vezes o é, persuado-me de que são várias as razões que os levam a tal engano”.²²³ Duas destas razões nos são apresentadas logo em seguida. Em um primeiro momento Maquiavel afirma que “nunca se conhece toda verdade das coisas antigas, visto que, no mais das vezes, se escondem as coisas que infamariam aqueles tempos, magnificando-se e ampliando-se as outras coisas que podem glorificá-los”.²²⁴ Mais adiante, seguindo sua argumentação, ele apresenta uma segunda razão ao afirmar que “os homens odeiam as coisas por temor ou por inveja, e nas coisas passadas estão extintas essas duas poderosíssimas razões de ódio, visto que elas não podem ofender e não dão motivos de inveja”.²²⁵ Estas passagens que abrem quase inusitadamente o Segundo Livro dos *Discorsi* e às quais muito se recorre sugerem nos remeter no mínimo a duas considerações importantes. A primeira é a clareza que Maquiavel tem do papel do historiador na efetividade dos fatos históricos, podendo mesmo descrevê-los um tanto melhores do que de fato foram.²²⁶ A segunda diz respeito à capacidade humana de imaginar, neste caso de considerar um determinado fato ocorrido de forma distinta de como ele se efetivou. Assim, podemos pensar que é possível a imagem concretizada na história não corresponder integralmente à verdade

hanno lasciata gli scrittori, conosciute, ma quelle ancora che, sendo già vecchi, si ricordano nella loro giovinezza avere vedute.

²²³ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, Proemio, p. 324: *E quando questa loro opinione sia falsa, come il più delle volte è, mi persuado varie essere le cagioni che a questo inganno gli conducono.*

²²⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, Proemio, p. 324: (...) *delle cose antiche non s'intenda al tutto la verità, e che di quelle il più delle volte si nasconda quelle cose che recherebbono a quelli tempi infamia, e quelle altre che possano partorire loro gloria, si rendino magnifiche ed amplissime.*

²²⁵ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, Proemio, p. 324: (...) *odiando gli uomini le cose o per timore o per invidia, vengono ad essere spente due potentissime cagioni dell'odio nelle cose passate, non ti potendo quelle offendere, e non ti dando cagione d'invidiarle.*

²²⁶ Maquiavel, em muitos momentos, utiliza a história para fundamentar suas hipóteses teóricas sem problematizá-las. Neste trecho em específico ele abre uma suspeita daquilo que sustenta muitos dos seus argumentos. Assim, se, por um lado, tomamos a passagem para pensar a clareza que o autor tinha da forma como são narrados os eventos, por outro, compreendemos que esta questão não se esgota. Tratar, no entanto, da relação entre a concepção maquiaveliana da construção da história e o uso que ele faz desta não constitui um tema possível nos limites deste trabalho.

efetiva do evento histórico. Consequentemente, podemos pensar que a história, de alguma forma, faz perdurar a imagem construída e não necessariamente a verdade efetiva das coisas. Voltamos, assim, à necessidade de tratar do ator político e seus expectadores, pois é a partir deles que se constrói a história que parece refletir, por sua vez, o único âmbito possível quando nos referimos ao terreno da política: a aparência.

Maquiavel, no entanto, nos aponta que o que se espera daquele que governa é que ele tenha todas as qualidades consideradas boas. Mais que isso, segundo ele: que conquiste a fama de grande homem. Consequentemente, esta é a imagem que o ator político precisa produzir a partir de suas ações para manter o poder. No entanto, e porque isto pode se configurar como um propósito muito difícil, Maquiavel, atento à *verdade efetiva*, adverte:

Sei que vão dizer que seria muito louvável que um príncipe, entre todas as qualidades acima [liberal, miserável; pródigo, ganancioso; cruel, piedoso; falso, fiel; efeminado, pusilânime; lascivo, casto; íntegro, astuto; duro, maleável; ponderado, leviano; religioso, incrédulo], possuísse as consideradas boas. Não sendo isto, porém, inteiramente possível devido às próprias condições humanas que não o permitem, ele deve ser suficientemente prudente para evitar a infâmia daqueles vícios que lhe tirariam o poder (...).²²⁷

Buscar a fama ou, no mínimo evitar a má fama. Maquiavel não aponta *as qualidades consideradas boas* e consequentemente, no mínimo duas questões nos ocorrem: qual é a imagem de um grande governante? E como produzi-la? Em outras palavras, sabemos que a resposta passa pela produção de uma determinada imagem, mas qual? E quais ações o ator político deve efetivar para conquistar a fama de grande homem ou, pelo menos, evitar a infâmia?

²²⁷ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 159-160: *E io so che ciascuno confesserà che sarebbe laudabilissima cosa uno principe trovarsi, di tutte le soprascritte qualità [liberale, misero; donatore, rapace; crudele, piatoso; fedifrago, fedele; effeminato, pusillanime; feroce, animoso; umano, superbo; lascivo, casto; intero, astuto; duro, facile; grave, leggieri; religioso, incredulo] quelle che sono tenute buone. Ma, perché le non si possono avere tutte né interamente osservare, per le condizioni umane che non lo consentono, è necessario essere tanto prudente ch'e' sappi fuggire la infamia di queglii vizi che gli torrebbero lo stato (...).*

Novamente as questões parecem estar interligadas. A obra de Maquiavel nos fornece elementos para identificarmos, no caso da primeira questão, a imagem que se espera do governante com a de grande homem. Mais que isso, de um homem honrado, de um homem de glória. Uma hipótese possível para se pensar a imagem que os homens esperam daquele que os governa é que o governante seja, de alguma forma, superior aos demais (e é justamente sua superioridade que justifica o lugar que ele ocupa) e que resplandeça sua superioridade especialmente naquilo que diz respeito à guerra, à honra e aos valores da tradição. Assim, a imagem que se espera do governante é de um homem honrado, glorioso e, acima de tudo, um homem de virtude. Glória e honra, no entanto, não necessariamente são consequentes das mesmas *praxes* e o governante, para obter essa reputação de homem honrado, não pode colocar em risco seu poder, deve, ao contrário, tentar alcançar a glória. Isso, por vezes, pode implicar uma grande dificuldade.

Os *Specula*, como vimos, aconselhavam o governante a agir de maneira a produzir de si a imagem de homem honrado. O espelho reflete a grandeza do governante e, mesmo que se possa fazê-lo de diferentes maneiras, é ainda seu reflexo. No entanto, ao negligenciar que o resultado das ações do governante pode ser visto de maneiras diferentes, dependendo, talvez, do ângulo no qual está aquele que as apreende, os *Specula* parecem negligenciar também as maneiras de alcançar a glória, assim como as formas de conquistar o poder e se manter nele, objetivos principais do governante a partir da perspectiva maquiaveliana. E, mesmo se a conquista e a manutenção do poder fossem objetivos demasiado evidentes para todo e qualquer governante ao longo da história, o que não necessariamente se confirma, os meios para efetivar tais objetivos definitivamente não são. A obra de Maquiavel neste aspecto parece se distanciar muito das obras deste gênero, especialmente por introduzir uma manobra não prevista por elas.

A partir, por exemplo, da consideração de que suas ações serão julgadas pelos olhos, o governante pode tentar manipular a construção de sua imagem, tornando-se honrado e “adequando” sua imagem às expectativas que se têm dele (ao mesmo tempo que age de acordo com o que exigem as circunstâncias). Esta manobra torna possível ao governante o somatório daquilo que ele *precisa fazer* e do que *parecer ser*, nem sempre coincidentes. Pode assim, a partir dela, ser honrado, glorioso e, salvo pela força dos vitupérios da *fortuna* que podem tudo mudar — tal como veremos no próximo capítulo — e efetivar a conquista e a manutenção do poder.

Estes, de fato, parecem ser os modos sugeridos por Maquiavel para que o governante possa sustentar estas expectativas construindo de si uma imagem adequada aos seus objetivos. Uma imagem adequada às “maneiras pelas quais se podem governar e conservar-se”,²²⁸ no entanto, é difícil de ser construída devido à necessidade da prática de ações que não correspondem à *práxis* que se espera do governante. A solução encontrada por Maquiavel para que o governante possa tentar viabilizar seus objetivos se constrói inteiramente em função de dois pressupostos: primeiro, por ser o âmbito da política constituído pela aparência; segundo, por serem os homens capazes de imaginar (o que implica que são dotados de um mecanismo que pode remetê-los a experiências que não necessariamente se efetivam na história). Mas os resultados nem sempre podem ser controlados e vários fatores contingentes podem modificá-los, e não necessariamente quem manipula o faz em seu favor. Por ora, deixaremos de lado tais contingências, retomaremos o assunto no capítulo seguinte quando trataremos da *fortuna*. Assim, quando a salvo dos imprevistos da *fortuna*, o governante, sabendo que tanto as suas ações quanto a de todos no âmbito público se efetivam no âmbito da aparência, pode se valer da capacidade de imaginar dos homens para alcançar seus

²²⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, II, p. 119: (...) *come questi principati si possino governare e mantenere*.

objetivos principais ao mesmo tempo que se cerca de precauções em relação às ações dos demais atores políticos. Maquiavel, ao reconhecer a possibilidade de se imaginarem coisas que nunca se efetivaram em um corpo político e ao tomá-la como própria dos homens, sugere ao governante que produza de si uma imagem que o mostre melhor do que ele é e se beneficie da capacidade que os homens têm de imaginar. Paralelamente, ele, governante, precisa precaver-se em relação ao que imagina, especialmente quando se trata de governos que nunca existiram. É certo que o espaço da política é preenchido pela aparência e, conseqüentemente, nem sempre é o governante quem engana. Ele pode ser enganado e pode fracassar na sua tentativa de enganar. Ele também imagina e isto não pode ser evitado. Adverse, a este respeito, afirma que,

os lugares não são fixos, quem engana pode ser enganado. Os que julgam com as mãos podem, em outra circunstância, julgar apenas com os olhos. Maquiavel diz que os homens, em geral, julgam *mais* com os olhos e menos com as mãos, o que significa que não são duas classes de homens que estão em jogo e sim duas formas de juízo que todos, em princípio, podem utilizar, mas que a maioria não o faz. Nas questões políticas, a maioria costuma tomar suas decisões apoiando-se no juízo do olhar. Maquiavel nos mostra que esse juízo pertence a um certo lugar no jogo político sem definir quem o ocupa.²²⁹

A passagem evidencia o reconhecimento que Maquiavel faz da impossibilidade de se fazer um cálculo absoluto das ações humanas assim como das circunstâncias que as circunscrevem no espaço público. O governante atento à verdade efetiva pode se cercar de cuidados que possivelmente o auxiliarão nos seus objetivos. Entretanto, suas ações são limitadas pela opacidade das coisas humanas e não há como mudar isso. Mas é certo que deverá se ater à imaginação, seja a dos homens, para conduzi-los a acreditar naquilo que o sustente no poder, seja à sua própria capacidade de imaginar, para não

²²⁹ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 48.

cometer o erro de imaginar possibilidades de ações incapazes de se efetivar e perder seu poder em função disto.²³⁰

Estas considerações, no entanto, extrapolam os limites da primeira questão e invadem de alguma maneira o espaço próprio da segunda, relativa aos procedimentos específicos do governante para obter a imagem que dele se espera. E, muito embora não nos pareça ser possível respondê-la diretamente, a resposta à primeira questão sugere indícios de um caminho que começou a se delinear rumo à sua investigação. Voltando a nosso ponto de partida, de acordo com o qual associávamos a aparência à imaginação, podemos agora vislumbrar algumas consequências que começam a se fazer mais claras: a atuação do governante é necessária (especialmente porque ele precisa ser visto melhor do que ele é — e naquilo em que ele não corresponde à expectativa que se tem dele e, como sabemos, precisa corresponder, não lhe resta outra coisa senão manipular sua própria imagem —, caso contrário, terá chances menores de se manter no poder); os meios de atuação que conduzem aos melhores resultados tornam-se viáveis a partir do momento em que o governante pode recorrer à imaginação dos homens para criar de si a imagem esperada.

A atuação do governante, assim como a manipulação de sua imagem se fazem possíveis, “pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar”.²³¹ Os homens, como vimos, imaginam um ideal de governante que a verdade efetiva tende a evidenciar

²³⁰ Vale lembrar que *Power and Imagination* é o título do livro de Lauro Martines. No prefácio da obra ele justifica a escolha do título. Em suas palavras: “o título *Power and Imagination* é minha maneira de fazer referência, e alterar, a distinção mais tradicional existente entre ‘sociedade’ e ‘cultura’. Contando uma história que atravessa cinco séculos fui conduzido a tomar um tema central mais facilmente visível que ‘sociedade’. Eu escolhi centralizar atenção nas fortunas do ‘poder’ porque, ao traçar o movimento da autoridade política, fui também compelido, durante todo o percurso, a seguir a direção da variável social e econômica. E eu escolhi ‘imaginação’ ao invés de ‘cultura’ porque minha maior preocupação diz respeito às relações entre grupos sociais dominantes (poder) e a articulada, formal, refinada, ou idealizada consciência daqueles que falam pelo Poder. Neste sentido, o trabalho da imaginação tende a ser mais importante” (MARTINES. *Power and Imagination*, p. XI).

²³¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 166: (...) *e sono tanto semplici gli uomini, e tanto ubbidiscono alle necessità presenti, che colui che inganna troverà sempre chi si lascerà ingannare.*

impossível. Prendem-se a um modelo de governante que acreditam ser razoável, mas que, inevitavelmente, em algum momento tem sua razoabilidade contestada pela *verità effettuale*. Não há modelo capaz de lidar com todas as variáveis dispostas no ambiente da política; por melhor que seja o modelo imaginado, idealizado pelos homens, sua sustentabilidade é comprometida na mesma proporção em que as modificações próprias do âmbito da política se impuserem sobre ele. Ao mesmo tempo, é possível corresponder, em certa medida, a este ideal já traçado, porque os homens, “simples que são”, para usar os termos de Maquiavel, desejam que o governante corresponda à imagem ideal que criaram e parecem atentar pouco para aquilo que parece contrariá-la. Assim, desde que o governante saiba não a contrariar em muitas coisas e ainda disfarçar incompatibilidades eventuais (ou mesmo habituais) do que faz em relação àquilo que se espera dele, provavelmente não perderá o poder por não ter construído de si uma imagem apropriada. Conta, antes de tudo, com a condescendência daqueles que querem viver em um mundo perfeito. O governante assim se efetiva ator e, quanto mais capaz de manipular sua plateia, menor a resistência que ela lhe impõe e maior sua chance de êxito.

Em uma passagem que se tornou bem conhecida, Maquiavel afirma que

a um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas,²³² mas é indispensável parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto se parecer tê-las serão úteis. Assim, debes parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso — e sê-lo, mas com a condição de estar com o ânimo disposto a quando necessário, não o ser, de modo que possa e saiba como tornar-se o contrário.²³³

²³² Maquiavel ilustra esta passagem problematizando as circunstâncias em que o príncipe pode ou não guardar a palavra dada. Parece se valer deste exemplo para tratar da necessidade do governante de preservar a aparência de que nele se pode depositar confiança mais que a lealdade propriamente dita (ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 165-166).

²³³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 166: *A uno principe, adunque, non è necessario avere in fatto tutte le soprascritte qualità, ma è bene necessario parere di averle; anzi ardirò di dire questo: che, avendole e osservandole sempre, sono dannose, e, parendo di averle, sono utili: come parere piatoso, fedele, umano, intero, religioso ed essere; ma stare in modo edificato con lo animo che, bisognando non essere, tu possa e sappia diventare il contrario.*

Esta passagem parece evidenciar a necessidade que se impõe ao governante não só de reconhecer a existência do âmbito da aparência como de valer-se dele em seu favor. Sob pena, se não o fizer, de comprometer a manutenção do seu poder. Essa necessidade o faz aprender a atuar. Mas muitas são as dificuldades para fazê-lo. Especialmente por não se restringir ao governante a capacidade de valer-se do âmbito da aparência para manipular a própria imagem. Nas relações de poder que o governante precisa estabelecer, seja de ordem interna ou externa, ele se apresenta como imagem ao mesmo tempo que sempre lida com imagens. Não há transparência no âmbito da política e não se pode responsabilizar a figura do governante pela opacidade do espaço público. Este último não possibilita transparências, e o ator político manipula sua imagem ao mesmo tempo que lida com imagens que também foram, de alguma forma, manipuladas. Além disso, apesar de haver uma maioria que se deixa enganar, o engano não pode ser generalizado. Assim, é certo que o governante não tem o poder de manipular tudo. Não pode e nem consegue simular ou dissimular tudo que faz, embora não possa deixar de fazê-lo. Temos que, uma vez assumida a condição de ator (de “ilusionista”, de manipulador), mesmo que em situações específicas, quando age abertamente, ou seja, sem atuar, o governante não se faz menos ator. Talvez em função disto Sfez afirme que “a tarefa de Maquiavel não implica a constituição de uma ordem, mas na constituição de uma cena estético-política que guarda em seu cerne a apresentação do homem de glória”.²³⁴ O governante parece estar sempre atuando, mesmo quando não o faz, de fato, permanece ator, ou ainda, mesmo quando não tem a intenção de manipular sua própria imagem, ainda assim atua. Se bom ator, nunca permite que se saiba se em um determinado momento atua ou não. O ator é enigmático e não lhe poderia haver lugar mais apropriado que o âmbito da política. Há sempre uma

²³⁴ SFEZ. *Machiavel: le Prince sans qualités*, p. 81.

cena a ser interpretada, e ela não é criada pelo governante, existe independentemente dele. Sua atuação não é ornamental, é necessária.

Assim, o bom ator se constitui como tal na medida em que não permite perceber quando se trata de uma atuação. Não pode atuar o tempo todo, mas, quando o faz, não poder permitir que percebam. Isto faz do governante mais que um ator. Ele não só manipula, também dissimula e simula. Assim, inevitavelmente, quando falamos em produção de imagem, não lidamos apenas com a manipulação, mas, dependendo do caso, com a simulação e a dissimulação. “A arte de governar é também, como é sabido, a arte de dissimular, e até de simular”, afirma Zarka.²³⁵ O governante é então ator e “ilusionista” e o faz, ou pelo menos precisaria fazê-lo, sempre que a situação presente o exija. Nas palavras de Maquiavel, “é necessário (...) ser grande simulador e dissimulador”.²³⁶ Não parece ser possível manter-se no poder sem o ser. Mas a que ele se refere exatamente? E como fazê-lo?

Zarka nos ajuda a compreender melhor tais termos. Ele investiga o uso deles na época de Maquiavel e apresenta uma distinção entre simulação e dissimulação que, segundo ele, é própria dos séculos XVI e XVII. Assim, de acordo com ele, enquanto “a primeira era compatível com as exigências da moralidade, a segunda (...) era incompatível com estas exigências”.²³⁷ Maquiavel e suas obras se inserem neste período e, como sabemos, se valem de ambos os termos. Inevitavelmente tais termos, também a partir de sua obra, costumam ser tomados sob tais critérios. Precisamos considerar que esta distinção é, no entanto, posterior à obra de Maquiavel. Isto não passou despercebido a Zarka.²³⁸ Na sequência do texto, ele afirma que “não se trata de uma

²³⁵ ZARKA, *Figures du Pouvoir*, p. 121.

²³⁶ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 166: *Ma è necessario (...) essere gran simulatore e dissimulatore (...)*.

²³⁷ ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 121.

²³⁸ Porém, ele o reconhece em outro livro: *Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique* (p. 12). Na introdução deste, do qual é um dos organizadores, Zarka afirma que o problema moral que recai sobre

questão de moralidade ou imoralidade, mas de uma questão de política: a reprodução das condutas de obediência que asseguram a manutenção do Estado supõe a produção de ficções”,²³⁹ ou, tal como preferimos, supõe a produção de determinadas imagens. Haja vista a maneira como a obra foi lida ao longo dos tempos, dissimular e simular são apresentadas por Maquiavel como habilidades de grande valia aos objetivos do governante e tornam-se parte essencial da “arte de governar”. Zarka o evidencia, apontando, especialmente a partir da obra *O Príncipe*, a utilização que o autor faz destes termos. Segundo ele, “Maquiavel percebeu (...), assim como foi ele quem revelou, que a política funciona sob o modo da ficção-simulação, e que, antes dele, se pensava funcionar sob o modo da verdade e da moral, ou seja, da transparência”.²⁴⁰ Talvez este seja um dos principais pontos de distinção entre um *speculum principis* e *O Príncipe* de Maquiavel. Se for certo que há muitas questões abordadas por ambos, e a da aparência se constitui como uma delas, é certo também, e de modo especial naquilo que diz respeito a esta questão, que se opõem irremediavelmente. Assim, enquanto uns defendem uma imagem de governante que se constrói por via de *práxis*, que assume como fundamento os valores da tradição (no caso da tradição cristã), o outro, apesar de reconhecer tais valores, assim como a necessidade de se criar uma imagem que os transpareça, assume como fundamento o objetivo de manter o poder que exige, em

a questão da aparência constituiu-se historicamente posterior a Maquiavel. Assim, segundo ele, “a partir da Contra-Reforma, com as doutrinas da Razão de Estado, é que o problema ganha um aspecto moral com a distinção entre a simulação (imoral) e a dissimulação (moral)” (p. 12). Ver ainda, ZARKA, Yves Charles (Dir.). *Raison et déraison d’État: Théoriciens et théories de la raison d’État aux XVI^e et XVII^e siècles*. Paris: PUF, 1994.

²³⁹ ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 121.

Vale lembrar que, apesar de se tratar de uma distinção posterior, a obra de Maquiavel não foi poupada deste critério ao ser lida a partir dele. Ao assumir uma perspectiva tão distinta da de sua época, Maquiavel foi exposto a todo tipo de julgamento moral. Tanto a obra quanto o autor, que acabou sendo identificado a ela, não escaparam das consequências da oposição clara à tradição e especialmente aos valores morais da época. Não se pode esquecer que *O Príncipe* foi indexado e o nome de Maquiavel assumiu, em várias línguas, desdobramentos com significados associados ao Demônio ou à traição, perversidade ou falsidade. Resta-nos dizer que os julgamentos aplicados à obra posteriormente dizem respeito antes ao legado de Maquiavel e não à obra e, portanto, não se constitui como objeto a ser tratado no presente trabalho.

²⁴⁰ ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 121.

contrapartida, a desconsideração eventual de tais valores. Neste segundo caso, resolve-se a questão aparentando ter os valores da tradição cristã, mesmo que os contrariando sempre que necessário.²⁴¹ Parece haver a partir da afirmação de Zarka uma “novidade” em Maquiavel. Governar é, entre outras coisas, atuar e se não há novidade alguma em se pensar a maneira como o governante é visto, há em pensar os mecanismos capazes de forjar sua imagem, assim como na capacidade dos homens em admitir todo este processo. Desta questão, no entanto, trataremos, como já foi dito, mais adiante. Precisamos antes compreender os meios de se efetivar uma determinada imagem no âmbito da política pela simulação e pela dissimulação.

A partir do momento em que se reconhece o âmbito da política como o terreno da aparência, simular e dissimular se tornam atividades necessárias e próprias dos atores políticos. Admitir a impossibilidade de um desvelamento total do real pode ser tomado como uma condição para a manutenção do poder. Além disso, partindo do mesmo pressuposto que Zarka, poderíamos dizer que o governante, para Maquiavel, não necessariamente perde seu poder por ser efetivamente bom ou mau, mas muito mais pelas imagens projetadas por suas ações através dos planos possíveis de percepção destas. E, mesmo que ignore o fato de suas ações produzirem imagens (que nem sempre lhe correspondem), não produzirá menos imagens em função dessa sua “ignorância”. Assim, parece não haver como escapar à produção de imagens, e ele o faz, em grande medida a partir do momento em que dissimula suas ações ou simula uma determinada *cena*.

²⁴¹ Tratar dos valores da tradição, assim como da forma como Maquiavel rompe com tais valores, não é uma tarefa simples. Reduzimos a questão neste capítulo, para abordar diretamente o ponto da imagem do governante. Sabemos, no entanto, que não há solução fácil para esta questão, e o próprio legado maquiaveliano nos conduz a pensar as consequências do rompimento com a tradição. Trataremos da questão na próxima seção, mas ainda em um tom superficial. Uma abordagem mais detalhada será desenvolvida no último capítulo, quando, ao tratarmos da questão da *virtù*, teremos mais elementos para contrapô-la à virtude cristã. Esperamos, assim, no último capítulo, poder vislumbrar os pontos negligenciados aqui, completando nossa análise do tema.

A produção de imagens pode ser capaz de possibilitar ao governante aquilo que sem elas seria impossível. Assim, quando as ações do governante não correspondem à expectativa que se tem dele, não há outro modo de alcançar a fama de grande homem (ou pelo menos evitar a má fama) senão pela capacidade ilusionista do governante de manipular sua imagem para deixá-la de acordo com a expectativa; associada, vale lembrar, à capacidade de imaginar dos homens. Tudo isto, no entanto, só faz sentido e somente pode se concretizar se a *verdade efetiva* é tomada como ponto de partida. Neste sentido, Zarka afirma que “o retorno à verdade efetiva das coisas, que é o princípio da política em Maquiavel, está de fato ligado a uma análise dos mecanismos de produção de ficções. É pela ficção, entendida aqui no seu sentido de ilusão e artifício, que o príncipe deve reger seu governo do povo”.²⁴² O governante, ilusionista para usar o termo de Vissing, pode assim ter a chance de efetivar seus objetivos relacionados à manutenção do poder graças à aparência. Ele precisa considerar que não há estratégia eficaz capaz de escapar das especificidades do âmbito da aparência.

Governar torna-se assim uma atividade mais complexa a partir de Maquiavel. Ela extrapola o âmbito das ações que devem ser efetivadas para considerar ainda a impressão que se tem delas, ou seja, parte-se do pressuposto de que as ações praticadas pelo governante assumem significados nem sempre idênticos àquilo que foi efetivado, mas de mesma importância para seus objetivos. Tal como afirma Helton Adverse, “a ação política requer a capacidade de assegurar uma imagem que revestirá o ator político, de compor uma imagem que será o lugar no qual ele irá se abrigar nessa rede de significações”.²⁴³ No entanto, não se restringe à produção desta imagem. Tal rede, que

²⁴² ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 121. Tal como afirmamos anteriormente, acreditamos que o termo ficção não necessariamente é o que traduz com mais clareza o pensamento de Maquiavel. No caso desta passagem, preferimos pensar que o governante recorre à capacidade que os homens têm de imaginar, ou seja, à imaginação dos homens e sua capacidade de produzir ilusões, para produzir de si imagens apropriadas aos objetivos próprios de um governante.

²⁴³ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 19.

parece constituir os fundamentos deste que parece ser o complicado emaranhado teórico que Maquiavel se propõe a enfrentar, depende, por um lado, de ações efetivas que se constituam gloriosas e, por outro, passa inevitavelmente pela construção desta imagem, que, não poucas vezes, pode precisar ser forjada. Assim, no que diz respeito à política, o que existe é aparência. Só há aparência. Mas, para que o governante construa de si mesmo assim como do Estado que governa uma aparência conveniente aos seus objetivos, ele não pode manipular todos os resultados de suas ações. Ele precisa efetivamente procurar ser um homem de *reputazione*, conquistar a fama de grande homem e, embora precise simular e dissimular nos momentos em que sua imagem poderia ser de alguma forma comprometida, não pode recorrer a esse artifício a todo momento e, portanto, não pode edificar a imagem de grande homem sem o ser ao menos na maior parte do tempo. Não podemos nos esquecer de que muitas coisas não podem ser meramente imaginadas pelos homens e de que o governante precisa efetivá-las, embora nunca o faça por outra via senão a da aparência.

2.4 Ser e dever-se, aparência e virtude cristã

Pensar a questão da ação no âmbito da aparência nos conduz a perceber a impossibilidade de criação de um modelo pronto a ser oferecido ao governante. Trataremos desta questão no próximo capítulo, ao analisarmos a *fortuna* e as dificuldades que ela acaba por acrescentar a qualquer tentativa de definição de um modelo de ação. Os ensinamentos de Maquiavel não pressupõem e nem poderiam constituir um modelo determinado para conduzir as ações do governante. Implicam antes a descoberta da complexidade do real, a complexidade que envolve a ação humana e a dificuldade de lidar com as consequências dessa ação no âmbito da política tal como

ele é, caracterizado pela aparência. Por tudo isso, a obra de Maquiavel não poderia ser mais um modelo que integra a lógica do “dever-ser”. Integra, em vez disso, o âmbito das coisas passíveis de se efetivarem na história. Constitui, como vimos, o que Maquiavel chama de *verità effettuale*.

A “verdade efetiva”, no entanto, tomada como um critério-guia em relação às ações que o governante deve efetivar, pode acabar por provocar o enfrentamento direto da tradição. Esta, nos tempos de Maquiavel, marcada pelos preceitos cristãos, encerrava nos homens valores bem distintos dos que elevaram à glória os antigos pagãos. A virtude, conjunto de qualidades cristãs, é em certo sentido pensada por Maquiavel como aquela que enfraquece o homem, tornando-o covarde, medroso, passivo aos acontecimentos. Ela, nesse sentido, caracteriza-se como aquilo que há de mais inadequado a um homem de ação, a um homem que pretenda desenvolver um agir no Estado, voltado, por sua vez, para o bem comum. Por causa disso, Maquiavel sugere, em substituição à virtude, qualidades menos ideais, mas que, justamente por isso, resolveriam com maior êxito os problemas do mundo dos homens, mais especificamente de seu âmbito político. Para este tipo de questão, a tradição cristã não serviria para elevar os valores dignos de um homem de ação voltado para a lógica da eficácia. Elevaria antes a humildade, a fraqueza, a covardia, e foi nesse sentido que se tornou alvo das críticas do secretário florentino. Esses valores poderiam prejudicar o agir político e, neste caso, seria necessário substituí-los por aqueles capazes de trazer força, poder e glória. Tal como veremos no último capítulo deste trabalho, seria necessário substituir tais valores por outra perspectiva, mais especificamente pela *virtù*. Ela é a única capaz de interpretar a *verità effettuale* e concretizar os objetivos daquele que governa: “conquistar e manter o poder”.

Sabemos que o governante de *virtù* empenha-se no principal, no que deve ser objetivo, tal como apontado por Maquiavel: a conquista e a manutenção do poder. Ao praticar suas ações, no entanto, não necessariamente as regula por um fator externo a este objetivo, agindo assim em função das imposições das contingências que passam a ser, em grande medida, a referência das dificuldades a serem superadas para garantir a efetividade de tais objetivos principais. Esta reflexão a que nos conduz o autor passa necessariamente pela análise da percepção que se tem das ações praticadas pelo governante de *virtù*. O êxito da efetividade de suas ações depende, em parte, da maneira como suas ações são percebidas. Esta percepção se efetiva, por sua vez, mediante parâmetros morais que predeterminam uma dada expectativa da ação tal como ela deve ser. Conforme vimos até aqui, o âmbito da política não é transparente nem aos olhos do povo nem aos dos grandes, nem mesmo aos olhos dos atores políticos. Não se desvela a ninguém. Ao mesmo tempo que o governante precisa (ao menos) manter-se no poder, e para isso precisa ser um homem de *virtù* e guiar-se por ela, ele convive sempre com outra lógica da ação. Lógica essa que traça determinadas expectativas em relação a tudo o que ele faz.

Sem nenhuma tentativa de partir de um conceito do dever-ser, mas apenas de tomá-lo como um conceito clássico da filosofia, podemos pensar, seguindo os escritos de Maquiavel, que o dever-ser não necessariamente se constitui como tal para o governante. Uma vez que o governante pretende efetivar os objetivos que lhe são próprios e que sua ação deve ser determinada pela sua *virtù* (e calcula-se talvez um tanto temerariamente que será melhor na proporção), e dado que não necessariamente a *virtù* o guiará pelos caminhos delimitados pela moralidade vigente, não há garantias, conseqüentemente, de que o “dever-ser” deve ser tomado pelo governante da mesma maneira que pelos demais integrantes do corpo político. O dever-ser precisa ser

incorporado pelo corpo político. Sabemos que os valores morais do tempo de Maquiavel são determinados em grande medida pelas virtudes cristãs, o que existia era um modelo de governo “virtuoso”. Ao guiar-se por estas últimas os membros do corpo político não têm suas ações dispostas em uma duplicidade de possibilidades tal como acontece com o governante. Este, ao ocupar o lugar próprio do governante, parece ter sido destacado do corpo político, e o dever-ser que lhe impõe forma não necessariamente sugere ser aplicável por inteiro àquele que governa. Uma vez que Maquiavel nos põe a pensar na necessidade do governante de *virtù* para a manutenção do poder do corpo político, ele conseqüentemente nos conduz a pensar também sobre as dimensões do dever-ser no âmbito da política. Assim, a discussão clássica na história da filosofia entre o ser e o dever-ser pode, em certo sentido, ser também tocada por Maquiavel, porém não da mesma maneira.

Em seu pensamento a questão parece ser mais pontual e talvez de caráter mais prático que ao longo da tradição filosófica. Isto se deve, especialmente, ao fato de que Maquiavel só se interessa pela aparência. Destarte, não é cabível um estudo do ser em seu pensamento se o tomarmos como distinto daquilo que aparece. O mundo da política é constituído daquilo que aparece e, deste modo, ser e parecer não se distinguem efetivamente. Já no que diz respeito ao dever-ser, não podemos negar sua importância para a constituição do corpo político e, embora sua aplicação à figura do governante seja restrita, como veremos mais adiante, serve como uma referência para o corpo político como um todo, e Maquiavel parece não o ignorar.

O autor parte do reconhecimento da distância existente entre como deveríamos viver e como de fato vivemos, mas sugere interessar-se mais pelas conseqüências desta distância. Em uma passagem famosa de sua obra *O Príncipe*, ele afirma que “há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o

que se faz por aquilo que deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se”.²⁴⁴ A conclusão de Maquiavel evidencia sua preocupação com a manutenção do poder ao mesmo tempo que anuncia uma escolha, uma aposta. O dever-ser não necessariamente se caracteriza como o ponto de partida das ações do governante. Isto, entretanto, não implica necessariamente um governante amoral ou imoral, mas um governante que, para manter-se no poder, precisa se inserir em uma lógica de valores mais flexível e igualmente mais capaz de integrar-se às necessidades mais iminentes do corpo político. Trata-se, antes de tudo, do reconhecimento da política no âmbito da aparência. Mais que isso, do reconhecimento de que o mundo dos homens é marcado pela contingência. Ele pode possibilitar a substituição de ações antes exclusivamente presas à tradição, à moralidade cristã, por uma lógica de maior propensão à durabilidade no tempo e que se prende somente àquilo que se faz necessário a cada instante.

Precisamos, no entanto, refletir um pouco mais sobre este rompimento com os valores da tradição e a classificação moral do governante. Uma primeira questão a ser analisada é, talvez, o lugar do governante no corpo político. Trata-se, de fato, de um assunto investigado no primeiro capítulo, quando abordamos a relação do governante com os *humores* e os conflitos que lhes são próprios. No entanto, não o esgotamos naquele momento. Precisamos compreender ainda que este lugar pode estar destacado do corpo político. O ator político ocupa um lugar comum no corpo político somente enquanto não assume o lugar próprio do governante. Ao assumir de fato o poder, migra para outra dimensão e parece passar a atuar sobre o corpo político sem pertencer exclusivamente a ele.

Talvez possamos pensar o lugar do governante em analogia ao lugar do legislador. Newton Bignotto escreve sobre “a solidão do legislador” e afirma que

²⁴⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 159: *Perché gli è tanto discosto da come si vive a come si dovrebbe vivere, che colui che lascia quello che si fa, per quello che si dovrebbe fare, impara più presto la ruina che la preservazione sua (...).*

“existe um lugar do legislador, que independe do ator e existiu um legislador concreto que o ocupou de uma determinada maneira”.²⁴⁵ Mas esta condição parece não se diferenciar muito da condição do governante. E é ao pensarmos em um governante concreto que a análise da questão moral que o envolve se torna mais complicada. De fato, o governante é julgado por aqueles que integram o corpo político de acordo com os valores morais incorporados pela tradição. Em outras palavras, podemos dizer que há um dever ser no corpo político. Há, conseqüentemente, uma expectativa da concordância das ações daqueles que o compõem com um determinado modelo moral e, neste sentido, há também uma espécie de modelo de ação a ser efetivada. A questão difícil de ser resolvida diz respeito justamente à figura do governante, pois dele se espera o mesmo comprometimento assumido pelo corpo político com o que deve ser feito. Maquiavel, no entanto, nos conduz a questionarmos tal possibilidade. Pode o governante agir integralmente segundo esta expectativa do que deve ser feito? Já sabemos que não. Sabemos que agindo deste modo encontraria antes a ruína que os meios para conservar-se no poder. Mas a questão seguinte parece ser mais comprometedora. Ao praticar aquilo que se faz necessário para manter o poder em vez de prender-se efetivamente com as ações que seriam apropriadas à moralidade vigente, o governante assume definitivamente o lugar da imoralidade?

A resposta a esta questão pode ser sim, se tomamos a pergunta a partir do rompimento definitivo do ator político com a tradição como aquilo que diz respeito aos pressupostos que ele precisa assumir para efetivar suas ações e conservar seu poder; e não, se pensamos que, apesar deste rompimento, ele continua sendo visto por aqueles que integram o corpo político como uma figura comprometida com esta mesma moralidade vigente. Maquiavel, no entanto, parece superar esta questão apelando para a

²⁴⁵ BIGNOTTO. A Solidão do Legislador, p. 26.

verdade efetiva. Ele, de fato, não se prende às qualidades “desejáveis”. O critério é outro, refere-se muito mais à manutenção do governo. O “dever-ser” é substituído pela lógica da necessidade²⁴⁶ e, nesta lógica, “encontrar-se-ão coisas que parecem *virtù* e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem segurança e o bem-estar do governante”.²⁴⁷ A este ponto já poderíamos apostar que as “coisas” que parecem *virtù* são justamente as virtudes cristãs. As qualidades apontadas como tais pela “moral” cristã e explícitas, em especial, no Gênero dos *Specula* (enquanto conceito) tal como vimos e no caso Savonarola (enquanto tentativa de ação), tal como veremos no último capítulo ao estudarmos de forma mais direta a questão da *virtù*.

Essas virtudes devem ser praticadas, mas apenas enquanto não prejudiquem a manutenção do governo. Vê-se bem na afirmação de Maquiavel que a lógica a ser seguida não é a que se define pela dicotomia entre virtudes e vícios. Ora, esse parâmetro está embutido no âmbito do “dever-ser”, disseminado pela tradição cristã. O critério, como dissemos, define-se muito mais nas coisas reais, na *verità effettuale*, ou ainda, no que diz respeito à manutenção do Estado. Essa é a mudança de perspectiva proposta por Maquiavel. Assim, a *verità effettuale* exige que a ação do governante ocorra seguindo as imposições da necessidade. Ela, a necessidade, seria o parâmetro da ação de um governante capaz de conservar seu poder. O problema é que o agir de acordo com o que exigem as circunstâncias inviabiliza a construção de um “modelo” a ser seguido. Assim, como não é possível, nem mesmo por meio dos modelos antigos e modernos aos quais

²⁴⁶ Necessidades imediatas ou, para usar um termo mais apropriado para a filosofia, contingências.

²⁴⁷ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 160: (...) *si troverrà qualche cosa che parrà virtù, e seguendola sarebbe la ruina sua: e qualcuna altra che parrà vizio, e seguendola ne nasce la sicurtà e il bene essere suo.*

se referia Maquiavel, construir um modelo totalmente determinado da ação,²⁴⁸ tal como veremos de forma mais apropriada no próximo capítulo.

Devemos observar, juntamente a Claude Lefort,²⁴⁹ que não é Maquiavel quem cria esta distinção. Ele apenas a identifica, apenas reconhece sua existência. A partir do momento em que confere pouca importância a “modelos que nunca existiram”, torna-se de certa forma enunciador da *verità effettuale*. Nesta verdade efetiva, há uma distinção substancial entre o que deve ser feito e o que se faz. Maquiavel exime-se do julgamento da questão. Em vez de defender o que se deveria fazer e se posicionar contra o que se faz, prefere assumir tal dicotomia como característica da realidade como um todo. Assim, não hesita em afirmar: “parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas”.²⁵⁰ Maquiavel deixa de lado o “modelo-guia”, para dizer de modo mais específico. Não necessariamente por discordar dele, já que este nem sequer lhe interessa se não se efetiva. Maquiavel parece escolher como objeto somente aqueles que já se efetivaram. Ele escolhe assim tratar daquilo que se efetiva na história abandonando de forma definitiva o que fora eventualmente imaginado pelos homens. Se consideramos o que se deve fazer, como o próprio Maquiavel assume, esta afirmação estaria equivocada. No entanto, justamente por não necessariamente ser este o único padrão de ação estabelecido pelos homens, não se deve, especialmente aquele que detém ou deseja deter o poder, apegar a ele. E, porque ele existe independentemente da perspectiva maquiaveliana ou da vontade daquele que precisa efetivar sua *práxis* na história, precisa ser bem considerado.

Aquele que assume o poder, uma vez governante, não deve tomar as regras válidas para o corpo político. Ele, ao tornar-se governante, destaca-se do corpo político

²⁴⁸ POCOCK. *The Machiavellian Moment*, p. 18.

²⁴⁹ LEFORT. *Desafios da Escrita Política*, p. 141-177.

²⁵⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 159: (...) *mi è parso piú conveniente andare dritto alla verità effettuale della cosa che alla immaginazione di essa.*

e passa a observar somente aquilo que lhe é indicado pela sua *virtù* como apropriado e/ou contribui para a manutenção do seu poder. Assim, uma vez destacado do corpo político, mas nele efetivando suas ações, o governante assume um lugar de características delicadas. Maquiavel, então, chama nossa atenção para o fato de que, para manter seu poder e, conseqüentemente, o Estado que governa, não pode se prender aos mesmos pressupostos reguladores das ações daqueles que integram o corpo político. Assim, ao mesmo tempo que há um dever-ser, ou seja, que há um mecanismo de ordem voltado para o bem comum no interior do corpo político, ele serve a todos que integram o corpo político, menos ao governante (e ao legislador).

Talvez aqui tenhamos encontrado uma distinção mais definitiva no que diz respeito à comparação d’*O Príncipe* com os *Specula*. Enquanto no caso destes últimos o governante deve se guiar em geral pelo dever-ser, *O Príncipe* parece sugerir uma postura um pouco distinta. Evidenciá-la, no entanto, não implica o abandono da moralidade e, justamente por causa disso, implica uma distinção tão sutil e delicada que muitas dificuldades a circunscrevem. Não tomaremos tais dificuldades como nosso objeto de trabalho, mas compreendemos que não parece se tratar do fim da dicotomia ser/dever-se. Antes disso, parece implicar uma opção por uma *práxis* que prioriza a manutenção do poder em vez de um conjunto de valores muitas vezes capazes de destruí-lo. Não se trata, assim, de suprimir esta dicotomia no âmbito teórico, mas de ultrapassá-la pela opção pela efetividade do que Sfez chama de “política do meio mal”. Voltaremos a esta questão ao tratarmos da *virtù* no último capítulo deste trabalho.

Não podemos pensar, entretanto, que a peculiaridade da obra de Maquiavel, ao identificar o espaço da política como coincidente com o da aparência, se caracteriza como uma consequência exclusiva das distinções que apresenta em relação aos manuais tradicionais de aconselhamento para príncipes. Nem tampouco que ele encerra sua

análise sobre as possibilidades das ações do governante para conquistar e manter o poder, assim como sobre a variação das circunstâncias que lhe são próprias. Há outros elementos apontados por Maquiavel que ainda não foram tratados em nosso trabalho. Uma vez analisados a divisão do corpo político e o conflito inevitável entre suas partes, assim como o ambiente deste corpo político que é caracterizado pela aparência, resta-nos ainda investigar o elemento que impõe ao corpo político a maior parte das variações de suas circunstâncias (algumas vezes já mencionado no presente capítulo, mas ainda não investigado). Em outras palavras, resta-nos ainda analisar a *fortuna*, elemento capaz de introduzir modificações nas circunstâncias em que o governante deverá efetivar suas ações.

De fato, as circunstâncias em que se insere a vida humana são variadas e não necessariamente é possível conhecer previamente as consequências das ações humanas. A impossibilidade de se preverem as condições das ações futuras, assim como as consequências das ações presentes, parece impelir Maquiavel a considerar os imprevistos. Assim, se, por um lado, circunstâncias favoráveis possibilitam ao governante efetivar determinadas ações, elas podem, por outro, ser adversas e dificultar, ou mesmo impossibilitar, o sucesso esperado como resultado da prática de outras. A imprevisibilidade das consequências das ações do governante no interior do espaço público é tratada por Maquiavel em grande medida nos capítulos em que ele apresenta as dificuldades impostas pela *fortuna*. Essa última, ao modificar as circunstâncias, exige que o governante desenvolva sua capacidade de improvisar. Improvisar para minimizar a rispidez dos infortúnios ou para aproveitar a talvez efêmera bonança. Esta capacidade é, de modo geral, denominada *virtù*, e dela trataremos no quarto e último capítulo. Antes, no próximo capítulo, nos deteremos na questão da *fortuna* e suas possíveis interferências no corpo político.

CAPÍTULO 3

Política, *fortuna* e história: a *fortuna* e a possibilidade de liberdade na ação

As ações do governante são delimitadas por circunstâncias que no mais das vezes são variáveis. No intuito de tentar compreender as possibilidades do governante no que diz respeito às *praxes* eficazes para efetivar os principais objetivos do governante (a conquista e a manutenção do poder), tratamos até agora da condição do corpo político que é conflituosa (tal como vimos no primeiro capítulo) e não necessariamente se situa na convergência entre as ações e as palavras (tal como vimos no segundo), ou ainda, não necessariamente o que se vê é aquilo que se efetivou na história. Assim, em um primeiro momento, vimos as dificuldades concernentes ao conflito próprio do corpo político e, em um segundo, as dificuldades de lidar com a aparência que constitui o terreno próprio da política. Embora em ambos os casos não se possa eliminar as causas de tais dificuldades (pois o governante nem pode eliminar o conflito no caso dos *humores*, nem eliminar o âmbito da aparência para tornar a realidade translúcida), pode-se, apesar delas, conquistar e manter o poder. E este é o desafio daquele que governa. Vimos nos dois capítulos iniciais alguns meios sugeridos por Maquiavel para efetivar tais objetivos. Trata-se de um conjunto de práticas²⁵¹ reunidas por ele “a partir da experiência das coisas antigas e modernas”.²⁵² Das antigas pela leitura e conhecimento da história dos grandes homens; das modernas pela

²⁵¹ Ver a este respeito VAROTTI. *Une écriture fondée sur l'expérience*, p. 15-49. O texto trata da articulação própria do discurso maquiaveliano entre a teoria (em especial as leituras) e a experiência. Acaba por concluir que só há teoria política a partir do somatório destes dois âmbitos, ver p. 17.

²⁵² MACHIAVELLI. *Il Principe* (Carta a Lorenzo de Medici), p. 117: (...) *una lunga esperienza delle cose moderne e una continua lezione delle antiche* (...).

observação (em grande medida proporcionada pelo seu trabalho na chancelaria).²⁵³ Este conjunto de práticas caracteriza-se até certo ponto como uma espécie de “modelo” a ser seguido pelo governante para garantir a efetividade dos objetivos próprios de sua função.

No entanto, não necessariamente é possível pensar o conjunto destas *praxes* como um “modelo” acabado, assim como não parece ser possível prever qualquer garantia da conquista ou da manutenção do poder. Dizendo de outra maneira, Maquiavel sabe que não é possível calcular o futuro, ou seja, não é possível identificar as consequências das ações que se pratica no presente. Assim, mesmo que o governante procure orientar suas ações no intuito de obter delas este ou aquele resultado, não se pode ter certeza deste, pois não é possível prever efetivamente resultados futuros. É possível fiar-se num sistema já conhecido (e que o governante precisa conhecer e se ater) de causas e consequências, mas é preciso considerar que os resultados, e especialmente o resultado final, são apenas prováveis, nunca definitivos. Pode-se dizer até que, dependendo do caso, o resultado se efetiva no oposto do esperado, conduzindo o governante e o Estado governado por ele à ruína ou a situações pouco confortáveis. Não se pode prever o futuro, e talvez por isso Maquiavel insista tanto em afirmar seu receio (assim como seu desinteresse e talvez até o seu desdém) em relação a modelos que nunca se efetivaram na história. Este seria um erro fatal ao governante que, ao imaginar possibilidades que não necessariamente podem se concretizar, poderia se empenhar na direção oposta aos seus objetivos de conquista e manutenção do poder. Mas mesmo um modelo já efetivado com êxito na história pode fracassar ao ser repetido

²⁵³ Sobre a experiência de Maquiavel Varotti afirma que “A longa atividade na Chancelaria não foi somente a ocasião de adquirir uma bagagem consequente das ‘experiências’. Ela constantemente suscitou a reflexão, em termos concretos e operacionais, no que diz respeito aos instrumentos da razão, de seus limites e de suas possibilidades, assim como sobre a possibilidade de traduzir a realidade política pela escrita e através de modelos de previsão” (VAROTTI. Une écriture fondée sur l’expérience, p. 24).

em outro momento histórico. Acontece que não há possibilidade de se fazer um cálculo absoluto das coisas humanas. Esta impossibilidade é, em grande medida, conseqüente da *fortuna*.

As circunstâncias apresentam-se como definitivas quando se pretende executar qualquer tipo ação que diga respeito à conquista e à manutenção do poder. Segundo Maquiavel, circunstâncias favoráveis criam condições de possibilidade para se efetivarem ações determinantes para que o governante possa conquistar e manter o poder. Porém, as circunstâncias também podem ser adversas e dificultar, ou mesmo impossibilitar, o sucesso esperado como resultado da prática de algumas ações. Essas variações são, em sua maioria, geradas pela *fortuna*. Ela insere seu traço de imprevisibilidades no espaço público e impede a construção de modelos definitivos de *praxes* efetivas no corpo político. A *fortuna* altera as circunstâncias e exige atenção do governante que, especialmente porque não pode racionalizar suas ações pela *fortuna*, mas a partir dela, tenta controlar seus efeitos. Conhecê-la em sua totalidade não necessariamente é possível, mas estar atento aos sinais por ela emitidos, tendo em vista adequar práticas políticas às suas variações, torna-se fundamental para o êxito num ambiente político.

Mas o que é a *fortuna*? Qual é sua natureza? Como era tratada na época de Maquiavel? Do que ela é capaz? Quais as dimensões de sua força? Em que consiste esta força capaz de introduzir a imprevisibilidade nas coisas humanas? Em que medida ela interfere nos acontecimentos do corpo político? É possível neutralizá-la, dominá-la, ou “somente” manter o poder apesar dela? É possível neutralizar sua força e controlar sua intervenção naquilo que diz respeito aos afazeres humanos de modo a estabelecer nos assuntos de ordem mundana (entre os quais nos interessa mais de perto a política) alguma possibilidade de previsão?

Nosso objetivo neste trabalho não consiste em esgotar todos estes questionamentos. Acreditamos, em primeiro lugar, que Maquiavel se valeu deste tema sem conferir-lhe tantas explicações e, em segundo, que a tentativa de responder a todas estas questões nos obrigaria a restringir nosso trabalho ao tema. Abordaremos estas questões na medida em que elas dizem respeito à variabilidade das circunstâncias que circunscrevem as ações do governante. Nosso intuito ao discuti-las é investigar elementos distintos, mas que coincidem enquanto podem interferir nas ações a serem efetivadas pelo governante. Assim, a *fortuna* será tratada com a intenção de complementar outras questões (tal como vimos ao investigar as relações estabelecidas pelos *humores* no corpo político, assim como as variações que dizem respeito à questão da aparência) capazes de modificar a situação presente (de maneiras e intensidades distintas) e obrigar o governante a variar suas ações. Pretendemos, em uma abordagem mais específica, compreender melhor a interferência da *fortuna* no corpo político e, conseqüentemente, a exigência que ela impõe aos modos de agir daquele que detém o poder. Partimos do pressuposto de que não se pode ignorá-la ao se pensar a ação política e sua efetividade na história. Sabemos que o governante, para concretizar seus objetivos principais, que se relacionam diretamente à conquista e à manutenção do poder, precisará considerar os vitupérios da *fortuna* para efetivar suas ações. Nesse sentido, estudá-la parece implicar uma forma de tentar vislumbrar, na medida do possível, as circunstâncias que envolvem aqueles que detêm o poder, assim como as possibilidades de se preverem as ações capazes de conduzi-los aos seus objetivos de conquista e manutenção do poder.

3.1 O lugar da *fortuna* nos tempos de Maquiavel

Se procurássemos pela origem do termo *fortuna*, depararíamos talvez com um momento histórico tão antigo quanto a própria origem da filosofia, talvez até mais antigo que ela. Maquiavel, no entanto, sugere se remeter à deusa pagã dos antigos romanos que assume, em certo sentido, o lugar antes ocupado em parte pelo “destino”, tal como os gregos o tratavam. A *fortuna*, que passa a assumir a imagem da roda dos tempos da qual nada escapa, é marcada pelo determinismo, talvez tão fatídica quanto o “destino” grego. O termo, no entanto, uma vez associado à figura de uma deusa, assume determinadas peculiaridades. A deusa *Fortuna* dos Romanos se impõe sobre o “destino” dos homens e estes aos seus caprichos dificilmente podem resistir.

Esta perspectiva fatalista da força que a *fortuna* exerce sobre os antigos romanos pode ser observada mais de perto por meio de obras clássicas certamente lidas por Maquiavel, sendo uma delas a de Políbio. Gérard Colonna d’Istria e Roland Frapet abordam a questão da *fortuna* e a forma como o termo aparece nos textos de Políbio e indicam alguns dos usos que Maquiavel faz do texto a partir das *Histórias* de Políbio.²⁵⁴ Apontam, entretanto, distinções entre o uso que os dois autores fazem do texto no sentido de evidenciar “que a concepção maquiaveliana do tempo e de como as coisas acontecem no mundo impede a concepção finalista de Políbio”.²⁵⁵ Mas, de acordo com os autores, a principal oposição de Maquiavel a Políbio seria mais específica: “Maquiavel se opõe categoricamente à principal ideia de Políbio, segundo a qual a

²⁵⁴ Não trataremos da influência da obra de Políbio sobre a obra de Maquiavel neste trabalho. Apontamos o assunto apenas enquanto ele diz respeito diretamente à origem do termo *fortuna* e às formas de utilização dele.

²⁵⁵ COLONNA D’ISTRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p.181. De acordo com os autores “a Fortuna dirige as coisas humanas” (ver p. 181).

conquista romana seria o exemplo mesmo da execução de um plano estabelecido pela *fortuna* e bem conduzido por ela, somente por ela”.²⁵⁶

De fato, a recorrência com que Maquiavel faz a utilização romana do termo *fortuna* é clara em suas obras políticas, com destaque para os *Discorsi*. Mas será que esta alusão aos antigos romanos e sua roda dos tempos, em grande medida determinista, fatalista, resume o significado do termo no pensamento de Maquiavel? A resposta a esta questão parece ser não. Embora Maquiavel se valha desta perspectiva, ela não resume o conjunto de significados que o termo assume ao longo dos seus textos. Assim, no que diz respeito aos exemplos que inspiram Maquiavel, se, por um lado, os romanos se configuram como seus exemplos antigos por excelência, por outro, não constituem sua única fonte. André Rélang, a este respeito, afirma que,

tomando por tema a noção de *fortuna* (com suas variações boa fortuna e infortúnio), Maquiavel não ignora que ele é herdeiro e seguidor de uma tradição rica que podemos retomar ao menos em Homero em meio aos poetas, em Aristóteles entre os filósofos passando por outros como Plutarco, Políbio, Petrarca, Bruno e Dante.²⁵⁷

Por outro lado, homem sempre alinhado aos acontecimentos de seu tempo, o autor não negligencia os exemplos modernos, nesta questão e nem no que diz respeito às demais. Mais que isso, Maquiavel recorre ainda à noção do termo tal como ele foi incorporado pelo senso comum. A sequência da argumentação de Rélang nos remete justamente a este ponto. Segundo ele, apesar desta relação estabelecida e assumida com a tradição, Maquiavel, ao tratar a noção de *fortuna*, recorre, segundo ele, à “quintessência da sabedoria popular”.²⁵⁸ Nesse sentido, logo em seguida, afirma o seguinte: “opinião sobre a que é importante dar uma réplica porque, como a ‘doxa’, ela não se limita a oferecer uma representação de mundo, ela institui um tipo particular de

²⁵⁶ COLONNA D’ISTRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p. 181.

²⁵⁷ RÉLANG. *La Dialectique de la fortuna et de la virtù chez Machiavel*, p. 650.

²⁵⁸ RÉLANG. *La Dialectique de la fortuna et de la virtù chez Machiavel*, p. 650.

relação com o real (...): ela já é uma atitude e uma opção sobre o que virá”.²⁵⁹ Desse modo, a atitude de Maquiavel diante daquilo que não pode ser controlado pelos homens parece só poder ser inteligível se pensada a partir de seu contexto específico.

Podemos dizer assim que a questão da *fortuna*, tal como ela aparece no pensamento de Maquiavel nos remete imediatamente ao contexto histórico da época: o fatalismo da concepção pagã, a tentativa de ultrapassar este fatalismo pela compreensão da conciliação entre Providência Divina/livre-arbítrio cristão medieval e o espírito da liberdade republicana renascentista que insurgia. Filho de seu tempo, Maquiavel, se inscreve em todos eles sem, no entanto, se prender a nenhum. Estas distintas perspectivas se configuram todas elas como pertinentes (haja vista suas distinções por vezes radicais) para a compreensão do contexto em que Maquiavel escreveu e conseqüentemente dos posicionamentos que ele assume em seus textos. Tal como afirmam os autores Gérard Colonna d’Istria e Roland Frapet, a obra de Maquiavel apresenta uma “novidade radial”²⁶⁰ e “é verdade que ela possui todas as características e todas as ambigüidades de um pensador que tenta romper com uma longa tradição e anuncia tempos novos”.²⁶¹ Maquiavel, de fato, rompe com a tradição. Rompe indiretamente com uma tradição que se edificava desde os gregos a partir do rompimento direto com as afirmações de Cícero e Políbio. Este rompimento não se dá apenas em relação àquilo que diz respeito à política, mas parece se estender a outros âmbitos.

Por causa disso, ao recuperarmos alguns dos elementos pertencentes a este contexto, precisamos compreender que, ao contrário dos outros momentos neste trabalho em que recorreremos ao cenário vivenciado por Maquiavel, não se trata de recuperar somente aquilo que diz respeito diretamente ao âmbito político, mas, e além

²⁵⁹ RÉLANG. *La Dialectique de la fortuna et de la virtù chez Machiavel*, p. 650.

²⁶⁰ Ver COLONNA D’ISTRRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p. 207.

²⁶¹ COLONNA D’ISTRRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p. 207.

dele, o contexto *della scienza*, assim como sua influência nas concepções que se formavam no âmbito público. A primeira coisa a que precisamos nos ater quando tratamos da *fortuna*, no contexto em que se inscreve o pensamento de Maquiavel, é que é preciso deixar de lado a separação moderna existente entre âmbitos distintos da *scienza*. Naquilo que diz respeito à *fortuna*, por exemplo, o contexto político não pode ser dissociado do astro-físico. Parece ser antes influenciado por ele. Mais que isso, estes dois âmbitos se complementam. Em um tempo marcado pela sede de novidades e em que todos os olhares se voltam em grande medida para os astros, não havia âmbito do saber que ignorasse as novas descobertas. Neste sentido, as concepções que se constituíam a partir da investigação do *cosmos* influenciavam as ações dos homens no âmbito público. Naquilo que diz respeito à *fortuna*, há uma tentativa de identificá-la em função de uma determinada compreensão do *cosmos*. Mais que isso, a maneira como os homens concebiam a força ou a interferência da *fortuna* em suas vidas ou mesmo no corpo político poderia alterar seu modo de agir, e talvez este seja um dos principais pontos que conferem a tal questão um lugar tão especial no pensamento de Maquiavel. Antes, porém, de tratarmos da influência direta da *fortuna* nas ações dos homens, precisamos tentar compreendê-la e, em especial, precisamos fazê-lo tendo em vista os mesmos mecanismos em que isso era feito no contexto vivido pelo autor.

3.2 *Fortuna* e cosmologia: uma nova concepção de liberdade

Gérard Colonna d'Istria e Roland Frapet apontam que, pelo menos como ponto de partida, o termo *fortuna* pode ser tomado como aquilo que há de irracional no domínio da política.²⁶² Se esta afirmação é verdadeira, parece sê-lo também a tentativa

²⁶² COLONNA D'ISTRIA; FRAPET. *L'Art Politique chez Machiavel*, p. 179.

de investigar isto que há de indeterminado no campo da política por via do estudo do *cosmos*. Se nos voltamos mais especificamente para Maquiavel, percebemos que a Renascença de seu tempo se constituía, de fato, como um momento em que o estudo dos astros, do *cosmos*, do universo não somente estava em voga, como também passava por um momento de transição. A antiga estrutura cósmica medieval, marcada pelo determinismo de uma força divina, vinha de pouco em pouco cedendo espaço a perspectivas cada vez menos relacionadas à ordem religiosa vigente e, conseqüentemente, cada vez menos deterministas. Pensar a *fortuna* remete-nos assim ao contexto histórico de Maquiavel, tomando-o a partir de sua concepção de cosmos. Concepção esta circunscrita neste período de transição de conceitos, fato que impõe certa atenção à sua investigação. Podemos dizer até que o estudo dos astros, do cosmo no período do Renascimento, se desenrola em um ambiente complexo, ligado à magia e marcado por preceitos religiosos. Isto, segundo Eugenio Garin, se deve, em especial, a uma questão histórica. Segundo ele,

no Renascimento e no que diz respeito à astrologia aparece uma distinção entre os dois aspectos desta disciplina: religioso e supersticioso de um lado, crítico e científico de outro; enquanto na Antiguidade e na Idade Média eram relacionados e misturados até serem confundidos sob o termo único de astrologia.²⁶³

O tempo de Maquiavel parece coincidir então com o momento em que estas questões são analisadas com mais clareza, com alguma divisão teórica. Entretanto, não se pode desconsiderar que a época de Maquiavel ainda é marcada pela influência do modelo medieval — em grande medida engajado em conciliar Liberdade e Providência Divina no universo determinado por Deus — e, ao mesmo tempo, pela modificação deste sistema assim como pela recuperação de alguns elementos próprios da Antiguidade

²⁶³ GARIN. *Le Zodiaque de la Vie: polémiques antiastrologiques à la renaissance*, p. 19.

clássica abandonados no período medieval. Podemos dizer, generalizando, que, ao mesmo tempo que questões tradicionalmente discutidas no período medieval (como a conciliação entre livre-arbítrio e providência divina) são mantidas, a forma de se conceber a liberdade se altera um pouco. O indivíduo, embora preso a forças que lhe são superiores e que, direta ou indiretamente, nele interferem, parece mais autônomo, mais responsável pelas suas ações e pelo resultado produzido por elas.

Assim, de acordo Gérard Colonna d'Istria e Roland Frapet,

a afirmação de um continente político autônomo implica o abandono da ideia de uma finalidade da natureza ou da providência divina. Um *cosmos* conduzido a um tempo e a uma ordem da Natureza privada de finalidade — na qual se insere a ideia de *fortuna* — conduzida à emergência de um universo político autônomo e de uma arte política que não se situa mais no interior de uma hierarquia cosmológica e não é mais tratada tendo em vista uma finalidade moral transpolítica.²⁶⁴

Essa nova possibilidade, no entanto, se abria em função de uma mudança profunda na forma de compreender o universo, o *cosmos* e a *fortuna*, assim como a capacidade que estes poderiam ter de interferir na vida dos homens. Esse novo modo de lidar com o *cosmos*, de perceber a *fortuna* nos interessa em função das alterações que foi capaz de provocar no âmbito público e enquanto condição de possibilidade para a realização dos objetivos de Maquiavel. Ernest Cassirer,²⁶⁵ ao abordar a questão do *cosmos*, também trata do Renascimento como um período de grandes transformações que se devem, em grande medida, a uma nova forma de se conceber o mundo. Forma esta que altera a maneira como o homem se vê no mundo e, em especial, a relação mais livre que é capaz, a partir de então, de estabelecer com este.²⁶⁶

²⁶⁴ COLONNA D'ISTRIA; FRAPET. *L'Art Politique chez Machiavel*, p. 207.

²⁶⁵ Ver CASSIRER. *Individu et Cosmos: dans la Philosophie de la Renaissance*.

²⁶⁶ Neste sentido, um caso interessante e muito conhecido um pouco posterior a Maquiavel, mas que nos auxilia a compreender melhor estas modificações no modo de o homem compreender sua inserção no universo, é o de Galileu.

Tudo isso parece constituir o ambiente no qual Maquiavel pensa a política. Mesmo assim o autor parece não somente ter seguido uma tendência de pensamento de sua época, mas ter ainda contribuído para sua concretização definitiva na história. Sfez afirma ao iniciar seu livro, *Machiavel, la politique du moindre mal*, que “a obra de Maquiavel — de *O Príncipe* aos *Discorsi* — foi saudada como uma demonstração da potência da liberdade humana face à pretendida fatalidade da *Fortuna*”.²⁶⁷ Na sequência do texto ele afirma não invalidar a conclusão, mas a problematiza apontando uma resistência que segundo ele se faz dupla. “Não seria [a *fortuna*] o nome daquilo que resiste à nossa liberdade?”, questiona Sfez.²⁶⁸ Ao inverter a questão, ele nos chama a atenção para o fato de ser o seu poder um poder de resistência que se revela duplo: “resistência da *Virtù*, resistência da *Fortuna*”.²⁶⁹ De acordo com ele, esta atitude de Maquiavel pode ser tomada “como um ato de ruptura com a herança renascentista”.²⁷⁰ Isto porque, ainda segundo Sfez, “era grande a tentação, diante das dificuldades de se chegar aos seus fins, se remeter à providência divina ou à *fortuna* e se renunciar a esperar alguma coisa da ação”.²⁷¹ Nesse sentido, se havia já uma abertura maior para se pensar o *cosmos* e sua influência na vida dos homens como menos implacável, ainda era difícil pensar em grande liberdade em relação a ele. Maquiavel, tal como parece ter feito em relação também a outras questões, dá sequência àquilo que se pensava em sua época ao mesmo tempo que introduz certo rompimento. Neste caso especificamente introduz uma forma alternativa de pensar a ação humana que não se reduz a ser controlada exclusivamente nem pela providência divina cristã nem pela cosmologia aristotélica.²⁷²

²⁶⁷ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 23.

²⁶⁸ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 23.

²⁶⁹ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 23.

²⁷⁰ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 24.

²⁷¹ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 24.

²⁷² Ver a este respeito, COLONNA D'ISTRIA; FRAPET. *L'Art Politique chez Machiavel*, p. 193.

Anthony Parel nos ajuda a compreender melhor os termos da relação que Maquiavel estabeleceu com a forma como o *cosmos* era percebido em seu tempo. Ele nos oferece um panorama mais específico da questão.²⁷³ Em seu *The Machiavelian Cosmos*, ele investiga questões que nos são caras neste trabalho, como os *humores*, a *fortuna* e a *virtù*, mas sua investigação nos é particular porque ele objetiva fazê-la sob a perspectiva da cosmologia, ou seja, de modo geral, sob a perspectiva da ciência natural renascentista.²⁷⁴ Parte do pensamento de Ptolomeu,²⁷⁵ que, segundo ele, pode ser observado em alguns aspectos d’*O Príncipe*.²⁷⁶ Mas, antes de tratar diretamente da questão da *fortuna* no pensamento de Maquiavel, investiga o impacto das obras de Ptolomeu e Abu Ma’shar no pensamento (cosmológico) renascentista. O ponto de partida parece ser o fato de que “nem tudo que acontece no mundo tem uma explicação causal na atividade intencional de agentes inteligentes”.²⁷⁷ Volta-se então à análise da obra de Maquiavel passando para isso por questões como “céu”, “história” e “necessidade”,²⁷⁸ assim como “religião” e “política”.²⁷⁹ Somente então Parel dedica um dos seus capítulos diretamente à questão da *fortuna*.²⁸⁰

Ao tratá-la, afirma que a questão passa necessariamente pela concepção de cosmologia que Maquiavel herdara de sua época e, ao mesmo tempo, por algumas

²⁷³ Segundo Parel, muitos dos comentadores da obra de Maquiavel constataram a existência do tema da astrologia nos textos deste autor (ele cita diretamente Ernst Cassirer, Hans Baron, Leo-Strauss, Eugenio Garin, que segundo Parel foi mais longe que os outros, e Gennaro Sasso). Mas, segundo ele, seu *The Machiavelian Cosmos* não tem por objetivo simplesmente constatar esta existência (que considera incontestável). Objetiva investigar, em suas palavras, “sua extensão e seu significado” (PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 6).

²⁷⁴ Vale lembrar que Parel inicia *The Machiavelian Cosmos* criticando Burkhardt pela sua pouca atenção ao tema, assim como por “não ver nada positivo na astrologia” (PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 2).

²⁷⁵ Ver capítulo 1: The Astrological Debate. In: PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 11-25.

²⁷⁶ De acordo com Parel, “algumas das ideias de Ptolomeu são particularmente relevantes para a proposta que temos em mãos. Na primeira parte da tese ele divide a astrologia em duas partes maiores: a geral, ou católica, e a particular, ou genética. A primeira compreende as fortunas e ethos dos Estados, enquanto a segunda compreende os temperamentos e fortunas dos indivíduos. A influência desta divisão entre astrologia geral e particular pode, penso eu, ser detectada no tratamento mais famoso que Maquiavel dá à fortuna no capítulo XXV do *Príncipe*” (PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 12).

²⁷⁷ PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 23.

²⁷⁸ Ver capítulo 2: Heaven, History, and Politics. In: PAREL, *The Machiavelian Cosmos*, p. 26-44.

²⁷⁹ Ver capítulo 3: Heaven, Religion, and Politics. In: PAREL, *The Machiavelian Cosmos*, p. 45-62.

²⁸⁰ Capítulo 4: ‘Fortune’. Ver PAREL. *The Machiavelian Cosmos*, p. 63-85.

novidades introduzidas pelo pensamento do autor.²⁸¹ Segundo ele, “o império do céu e da *fortuna* cedem um limite para que a autonomia humana possa se efetivar”.²⁸² Neste ponto, podemos identificar um espaço maior para que o homem pudesse se pensar mais livre em relação ao universo do que em momentos anteriores da história. Seguindo a argumentação de Parel, encontramos outros trechos que parecem guiar-nos na mesma direção:

No *cosmos* maquiaveliano não há lugar para Providência Divina, embora haja espaço tanto para céu quanto para *fortuna*; ele cede espaço para esses porque apontam para dois tipos causais distintos, um pertencente à necessidade e outro ao que é fortuito.²⁸³

Esta afirmação de Parel nos conduz a refletir sobre o pensamento de Maquiavel e seu lugar na tradição. Tal como afirma em seu artigo publicado em francês com o título *Ptolomé et le Chapitre 25 du Prince*, “a forma como as coisas humanas e as coisas do mundo eram governadas era a questão mais debatida na Florença de Maquiavel. A discussão, conhecida historicamente como disputa da astrologia, revela a atualidade do capítulo 25”.²⁸⁴ Assim, Maquiavel se põe a pensar sua época e, ao mesmo tempo que rompe com a tradição cristã, não rompe em definitivo com sua época e com os valores da tradição. Parel parece não ignorar esta possível ambivalência existente entre o pensamento de Maquiavel e a tradição. Ele recupera o poema *Di Fortuna* e, na sequência, o capítulo XXV d’*O Príncipe* no intuito de investigar a questão.

No primeiro, segundo ele, a *fortuna* está associada ao céu.²⁸⁵ No segundo, afirma que “o homem aparece em primeiro plano e a natureza em segundo e a *fortuna* sempre

²⁸¹ Ver PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 63.

²⁸² PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 63.

²⁸³ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 65-66.

²⁸⁴ PAREL. *Ptolomé et le Chapitre 25 du Prince*. In: SFEZ; SENELLART. *L’Enjeu Machiavel*, p. 25.

²⁸⁵ Ver PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 74.

pode controlar ambos”.²⁸⁶ Neste sentido, e em especial a partir desta constatação, Parel argumenta a favor não de um rompimento que teria sido efetuado por Maquiavel em relação ao sistema astrológico próprio de sua época, mas de uma adaptação deste modelo. Segundo ele, “pode parecer que Maquiavel abandona a solução astrológica clássica, (...) [mas] longe de abandonar o modo de compreensão astrológico, ele o adapta à sua maneira”.²⁸⁷ Destarte, a partir do momento em que Maquiavel relaciona suas hipóteses a uma concepção cosmológica por ele “adaptada”, abre espaço para se pensar o lugar do homem, assim como suas relações, de forma distinta da tradição. A principal diferença parece ser justamente naquilo que diz respeito às questões que se relacionam à liberdade.

Embora a argumentação de Parel nos pareça razoável até este ponto, encontramos aqui certa hesitação em seu texto. Ele chama de adaptação do modelo tradicional o que acreditamos ser um rompimento com este modelo. Um rompimento definitivo que partia da aceitação de elementos da tradição como uma estratégia de argumentação. Maquiavel, assim como era comum aos autores humanistas de seu tempo, habituado à arte retórica, sabe que refutar de imediato uma opinião amplamente aceita por um determinado público (entimema)²⁸⁸ não contribuirá para a modificação

²⁸⁶ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 76.

²⁸⁷ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 76.

²⁸⁸ Referimos-nos aqui a uma designação própria do vocabulário do estudo da arte retórica. De acordo com o que afirma Roland Barthes “o entimema recebeu duas significações sucessivas (que não são contraditórias). 1. Para os aristotélicos, é um silogismo fundamentado em verossimilhanças ou em sinais, e não sobre algo de verdadeiro ou de imediato (como é o caso do silogismo científico); o entimema é um silogismo retórico, desenvolvido unicamente *no nível do público* (como se diz: colocar-se no lugar de alguém), a partir do *provável*, isto é, a partir daquilo que o público pensa; é uma dedução cujo valor é concreto, colocado em vista de uma *apresentação* (é uma espécie de espetáculo aceitável), por oposição à dedução abstrata, feita unicamente pela análise: é um arrazoado público, manipulado facilmente por homens incultos. Em virtude desta origem, o entimema obtém a persuasão, não a demonstração (...). 2. Desde Quintiliano e com total triunfo na Idade Média (desde Boécio), uma nova definição prevalece: o entimema é definido não pelo conteúdo de suas premissas, mas pelo caráter elíptico de sua articulação: é um silogismo incompleto, um silogismo encurtado: ‘não tem tantas partes nem partes tão distintas quanto o silogismo filosófico’: pode-se suprimir uma das premissas ou a conclusão: é então um silogismo truncado pela supressão (no enunciado) de uma proposição cuja realidade aparece aos homens incontestável e que é, por esta razão, simplesmente ‘retida na mente’ (*en thumô*)” (BARTHES. *A aventura semiológica*, p. 57-58).

desta opinião já admitida. Aceitando-se que o discurso tem por fim substituir uma opinião prévia por outra, é preciso admitir pontos comuns entre as duas premissas para captar atenção do expectador e tentar então conduzi-lo a outra perspectiva, ou seja, tentar persuadi-lo. Maquiavel não pode refutar de forma prévia e sumária o discurso religioso, no caso cristão, nem com o discurso astrofísico tradicional. Ele sabe que só poderia se fazer ouvir admitindo pontos destes discursos e, somente a partir desta admissão inicial, poderia introduzir um novo modo de pensar a ação humana e as possíveis influências da *fortuna* que recaem sobre ela. Este procedimento não parece implicar uma adaptação da tradição, pois era o método usado por uma longa tradição intelectual, por aqueles que desejam introduzir mudanças difíceis de serem admitidas por seus expectadores em função de terem daquele assunto uma opinião contrária. Preferimos acreditar que Maquiavel inova em sua proposta teórica por meio de um recurso discursivo tradicional. Assim, ao pretender modificar a concepção da liberdade da ação humana no espaço público, vale-se de meios capazes de efetivá-lo (mesmo que sob pena de diminuir aos olhos do leitor a novidade das proposições que enuncia).²⁸⁹

Deixando de lado este assunto e voltando à argumentação de Parel, partindo agora do capítulo XXV d'*O Príncipe*, sua análise chama nossa atenção para duas questões que também dizem respeito a esta guinada maquiaveliana: a relação da *fortuna* com o temperamento dos homens e sua relação com a qualidade dos tempos. No primeiro, caso Parel afirma que, apesar de a *fortuna* relacionar-se melhor ou pior com os diferentes *humores* ou temperamentos dos homens, “empiricamente, podemos ver que pessoas com o mesmo temperamento não alcançam os mesmos resultados. (...) Este fenômeno reflete a regra da ‘variação dos tempos’ em que o sucesso é obtido em um

²⁸⁹ Sabemos que este é um assunto controvertido entre os comentadores do pensamento de Maquiavel. Discuti-lo nos desviaria do nosso problema central. Em função disto, optamos por mencioná-lo apenas, sem deixar de assumir um posicionamento em relação ao tema.

ponto específico do tempo e em outro ponto pode falhar”.²⁹⁰ Estas questões, por sua vez, se relacionam, em certa medida, com a perspectiva que Maquiavel tem da história. Esta última, que lhe serve de ferramenta para analisar as possibilidades de ação do governante em um determinado momento, pode se tornar o único refúgio diante das variações impostas pela *fortuna*. A recorrência à história pode se fazer eficaz apesar da inconsistência de um modelo acabado diante desta fonte de variação desmedida e incontrolável. É válida como uma possibilidade de se analisarem tais variações e pensar meios de resistir a elas.

Entretanto, há muitas dificuldades no tratamento da questão da *fortuna* quando se tenta generalizá-la. Talvez por isso Parel tenha dividido sua análise em dois âmbitos. Investiga, em um primeiro momento, a *fortuna* naquilo em que ela afeta os Estados e, mais tarde, naquilo em que ela afeta os indivíduos. De acordo com ele, esta divisão não pode ser afirmada sob uma mesma medida. Conclui, neste sentido, que “Maquiavel se dedica mais a analisar a *fortuna* naquilo em que ela afeta os indivíduos que naquilo em que ela afeta os países”.²⁹¹ E, ainda segundo Parel, quando o assunto é a *fortuna* dos indivíduos, duas coisas estão em questão: o tempo e a natureza. A natureza (*natura*: humor/temperamento) de um determinado indivíduo pode concordar ou não com a natureza dos tempos, e do resultado desta concordância ou discordância se dá o seu sucesso ou sua ruína.²⁹²

Não podemos ignorar que esta divisão não passou despercebida aos comentadores da obra de Maquiavel. Faraklas, ao tratar “as paixões políticas”,²⁹³ também a evidencia. Parece indicar que, por um lado, enquanto é necessário resistir à *fortuna in universali*, pode-se dizer, por outro lado, que no caso da *fortuna in*

²⁹⁰ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 77.

²⁹¹ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 74.

²⁹² Ver PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 77.

²⁹³ Ver FARAKLAS. *Machiavel: Le Pouvoir du Prince*, p. 50-88.

particulari, da boa *fortuna*, faz-se necessário ao ator político adequar-se ao acaso. De modo mais específico, o autor afirma que a *fortuna in universali* nos remete “ao acaso, à necessidade exterior que uma vez determinante na tomada de decisão não se desprende dela”.²⁹⁴ Já no caso da *fortuna in particulari*, parte-se do pressuposto de que “somente a adaptação oportuna conserva o mesmo capitão junto à tropa”.²⁹⁵ Colonna d’Istria e Frapet também investigam a questão. Ao analisarem os textos de Políbio e uma possível relação entre estes e a obra de Maquiavel,²⁹⁶ embora por um caminho mais longo (haja vista que Maquiavel não incorpora o sentido finalista do qual se valia Políbio), encontram uma distinção parecida, apesar de não definida por estes mesmos termos.²⁹⁷

Mesmo havendo algumas distinções entre as designações apresentadas pelos comentadores da obra de Maquiavel, estes dois âmbitos distintos, assim como suas peculiaridades, parecem lhes ser coincidentes. Para explorá-las um pouco mais de perto, recorreremos aos textos de Maquiavel, mais especificamente ao *Príncipe* e ao *Discorsi*, no intuito de não deixar de lado elementos importantes para a compreensão tanto do que Maquiavel aponta como *fortuna*, quanto das peculiaridades que o tratamento desta questão adquire ao longo de suas obras.

3.3 O que pode a *fortuna* afinal?

Vimos na seção anterior que Maquiavel, em grande medida, compreende o homem mais livre do que as concepções vinculadas à religião cristã ou à tradição

²⁹⁴ FARAKLAS. *Machiavel: Le Pouvoir du Prince*, p. 52.

²⁹⁵ FARAKLAS. *Machiavel: Le Pouvoir du Prince*, p. 52.

²⁹⁶ Vale lembrar que a comparação e a possível influência dos textos de Políbio sobre os de Maquiavel apresentada pelos autores parece não ter o objetivo de evidenciar apenas as coincidências entre o pensamento dos dois, mas também os pontos em que suas obras não são coincidentes. Ao invés disso, os autores chegam a afirmar que “através da comparação com Políbio foi esclarecida a originalidade do conceito de *Fortuna* em Maquiavel” (COLONNA D’ISTRRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p. 193).

²⁹⁷ Ver COLONNA D’ISTRRIA; FRAPET. *L’Art Politique chez Machiavel*, p. 179-193.

cosmológica. Esta liberdade, no entanto, parece ser ainda limitada pelas circunstâncias que a todo o momento exigem que o governante efetive suas ações de uma maneira específica, sob pena de perder o poder do Estado. Se aquela que impõe tais modificações circunstanciais é a *fortuna*, então precisamos verificar se é possível compreender melhor os limites do seu poder. Esta investigação nos conduzirá conseqüentemente a analisar melhor as variações das circunstâncias e, em última instância, a vislumbrar mais de perto as possibilidades efetivas de liberdade da ação humana no espaço público. Para tentarmos compreender melhor as possibilidades da *fortuna*, partiremos da obra que nos parece ser a mais apropriada para a análise da questão: *O Príncipe*. A questão da *fortuna* aparece em todas as obras políticas de Maquiavel, permanecendo um tema recorrente também em seu legado. *O Príncipe*, porém, é uma obra que tende a lidar com a ação política no seu caráter mais emergencial, é também nele que a *fortuna* é apresentada de forma mais apelativa e, talvez por ser apresentada em seus extremos, poderíamos dizer também de forma mais explícita.²⁹⁸

Analisar *O Príncipe*, especialmente seu capítulo XXV, que diz respeito diretamente à questão da *fortuna*, faz-se fundamental neste trabalho, mas não podemos nos esquecer de que o príncipe novo não encarna a figura do ator político mais importante no pensamento de Maquiavel. Sua urgência pode tornar uma análise sobre este gênero mais clara, mas acreditamos que os atores republicanos assumem peso equivalente no pensamento do autor. Sob alguns aspectos talvez até um peso maior, tal como afirma Pancera: “entre o principado e a república, esta última é a forma de

²⁹⁸ Tratamos desta questão no nosso primeiro capítulo, quando, a partir da tese de Pocock, vislumbramos a urgência enunciada n’*O Príncipe* que, segundo o comentador, se fundamenta pelo objetivo de pensar as possibilidades do príncipe novo. Este último, ainda segundo o autor, carece de legitimidade e, em função disso, ficaria mais vulnerável à *fortuna* (Ver POCOOCK. *The Machiavellian Moment*, p. 158-159). Este seria um dos motivos que tornam o assunto tão relevante nesta obra em particular.

governo que melhor se conforma às novas exigências”.²⁹⁹ Neste sentido, tomar o príncipe novo em detrimento dos atores republicanos nos conduziria a uma falta de precisão naquilo que diz respeito à questão da *fortuna*. Tentaremos evitar este desvio apesar da força das passagens d’*O Príncipe* e recorreremos, embora de forma menos direta, também aos *Discorsi*, que nos oferecem a possibilidade de refletir sobre a análise que Maquiavel faz dos antigos romanos e, conseqüentemente, sobre os desígnios da *fortuna* sobre a República. Esperamos, dessa forma, poder vislumbrar um panorama mais completo da utilização do termo, assim como das dimensões que ele assume na obra do autor.

Maquiavel, tal como vimos, se apropria inicialmente do uso que os romanos faziam do termo *fortuna*, a deusa da roda dos tempos, que se apresenta, tal como afirma Bignotto, “como aquela que retira dos homens tudo aquilo que conquistaram quando decide mudar o rumo das coisas sem aviso prévio”.³⁰⁰ Este ponto de partida da utilização que Maquiavel faz do termo nos remete diretamente a uma reflexão sobre a possibilidade de liberdade da ação humana anunciada pela modificação da perspectiva cosmológica na época e suas implicações práticas. Mas as modificações que dizem respeito à estrutura cosmológica de então não implicam a única peculiaridade daquele período. Precisamos considerar que o período do Renascimento é marcado por mudanças significativas que se inter-relacionam, de modo que apontar uma única mudança na estrutura de pensamento da época implica a omissão de outras. Cientes deste risco e ao mesmo tempo cientes da necessidade de não nos desviarmos de nossa questão central, podemos dizer que, de modo geral, a modificação da estrutura cosmológica (embora não somente ela) afetou diretamente a percepção do lugar do homem no mundo. Nesse sentido, perceber a questão da *fortuna* em função de uma

²⁹⁹ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 13.

³⁰⁰ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 26.

maior liberdade dos homens não é exatamente uma novidade no pensamento de Maquiavel. Veremos mais adiante as peculiaridades do tratamento da questão no pensamento do autor e sabemos da importância do seu legado. Queremos apontar apenas que uma modificação de tamanha envergadura só foi possível em função de uma conjunção de fatores, não se tratando assim de uma questão pontual.

De modo geral, o homem ocupava um lugar de pouca significância no universo. Bignotto toma Santo Agostinho para afirmar que “a presença do homem no mundo era coisa sem importância, quando comparada com o lugar da plena existência humana na ‘Cidade de Deus’”.³⁰¹ Entretanto, segundo o autor, “a concepção republicana, própria aos humanistas, punha o homem no centro do universo, exigindo dele aquilo que, aos olhos de um pensador medieval, só a graça poderia dar”.³⁰² Esta percepção, que se distanciava dos motes clássicos do período medieval, foi, em certo sentido, fundamentada por autores clássicos da Era Pagã. Cícero, especialmente naquilo que dizia respeito ao estudo da retórica, e a filosofia antiga foram retomados e contribuíram de forma definitiva para esta mudança de perspectiva. Trata-se de um contexto bastante complexo em que os *studia humanitatis* favoreceram o que passou a chamar de virtude cívica que, por sua vez, não coincidia com a virtude cristã e, ao mesmo tempo, não necessariamente a contrariava.³⁰³ No *quatrocentto*, de acordo com o que afirma Bignotto,

voltando a Cícero, recuperando suas idéias em torno da educação, eles buscavam uma nova maneira de conceber a presença do homem na terra, sem se preocuparem em fazer a crítica da tradição, dada como realizada pelo simples fato de que o universo conceitual medieval fora abandonado.³⁰⁴

³⁰¹ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 32.

³⁰² BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 32.

³⁰³ Ver BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 32-38.

³⁰⁴ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 33.

Maquiavel bebera diretamente nesta fonte, embora saibamos que romperia com esta tradição em alguns aspectos, especialmente naquilo que diz respeito à *fortuna* e sua relação não necessariamente simples com a *virtù*, tal como veremos mais adiante. Antes, no entanto, de chegarmos a esta questão, precisamos compreender melhor a *fortuna* no pensamento de Maquiavel. Após ter vivenciado direta ou indiretamente tantas perspectivas distintas da *fortuna*, como Maquiavel a compreendia afinal? Raros seriam os motivos para partirmos da concepção cristã tradicional que herdara dos romanos alguns de seus principais fundamentos. Partindo dos humanistas, sabemos que podemos nos aproximar mais da perspectiva do autor. Mas, tendo em vista uma maior possibilidade de liberdade naquilo que diz respeito à efetividade das ações humanas, como compreender a força muitas vezes devastadora da *fortuna*?

Sabemos que conhecê-la efetivamente não é possível. Bignotto, a este respeito, afirma que “Maquiavel não sugere nem de longe que possamos conhecer seus desígnios”.³⁰⁵ De fato, não podemos conhecer as causas de sua força nem mesmo suas dimensões. Podemos conhecer apenas seus efeitos. Ainda de acordo com o que afirma Bignotto, “da *fortuna* conhecemos apenas os efeitos e o fato de que pode sempre se manifestar, mas nunca suas vontades e o momento em que vai lançar seus fios”.³⁰⁶ Mas, se podemos conhecer seus efeitos, parece-nos plausível analisar então os registros dos desígnios da *fortuna* da história, tal como o investigou Maquiavel. A respeito deles o autor sugere que ela se manifesta principalmente por meio da modificação das circunstâncias. Esta modificação por si só já parece ser nociva tanto àquilo que diz respeito ao corpo político propriamente dito quanto aos seus atores tomados individualmente. Mas por quê? Não seriam os homens capazes de improvisar e reagir às tais modificações? Bignotto novamente nos indica a resposta. Segundo ele, “os homens

³⁰⁵ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 27.

³⁰⁶ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 27.

amam repetir seus comportamentos e se agarram à sua forma de agir, quando ela os conduz ao sucesso”.³⁰⁷ Agindo sempre da mesma forma, enfrentam grandes dificuldades quando o padrão adotado, em vez do êxito, passa a conduzi-los à ruína. Dessa forma, ao adotarem um determinado modo de ação e consagrá-lo sugestivo ao êxito, esquecem-se de que mantêm o sucesso apenas enquanto a *fortuna* coincide com a maneira de agir que adotaram. Quando ela modifica as circunstâncias, não modificando os homens seus modos de ação (o que parece não ser fácil tendo em vista que tendem às repetições), tornam-se infortunados. Tal como afirma Maquiavel, “variando a *fortuna* e obstinando-se os homens em sua maneira de ser, eles serão felizes enquanto ambas as coisas estiverem de acordo; mas, quando elas discordarem, serão infelizes”.³⁰⁸ A *fortuna* é capaz de produzir este desacordo entre os tempos e as ações dos homens e, quanto maior a distância que ela insere entre uma coisa e outra, mais sujeitos à ruína se veem os homens.

Embora tenhamos, neste primeiro momento, tentado mostrar os efeitos nocivos da *fortuna* sobre os homens (que certamente implicam as maiores preocupações concernentes ao tema), temos que considerar ainda dois pontos: 1) nem sempre eles recaem sobre os indivíduos, podendo incidir diretamente sobre o corpo político; 2) nem sempre os efeitos da *fortuna* são nocivos. No primeiro caso, a afirmação nos remete à divisão que, tal como vimos anteriormente, nos foi apresentada pelos comentadores da obra de Maquiavel. De acordo com ela, a *fortuna* incide, por um lado, sobre o corpo político propriamente dito e, por outro, sobre os indivíduos tomados como agentes no interior do corpo político. O vigésimo quinto capítulo d’*O Príncipe*, intitulado “De quanto pode a *fortuna* nas coisas humanas e de que modo se pode resistir-lhes”, nos

³⁰⁷ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 26.

³⁰⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 189: *Concluo adunque che, variando la fortuna e’ tempi e stando li uomini ne’ loro modi ostinati, sono felici mentre concordano insieme e, come e’ discordano, infelici.*

indica esta divisão. De fato, a forma como o capítulo foi escrito e a divisão que nele nos é apresentada confirmam a possibilidade de distinção da atuação da *fortuna* em sua forma mais geral e em sua forma particular. Logo após apresentar a metáfora do rio, Maquiavel afirma o seguinte: “julgo ter dito o suficiente sobre como opor-se à *fortuna* de modo geral. Mas, restringindo-me aos aspectos mais particulares, digo que se vê que um príncipe tem sucesso e amanhã fracassa sem ter mudado sua natureza ou qualidade”.³⁰⁹ Sugere ser também em função desta distinção que ele apresenta duas metáforas para tratar da questão.

A primeira delas nos remete aos fenômenos da natureza e ilustra o que os comentadores da obra identificaram como sentido geral ou universal da *fortuna*. Assim, a *fortuna* pode ser ilustrada pelas enchentes (que especialmente no Arno tantos danos provocaram a Florença) e nada pode ser feito quando ela mostra sua força. Mas muito pode ser feito para tentar neutralizar ou minimizar sua força, tal como a construção de diques minimiza a destruição de que uma enchente potencialmente é capaz. Nas palavras do autor, “comparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrasam as terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma”.³¹⁰ Logo na *sequência* o autor parece procurar evidenciar a possibilidade de uma resistência ordenada à força da *fortuna*. De acordo com ele, “mesmo assim, nada impede que, voltando à calma, os homens tomem providência, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força

³⁰⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 187: *E questo voglio basti aver detto, quanto allo opporsi alla fortuna, in universali. Ma restringendomi più a' particolari, dico come si vede oggi questo principe felicitare e domani ruinare, sanza avergli veduto mutare natura o qualità alcuna (...).*

³¹⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 187: *E assimglio quella a uno di questi fiumi rovinosi che, quando si adirano, allagano e' piani, rovinano li arbori e li edifizî, lievano da questa parte terreno, pongono da quella altra; ciascuno fugge loro dinanzi, ognuno cede all'impeto loro sanza potervi in alcuna parte ostare.*

se torna menos livre e danosa.”³¹¹ Para finalizar a apresentação da metáfora, Maquiavel se refere diretamente à *fortuna* e ao seu par conceitual *virtù* (que investigaremos mais adiante) que parece oferecer aos homens possibilidades de resistência aos vitupérios da *fortuna*. Assim, “o mesmo acontece com a *fortuna*, que demonstra a sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para resistir-lhe e voltar o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la”.³¹²

Este primeiro sentido apresentado por Maquiavel e apontado por ele como mais “geral” nos remete às possíveis modificações das circunstâncias que envolvem o corpo político e que, *a priori*, não dizem respeito diretamente ao governante. No entanto, se não lhe dizem respeito *a priori* poderão recair sobre ele, pois ele terá que reagir aos efeitos da enchente e tentar evitar que os efeitos da *fortuna* no corpo político desencadeiem efeitos secundários sobre seu governo. Não se pode dizer também que os efeitos da *fortuna*, ao atuarem sobre um determinado ator político, não desencadearão efeitos secundários sobre o corpo político. Isto nos leva a crer que, apesar de haver uma separação clara entre o geral e o particular e de a *fortuna* os afetar de forma distinta, não é possível isolar estes âmbitos e pensá-los isentos de interferência mútua. Ao contrário, são complementares, e talvez a forma mais clara de perceber isto seja por meio das metáforas que os ilustram.

A segunda metáfora apresentada por Maquiavel diz respeito à *fortuna* em particular, ou seja, quando ela afeta diretamente os indivíduos. Nesta segunda metáfora, Maquiavel apresenta inicialmente alguns casos em que determinados homens perderam

³¹¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 187: *E, benché sieno così fatti, non resta però che gli uomini, quando sono tempi quieti, non vi potessino fare provvedimento e con ripari e con argini: in modo che, crescendo poi, o eglino andrebbero per uno canale o l'impeto loro non sarebbe né sí dannoso né sí licenzioso.*

³¹² MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 187: *Similmente interviene della fortuna, la quale dimostra la sua potenza dove non è ordinata virtù a resisterle: e quivi volta e' sua impeti, dove la sa che non sono fatti gli argini né e' ripari a tenerla.*

o poder por não se adequarem às variações dos tempos. Somente no final do capítulo ele nos oferece a metáfora:

a *fortuna* é mulher e é necessário para dominá-la bater-lhe e contrariá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais pelos que agem assim do que pelos que agem friamente; e, como mulher, é sempre amiga dos mais jovens, porque são menos prudentes, mais ferozes e a dominam com maior audácia.³¹³

Talvez a constatação mais imediata que a passagem nos traz é que, ao pensar a *fortuna*³¹⁴ sob “seus aspectos mais particulares”, Maquiavel nos remete a uma força não mais inexorável e, portanto, passível de dominação. Esta metáfora pode ser vista como o ponto em que Maquiavel se distancia de fato da tradição humanista. Bignotto, a este respeito, nos diz que “embora implique um certo saber a *virtù* não é, como queria Petrarca, o resultado de uma boa preparação para a vida comum”.³¹⁵

Além disso, devemos observar que, ao contrário do que nos indica a primeira metáfora, a segunda parece estar isenta das discussões cosmológicas que vimos anteriormente. Tal como afirma Parel, “a *fortuna*, considerada desta forma, não tem nenhuma conotação cósmica ou divina”.³¹⁶ Independentemente desta distinção, uma coincidência entre as metáforas e os sentidos da *fortuna* que nos são apresentados por meio delas nos indica a chave de compreensão do termo pelo menos no que diz respeito ao príncipe novo. Assim, se Maquiavel, ao apresentar a metáfora da enchente, sugere concluir restringindo-a à *fortuna* em geral, ao tratar da *fortuna*, no que ela diz respeito

³¹³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 189: (...) *perché la fortuna è donna ed è necessario, volendola tenere sotto, batterla e urtarla. E si vede che la si lascia piú vincere da questi, che da quegli che freddamente procedono: e però sempre, come donna, è amica de' giovani, perché sono meno rispettivi, piú feroci e con piú audacia la comandano.*

³¹⁴ Embora seja ao tratar dos homens em particular que Maquiavel nos apresente a *fortuna* como mulher, deixamos de lado a questão do gênero. Reconhecemos que a questão do gênero é interessante, especialmente quando nos deparamos com determinados títulos de capítulos, tal como “De como se arruína um Estado por causa de mulher” (MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, p. 26), mas entendemos que tal questão não diz respeito ao nosso assunto, pelo menos não de forma direta e, por isso, a deixamos de lado aqui. No que diz respeito à questão do gênero e sua relação com a questão da *fortuna*, ver PITKIN. *Fortune is a Woman: Gender & Politics in the thought of Niccolò Machiavelli*.

³¹⁵ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 150.

³¹⁶ PAREL. *The Machiavelin Cosmos*, p. 66.

aos particulares, não chega a uma conclusão muito diferente. Em outras palavras, as duas metáforas nos conduzem a pensar que a força da *fortuna* pode ser pelo menos minimizada e que a autonomia humana diante das circunstâncias da vida seria efetiva, embora delimitada pela capacidade dos homens de resistir às modificações impostas pela *fortuna*. E, mesmo naquilo em que diz respeito ao modo como a *fortuna*, em geral, afeta o corpo político, atentar para a construção de diques de maneira a impedir que a fúria da *fortuna* produza tantos estragos depende do ator político e constitui tarefa deste tomado em sua particularidade.

O Príncipe, no entanto, não encerra a questão da *fortuna*. Já mencionamos aqui o pequeno texto de Maquiavel *Di Fortuna*, que trazia uma perspectiva mais sombria da liberdade de ação dos homens sujeitos aos vitupérios das rodas dos tempos. A análise da *fortuna* nos remete à forma como os antigos a percebiam. A *fortuna* era uma deusa boa, e os infortúnios resultavam em grande medida de sua ausência. Em outras palavras, tal como a deusa romana, a *fortuna* pode configurar-se como aquela que favorece os que estão perto dela. Sua ausência, neste sentido, propiciaria os infortúnios. Certamente o poema faz uma alusão à deusa romana da *fortuna*, porém, a mudança sutil do singular para o plural parece não ter sido feita de maneira fortuita. Bignotto, a este respeito, afirma que “a escolha da imagem das várias rodas não foi feita sem segundas intenções. Na tradição ocidental, o fato de apresentar a *fortuna* como o mestre de uma roda serviu sempre para mostrar a inexorabilidade de suas decisões”.³¹⁷ Assim, ao multiplicar a figura da roda, Maquiavel parece ter lançado as primeiras premissas para começar a se apartar deste fatalismo tradicionalmente associado à ideia de *fortuna*. Premissas estas que parecem ter se tornado fecundas n’*O Príncipe* e, tal como veremos, também nos *Discorsi*, que nos falta ainda contemplar.

³¹⁷ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 146.

Nestes últimos, Maquiavel recupera a questão da *fortuna* de forma peculiar. Ele inicia o primeiro capítulo do segundo livro dos *Discorsi* discordando de Plutarco e Tito Lívio naquilo que diz respeito à grandeza de Roma ter sido fruto da *fortuna*. Este posicionamento assumido pelo autor parece se tornar mais definitivo ao longo da obra e termina por distanciá-lo, tal como veremos mais adiante, das definições clássicas assumidas pelos humanistas. Precisamos, neste ponto, atentar para o fato de que a relação que Maquiavel assume frente à tradição é, tal como vimos ao tratar da percepção do *cosmos* em seu tempo, repleta de *nuances* e, por vezes, demanda certa atenção. Tal como afirma Marie Gaille-Nikodimov a este respeito,

o fato de já ter a noção de *fortuna* uma longa existência até Maquiavel retomá-la não tira a importância do uso que ele faz dela e da difusão que ela ganha a partir de sua obra. Nela a *fortuna* aparece sobretudo como uma noção polissêmica. Suas múltiplas caracterizações nunca são unificadas e, deste modo, a ideia de *fortuna* permanece sempre misteriosa: ela não pode ser verdadeiramente conhecida e dominada, nem na prática e nem na teoria.³¹⁸

Esta dificuldade parece emergir à medida que avançamos a leitura das páginas do autor. Uma passagem dos *Discorsi*, do capítulo intitulado “A *fortuna* torna cego o ânimo dos homens, quando não quer que eles se oponham a seus desígnios” parece exemplificá-la:

e a *fortuna*, quando quer realizar seus feitos, escolhe um homem que tenha tanto espírito e tanta *virtù* que perceba as ocasiões que ela lhe oferece. Assim também, quando quer provocar grandes ruínas, incumbe homens que as facilitem. E se houver alguém que possa obstar-lhe, ela o mata ou o priva de todas as faculdades de realizar algum bem.³¹⁹

Muitas questões podem ser pensadas a partir dessa passagem. O que nos salta aos olhos é a retomada do fatalismo da *fortuna* sobre os homens. Ilustra, mediante os

³¹⁸ GAILLE-NIKODIMOV. Machiavel, penseur de l'action politique, p. 264.

³¹⁹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, 29, p. 406: *Fa bene la fortuna questo, che la elegge uno uomo, quando la voglia condurre cose grandi, che sia di tanto spirito e di tanta virtù che ei conosca quelle occasioni che la gli porge. Così medesimamente, quando la voglia condurre grandi rovine ella vi prepone uomini che aiutino quella rovina. E se alcuno fusse che vi potesse ostare, o la lo ammazza o la lo priva di tutte le facultà da potere operare alcuno bene.*

efeitos do que ela é capaz, a força da *fortuna* em fúria por ter sido contrariada. Além dele, nos conduz a refletir sobre os desígnios da *fortuna* que nem sempre tendem a se efetivar nocivos aos homens. Em um primeiro momento, o autor sugere que ela pode favorecê-los. Porém, favorecê-los enquanto suas ações contribuem aos seus desígnios. Permanecemos em um cenário dominado pela inexorabilidade da *fortuna*. Por fim, nos faz pensar — e aqui talvez tenhamos alguma possibilidade de compreender melhor as anteriores — na relação que *fortuna* estabelece com a *virtù*.

Acreditamos que o fatalismo desta passagem não implica uma retomada da concepção tradicional e tais dificuldades demandam passos cautelosos. Percorrendo as páginas dos *Discorsi*, encontramos trechos mais elucidativos. No terceiro livro, tal qual havia feito n’*O Príncipe*, o autor retoma o tema da necessidade de se adaptarem as ações dos atores políticos às variações dos tempos. O nono capítulo, “De como é preciso variar com os tempos quem quiser sempre ter boa *fortuna*”, parece retomar o mesmo tom que marcara as páginas d’*O Príncipe*. Nele Maquiavel afirma que

já considerei várias vezes que a razão da má e da boa *fortuna* dos homens vem do ajuste de seu modo de proceder com os tempos: porque se percebe que alguns homens, em suas ações, procedem com ímpeto, e outros com circunspeção e cautela. E como, nestes dois modos, são ultrapassados os limites convenientes, por não se observar a verdadeira via, em ambos se erra. Mas erra menos e tem a *fortuna* próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos e sempre procede conforme o força a natureza.³²⁰

Vimos uma passagem semelhante n’*O Príncipe*, mais especificamente na ocasião em que Maquiavel metaforicamente tomava a *fortuna* por mulher. A conclusão aqui não parece ser diferente da de lá: sugere aos homens a possibilidade de se sobreporem de alguma forma à força da *fortuna*. Isto seria possível em grande medida

³²⁰ MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 448: *Io ho considerato piú volte come la cagione della trista e della buona fortuna degli uomini è riscontrare il modo del procedere suo con i tempi: perché e’ si vede che gli uomini nelle opere loro procedono, alcuni con impeto, alcuni con rispetto e con cauzione. E perché nell’uno e nell’altro di questi modi si passano e’ termini convenienti, non si potendo osservare la vera via, nell’uno e nell’altro si erra.*

pela adequação de suas ações, assim como pela audácia da tentativa de sobrepujar aquilo que se considerava ter força inexorável. Já sabemos das dificuldades de se efetivar esta adequação, assim como da tendência dos homens em repetir suas ações.

Porém, tal como afirma Bignotto,

para pensarmos a ação política é preciso não creditar à *fortuna* mais do que ela pode efetivamente fazer. Se reconhecemos que a ação humana é criadora de nossas realidades, é preciso seguir até o fim dessa determinação e chegar à conclusão de que todo problema reside na *virtù*, e não na *fortuna*, que aparece no curso de nossos atos apenas como uma força de oposição, como um obstáculo a ser transposto.³²¹

A *fortuna* pode favorecer ou prejudicar Estados ou indivíduos. Não é ela, no entanto, que determina a conclusão do desenrolar da história e sim a *virtù* que se lhe impõe. Esta perspectiva parece constituir a conclusão a que Maquiavel nos conduz tanto n’*O Príncipe* quanto nos *Discorsi*. E, se no primeiro acreditávamos que o autor considerava como ponto de partida a inexorabilidade da *fortuna* no intuito de dialogar ou mesmo seduzir seus interlocutores, no segundo acreditamos que a *fortuna* pode ser pensada como inexorável não por ser efetivamente fatal, mas por ser sua inexorabilidade inversamente proporcional à *virtù* dos homens. Assim, se a *virtù* é a chave que nos falta para a compreensão da questão da *fortuna*, acreditamos que ela o é também para a compreensão tanto do título do vigésimo nono capítulo do segundo livro dos *Discorsi*, como de seu conteúdo. Trataremos da questão da *virtù* de modo mais específico em nosso último capítulo, mas, e para que possamos evoluir em nossa análise da *fortuna*, adiantaremos alguns de seus aspectos. Antes, e para que possamos ilustrar melhor esta relação, trataremos do caso de César Bórgia.

³²¹ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 147.

3.4 O caso César Bórgia

Quando pensamos nos principais objetivos de Maquiavel, a conquista e a manutenção do poder, sabemos que ambos constituem os fundamentos do seu grande objetivo “prático” relacionado à situação política de Florença naquele tempo. Ela, de fato, parece se constituir como o cenário onde muitas vezes Maquiavel se pôs a observar atores políticos efetivarem suas ações e, neste sentido, constitui em parte o “pano de fundo” da obra de Maquiavel. A situação era peculiar e, tal como afirma Lefort, Maquiavel “descobre que a estabilidade tem que ser pensada em função de uma instabilidade e de uma violência primeiras”.³²² A perspectiva que o autor tem de Florença naquele momento o conduz a pensar justamente em um estado emergencial. Poderíamos pensar talvez no mais emergencial possível ou no ápice do processo de corrupção promovido pelos tempos, associado a todas as formas de dominação às quais pode se sujeitar um Estado enfraquecido.

O último capítulo da obra mais conhecida de Maquiavel coteja esta questão. Logo no início do capítulo, o autor afirma não haver momento mais apropriado para um príncipe novo capaz de efetivá-lo: “parece-me que ora convergem tantas coisas em favor de um príncipe novo, que não vejo ocasião mais propícia para isso”.³²³ A justificativa para sua afirmação é ainda mais explícita. Logo na sequência Maquiavel afirma que

e, se foi necessário (...) que o povo de Israel fosse escravizado no Egito para reconhecer a virtude de Moisés, que os persas fossem oprimidos pelos Medas para reconhecer a grandeza de ânimo de Ciro, que os atenienses fossem dispersados para avaliar a excelência de Teseu, assim também, agora, para se revelar a *virtù* de um espírito italiano foi necessário que a Itália se reduzisse ao ponto em que se encontra atualmente, e fosse mais escrava que os hebreus,

³²² LEFORT. *Le Travail de l'ouvre*: Machiavel, p. 350.

³²³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI, p. 189: (...) *mi pare concorrino tante cose in beneficio di uno principe nuovo, che io non so qual mai tempo fussi piú atto a questo.*

mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína.³²⁴

Talvez fosse justo dizer a partir dessa justificativa que o momento vivenciado por Maquiavel era o mais apropriado por não haver outro em que isto se fizesse tão necessário. De fato, as reflexões de Maquiavel neste capítulo, escrito em um tom um pouco diferente dos demais,³²⁵ podem não se fazer suficientemente claras para evidenciar suas intenções. Além disso, talvez haja indícios de certo exagero pontual no texto do autor, talvez fruto da utilização de um tom retórico, o que pode ser justificado pelo fato de que o autor tinha por objetivo comover e mobilizar seus concidadãos.³²⁶

Em todo caso, independentemente das discussões que se constituíram a partir deste capítulo e que concernem ao legado maquiaveliano (e sabemos que são muitas), os trechos supracitados são sugestivos. A afirmação de que não haveria momento mais apropriado para um príncipe novo capaz de reverter este processo de corrupção do corpo político, seguida de exemplos dos antigos que, de modo geral, parecem mostrar um processo de corrupção avançado e certa esperança na reversão desse processo,³²⁷ parece indicar o caminho a ser trilhado pelo autor. Ao reunir exemplos distintos que se encontravam neste estado propenso a servir como condição de possibilidade para se reverter o processo de corrupção que se instaurava e pensar Florença como o somatório

³²⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI, p. 189: *E, se, come io dissi, era necessario, volendo vedere la virtù di Moisè, che il populo d'Israel fussi stiavo in Egitto; e a conoscere la grandezza dello animo di Ciro, ch'e' persi fussino oppressati da'medi; e la eccellenzia di Teseo, che li atenesi fussino dispersi; così al presente, volendo conoscere la virtù di uno spirito italiano, era necessario che la Italia si riducesse ne' termine presenti, e che la fussi più stiava che li ebrei, più serva ch'e' persi, più dispersa che gli atenesi: sanza capo, sanza ordini, battuta, spogliata, lacera, corsa, e avesse sopportato d'ogni sorte ruina.*

³²⁵ Vale lembrar que Ernst Cassirer afirma que este capítulo (Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI) teria sido anexado posteriormente (Ver CASSIRER. *O Mito do Estado*, p. 174). Não discutiremos esta questão aqui, mas não partilhamos desta dúvida da integralidade ou mesmo da autenticidade de nenhuma parte das obras de Maquiavel.

³²⁶ O capítulo parece ter um tom mais retórico que os demais e é, de fato, muito debatido entre os comentaristas da obra de Maquiavel. Não pretendemos retomar este debate aqui, mas apenas vislumbrar um contexto em que um autor precisava “captar a benevolência” de seus interlocutores.

³²⁷ Tal como vimos em nosso primeiro capítulo, Maquiavel evidencia as dificuldades de se reverter um processo de corrupção. Acreditamos que esta dificuldade não o impedia de pensar a possibilidade de reversão deste processo em Florença.

de todas as situações, Maquiavel justifica sua expectativa em relação ao futuro de sua terra natal. Isso dependeria certamente de um homem suficientemente capaz de, ao tornar-se o príncipe novo, converter esta situação propícia em fato e não só “libertar a Itália das mãos dos bárbaros”, como sugere o título do capítulo, mas também reestruturá-la. Alguém capaz de reacender o fervor nos corações italianos, como sugere a passagem de Petrarca com a qual Maquiavel finaliza *O Príncipe*.³²⁸ Capaz de instigar os cidadãos a assumirem um papel efetivo de amor à pátria, especialmente naquilo que diz respeito à sua honra, sua dignidade.³²⁹ Esta expectativa nos conduz a pensar nos possíveis atores políticos capazes de efetivar este sentimento, e inevitavelmente uma questão se põe: poder-se-ia afirmar a existência de um ator político capaz de assumir em suas ações este sentimento evidenciado por Maquiavel e efetivar este objetivo explícito no capítulo XXVI d’*O Príncipe*? Esta questão parece nos conduzir a outra, ainda mais significativa: dada a situação e pensando-a como a condição de possibilidade de uma mudança radical e definitiva, por que não se efetivou? Por que Florença não teve um redentor? Ou, se teve (em potencial), quem seria e o quê o impediu?

Apesar de não se poder encerrar facilmente este assunto, de se saber que sua análise é meramente especulativa e de não pretendermos investigar a opinião que

³²⁸ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI, p. 192:

“Virtù contro a furore
prenderà l’armì, e fia el combatter corto,
che l’antico valore
nelli italici cor non è ancor morto”.

³²⁹ Sobre a questão do amor à pátria, Zarka afirma que, “no *Príncipe*, nos *Discorsi* e na *História de Florença* a pátria nos remete a um duplo registro de considerações. Primeiramente ela é assumida como um valor quase absoluto, ao qual qualquer outro valor está subordinado. Assim, uma vez que a salvação da pátria é colocada em questão, devemos defendê-la por todos os meios necessários, sejam eles justos ou injustos, gloriosos ou inglórios. Se a pátria estiver perdida, a liberdade também estará, inexoravelmente. Em um segundo registro, o amor à pátria (*amore della patria*) na *História de Florença*, é o recurso afetivo que sustenta a possibilidade de uma restauração do *vivere libero e civile*” (ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 4). Embora estas afirmações nos pareçam pertinentes, não pretendemos discutir neste trabalho a questão do “amor à pátria” a partir da obra de Maquiavel. No ponto extremo à perspectiva de Zarka, podemos considerar que a pátria à qual Maquiavel se refere é Florença, e não necessariamente toda a Itália (tal como nos indicaria o próprio nome de sua história). A extensão de suas referências talvez seja feita como um artifício da linguagem retórica. Sabemos que se trata de uma questão complicada e polêmica entre os comentadores da obra do autor, mas não discutiremos esta questão aqui, pois tratá-la nos desviaria do nosso assunto.

Maquiavel tinha dos homens do seu tempo, parece-nos ainda interessante cogitá-los. Embora o autor nos apresente vários deles (indicando suas ações que correspondem ou não à *virtù*) a ponto de alguns comentadores de sua obra apontarem alguns deles como passíveis de assumirem o lugar sugerido por Maquiavel como o mais necessário naquele momento, não pretendemos sugerir um homem entre os citados em suas obras como aquele capaz de fazê-lo ou citar alguém sugerido por Maquiavel como capaz de fazê-lo. Talvez muitos pudessem, mas tratar de todos nos desviaria demais de nossa proposta original. Sem o fazer, pretendemos apenas exemplificar a questão. Tomamos para isso o exemplo de César Bórgia, que parece ter sido o ator político de seu tempo que mais o “instruiu”.³³⁰

Podemos começar a ilustrar a escolha do ator político que iremos investigar aqui como exemplo sugerido por Maquiavel por uma passagem do capítulo XXVI em que o autor afirma que, “ainda que até agora se tenha mostrado algum sinal de esperança em alguém, a ponto de se julgar ter sido ele enviado por Deus para a sua redenção, o que se viu depois, no entanto, no auge da sua carreira, foi ser ele derrubado pela *fortuna*”.³³¹ Esse “alguém” omitido por Maquiavel não pode ser facilmente apontado. No entanto, uma das figuras que encontramos no texto com características capazes de remetê-lo a este lugar é César Bórgia. Mais uma vez, não se trata de uma interpretação definitiva desta questão, mas apenas de uma de suas possibilidades enquanto exemplo

³³⁰ É interessante notar que, em vez de Lorenzo de Médici, a quem ele dedica *O Príncipe*, ou Zanobi Buondelmonti e Cosimo Rucellai, a quem ele envia os *Discorsi*, menos ainda a Clemente VII, a quem ele agradece por ter encomendado a *História de Florença*, ou mesmo a Lorenzo di Filippo Strozzi, a quem encaminha *A Arte da Guerra*, César Bórgia é quem se destaca pelas várias menções a ele feitas pelo autor ao longo de suas obras. (Vale lembrar que César Bórgia (1475-1507) já havia falecido quando Maquiavel escrevera *O Príncipe* e, especialmente, o autor parece já ter perdido o encanto por tal figura neste momento). Em outras palavras, se estes homens são mencionados nas dedicatórias de Maquiavel, não necessariamente o são ao longo das obras. Não pretendemos investigar aqui as intenções do autor ou os motivos que o levaram a tal. Desejamos apenas justificar nossa escolha pelo ator político que mais nos chama a atenção e que é, entre os atores da época, o mais citado por Maquiavel ao longo especialmente de *O Príncipe*.

³³¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI, p. 190: *E benché insino a qui si sia mostro qualche spiraculo in qualcuno, da potere iudicare ch'e' fussi ordinato da Dio per sua redenzione, tamen si è visto come di poi, nel piú alto corso delle azioni sua, è stato da la fortuna reprobato.*

significativo a outra questão. O que nos interessa no caso de César Bórgia é que, embora ele já tivesse demonstrado ser um homem de grande *virtù*, não resistiu aos vitupérios da *fortuna* que acabaram por fazê-lo sucumbir. O que Maquiavel parece deixar claro ao tratar de César Bórgia é que não se pode fazer um plano infalível quando este diz respeito às coisas humanas e, conseqüentemente, não há possibilidade de um plano infalível no espaço público, ou ainda, se preferirmos, no campo da política. Ao impor-se sobre César Bórgia, a *fortuna* expõe não somente seu poder sobre as coisas humanas, mas também a impossibilidade de se planejar o futuro de forma definitiva, ou de seguir simplesmente um modelo predeterminado. Seu exemplo remete-nos ao fato de que, mesmo com boas estratégias, o governante não se isenta da possibilidade de perder o poder e se tornar vítima dos caprichos da *fortuna*.

Todavia, a *fortuna* não necessariamente interfere de forma negativa nas coisas humanas e suas intervenções podem também promover a ascensão do governante ao poder ou conceder-lhe a vitória na guerra. Em outros momentos o próprio César Bórgia teria sido favorecido pela *fortuna*, a começar por ter assumido o poder pela *fortuna* do pai. A grande questão, no entanto, não diz respeito somente a ser ou não favorecido pela *fortuna*, mas ao fato de as coisas humanas estarem subjugadas a forças de outra natureza que não às forças dos homens. Se César Bórgia (entre outros) poderia ocupar o lugar de redentor da Itália (tal como o apresenta Maquiavel),³³² naquele momento em que isso se fazia providencial, e, mesmo dadas as condições de possibilidade, não o pôde fazer em função de impedimentos impostos pela *Fortuna*, não se pode menosprezar o potencial que Maquiavel nos conduz a acreditar que tinha.

Neste ponto, e antes de assumirmos definitivamente César Bórgia como uma possibilidade de “redentor” da Itália, não se pode esquecer o lugar ocupado pelo Duque,

³³² Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXVI.

assim como seu papel enquanto ator político. Filho do Papa Alexandre VI e destinado à carreira eclesiástica, deixa de segui-la para se tornar o principal conselheiro do pai. Assume a Romanha e acaba fazendo-se lembrar por sua crueldade e por suas conquistas. Apesar de receber do próprio pai o título de Duque da Romanha, César Bórgia mostra-se muito habilidoso em suas empreitadas, envolvendo-se de modo a surpreender aqueles com quem firmava acordos. Os acontecimentos que as abrigaram nos são apresentados por Ridolfi:

Depois de pedir passagem aos florentinos para ir à tomada de Piombino, entrou em seus territórios sem esperar a resposta, utilizou expressões benignas enquanto esteve fechado o caminho dos Apeninos, ásperas e insolentes assim que o passou. Queria, nada menos, que formassem uma liga com ele, que assumissem um compromisso com tropas como forma de pagar um grande tributo, que mudassem o governo por outro de sua preferência; e, para dar mais consistência a essas exigências, avançou com o exército até Campi, quase junto às muralhas da cidade.³³³

No vai e vem dos acordos, a que Maquiavel assistiu de perto, um momento apresenta-se como decisivo à carreira do Duque e, não menos, ao aprendizado que o “secretário” parece ter tirado dele e apresentado mais tarde em suas obras. Trata-se de uma sequência de ataques e conquistas bem-sucedidas à custa de maquinações traiçoeiras e de certo modo perversas. As estratégias utilizadas por ele, certamente Maquiavel as tinha em mente ao escrever suas obras, e, justamente por isso, recorremos novamente a Ridolfi, que nos descreve a sequência destes acontecimentos:

O ataque a Arezzo tinha sido feito por uma parte das tropas ostensivamente reunidas para a tomada de Camerino. E Camerino ele atacava de fato enquanto o “seu homem” aguardava naquele ponto crucial. Depois, quando todos pensavam que o Duque Valentino tivesse completamente se voltado para tal empresa, subitamente, com incrível rapidez, “sem comer nem beber”, voltou-se à de Urbino e com igual rapidez tomou a pequena cidade, tendo tido antes a astúcia de esvaziá-la de artilharia e de soldados, pedindo-os

³³³ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 62.

amistosamente de empréstimo para atacar Camerino, que de fato atacou logo depois com igual felicidade (...).³³⁴

Ridolfi nos apresenta ainda algumas dessas impressões citando-o a partir de suas cartas, segundo o biógrafo, apenas assinadas por Soderini: “assim, notem Vossas Senhorias o estratagemas e a tamanha celeridade conjugados à máxima felicidade”.³³⁵

Maquiavel, que enquanto “secretário florentino” já vinha envolvido em missões relacionadas aos movimentos de César Bórgia, viajou em missões que tinham por objetivo justamente encontrar e negociar diretamente com o Duque, e algumas de suas impressões destes encontros relatou aos magistrados a que tinha por incumbência escrever e assim informar nestas missões. Foi a ele apresentado em uma de suas missões diplomáticas justamente para tentar dissuadi-lo de invadir Florença. Nesta missão, na fase áurea das conquistas de César Bórgia, temia-se que ele investisse contra Florença e o escolhido a negociar com o Duque, assim que este tomou a iniciativa do diálogo,³³⁶ foi Maquiavel. Esse primeiro momento em que “o secretário” pôde assistir de perto à sua forma de agir parece ter sido, acima de tudo, um dos momentos de que Maquiavel se lembrará depois³³⁷ como os que “o instruíram sobre as coisas modernas”. Assim, de acordo com Bignotto,

vendo o Duque em ação, começou a pensar as coisas da política de um ponto de vista bastante diferente daquele de seus contemporâneos. Quando escrevia para os magistrados de sua cidade Maquiavel sabia que estava considerando os acontecimentos de um ângulo que não era tradicional.³³⁸

³³⁴ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 65.

³³⁵ Carta de 25 de agosto de 1501. Citado por RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 65.

³³⁶ Segundo Ridolfi, César Bórgia, “a ponto de iniciar o ataque a Urbino, escreveu a Florença para que lhe enviassem alguém que pudesse conferir assuntos de grande importância. (...) Logo logo lhe enviaram Francesco Soderini, bispo de Volterra; e ao bispo foi anexado, mais que como chanceler, como discreto reforço, Maquiavel” (RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 65).

³³⁷ Na dedicatória do seu *O Príncipe* a Lorenzo de Médici.

³³⁸ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 15.

Certamente a habilidade que César Bórgia demonstrava em sua atuação chamava a atenção de Maquiavel, que podia observá-lo a cada passo daquela difícil negociação. Segundo afirma Ridolfi, nesta primeira missão que o conduziu ao Duque e que lhe permitiu este ângulo pouco tradicional, escreve as cartas assinadas por Soderini e, na ocasião, afirma que

esse senhor é muito esplêndido e magnífico, e com as armas é tão disposto que nada é tão grande que não lhe pareça pequeno, e por glória ou para conquistar Estados jamais descansa nem conhece fadiga ou perigo: no lugar de uma partida, chega antes de que se aperceba onde será jogada; é benquisto pelos soldados; com ele estão os melhores homens da Itália: essas são as coisas que o tornaram vitorioso e formidável, acrescidas de uma perpétua *fortuna*.³³⁹

Se este comentário parece não combinar com a assinatura de Soderini, tal como nos lembra bem Ridolfi,³⁴⁰ não parece nada estranho ao que Maquiavel escreverá mais tarde. Conhecer e negociar com César Bórgia foi-lhe certamente instrutivo.

Mas as negociações com o Duque não terminaram aí e não tardou o momento de Maquiavel reencontrá-lo. Desta vez o “secretário” parece ter tido então a oportunidade de apurar suas impressões. Sobre elas, Ridolfi afirma que

desse príncipe, apesar de tudo, ele gosta, mesmo que de um florentino dez vezes menos patife ele gostaria só pendurado numa forca. Gosta dele como artífice e símbolo de um Estado forte; gosta por sua infatigável assiduidade nas negociações e na guerra, sua temeridade e prudência, ocultamento e dissimulação, sua ponderada consulta e execução fulminante. Sua *fortuna* o ofusca, e mais ainda sua confiança na *fortuna* (...).³⁴¹

Desta forma, podemos pensar que, de acordo com o que mais tarde Maquiavel apresenta em suas obras, especialmente no capítulo XXV d’ *O Príncipe*, a *fortuna* agraciava César Bórgia, que, por sua vez, parecia, em um primeiro momento, não a decepcionar. Mas a

³³⁹ Carta de 26 de junho. Citado por RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 66.

³⁴⁰ Ver RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 66-67.

³⁴¹ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 75.

fortuna, como nos lembra Maquiavel, não tem a pretensão da constância e muda seu modo de agir ao seu bem-querer parecendo, aos olhos dos homens, capaz das guinadas mais aleatórias. Uma destas guinadas foi experimentada pelo Duque, e mais uma vez Maquiavel estava por perto e pôde acompanhá-la com igual interesse.

O primeiro sinal de mudança parece ter sido a morte de seu pai, o então Papa Alexandre VI. Este acontecimento tomado de forma isolada não implicaria ainda um sinal definitivo de infortúnio. De acordo com o que afirma Ridolfi, César Bórgia há muito se preparava para isto. E estavam pai e filho em pleno vigor em suas empreitadas quando, segundo o afirma Ridolfi, “no dia 18 de agosto de 1503, depois de três dias de febre terçã, já tinha morrido o Papa, e Valentino quase; adoeceu no mesmo dia e do mesmo mal. Assim, a sangrenta estrela dos Bórgia se apagava de repente naquele sufocante entardecer romano”.³⁴² Ao padecer enfermo naquele momento tão preciso e tão importante, César Bórgia, pode-se dizer, despediu-se irresolutamente da *fortuna* que a tanto o acompanhava.

Ao perder passo a passo tudo que antes havia conquistado, o ainda Duque tenta reerguer-se de todas as formas e uma de suas tentativas implicava uma negociação com os florentinos. Segundo Ridolfi, pôs-se diante de Maquiavel de forma distinta do que fazia antes, falando de si e revelando o que pretendia fazer. “Maquiavel desta vez não lhe deu ouvidos (...). Agora estava desencantado, examinava-o com outros olhos como um anatomista estuda um cadáver. Não, ninguém poderia ressuscitá-lo”.³⁴³ E de fato ninguém o pôde. Pouco tempo se passou entre esta tentativa de negociação com os florentinos e a prisão³⁴⁴ de César Bórgia, ordenada pelo novo Papa.³⁴⁵ Preso, o agora

³⁴² RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 84.

³⁴³ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 89.

³⁴⁴ Tal evento nos foi apresentado por Ridolfi da seguinte maneira: “em Óstia o Duque foi procurado por dois cardeais mandados pelo Papa para que lhes fossem cedidas as fortalezas da Romanha que ainda lhe eram fiéis, com a promessa de restituí-las quando ele tivesse dominado os venezianos. Tendo

desafortunado Duque continua sendo observado por Maquiavel, que não parece demonstrar nenhum sinal de piedade em relação à situação em que ele se encontrava e que tendia ainda a piorar. Ridolfi descreve a sucessão dos acontecimentos. De acordo com ele, “a cada dia César Bórgia descia um degrau; os últimos os descia naquele dia, arrastando-se de joelhos aos pés do Duque de Urbino, ao qual havia traído e espoliado, pedindo desculpas miseravelmente e maldizendo a alma do pai”.³⁴⁶ Este episódio parece coroar a concepção que Maquiavel vinha construindo a partir do momento em que a modificação das circunstâncias que antes tanto contribuíram às empreitadas de César Bórgia passou a conduzi-lo por um caminho sombrio que terminara ainda pior. Continuando a seguir a argumentação de Ridolfi,

a verdade é que, para ele, inclusive como escritor de ciência política, o funesto final dessa funesta coisa deveria trazer-lhe ensinamento, e não só o de que não se pode confiar em quem já traiu e injuriou, mas que a um Maquiavel isso não pareceu ser um delito menos imperdoável do que todos os outros cometidos por Valentino.³⁴⁷

Da audácia e ousadia à impotência e humilhação, César Bórgia é um ator político que ilustra extremos. Por isso mesmo é de grande valia para uma análise da questão da *fortuna*. Mais que isso, possibilita-nos compreender melhor as imbricações que parecem ser definitivas entre *virtù* e *fortuna*. Ao ser agraciado pela *fortuna*, o duque inicia uma sequência de ações que servem para demonstrar sua *virtù*. Mas, ao ser tocado por um grande infortúnio, sua *virtú* não foi mais capaz de impor-lhe resistência definitiva. O resultado, a queda, monumental e definitiva.

recusado o Papa mandou detê-lo e conduzi-lo preso a Roma” (RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 90).

³⁴⁵ Vale lembrar que o Papa sucessor de Alexandre VI foi Pio III, que faleceu apenas menos de um mês depois. Sendo então o novo pontífice Julio II.

³⁴⁶ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 90.

³⁴⁷ RIDOLFI. *Biografia de Maquiavel*, p. 91.

A *virtù* que conservou o duque no poder de forma gloriosa até a morte de seu pai não implica, e Maquiavel não nos conduz a esta perspectiva, a aplicação da violência pura e simples, nem as trapaças efetivadas pelo duque. Não podemos pensar que o deslumbramento inicial de Maquiavel pela atuação do Duque se deu em função das traições ou crueldades que ele cometera. Nesse sentido, Bignotto segue argumentando que

ao elogiar, por exemplo, a habilidade com a qual César Bórgia havia se livrado de seus inimigos, ele incorria no perigo de se transformar em um defensor da prática de crueldades, que inclusive ameaçavam a se voltar contra Florença. O que ele percebia, no entanto, era não que a crueldade fosse boa em si mesma, mas que a simples condenação dos atos dos governantes não ajudava nem a compreendê-los, nem a evitar seus efeitos.³⁴⁸

A admiração de Maquiavel pelo Duque dizia respeito antes à sua habilidade, mais especificamente à sua *virtù*. Embora tenha assumido o poder por ser filho do Papa, nele permaneceu, conquistou e dominou com uma desenvoltura tão espetacular quanto sombria fora sua queda. Nesse sentido, pensar que, ao se valer do exemplo do duque, Maquiavel defendia a prática da crueldade é ignorar o âmbito mais fecundo que este caso nos oferece: a possibilidade de vislumbrar um ator político favorecido pela *fortuna* e destruído por ela. Ou, dizendo de outro modo, a possibilidade de vislumbrar um ator político que age demonstrando *virtù* perder o poder por não a efetivar em um momento crucial. É em função disto que Bignotto sugere, naquilo que diz respeito à *fortuna*, um rompimento entre o pensamento do autor e daqueles que constituíam o humanismo cívico. Dois argumentos nos são apresentados e parecem ser conclusivos: primeiro, “a *fortuna* pode auxiliar na fundação de um novo principado, mas que seu concurso não pode ser entendido como uma vantagem *a priori*. Na verdade, uma ‘boa *fortuna*’ não

³⁴⁸ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 15-16.

faz mais que exigir uma *virtù* excepcional”.³⁴⁹ Na sequência, Bignotto afirma que “a segunda lição que podemos tirar de César Borgia é que os dois conceitos só fazem sentido quando referidos um ao outro”.³⁵⁰ A *virtù* não é mais adquirida pelo estudo dos textos clássicos, nem a *fortuna* uma força externa capaz de minar a autonomia dos homens.

Na seção anterior, tratávamos dos efeitos da *fortuna*. O caso do Duque Valentino ilustra os extremos desses efeitos sobre um indivíduo, especialmente naquilo que diz respeito a agir de acordo com as circunstâncias e ser capaz de modificar seu modo de proceder quando as circunstâncias o exigirem. Se, em um primeiro momento, as ações do Duque coincidiram com o que as circunstâncias exigiram para que ele alcançasse o êxito, a partir de um determinado instante, a morte de seu pai, para dizer de modo mais específico, deixaram de coincidir pelo simples fato de que as novas exigências postas pelas novas circunstâncias não foram observadas por César Bórgia com a mesma diligência que ele havia empenhado antes. Embora pareça simples apontar o erro, os meios de tentar corrigi-lo implicam dificuldades maiores.

Tal como vimos na seção anterior, os homens têm sérias dificuldades em mudar seu modo de proceder. Em uma passagem dos *Discorsi*, Maquiavel aponta duas causas desta dificuldade. Segundo ele,

são duas as razões pelas quais não podemos mudar: uma é que não podemos nos opor àquilo a que a natureza nos inclina; outra é que, quando alguém prospera muito com um modo de proceder, não é possível convencê-lo de que fará bem em proceder de outra maneira: é por isso que no homem a *fortuna* varia, porque variam os tempos e ele não varia os modos.³⁵¹

³⁴⁹ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 144.

³⁵⁰ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 144.

³⁵¹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 450: *E che noi non ci possiamo mutare, ne sono cagioni due cose: l'una, che noi non ci possiamo opporre a quello a che c'inclina la natura; l'altra, che avendo uno con uno modo di procedere prosperato assai, non è possibile persuadergli che possa fare bene a procedere altrimenti: donde ne nasce che in uno uomo la fortuna varia, perché ella varia i tempi ed elli non varia i modi.*

César Bórgia parece ter sucumbido a ambas. Acostumado a arquitetar de forma ardilosa suas estratégias de ação e a proceder de uma maneira que já havia lhe mostrado em muitas oportunidades ser eficiente aos seus objetivos, sucumbiu quando estes modos não foram exatamente adequados às circunstâncias que lhe foram apresentadas. Mas seria possível agir de outro modo? A princípio, responderíamos afirmativamente, mas precisamos ter em mente que saber que as circunstâncias variarão e esperar as novidades de modo a se preparar para agir, de forma a se adaptar a elas, não necessariamente reduz os danos dos efeitos da *fortuna* sobre os homens. Nesse sentido, Bignotto conclui que “a *fortuna* aparece sempre como uma força que não pode ser inteiramente dominada pelos homens. Num mundo sujeito a movimentos constantes, ela representa o elemento de imponderabilidade das coisas humanas”.³⁵² Maquiavel não contemporiza as dificuldades de lidar com o imponderável, mas este parece ser um dos pressupostos do mundo dos homens. Ignorá-lo é desconsiderar os riscos; tentar criar sobre um saber absoluto é tentar prever o imprevisível.

Pierre Manent, ao tratar do assunto, propõe uma questão interessante: “Por que as coisas humanas mudam e sempre mudarão?”³⁵³ A resposta parece recair sobre os homens e sua duvidosa capacidade de adaptação e, de acordo com ele, “porque o conhecimento do homem é limitado”.³⁵⁴ De fato, a modificação pela qual passava o tempo de Maquiavel incorporava algumas mudanças em relação aos limites dos homens. Se antes os homens estavam sujeitos a forças que lhes eram extrínsecas, passam, à medida que se veem mais livres em relação a tais forças, a assumir uma responsabilidade maior em relação a suas ações no mundo. Assim, ainda de acordo com Bignotto, passou-se a perceber “a impotência dos homens como fruto de sua própria

³⁵² BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 26.

³⁵³ MANENT. *Naissances de la Politique Moderne*, p. 34.

³⁵⁴ MANENT. *Naissances de la Politique Moderne*, p. 34.

condição, e não como produto exclusivo da *fortuna*".³⁵⁵ Além disso, há ainda outra questão: parece razoável pensar as dificuldades de adaptação dos homens pelos limites que lhes são próprios, pois mesmo um homem dotado de *virtù* é incapaz de conhecer todas as possibilidades de ação contidas na história. Nas palavras de Bignotto, "o que Maquiavel afirma, portanto, é que, embora a natureza humana seja repetitiva e que valha a pena recorrer à história para aprender com seus exemplos, não sabemos nunca como uma determinada situação particular vai evoluir".³⁵⁶ Tomada por esta perspectiva, a *fortuna* inviabiliza a precisão dos resultados e constitui-se como uma causa definitiva da imprevisibilidade própria das coisas humanas. Esta é uma limitação que não pode ser ignorada. Esta dificuldade, porém, não impede os atores políticos de adequarem suas ações às exigências das circunstâncias e obterem êxito em suas empreitadas. E, apesar de apontar as dificuldades que dizem respeito à questão, esta parece ser a grande investida de Maquiavel, que a *virtù* do(s) ator(es) político(s) seja suficientemente determinada a se adequar às exigências das circunstâncias, sejam elas quais forem.

Pocock, ao tratar da questão, afirma que, "a partir do momento em que *virtù* e *fortuna* não implicam termos que se excluem mutuamente, a questão de um homem ter ou não sorte não possui relação necessária com suas habilidades pessoais. (...) Este é o contexto no qual somos introduzidos no caso César Bórgia".³⁵⁷ Esta conclusão de Pocock é de grande importância neste contexto e nem sempre aparece claramente nos textos dos comentadores de Maquiavel que, algumas vezes, apontam César Bórgia pelo que conseguiu enquanto favorecido pela *fortuna* e, noutras vezes, pela sua pouca *virtù* em lidar com as dificuldades advindas da ausência daquela que antes o havia ajudado. Ao apontar o contexto em que Maquiavel nos apresenta César Bórgia, lembrando-nos de que *virtù* e *fortuna* não são necessariamente excludentes no pensamento de

³⁵⁵ BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 38.

³⁵⁶ BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 27.

³⁵⁷ POCOCK. *Machiavellian Moment*, p. 173.

Maquiavel, Pocock torna mais claras as referências que Maquiavel faz ao duque. Desse modo, seguindo a argumentação do autor, “se podemos pensar a política como a arte de lidar com a contingência dos eventos, ela é também a arte de lidar com a *fortuna* como a força que dirige tais eventos e assim simboliza puramente a incontrollada e ilegítima contingência”.³⁵⁸ Entretanto, seguindo ainda a argumentação de Pocock, “nenhuma *virtù* pode dominar totalmente a *fortuna* (...) e, o que é mais importante, nenhuma *virtù* confere ao homem o poder de mudar sua natureza”.³⁵⁹ Assim, nem a *fortuna* é a única responsável pelo sucesso inicial de César Bórgia, nem sua pouca *virtù* sua responsabilidade exclusiva. Podemos nos distanciar um pouco destas atribuições pensando que a *virtù* do Duque foi suficiente para concordar suas ações com as exigências das circunstâncias por certo período de tempo. Quando insuficiente para tal concordância, não pôde o Duque sustentar mais poder algum.

A *fortuna* é o par conceitual por excelência da *virtù* no pensamento de Maquiavel. A esta altura, já temos elementos para fazer acréscimos a algumas questões que deixamos abertas na seção anterior. Precisamos nos ater, por exemplo, às distinções que Maquiavel tem o cuidado de apresentar entre a incidência da *fortuna* sobre um príncipe novo e suas particularidades, tal como procuramos exemplificar pelo caso de César Bórgia, e sua apresentação mais geral que diz respeito a um corpo político. Este assunto foi tratado na seção anterior a partir d’*O Príncipe* e, portanto, da incidência da força da *fortuna* sobre um príncipe novo (e que pôde ser ilustrado pelo caso César Bórgia). Nesta ocasião, procuramos notar que o príncipe novo não encerra — e menos ainda o caso do duque — as possibilidades de incidência da *fortuna* sobre os atores ou corpos políticos. Tendo em vista não deixar de lado as especificidades desta questão, recorreremos também a alguns trechos dos *Discorsi*. Também nesta obra Maquiavel

³⁵⁸ POCOOCK. *Machiavellian Moment*, p. 156.

³⁵⁹ POCOOCK. *Machiavellian Moment*, p. 180.

comenta as dificuldades de se efetivarem mudanças em uma ordem proporcional às modificações das circunstâncias. Ele conclui o assunto da seguinte maneira:

daí também provém a ruína das cidades, por não variarem com os tempos as ordenações das repúblicas (...): porém estas são lentas, porque lhes custa mais variar, visto ser preciso que sobrevenham tempos que comovam toda a república, para que a variação no modo de proceder de um só homem não basta.³⁶⁰

Este trecho introduz elementos capazes de deixar mais clara a distinção de se pensar a questão da *fortuna* de um príncipe novo (tal como vimos ao tratar d’*O Príncipe*) e de se pensar a *fortuna* dos atores republicanos. Indica-nos ainda por que é mais fácil pensar a *fortuna* no Principado que nas Repúblicas. No caso do primeiro, é possível tomar a maneira como a *fortuna* age sobre o príncipe, enquanto no caso das Repúblicas há muito mais atores políticos a serem considerados, além de uma sutileza maior ao tomá-los se consideramos que a *fortuna* pode incidir de forma distinta sobre estes atores.

Tais distinções trazem certamente consequências distintas a tais formas de governo e, embora seja menos evidente analisar a questão nas Repúblicas, elas podem ser mais propensas aos objetivos de Maquiavel quando tomamos um longo prazo para analisá-las. Tal como afirma o autor,

disso provém que as repúblicas têm vida mais longa e mais boa *fortuna* que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há. Porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda, como se disse; e, necessariamente, quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína.³⁶¹

³⁶⁰ MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 450: *Nascene ancora le rovine delle cittadi per non si variare gli ordini delle republiche co’ tempi (...), ma sono più tarde, perché le penono più a variare, perché bisogna che venghino tempi che commuovino tutta la republica: a che uno solo, col variare il modo del procedere, non basta.*

³⁶¹ MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 449: *Quinci nasce che una republica ha maggiore vita ed ha più lungamente buona fortuna che uno principato, perché la può meglio accomodarsi alla diversità de’temporali per la diversità de’cittadini che sono in quella, che non può uno principe. Perché un uomo che sia consueto a procedere in uno modo, non si muta mai, come è detto; e conviene di necessità che, quando e’ si mutano i tempi disformi a quel suo modo, che rovini.*

Chegamos a uma conclusão que nos remete aos resultados dos conflitos no interior do corpo político. Tratamos desta questão no primeiro capítulo deste trabalho e não podemos deixar de pensar no quanto as circunstâncias que envolvem as ações do governante estão interligadas. Não se trata de recuperar a questão dos *humores* aqui, mas de pensar se há um modo predeterminado de ação capaz, seja nas Repúblicas ou nos Principados, de garantir o poder do governante. Em outras palavras, é possível por meio da *virtù* construir um modelo de ação capaz de tornar o poder do governante imune à *fortuna*? Tentaremos, a seguir, responder a esta questão. Mais adiante, no próximo capítulo, voltaremos mais uma vez à questão dos *humores*, no intuito de não deixar abertas as possíveis questões trazidas pelas passagens supracitadas. Por ora nos restringiremos a pensar os limites da *fortuna* na história e, de forma mais específica, a observar se tais limites possibilitam a edificação de um modelo de governo que, fundamentando-se nas repetições observadas na história, possa garantir que o governante alcance seus principais objetivos que implicam (como bem sabemos) a conquista e a manutenção do poder.

3.5 A história como um recurso estratégico para a efetividade da ação no âmbito da política: impossibilidade de modelos de ação no espaço público ou um “novo modelo” de ação maquiaveliano?

O tempo de Maquiavel fora marcado pelo esplendor de grandes artistas e por novas descobertas que fizeram ferver a Europa. Muitas dessas descobertas pressupunham as modificações da perspectiva medieval do *cosmos* e das inúmeras possibilidades de se pensar o universo e a natureza que surgiram com esta nova perspectiva. Algumas dessas possibilidades podem ter influenciado Maquiavel.

Pensadores que analisavam a *physis* começaram a se opor às proposições aristotélicas, consideradas verdadeiras pela Igreja, e procuravam encontrar um novo princípio seguro de análise da realidade. Uma nova constante que encontra lugar na possibilidade de se descobrir um princípio identificador desta realidade. Este princípio, necessário a toda e qualquer dimensão da “ciência”, é a repetição, e é justamente este fundamento que o pensador de Florença passa a buscar dentro do âmbito histórico. Em outras palavras, podemos dizer que Maquiavel utiliza a história como sua principal ferramenta para encontrar um princípio regulador da realidade. A repetição recorrente dos acontecimentos no decorrer da história parece implicar a possibilidade de uma constante que poderia ser usada como um princípio regulador do âmbito público, desde que, não se pode deixar de dizer, guardadas as devidas proporções naquilo que diz respeito à exatidão das repetições históricas e das repetições físicas ou naturais. Em todo caso, a história passaria assim a ser vista por ele como aquela que lhe apresenta um grande leque de possibilidades de ação e passa a ter então grande valia para aquele que detém o poder no Estado.

A repetição de situações ou eventos semelhantes ao longo da história possibilita a quem a observa tirar dos resultados das ações já executadas por outros a melhor maneira de agir. Isto é verdade, na medida em que esta repetição pode ser observada, assim como a reação a tal evento, em diferentes momentos históricos. O observador, aquele que conhece a história, pode se valer, com grande proveito, dos resultados de ações em situações semelhantes àquela em que se encontra em um determinado momento e pode então utilizar a história como uma ferramenta de trabalho, imitando reações consideradas louváveis e evitando reações eventualmente já consideradas lastimáveis. Lefort, a respeito deste assunto, afirma que

os homens não mudam: antigos e modernos são constituídos da mesma argila. Apenas muda a maneira pela qual os homens respondem às questões permanentes, levantadas pelo arranjo de uma Cidade, e em primeiro lugar está a questão da divisão entre os que querem mandar e os que não querem ser comandados, oprimidos.³⁶²

Assim, de uma forma ou de outra, estas questões sempre se colocaram. Algumas organizações sociais estruturaram seu poder de forma mais sólida que outras, muitas vezes porque conseguiram lidar melhor com esta ferramenta fornecida pela história.

A história oferece a “matéria-prima” que pode ser transformada em um conhecimento do âmbito da política por aquele que consegue extrair dela seu sulco. Partindo deste pressuposto, é preciso considerar que o simples conhecimento da história não é suficiente para a escolha da melhor ação a ser efetivada. É preciso fazer mais, reconhecer a repetição de situações semelhantes que se manifestam ao longo dos tempos. É preciso compreendê-las, apreender delas seus porquês, entender seus mecanismos intrínsecos. Tendo em vista este processo, podemos entender a história como uma possível ferramenta que pode auxiliar aquele que governa. Além disso, a história oferece as bases para um processo que parece ser frutífero no pensamento de Maquiavel, oferece o exemplo que possibilita o que o autor chama de imitação. Ao reconhecer, na situação presente, semelhança com uma dada situação exemplificada em outros contextos históricos, é possível imitar as ações dos grandes homens e adaptá-las à situação atual, o que certamente demanda certa habilidade. Da mesma forma, é possível impedir uma ação desastrosa evitando efetivar ações parecidas com as daqueles que perderam o poder no passado. Podemos dizer que não se trata exatamente de uma previsão, mas do conhecimento das possibilidades que se apresentam em um dado momento, assim como das que definitivamente não se apresentam neste mesmo momento. Por isso os romanos parecem ser tão atraentes a Maquiavel. A sequência da

³⁶² LEFORT. *Desafios da Escrita Política*, p. 146.

afirmação de Lefort trata justamente desta questão. Segundo ele, “o mundo antigo nos leva a descobrir a variedade das respostas trazidas a essas questões permanentes e a superioridade do modelo romano”.³⁶³ Haveria, assim, uma diferença grande na relação que romanos e italianos tinham com o uso desta ferramenta política constituída a partir da história. Seguindo a estrutura do pensamento de Maquiavel, não há forma melhor de perceber isto que uma análise direta das histórias romana e italiana, que ele mesmo se empenha em fazer a partir da apresentação de inúmeros exemplos que constituem suas obras políticas. Estes exemplos, segundo Patrícia Aranovich,³⁶⁴ podem ser classificados em dois tipos básicos: aqueles que meramente ilustram os conceitos apresentados por Maquiavel e aqueles que estruturam sua obra, não podendo ser retirados dela sem perda significativa de sua compreensão.

Independentemente da forma como os exemplos são utilizados na obra de Maquiavel, precisamos nos ater ao fato de que a história é uma das estratégias de Maquiavel para uma possível inteligibilidade da realidade, não necessariamente a única. Ela oferece a possibilidade de encontrar, ao longo de um determinado período de tempo, situações semelhantes e ações e reações que se repetiram. Sabemos, no entanto, que a oferta dessa possibilidade deixa o ator político ainda muito distante das soluções que lhe são pretendidas para conquistar ou manter o poder. Isto porque o conhecimento da história não é capaz de transformar o imprevisível em previsível. Desse modo, a maneira de agir do governante precisa se conciliar com seu momento histórico e com as expectativas existentes no interior do corpo político. Agir dessa maneira demanda do ator político que ele tenha *virtù*, muito mais do que o conhecimento da história propriamente dito. Poderíamos pensar, assim, a *virtù* como o elemento balizador entre os exemplos históricos e a decisão a ser tomada a cada momento. Esta especificidade da

³⁶³ LEFORT. *Desafios da Escrita Política*, p. 146.

³⁶⁴ ARANOVICH. *História e Política em Maquiavel*, p. 30.

utilização das repetições dos eventos históricos no âmbito público nos conduz a questão complicada: é possível pensar um modelo de ação maquiaveliano?

De fato, a dificuldade de se construir um modelo definitivo capaz de conduzir a ação do governante ao êxito — expresso em termos maquiavelianos pela conquista e manutenção do poder — parece percorrer toda a obra política do autor. A necessidade de se pensar a ação política pode muitas vezes se chocar com as dificuldades de pensá-la de um modo acabado, persistente mesmo quando se trata de uma situação específica. Essa dificuldade se explicita logo no começo do primeiro capítulo de sua obra mais conhecida, quando ele apresenta as formas possíveis de governo.³⁶⁵ Ao tratá-las, posiciona-se de modo a se opor àqueles que imaginaram modelos que nunca se efetivaram na história. Esta afirmação diz respeito às necessidades que se impõem ao governante a partir do momento em que ele assume a conquista e a manutenção do poder como seus principais objetivos. Em parte porque para isso precisa se ater à *verdade efetiva* e, de certo modo, porque a *verdade efetiva* incorpora a *fortuna* e consequentemente traz à tona um corpo político em grande medida imprevisível. A imprevisibilidade concernente às coisas humanas é a grande variável da política. É possível prever situações, comportamentos e alguns resultados, mas todos eles sujeitos às variações dos tempos e, portanto, nunca passível de previsão absoluta.

Maquiavel observa que os modelos não costumam resistir a esta imprevisibilidade das coisas humanas. Isto acontece por dois motivos principais: ou porque o modelo é incompatível ao corpo político e não lhe pode ser aplicado; ou pode ser aplicado e funcionar por um longo período de tempo, mas tornar-se incompatível a tal corpo político na medida em que ele muda e o modelo não. Este talvez seja o principal problema dos modelos políticos. Maquiavel parte do pressuposto de que as

³⁶⁵ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, I.

coisas humanas são mutáveis, efêmeras. É delas que se pode obter o sulco da história, ou seja, o conhecimento que pode ser produzido a partir das experiências (no caso, efetivadas pelos atores políticos e relatadas pelos historiadores). Os modelos, porém, são estáticos, determinados e, se fossem capazes de se adaptarem a grandes modificações de modo a implicarem o contrário do que se configuravam antes, não poderiam mais ser chamados de modelos. Assim, é possível que um determinado modelo se efetive e permita ao governante conservar o Estado, mas, à medida que o corpo político sofre algumas transformações, ele deixa de lhe ser adequado na mesma proporção da intensidade das mudanças.

Talvez por isso Maquiavel não tenha se dedicado a construir um conceito de ação propriamente dito. Marie Gaille-Nikodimov afirma ser Maquiavel “um dos pensadores da ação política por excelência”.³⁶⁶ Na sequência de sua argumentação, ela nota que apesar disso Maquiavel não constrói um conceito de ação política. Assim, em suas palavras, “o que parece notável à primeira vista para um filósofo experiente no exercício da conceitualização é que Maquiavel não procura propor uma definição de ação política. Seu trabalho consiste mais na análise de suas condições de possibilidade”.³⁶⁷ Ousaríamos dizer que não criar um conceito de ação pode não ser contraditório a um pensador da ação aos moldes de Maquiavel, embora o fosse criar conceitos deixando de lado suas *praxes*, sua efetividade na história. Maquiavel concilia teoria e prática para produzir uma teoria em função da prática, mais especificamente das *praxes* necessárias ao corpo político italiano de seu tempo. Assim, tal como afirma Varotti, “experiências e leituras são assim elementos complementares, indissolivelmente ligados na produção de um campo de fenômenos a partir do qual se

³⁶⁶ GAILLE-NIKODIMOV. Machiavel, penseur de l'action politique. In: *Lectures de Machiavel*, p. 259.

³⁶⁷ GAILLE-NIKODIMOV. Machiavel, penseur de l'action politique. In: *Lectures de Machiavel*, p. 259.

elabora uma teoria da política”.³⁶⁸ Os modelos criticados por Maquiavel e apontados como “imaginários” negligenciam, dentro desta perspectiva, as circunstâncias de suas *praxes*. Desconsideram a verdade efetiva das coisas e a mutabilidade das coisas humanas e, conseqüentemente, comprometem sua efetividade.

Assim, Maquiavel não somente deixa de lado os modelos incapazes de se efetivarem na história, como não propõe no lugar destes modelos um modelo acabado ou mesmo um conceito de ação política. O que Maquiavel faz é tratar dos meios prováveis de fazer com que o governante conquiste e mantenha o poder. Ao fazê-lo, ao invés de construir um modelo de ação, indica a imprevisibilidade própria do mundo dos homens assim como os modos prováveis de resistir ao efêmero e efetivar estes objetivos em um espaço onde não se lida com nada além da verdade efetiva. Nesse sentido, e ainda seguindo a argumentação de Varotti,

o grande tema filosófico do *Príncipe* é a definição do espaço no seio do qual forjar uma arte política eficaz e capaz de previsão, a partir da capacidade criativa da razão para dominar o imprevisível (a *fortuna*). Este tema encontra sua origem na confrontação cotidiana de enviá-lo como os “sinais” equivocados e as aparências mutáveis da realidade.³⁶⁹

Sabemos, no entanto, que o futuro é definitivamente imprevisível e que Maquiavel não se propôs a prevê-lo. Trata-se de uma empreitada bem diferente e que diz respeito à produção de ações corretas por parte do governante para se efetivar um determinado objetivo que pode ser, entre outras coisas, produzir uma determinada “reação”, seja ela de origem interna, seja de origem externa. Trata-se, mais do que prever o futuro, de edificar um conhecimento possível concernente à forma de lidar com aquilo que não pode ser previsto. Forma esta que deve propiciar uma ação capaz de fazer com o governante possa resistir às variações dos tempos, resistir àquilo que é

³⁶⁸ VAROTTI. Une écriture fondée sur l’expérience. In: *Lectures de Machiavel*, p. 17.

³⁶⁹ VAROTTI. Une écriture fondée sur l’expérience. In: *Lectures de Machiavel*, p. 26.

contingente. A *fortuna*, tal como vimos, não nos oferece a possibilidade de conhecer seus desígnios. Vale lembrar que, no que diz respeito a este assunto, a única certeza que se tem, ou seja, a única coisa que é passível de previsão, é que os tempos irão variar. E, especialmente porque não se pode saber quando nem como, esta talvez seja a única conclusão possível a respeito do futuro.

Assim, diante de uma questão tão complexa e permeada pelas situações mais inusitadas, sabemos que Maquiavel recorre à história. São, neste sentido, os exemplos antigos e modernos que dão substância à hipótese maquiaveliana, e é justamente a eles que o governante deve recorrer para avaliar os critérios que ele mesmo impõe às ações que pretende efetivar. Entretanto, esta aplicação ou adaptação de fatos históricos às novas situações presentes não implica uma tarefa simples, e Maquiavel pressupõe uma característica fundamental que aquele que toma para si esta difícil empreitada deve ter. Trata-se, em grande medida, de uma qualidade relacionada à desenvoltura de praticar as melhores ações nas circunstâncias mais inusitadas.

Desse modo, dadas as circunstâncias e levando-se em consideração que elas podem ser alteradas a qualquer instante pela *fortuna*, faz-se necessário, ainda assim, manter o poder e, para isto, a *virtù* se faz imperativa, se não se quer entregar aos caprichos da *fortuna*. Lidar, por exemplo, com os *humores*, tendo em vista a natureza humana e dependendo das circunstâncias impostas, exige muita habilidade daquele que detém o poder. Assim, se partirmos do pressuposto de que a *fortuna* é capaz de introduzir uma modificação imediata nas circunstâncias que, por sua vez, requer do governante, para que ele possa obter êxito naquela situação, outras ações ou ações de ordem distinta das que ele vinha praticando, veremos que este só poderá efetivar seus objetivos se tiver *virtù* suficiente, não somente para perceber esta alteração, mas para modificar suas ações, em um tempo limite e de acordo com elas. Desse modo, resta-nos

ainda investigar este que parece ser o conceito-chave do pensamento de Maquiavel para que o governante possa sustentar seu poder apesar das variações e do conflito existente entre *humores*, apesar de ter que efetivar suas ações, assim como ter de lidar com as efetivadas pelos outros no âmbito da aparência, ou mesmo de encontrar-se sujeito a toda sorte de imprevistos consequentes dos vitupérios da *fortuna*. E se, de fato, adiantamos muitas destas questões aqui, resta-nos investigar o termo, introduzir alguns elementos, para que possamos compreendê-lo melhor. A partir daí esperamos, naquilo que diz respeito às questões já apontadas, em alguns casos precisá-las, em outros analisá-las ou mesmo concluí-las. Passemos então à análise da questão da *virtù*.

CAPÍTULO 4

A virtù e a manutenção do poder do governante

A questão da ação do governante no âmbito público, mais especificamente naquilo que diz respeito à política, parece percorrer toda a obra de Maquiavel. No entanto, o autor não desenvolve um conceito de ação propriamente dito, e poderíamos pensar até que a elaboração de tal conceito seria quase contraditória em seu pensamento. Ele parece interessar-se antes pela efetividade da ação, assim como pelos resultados obtidos por meio dela. De fato, Maquiavel recorre à história, às experiências vivenciadas pelos homens ao longo dos tempos, e este lhe parece ser um ponto de partida muito mais significativo que a definição de um conceito que, desvincilhado da história dos homens, dificilmente contribuiria para a efetividade das ações capazes de manter um governante no poder ou conduzi-lo a novas conquistas. Talvez por isso, não parece ser próprio do autor atuar no âmbito do conceito, e sim em um âmbito mais próximo da apropriação de experiências e interpretação de suas possibilidades de resultados na esfera política. Assim, embora não nos tenha deixado um conceito bem definido de ação, Maquiavel parece estruturar seu pensamento de modo a modificar toda a fundamentação das ações de seu tempo. Isto, porém, não torna as hipóteses do autor menos claras. Seus exemplos, suas afirmações, embora sem a pretensão da definição de conceitos, acabam por elucidar suficientemente sua perspectiva. Entretanto, é necessário situar essas afirmações e exemplos no seu contexto específico, para tentar evitar que um tratamento pouco adequado possa obscurecê-las.

Vimos nos capítulos anteriores que o contexto histórico de Maquiavel foi marcado, por um lado, pela tradição cristã e, por outro, por grandes mudanças relativas às concepções de mundo, universo, natureza que, por vezes, se chocavam com a

tradição. Maquiavel definitivamente não ignora tais contingências ao pensar modos de ações adequados para que o governante possa conquistar e manter o poder do Estado. A este ponto já sabemos que a *virtù* é a chave para que o governante possa alcançar seus objetivos apesar de todas as dificuldades circunstanciais que vimos ao longo dos capítulos anteriores, seja no tempo de Maquiavel ou em qualquer outro. As contingências se modificam, mas não deixam de existir em tempo algum. Preparar-se para lidar com elas torna-se um imperativo àquele governante que deseja conquistar e/ou manter o poder. Assim, se a *virtù* é o grande trunfo para tudo isso, resta-nos ainda compreendê-la melhor, bem como compreender melhor as possibilidades que o governante de *virtù* tem de não fracassar quando atingido por infortúnios; não se confundir diante dos impasses produzidos pelas aparências; não titubear quando diante dos tumultos próprios dos *humores* que constituem o corpo político que ele governa ou pretende governar.

Além disso, vimos também que, ao mesmo tempo que todos esperam que as ações dos governantes obedeçam a um padrão moral, o que Maquiavel parece fazer em seu tempo é justamente sugerir a modificação do padrão moral que fundamentava as ações do governante. Não se trata exatamente da substituição de um padrão por outro, mas da possibilidade de uma tentativa de lidar com a verdade efetiva que, muitas vezes, se furta à repetitividade exigida por um modelo. Deste modo, não se trata de uma modificação da moralidade vigente propriamente dita, mas da modificação da estrutura de valores que fundamenta as ações do governante. Nesse sentido, é o governante quem passa a guiar suas ações por outros critérios que não necessariamente coincidem com os valores da tradição. O que Maquiavel parece perceber é que, tomando como parâmetro a lógica da eficácia, o governante não podia (a menos que o fizesse em função de ser afortunado) conquistar e manter o poder agindo única e exclusivamente a partir da

concepção dos valores morais de seu tempo. Ficava, antes, sujeito à *fortuna* e, conseguia efetivar seus objetivos enquanto suas ações acordavam com o temperamento dos tempos, de outro modo, fracassava. É neste sentido que Maquiavel propõe outra estrutura para guiar as ações do governante para que este fique menos sujeito às variações impostas pela *fortuna* e, portanto, mais capaz de lidar com as contingências e imprevistos, de modo a efetivar seus objetivos de conquistar e manter o poder, conseqüentemente, de forma mais eficiente. A partir desta oposição à tradição em seu tempo, Maquiavel parece advertir o governante de qualquer época de que a *virtù* é quem deve guiar suas ações, e não os valores próprios da tradição cristã na qual ele se insere. Em outras palavras, o autor procura esclarecer àquele que pretende conquistar e manter o poder de um determinado corpo político que as ações que lhe conduzem a tal fim não necessariamente são coincidentes aos valores próprios da tradição na qual ele se insere. Neste caso, a ferramenta da qual ele deve se valer para definir suas ações, assim como para torná-las admissíveis, é sua própria *virtù*.

O governante, de fato, sempre será julgado por critérios tradicionais e, se esse “novo” fundamento a ser usado para estruturar as ações do governante implica um rompimento definitivo com a tradição cristã, implica, ao mesmo tempo, que o governante precisa parecer agir de acordo com esta mesma tradição com a qual ele rompe. Essa possibilidade se faz razoável na medida em que o mundo da política é constituído pela aparência e é justamente a *virtù* que determinará o quanto o governante precisa simular ou dissimular suas ações, assim como se precaver de possíveis enganos. Não se trata de um cálculo absoluto das ações humanas, mas de um direcionamento provável que elas tendem a tomar. O mesmo pode ser pensado em relação aos modos eficazes de lidar com o conflito dos *humores* no interior do corpo político. A *virtù* é o elemento a que o governante pode recorrer (melhor que a *fortuna*, por ser mais

constante que ela) para conduzir suas ações no sentido de intermediar conflitos e, se não capaz de agradar grandes e povo ao mesmo tempo, capaz pelo menos de evitar que seus tumultos destruam a unidade do corpo político.

Tudo isto só poderá ser pensado se conseguirmos compreender a “nova” lógica de ação do governante que se traduzirá pela *virtù*. Para isso, neste capítulo, procuraremos compreender melhor a *virtù*, assim como os modos de ação do governante que se constituem guiados por ela. Partiremos do conceito de *virtù* e, embora saibamos que Maquiavel não nos ofereceu uma definição precisa do termo, tentaremos explorá-lo, cientes das dificuldades que lhe são próprias e sem a pretensão de encerrar aqui este assunto. Pretendemos apenas investigar melhor o termo para que tenhamos elementos suficientes para pensar alguns dos eventos circunstâncias que compõem o âmbito público e vislumbrar de modo especial aqueles de que nos propusemos a tratar ao longo deste trabalho, mais precisamente, os *humores*, a questão da aparência, a *fortuna*. Recuperaremos estes assuntos na ordem inversa da distribuição que fizemos dos capítulos iniciais deste trabalho. Acreditamos que esta inversão nos fará percorrer a questão de maneira mais natural, haja vista que já iniciamos a apresentação da relação entre *virtù* e *fortuna* no capítulo anterior. Esperamos que esta inversão nos permita revisitar questões já tratadas, porém, agora, munidos de elementos capazes de melhor fundamentá-las, para que possamos vislumbrar um pouco mais precisamente as dimensões da *virtù* e não deixemos passar despercebidos neste trabalho pontos importantes a serem considerados sob a perspectiva dos modos de ação do governante.

Partiremos da questão da *virtù* propriamente dita e passaremos à relação *virtù-fortuna*. Entendemos que estes termos são inseparáveis no pensamento de Maquiavel, e a separação que fizemos neste trabalho serve mais à organização dos temas tratados que à tentativa de pensá-los tendo em vista uma concepção que os aparta de modo

definitivo. Seguiremos tratando da questão da aparência. Para tal, introduziremos um dos atores políticos mais citados por Maquiavel. Trata-se do profeta desarmado, Savonarola, que nos ajudará a tratar não somente da questão da aparência como também a da força. Trataremos ainda da questão dos *humores* no intuito de evidenciar que a *virtù* é a melhor forma de, por um lado, impedir que os tumultos produzidos destruam a unidade do corpo político e coloquem em risco o poder governante; e, por outro, possibilitar a manutenção da liberdade que, nas Repúblicas, está intimamente relacionada às consequências dos conflitos dos *humores*. E, por último, tentaremos analisar a *virtù* como condição de possibilidade para a manutenção do poder.

4.1 O conceito e as modalidades de *virtù* que dizem respeito ao governante

O termo *virtù*, talvez o mais importante nos textos de Maquiavel, aparece em quase todos os capítulos de suas obras políticas. Aparece também, muito frequentemente, nos textos dos comentadores da obra do autor e, ainda hoje, parece se constituir como um importante objeto argumentativo inerente ao seu pensamento. No entanto, muitas são as dificuldades que a análise do termo impõe ao leitor dos textos políticos de Maquiavel. A primeira delas pode ser pensada a partir do contexto intelectual em que se inseria o autor. O termo *virtù* era já muito utilizado antes de Maquiavel e por de fato se inserir nesta tradição o autor, ao pensar a *virtù*, inevitavelmente se vale do sentido corrente do termo na tradição do humanismo cívico. Domenico Taranto aborda esta questão e afirma que “respirando o ar de sua cidade e a cultura do humanismo cívico era totalmente normal que Maquiavel se aproximasse do grande tema da *virtù*, munido de alguns preconceitos úteis”.³⁷⁰ Desse modo, seu uso não

³⁷⁰ TARANTO. *Le Virtù della Politica: Civismo e Prudenza tra Machiavelli e gli Antichi*, p. 107.

foi introduzido por Maquiavel,³⁷¹ ou seja, o termo *virtù* era utilizado por outros pensadores da época do autor e, talvez, sua definição tenha sido considerada por ele uma tarefa desnecessária, haja vista o conhecimento, assim como o uso que se fazia do termo em seu tempo. No entanto, Maquiavel não se prende ao sentido que a *virtù* costumava ter na tradição do humanismo cívico e, apesar de dele se valer, parece introduzir e agregar a ele novos significados. Mais que isso, além de não utilizá-lo em um sentido apenas, mas em vários, sem necessariamente precisá-los, não há sequer uma definição prévia do termo. Isto inevitavelmente traz dificuldades ao estudo desta questão.

Faz-se interessante notar que mesmo o mais tradicional par conceitual do termo *virtù*, a *fortuna*, recebe um tratamento um pouco mais específico do que ela. Vimos no capítulo anterior que o termo *fortuna* não implica uma possibilidade de análise fácil, mas, ao dedicar o vigésimo quinto capítulo de sua obra *O Príncipe* em grande medida à questão da *fortuna*, Maquiavel acaba por deixá-lo um pouco mais preciso, pelo menos enquanto tomamos o termo *virtù* como referência para esta afirmação. Assim, ao mesmo tempo que muito utilizado por Maquiavel, é também pouco precisado por ele, embora paradoxalmente isto pareça não comprometer a compreensão do termo. Talvez porque um melhor esclarecimento da *fortuna* nos ajude a compreender, em parte, também a *virtù*. E porque da mesma forma que não seria a definição de um conceito de ação que conferiria mais clareza às proposições do autor, parece que não seria igualmente uma definição conceitual da *virtù* aquilo que melhor precisaria a utilização que um governante pode fazer dela, tendo em vista a proposta de Maquiavel. Por se tratar de um termo-chave para a compreensão de seu pensamento, tais características nos parecem

³⁷¹ Sobre o contexto em que o termo era utilizado no período histórico de Maquiavel, ver TARANTO, *Le Virtù della Politica: Civismo e Prudenza tra Machiavelli e gli Antichi*, p. 107-126 e POCOCCO, *The Machiavelian Moment*, p. 157 e seguintes.

não somente interessantes e peculiares, mas também constitutivas de uma demanda maior de investigação do termo.

A maior dificuldade inicial que encontramos parece relacionar-se com o fato de que o termo *virtù* comporta mais de um significado nas obras de Maquiavel, significados estes não necessariamente coincidentes com os tradicionalmente conhecidos. Segundo afirma Russel Price,

o modo como o termo *virtù* é usado tanto por Maquiavel quanto por seus contemporâneos é informal e pouco técnico; grande parte das palavras usadas por Maquiavel são cotidianas e ele raramente define ou explica de forma cuidadosa os termos que usa. Isso torna o estudo de palavras como *virtù* não somente necessário mas também muito complicado.³⁷²

A variação de significados, segundo Price,³⁷³ ocorre tanto no pensamento de Maquiavel quanto nos escritos de outros italianos do Renascimento, assim como em escritores franceses e ingleses dos séculos quinze e dezesseis.³⁷⁴ O comentador desenvolve este argumento ao longo do seu texto e acaba por afirmar que, muitas vezes, o utilizam nas acepções também usadas por Maquiavel. Mesmo identificando as aproximações dos usos dos termos, sabemos que a obra de Maquiavel ainda o apresenta de uma forma especial. Esta impressão se confirma, por exemplo, pela quantidade de tentativas de identificar e explicar o termo a partir do pensamento de Maquiavel. Price, ao investigá-lo, recupera as variadas formas utilizadas por alguns comentadores importantes da obra de Maquiavel (que foram por ele divididos em grupos de acordo com a forma como interpretaram o termo *virtù*), para mostrar, em última instância, como optaram por um significado ou um conjunto de significados que o termo assume, deixando de lado as

³⁷² PRICE. The senses of *Virtù* in Machiavelli, p. 315.

³⁷³ Price (The Senses of *Virtù* in Machiavelli) analisa detalhadamente o termo, evidenciando a necessidade assim como a dificuldade de estudá-lo.

³⁷⁴ Ver PRICE. The Senses of *Virtù* in Machiavelli, p. 315-322.

outras acepções que ele inevitavelmente possui.³⁷⁵ Isto mostra o quanto é difícil unir todas as acepções do termo, assim como é igualmente complicado tomá-las separadamente.

Ao avançar sua análise, Price, que faz um estudo dos sentidos da *virtù*,³⁷⁶ divide seus significados analisando-os separadamente. Segundo ele, “há diferentes tipos de *virtù*: moral, política e militar (além da combinação entre *virtù* política e militar)”,³⁷⁷ e outras que ele trata de forma menos especificada. Não pretendemos investigar cada um destes sentidos neste trabalho, bastando-nos reconhecê-los. Ao escolhermos como tema a *virtù* do governante, acabamos por delimitar um pouco os sentidos que dizem respeito à questão e, ao direcionarmos nosso trabalho à *virtù* do governante naquilo que diz respeito a questões específicas, tais como os *humores*, a questão da aparência e da *fortuna*, restringimos ainda mais os sentidos que a *virtù* assume quando diretamente relacionada ao nosso objeto de investigação. Seguindo a argumentação de Price, percebemos que ele aponta os sentidos da *virtù* que dizem respeito às questões políticas e militares como os mais importantes e mais utilizados por Maquiavel. Acreditamos que são justamente estes sentidos que dizem respeito às questões tratadas em nosso trabalho e, por isso, deveremos nos restringir a eles. A exceção deverá ser quando a *virtù* assume um sentido moral e acaba se relacionando com alguns pontos de nosso trabalho.

Domenico Taranto, retomando as metáforas relacionadas à medicina, pensa a *virtù* em seu sentido físico e, partindo do contexto em que o termo foi usado de Aristóteles até Dante, “assemelha a *virtù* à causa ou à forma de uma coisa, que a faz existir como ela é, o princípio que dá vida e possibilidade de ação, a capacidade ou potência de um ser”.³⁷⁸ É neste sentido que ele nos propõe pensar a relação de

³⁷⁵ Ver PRICE. The Senses of Virtù in Machiavelli, p. 323-325.

³⁷⁶ Ver, a este respeito, PRICE. The Senses of Virtù in Machiavelli.

³⁷⁷ PRICE. The Senses of Virtù in Machiavelli, p. 344.

³⁷⁸ TARANTO. *Le Virtù della Politica: Civismo e Prudenza tra Machiavelli e gli Antichi*, p. 116.

Maquiavel com a astrologia, tal como pensada em sua época. Taranto, no entanto, não nos permite restringir a análise da *virtù* a este sentido. Afirma que “embora presente este uso físico da *virtù* não é exatamente aquele que Maquiavel tem em mente quando usa este termo colocando-o conscientemente no âmbito ético na tentativa de, de um lado, destruir seus limites e, de outro, manter de pé a estrutura binária ainda que reformulada”.³⁷⁹ A afirmação de Taranto se faz interessante aqui. Acreditamos que a *virtù* ganha importância ao assumir este sentido moral porque é principalmente a partir dele que Maquiavel rompe com a tradição.

Mansfield, ao tratar dos diferentes significados do termo, parece tomá-lo e por meio dele levar sua investigação às últimas consequências. Ele afirma que “não é suficiente dizer que Maquiavel usa a palavra [*virtù*] em vários sentidos; ele faz uso dela em sentidos contraditórios como se a *virtù* incluísse e excluísse ações más”.³⁸⁰ Talvez a distinção mais significativa introduzida por Maquiavel seja justamente esta. Ela diz respeito a certa ambivalência moral que pode favorecer a conquista ou mesmo a manutenção do poder do governante. O capítulo mais conhecido que o ilustra é certamente o décimo quinto d’*O Príncipe*, no qual o autor afirma “ser necessário a um príncipe, se quiser se manter, aprender a não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade”.³⁸¹ Essa passagem muito conhecida pode ser complementada por outra tão famosa quanto. Maquiavel encerra o capítulo com uma afirmação que parece ser uma forma de justificar seu conteúdo. Segundo ele, “considerando-se tudo muito bem, encontrar-se-á alguma coisa que parecerá *virtù* e, sendo praticada, levaria à ruína;

³⁷⁹ TARANTO, *Le Virtù della Politica: Civismo e Prudenza tra Machiavelli e gli Antichi*, p. 116.

³⁸⁰ MANSFIELD, *Machiavelli's Virtue*, p. 7.

³⁸¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 159: Onde è necessario, volendosi uno principe mantenere, imparare a potere essere non buono e usarlo secondo la necessità.

enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança e bem-estar”.³⁸²

Estas passagens evidenciam o quanto o governante precisa estar disposto a agir de acordo com o que as circunstâncias exigem, mesmo que estas exigências sejam novas a cada momento. Em outras palavras, precisa estar disposto a modificar suas ações a cada mudança circunstancial que lhe é de alguma forma imposta. Estas ações praticadas com o intuito de acompanhar as modificações dos tempos não seguem padrão algum. E, se as circunstâncias são tais que exigem que o governante pratique ações que contrariam a moralidade vigente, ele não deve temer efetivá-las. Neste ponto, porém, precisamos ter cautela suficiente para não conduzir o discurso de Maquiavel a um ponto além do sugerido pelo autor. Precisamos perceber com clareza que a *virtù* não implica o vício, embora não se possa negá-lo de modo definitivo. Isso não significa dizer necessariamente que a ação de tal governante é viciosa, e sim que a *virtù* não pode excluir o vício de forma decisiva. Não há, de forma alguma, uma equivalência entre vício e *virtù*, mas, de fato, a *virtù* não pode excluí-lo de forma definitiva.

O que acontece é que a *virtù*, a partir de Maquiavel, deixa de ter um sentido inteiramente positivo e passa a ser pensada como a “qualidade da flexibilidade moral” que um príncipe precisa ter. Nas palavras de Lefort,

o príncipe aparece, então, como um ator cuja conduta é determinada pelas exigências da situação e, conseqüentemente, cuja potência é indissociável da inteligência que adquire quanto à relação de potência: é ou não capaz de reconhecer essa ordem e se o conseguir será sob a condição de dominar a confusão dos acontecimentos, de resistir à tentação de utilizar meios que, por serem eficazes a curto prazo, estão destinados a se voltar contra ele.³⁸³

³⁸² MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 160: (...) *se si considera bene tutto, si troverrà qualche cosa che parrà virtù, e seguendola sarebbe la ruina sua: e qualcuna altra che parrà vizio, e seguendola nasce la sicurtà e il bene essere suo.*

³⁸³ LEFORT. *L'travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 356.

A *virtù* aqui assume o sentido de “capacidade de flexibilidade moral” e indica, tal como o próprio conceito expressa, que o governante não deve se prender a uma moralidade que coloque suas ações em estado de inércia. Podemos pensar que atuar nos extremos não implicaria, pelo menos se tomarmos a questão em sua forma mais geral, um conjunto de ações apropriadas para que se possa conquistar e governar (se não da melhor maneira possível, pelo menos de forma a sustentar o poder). Analisando a questão sob uma perspectiva mais prática, há um fator complicador ainda não mencionado aqui: as ações daquele que governa são julgadas sob o crivo da moralidade vigente, e o governante não pode se esquecer que romper com a tradição traz consequências que podem ser desastrosas à manutenção do poder. Para não incorrer neste erro ele pode, por vezes, se valer da aparência para disfarçar ações não coincidentes com os valores da tradição, mas deve saber, tal como vimos no segundo capítulo deste trabalho, que a manipulação da imagem do governante é limitada, e nem sempre os efeitos esperados se efetivam. Em todo caso, parece ser mais fácil disfarçar uma determinada ação quando o governante não se posiciona em um ponto extremo da moralidade, embora esta questão permaneça complexa e demande do governante a aplicação de sua *virtù* nas decisões relacionadas à moralidade de suas ações.

Podemos perceber que a *virtù*, neste sentido moral, pode se opor às virtudes cristãs e, neste ponto, não há dúvidas de que Maquiavel rompe com a tradição. Este sentido moral da *virtù*, no entanto, não encerra sua importância aqui. Ao ser pensado como a capacidade de flexibilidade moral do governante, este sentido moral abre um novo horizonte de possibilidades de ação para aquele que governa. Possibilidades que não necessariamente dizem respeito somente às questões morais, mas também às políticas e militares. Este sentido pode ser generalizado pela capacidade de flexibilizar um determinado modo de agir, independentemente do tipo de questão a que diga

respeito. Poderíamos a partir deste sentido pensar um significado mais amplo de *virtù* e generalizar sua definição à capacidade de mudar de atitude conforme as circunstâncias, ou seja, constitui-se como um agir com flexibilidade diante das mudanças de circunstâncias, sejam elas as que tangem assuntos morais, políticos, militares ou de outra espécie.

Ao pensar a *virtù* dessa forma, podemos perceber o quão forte é sua relação com a *fortuna*, pois podemos pensar que, se há uma necessidade real de aprender a lidar com mudanças, esta necessidade existe em função da força da *fortuna*. Skinner parece nos oferecer uma definição de *virtù* que nos faz refletir justamente sobre esta questão. Ele afirma que

virtù é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a *fortuna* e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade — independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa — para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, *virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: ele deve ter a mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da *fortuna* e a variabilidade dos negócios assim os exijam.³⁸⁴

A *virtù*, assim, requer que o governante aja de acordo com a necessidade. Melhor dizendo, pratique ações capazes de se adequar às necessidades presentes que, por sua vez, foram introduzidas pelas contingências do espaço público e da política, não importando o caminho que tomam suas atitudes, ou ainda, se suas ações coincidem ou não com a moralidade vigente. Por isso, a *virtù* não equivale à força ou às leis. É, antes de tudo, um princípio subjetivo que determina em que medida o governante deve se valer de cada um deles.

³⁸⁴ SKINNER. *Maquiavel*, p. 65.

Ao pensá-la dessa forma, percebemos o quão complexo é seu significado. Além de complexo, podemos pensar que parte das dificuldades que temos hoje em traduzir ou definir especificamente o termo *virtù* se deve ao fato de que o próprio Maquiavel não teve essa preocupação, pelo menos, não da mesma forma que a temos hoje. Por outro lado, tal como afirma Price, “apesar de Maquiavel nunca ter definido *virtù*, ele o utiliza inserindo luz em seu significado”.³⁸⁵ Esta afirmação faz sentido quando compreendemos o contexto em que o termo era usado no tempo de Maquiavel e o rompimento do autor com a tradição ao pensá-la possível em oposição à virtude. Mais que isso, faz sentido quando compreendemos a *virtù* como capacidade de ser flexível, de mudar quando os tempos assim o exigem. Assim, se o sentido moral da *virtù* não se apresenta como o mais importante neste trabalho, não deixamos de reconhecer o quanto ele é significativo nos textos de Maquiavel. Não se trata de uma questão de relevância, mas de adequação aos temas que abordamos. Nestes o sentido político, assim como o militar se fazem predominantes.

Em outras palavras, no presente trabalho, pretendemos investigar de modo especial a *virtù* do governante, e, nesta perspectiva, as acepções que dizem respeito às questões políticas e militares ganham efetivamente maior proporção. Isto, no entanto, não significa dizer que tomam sempre esta dimensão, mas apenas que, neste caso, são as acepções mais significativas. Estes significados, no entanto, não costumam se manifestar todos de uma só vez, e sim um a cada variação de contexto. A superioridade de alguns dos significados do termo parece se confirmar ao longo do texto de Maquiavel. Mas supor a superioridade da *virtù* política e militar em relação às demais traz consequências. A primeira delas é que, ao dizer que Maquiavel privilegia assuntos políticos e militares, diz-se, em decorrência disto, que há uma recorrência maior aos

³⁸⁵ PRICE, The Senses of *Virtù* in Machiavelli, p. 325.

sentidos da *virtù* a eles relacionados. Essa prevalência, no entanto, não suprime a existência ou importância dos demais sentidos que o termo possa ter. Ela expressa apenas uma relevância maior da *virtù* quando relacionada às questões políticas e militares na obra de Maquiavel. São as acepções mais discutidas e analisadas da *virtù*, além disso, são também frequentemente opostas ou até mesmo relacionadas à *fortuna* no decorrer dos textos do autor. Disso, segundo Price, vem uma outra consequência: muitos não compreendem bem “o significado” da *virtù*: tomam seu significado mais comum ignorando os demais significados do termo.³⁸⁶ O estudo de Price é bastante relevante e descreve não somente os significados do termo *virtù*, mas, também, a interpretação que vários autores fazem deste. Nosso trabalho, no entanto, necessita reter apenas a noção de complexidade que envolve o termo *virtù*, e não necessariamente todo o seu detalhamento. Assim, estudar a *virtù* aqui significa estudá-la levando em consideração sua finalidade última (pelo menos em suas acepções política ou militar): conquistar e manter o poder de um determinado corpo político. Espera-se ainda que um governante virtuoso saiba como agir nas mais variadas situações, não importando se para alcançar seu objetivo pratique ações boas ou más. Nessas condições, Maquiavel aconselha o príncipe para que seja virtuoso. “O príncipe novo requer qualidades excepcionais e extraordinárias. Essas qualidades devem constituir a *virtù* que, por sua vez, deve se impor aos problemas da *fortuna*.”³⁸⁷

Tratamos até aqui apenas do conceito de *virtù* e, tal como já vimos anteriormente, a *virtù* pode ser alcançada muito mais pela sua contraposição a outros conceitos. Neste trabalho, interessa-nos pensá-la em relação aos *humores* que compõem o corpo político, à questão da aparência que caracteriza o espaço próprio da política e à *fortuna*, seu par conceitual por excelência. Vimos, antes de tratarmos da questão da

³⁸⁶ Ver, a este respeito, PRICE. *The Senses of Virtù in Machiavelli*, p. 322-323.

³⁸⁷ POCOCK. *The Machiavellian Moment*, p. 161.

virtù, as circunstâncias que consideramos serem as mais importantes, com as quais o governante precisa lidar. Elas, tal como observamos anteriormente, podem dificultar ou facilitar a manutenção do poder e serão elas, em grande medida, que o governante deverá observar para conduzir suas ações no sentido de manter seu poder. A *virtù*, de fato, parece ser a chave para a compreensão da efetividade dos principais objetivos do governante: a conquista e a manutenção do poder. No entanto, embora a investigação e a precisão do termo nos sejam de grande valia, não nos oferecem sozinhas a possibilidade de vislumbrar os procedimentos que o governante, dotado de *virtù*, efetiva para conduzir suas ações no intuito de alcançar seus objetivos. Resta-nos ainda, deste modo, investigar como a *virtù*, apesar de possíveis dificuldades circunstanciais (ou mesmo circunstâncias que, uma vez diligentemente observadas, favorecem os objetivos do governante), pode ser usada para manter o poder do governante. Optamos por começar pelo principal par conceitual da *virtù*, a *fortuna*, que tratamos no capítulo anterior. Tal como já foi dito, partimos da relação *virtù-fortuna*, em parte porque já a iniciamos quando tratamos da *fortuna* devido à dificuldade de se separar este par conceitual e, em parte, para que possamos fazer o percurso inverso dos assuntos apontados inicialmente neste trabalho e evitar o risco de deixar em aberto questões as quais já temos elementos suficientes para concluir.

4.2 *Virtù e fortuna*

Quando pensamos nas circunstâncias que envolvem as ações do governante, pensamos inevitavelmente nas incontáveis possibilidades de variações que essas circunstâncias podem sofrer. Parece ser neste cenário que a *virtù* pode se apresentar em sua forma mais genuína. Sabemos que o termo assume mais de um significado que

muitas vezes é usado por Maquiavel em um sentido mais geral, mas, quando relacionado à *fortuna*, parece se desvelar mais que em outras ocasiões. Cristina Ion nos ajuda a compreender a importância desta relação ao apontar a forma mais comum a que nos referimos à *virtù*, opondo-a, por sua vez, às especificidades que ela ganha quando contraposta à *fortuna*. De acordo com ela, “quando dizemos virtude, é frequentemente num sentido geral, tomando-a de modo genérico para tudo que revela a capacidade humana de realizar um objetivo, de modificar os eventos, de resistir à desconstrução”.³⁸⁸ Por outro lado, quando relacionada à *fortuna*, ela parece assumir certa especificidade. Seguindo a argumentação de Ion, “a virtude maquiaveliana no seu senso forte, ligada à perspicácia na decisão da ação, se revela através do seu reencontro com a *fortuna* e a capacidade de saber a ocasião”.³⁸⁹ Esta capacidade parece ilustrar meios para que o governante pratique ações capazes de fazê-lo alcançar seus objetivos de conquista e, especialmente, de manutenção do corpo político.

Tal como vimos no capítulo anterior, a *fortuna*³⁹⁰ era tomada, na maioria das vezes, em um sentido mais determinista, e o autor sabe que a maior parte de seus contemporâneos aceita a hipótese determinista. Até mesmo em Dante a *fortuna* se configura apenas como um operador da providência divina.³⁹¹ E, talvez por isso, Maquiavel considere esta hipótese.³⁹² Apesar disso, enquanto a maioria de seus contemporâneos considerava que o homem não tem absolutamente nenhuma chance de se sobrepor à *fortuna*, Maquiavel rompe com esta perspectiva determinista e insiste em propor meios em que se proteger da *fortuna* configura-se viável. Assim, metade cabe à

³⁸⁸ ION. Conquérir, Fonder, se maintenir. In: GAILLE-NIKODIMOV; MÉNISSIER. Lectures de Machiavel, p. 119.

³⁸⁹ ION, Conquérir, Fonder, se maintenir. In: GAILLE-NIKODIMOV; MÉNISSIER. Lectures de Machiavel, p. 119.

³⁹⁰ Sabemos das distinções entre a atuação da *fortuna* sobre os indivíduos ou sobre um determinado corpo político. Acreditamos que, uma vez feita esta distinção, cabe-nos refletir sobre o texto do autor, sem necessariamente precisar apontá-la a cada passo.

³⁹¹ Ver POCOCCO. *The Machiavellian Moment*, p. 39.

³⁹² “Às vezes, pensando nisso, me tenho inclinado a aceitá-la” (MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 186-187: *A che pensando io qualche volta, mi sono in qualche parte inclinato nella opinione loro*).

fortuna e, nesta metade, não nos cabe interferência. É a “roda dos tempos”, implacável, tal como a “força das águas durante uma grande enchente”.³⁹³ Sobre essa parte conselhos não seriam cabíveis. No entanto, se os homens assumem a responsabilidade sobre quase metade das coisas que lhes dizem respeito, há ainda muito a ser controlado. Nesta outra parte cabem muitos conselhos e, segundo o autor, vale a pena investigá-la e tentar vislumbrar as possibilidades que ela de certa forma oferece àquele que governa.

Podemos pensar, neste sentido, que Maquiavel parece perceber, e alertar seus leitores, que há duas opções. A primeira seria deixar de lado essa questão, uma vez que a roda dos tempos é, por definição, desgovernada e implacável. Assim, nenhum esforço sobre o controle do “incontrolável” traria êxito e, tomando como parâmetro esta primeira opção, não haveria o que fazer a não ser se entregar de bom grado à fúria do “destino”. Já a segunda opção seria tentar atrair os favores da *fortuna*, fazer com que a deusa não resista a determinados caprichos. Nesse sentido, atrair os privilégios que poderiam ser recebidos da *fortuna* acabaria por exigir um modo de proceder. Por isso, esse tema é de grande importância para Maquiavel, atrair a bondade da deusa exige um determinado modo segundo o qual se deve proceder, ou seja, pode-se então tecer conselhos a um governante que tenha pretensões em relação aos bens dos quais dispõe a *fortuna*. Se, no que diz respeito à primeira, não se pode fazer nada, no caso da segunda, ao contrário, há muito que se pensar. Ao fazê-lo, Maquiavel nos oferece inúmeras passagens tanto n’*O Príncipe* quanto nos *Discorsi*.

De acordo com o que afirma Skinner, “a primeira lição que [o governante] precisa aprender é temer a deusa, mesmo quando ela vem carregada de presentes”.³⁹⁴ Não porque ela se caracterize como maligna, mas sim porque, não tendo efetuado a conquista pelo mérito, e sim pela *fortuna*, se encontra agora à mercê desta última. A

³⁹³ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV.

³⁹⁴ SKINNER. *Maquiavel*, p. 45.

fortuna, de modo geral, não era considerada pelos antigos romanos como uma expressão de maldade. Era vista, ao contrário, como uma deusa boa “e uma aliada potencial que vale a pena tentar atrair”.³⁹⁵ Essa tarefa, no entanto, longe de fácil, parece requisitar daquele que a toma toda sua habilidade. Tal como afirmam D’Istria e Relang, “a vida de um homem, assim como de um Estado, é esta necessidade ingrata e sem cessar urgente que consiste, estando ela mesma no tempo, em afrontar as circunstâncias que os tempos nos depositam nos braços”.³⁹⁶ Afrontar as circunstâncias pode ser pensado também como agir de acordo com elas, superá-las. Em outras palavras, conquistar e/ou manter o poder independentemente de circunstâncias que podem ser adversas. Muitas passagens do texto de Maquiavel chamam nossa atenção para a necessidade de se adequar às circunstâncias.

No Livro III dos *Discorsi*, capítulo nono, Maquiavel faz a seguinte afirmação: “já considerei várias vezes que a razão da má e boa *fortuna* dos homens vem do ajuste do seu modo de proceder com os tempos. (...) Erra menos e tem a *fortuna* próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos (...)”.³⁹⁷ Agir de acordo com o seu tempo, ou ainda, agir de acordo com as circunstâncias de seu tempo seria a expressão máxima da *virtù* e, no entanto, é também o que se deve fazer para tentar atrair os gracejos da *fortuna*. Parece que agora Maquiavel torna mais clara essa relação entre *virtù* e *fortuna*. A *fortuna* se caracteriza, acima de tudo, como uma figura indeterminada da qual nenhum de nós pode fugir. Por causa dela não é possível criar um cálculo absoluto da ação humana. Ela é capaz de introduzir o inesperado e, deste modo, ela não pode ser prevista. No entanto, ela também pode favorecer aquele que detém a *virtù*.

³⁹⁵ SKINNER. *Maquiavel*, p. 45.

³⁹⁶ D’ISTRIA; RELANG. *L’art Politique chez Machiavel*, p. 143.

³⁹⁷ MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 448: *Io ho considerato più volte come la cagione della trista e della buona fortuna degli uomini è riscontrare il modo del procedere suo con i tempi (...). Ma quello viene ad errare meno ed avere la fortuna prospera che riscontra, come ho detto, con il suo modo il tempo (...).*

Nesse sentido, Maquiavel aponta uma brecha para que o governante possa tentar escapar dos efeitos nocivos produzidos pela *fortuna*: a *virtù*, ou ainda, se preferirmos, a *virtù* no seu sentido mais próprio.

Na conclusão do capítulo XXV d’*O Príncipe*, uma afirmação parece reforçar a passagem supracitada dos *Discorsi*. Maquiavel afirma que, “modificando-se a *fortuna*, e mantendo os homens, obstinadamente, o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades dos tempos concordarem. Não concordando, são infelizes”.³⁹⁸ Mais uma vez nos vemos diante de um apelo à concordância entre as ações a serem efetivadas e as circunstâncias dadas. Agir desta maneira significa se valer da *virtù* para efetivar ações no espaço público. A *virtù*, neste sentido, pode implicar a única possibilidade de reverter um quadro circunstancial inadequado aos objetivos do governante. Em outras palavras, quando a *fortuna* não favorece previamente as ações do governante, sua única alternativa parece ser o apelo à sua própria *virtù* para adequar suas ações às necessidades específicas daquela ocasião. A *virtù* pode ser capaz de impedir a atuação devastadora da *fortuna*. Podemos pensar que ela pode ao menos minimizar seus efeitos de forma a viabilizar os objetivos do governante de conquista e de manutenção do poder. No entanto, precisamos nos ater ao fato de que, mesmo havendo maneiras de tentar conquistar a *fortuna*, não há como suprimi-la do âmbito público.

A um governante que pretenda alcançar os objetivos que são próprios ao seu cargo — conquistar e manter o poder —, Maquiavel adverte: “quando um príncipe se apoia totalmente na *fortuna*, arruína-se segundo as variações daquela”.³⁹⁹ Embora esta passagem nos remeta aos obstáculos ou efeitos maléficos que a *fortuna* por vezes impõe

³⁹⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 189: (...) *variando la fortuna e’ tempi e stando li uomini ne’ loro modi ostinati, sono felici mentre concordano insieme e, come e’ discordano, infelici.*

³⁹⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 187: (...) *cioè che quel principe, che si appoggia tutto in su la fortuna, rovina come quella varia.*

ao governante ou ao corpo político, não se pode conferir a ela mais importância que ela realmente tem. De acordo com o autor, há vários modos de agir capazes de conduzir o governante aos seus objetivos. Modos às vezes contrários podem atingir o mesmo resultado, bastando para isso que estejam de acordo com os tempos. Mas dois governantes podem agir da mesma maneira e um deles fracassar enquanto o outro conquista seu objetivo. Para Maquiavel, a explicação é simples: um agiu de acordo com as variações dos tempos, enquanto o outro não soube lhes dar a atenção devida. Tal fato, para o pensador de Florença, “não acontece por outra razão senão pela natureza dos tempos, com a qual se conformam ou não aos procedimentos deles”.⁴⁰⁰ Na sequência do texto, o autor afirma que

dois agindo diferentemente alcançam o mesmo efeito, e dois agindo igualmente, um vai direto ao fim e o outro não. Disso dependem também as diferenças da prosperidade, pois se um se conduz com cautela e paciência e os tempos e as coisas lhe são favoráveis, o seu governo prospera e disso lhe advém felicidade. Mas se os tempos e as coisas mudam, ele se arruína, porque não alterou o modo de proceder. (...) Se mudasse de natureza, conforme o tempo e as coisas, não mudaria de *fortuna*.⁴⁰¹

Os *Discorsi* guardam passagens tão esclarecedoras quanto as d’*O Príncipe*. Neles Maquiavel parece concluir que justamente “por isso a *fortuna* dos homens varia: ela altera os tempos, mas nem todos modificam sua conduta”.⁴⁰² Agir de acordo com as circunstâncias é o agir caracterizado pela *virtù* e, esse agir, independentemente de que direção segue, tem uma chance maior de ser acompanhado, ou mesmo amparado pela *fortuna*.

⁴⁰⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 188: (...) *il che non nasce da altro, se non da la qualità de’ tempi che se conformano, o no, col procedere loro.*

⁴⁰¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV, p. 188: (...) *che dua, diversamente operando, sortiscono el medesimo effetto, e dua equalmente operando, l’uno si conduce al suo fine e l’altro no. Da questo ancora depende la variazione del bene; perché se uno, che si governa con rispetti e pazienza, e’ tempi e le cose girando in modo che il governo suo sia buono, e’ viene felicitando, ma se e’ tempi e le cose si mutano, rovina, perché e’ non muta modo di procedere. (...) se si mutassi natura con e’ tempi e con le cose, non si muterebbe fortuna.*

⁴⁰² MACHIAVELLI. *Discorsi*, III, 9, p. 450: (...) *donde ne nasce che in uno uomo la fortuna varia, perché ella varia i tempi ed elli non varia i modi.*

Talvez esta relação entre o par conceitual *virtù-fortuna* seja o tema mais conhecido no pensamento de Maquiavel. Um dos exemplos que se tornou clássico ao longo do legado maquiaveliano é o caso César Bórgia, que analisamos no capítulo anterior. A partir dele, pudemos perceber que César Bórgia assumiu o poder pela *fortuna* do pai. No entanto, mostrou-se habilidoso em adequar suas ações às demandas circunstanciais que se apresentavam. Ao fazê-lo, mostrou-se homem de *virtù* impressionou todos pela sua audácia, sua coragem, suas conquistas. E, enquanto o Duque concordava suas ações com o que lhe era exigido pelas circunstâncias, permaneceu nas graças da *fortuna*. Porém, quando mudaram, o duque manteve seu modo de agir. Sua ruína foi tão rápida quanto sua ascensão, sua queda tão grande quanto suas conquistas. Podemos pensar que, embora fosse virtuoso, não conseguiu se sustentar diante de uma grande guinada dos tempos. Seu exemplo é interessante, porque podemos ver que em um mundo marcado pela imprevisibilidade não há garantia de êxito. E mesmo um governante de *virtù* está sujeito a deslizos fatais. Mais que isso, o exemplo nos permite vislumbrar que o espaço público é marcado pela *fortuna*, e mesmo o governante de *virtù* não interage no interior deste espaço sem riscos. Em outras palavras, *fortuna* e *virtù* não necessariamente se excluem de modo definitivo.

Outro exemplo clássico relacionado ao par conceitual *virtù-fortuna* pode ser apresentado pela recorrência que Maquiavel faz aos exemplos dos antigos romanos. No que diz respeito à questão da *fortuna* podemos perceber que os exemplos dos romanos são apresentados por Maquiavel mais para nos remeter à sua *virtù* que à sua *fortuna*. No capítulo primeiro do Livro II dos *Discorsi*, Maquiavel nos apresenta a seguinte questão: “a expressão do Império Romano se deveu mais à *fortuna* ou à *virtù*?” Tratamos desta questão no capítulo anterior, mas recuperá-la aqui nos parece adequado em virtude da solução apresentada por Maquiavel e sua relação com o lugar do governante virtuoso

em seu pensamento. Dos que atribuem tal empreendimento à *fortuna*, Maquiavel cita Plutarco e o próprio Tito Lívio. Apesar da grandeza destes nomes, contrapõe-se imediatamente a eles:

se nunca existiu outra república que tivesse feito conquistas iguais às de Roma, isto se deve a que nenhuma outra teve, desde o início, instituições tão apropriadas a este fim. Foi a *virtù* de seus exércitos que fez com que Roma conquistasse o Império; mas foi ao seu modo de proceder e ao seu caráter especial que lhe imprimiu seu fundador que deveu a conservação dessas conquistas.⁴⁰³

Maquiavel parece enunciar que os romanos não necessariamente estavam fadados a obter tantas vitórias, e nem mesmo tanto sucesso no que diz respeito à conservação do governo. Nesse sentido, ele conclui que

a *fortuna* que tiveram os romanos nestas circunstâncias teriam tido também todos os príncipes que assim procedessem, e que tivessem qualidades semelhantes. (...) [Neste sentido,] os povos que tiverem conduta semelhante [à dos romanos] sentirão menor necessidade dos favores da *fortuna* do que aqueles que agirem de outro modo.⁴⁰⁴

Ou ainda, não somente os romanos, mas qualquer povo que detenha a *virtù* estará certamente no caminho mais próximo de alcançar o mesmo feito que os romanos. Estes, no entanto, nos auxiliam a explicitar um outro ponto. Uma conclusão a muito já implícita: a figura da *fortuna* nos devolve à questão da *virtù*. E, embora Maquiavel apresente Plutarco e Tito Lívio como contrários à posição de que os romanos tiveram tantas conquistas devido à *virtù* e não à *fortuna*, podemos perceber que o autor nos

⁴⁰³ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, 1, p. 327-328: *Perché, se non si è trovata mai repubblica che abbi fatti i profitti che Roma, è nato che non si è trovata mai repubblica che sia stata ordinata a potere acquistare come Roma. Perché la virtù degli eserciti gli fecero acquistare lo imperio, e l'ordine del procedere ed il modo suo proprio e trovato dal suo primo latore delle leggi gli fece mantenere lo acquistato (...).*

⁴⁰⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi*, II, 1, p. 330: (...) *la fortuna che ebbero in questa parte i romani, l'arebbono tutti quegli principi che procedessono come i romani e fossero della medesima virtù che loro.*

conduz a pensar também que “a *fortuna* sorri para aqueles que possuem a *virtù*”.⁴⁰⁵ A *virtù* é, portanto, a chave para a ação política no pensamento de Maquiavel.

Neste sentido, embora o espaço público seja o espaço da *fortuna*, marcado pelas mudanças introduzidas por ela e, conseqüentemente, por todo tipo de vicissitudes que se impõem ao governante, não é a ela que as preocupações do governante devem concernir. Se a *fortuna* se deixa atrair mais pelos homens de *virtù* que por aqueles que não apresentam esta qualidade de forma significativa, é à *virtù* que o governante precisa se ater e não à *fortuna*, como se poderia pensar. Sua *virtù* não implica somente acertar na escolha da ação a ser praticada, mas também praticar a ação no limite de tempo permitido pelas mesmas circunstâncias que introduziram mudanças que o forçaram a mudar seu modo de agir. Quase sempre exigindo decisões imediatas do governante o que, no mais das vezes, representa mais uma prova para sua *virtù*. Zarka nos lembra que “a urgência revela as dimensões da realidade política que, ao menos no curso ordinário das coisas, restam por assim dizer despercebidas”.⁴⁰⁶ A urgência para a efetividade da ação exige ainda mais da habilidade do governante de agir de acordo com os tempos. Muitas vezes ele precisa agir imediatamente e, se não o faz, põe em grave risco seu poder.

Uma das ocasiões sensíveis à urgência na efetividade de ação diz respeito ao uso da força. Esta questão, ainda não investigada neste trabalho, precisa ser analisada não somente porque sua aplicação é capaz de externar a *virtù* do governante, mas também de colocá-la à prova. Para abordar esta questão, recuperaremos ainda uma das circunstâncias que envolvem as ações do governante, discutida de forma mais específica no nosso segundo capítulo. Trata-se da aparência. Acreditamos ser necessário, assim como fizemos em relação à *fortuna*, pensá-la em relação à *virtù*. O exemplo que nos

⁴⁰⁵ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XXV.

⁴⁰⁶ ZARKA; MÉNISSIER. *Maquiavel, Le Prince ou le nouvel art politique*, p. 10.

permitirá vislumbrar esta relação e nos conduzirá à questão da força é o de Savonarola, ator político contemporâneo de Maquiavel que, ao ignorar a questão da força e da aparência, perde o poder talvez de forma mais trágica que o próprio César Bórgia.

Procuraremos, na próxima seção, compreender melhor a admiração e as críticas apresentadas por Maquiavel a partir do exemplo de Savonarola, que dizem respeito necessariamente à construção da imagem do governante. Cremos que o caso Savonarola apresenta-se fecundo aos nossos propósitos neste capítulo, pois, a partir dele, teremos a oportunidade de pensar a questão da *virtù* em relação à imagem, imaginação e aparência, assim como às maneiras distintas em que elas podem se relacionar com o uso da força e, mais precisamente, as consequências da negligência em relação a este recurso. Acreditamos que investigar a produção da imagem a partir do uso da força, âmbito até aqui ainda não investigado, nos auxiliará a compreender melhor a questão da *virtù* do governante.

4.3 *Virtù* e aparência: o caso Savonarola e a produção da imagem do governante a partir do uso da força

A questão da aparência, assim como a imagem do governante, assume grande importância quando se pretende tratar da *virtù* do governante. Abordamos este assunto em nosso segundo capítulo e vimos que é um assunto complexo. Naquela ocasião vimos as dificuldades próprias deste assunto, mas ainda não havíamos abordado a questão da *virtù* e, por causa disso, não foi possível, no segundo capítulo, levar nossas análises às suas últimas consequências. Sabemos que a questão da aparência pode exigir do governante muito de sua habilidade política e, para que possamos concluir nossa investigação do tema, resta-nos ainda compreender melhor como o governante de *virtù*

lida com questões próprias do âmbito da política e que, portanto, dizem respeito à aparência. A *virtù* parece ser o único recurso efetivo que o governante pode utilizar para modificar suas ações e agir de acordo com as circunstâncias, tal como vimos. As circunstâncias, no entanto, nem sempre estão claras porque se inserem no âmbito da política que coincide com o da aparência.

Tentar identificar as circunstâncias, no entanto, é só a primeira parte da tarefa. A segunda constitui-se pela necessidade de se efetivarem ações e implica consequentemente decisões mais definitivas e arriscadas. Entre as possibilidades de ações mais definitivas a serem efetivadas por aquele que governa, encontra-se o uso da força. A utilização da força nos corpos políticos, seja ela contra forças estrangeiras ou contra os próprios súditos, não implica propriamente uma novidade introduzida pelo pensamento de Maquiavel. Ao longo da história, notam-se inúmeras vezes em que a força foi empregada por um determinado governante. No entanto, Maquiavel parece reconhecer sua necessidade e apontá-la como determinante para a conquista e a manutenção do poder. Além disso, considera o uso da força tomando por pressuposto a questão da aparência. Seus textos sugerem, mediante o exemplo de um de seus contemporâneos, possíveis consequências do pouco zelo em relação à imagem, assim como da não utilização da força em momentos em que ela se fez necessária. O caso Savonarola teve, de fato, grande impacto sobre o pensamento de Maquiavel, e não poderíamos deixar de mencioná-lo aqui. Recuperamos assim a relação deste personagem com o âmbito da política, marcado pela aparência, para abordar então as falhas que Maquiavel aponta naquilo que diz respeito à questão da força.

4.3.a O caso Savonarola

Personagem político contemporâneo de Maquiavel, Savonarola parece tê-lo inspirado profundamente, principalmente naquilo que diz respeito à questão da aparência e do uso da força. Convidado a Florença por intermédio dos Medici, Savonarola⁴⁰⁷ deu início ao que ele acreditava ser sua missão e que dizia respeito à purificação dos costumes. “Orador brilhante e homem de costumes austeros, ele havia arrebatado um grande número de seguidores, sobretudo depois que previra a vinda dos franceses”.⁴⁰⁸ O frade, de fato, se distinguia de um grande número de membros do clero que contribuía para a corrupção dos costumes e a má fama da Igreja⁴⁰⁹ e, ao pretender purificar os costumes, assumiu uma missão especialmente difícil em função da degeneração dos valores e costumes da época. Mas os tempos pareciam haver mudado, e as guerras e o medo advindo da fragmentação e da instabilidade política assim como da percepção dos destroços de um possível corpo político italiano haviam transformado a mentalidade daquele tempo⁴¹⁰ e o deixado ainda mais vulnerável a propostas inflamadas como as que Savonarola fazia. Neste contexto, ele consegue levar seu objetivo adiante: consegue despertar nos florentinos de seu tempo um sentimento de esperança em relação à “salvação” daquele lugar. Consegue, com seus discursos e suas pregações, fazê-los crer num “renascer das cinzas” para Florença.

Quando algumas de suas profecias se realizaram, seu poder e seu apoio, por parte dos cidadãos florentinos, aumentaram imensamente. Savonarola se viu então ainda mais disposto a pregar sua “ciência sã”. Acreditava numa “missão divina” que possibilitaria transformar Florença numa “nova” cidade “sagrada”. À medida que ganhava poder seu

⁴⁰⁷ Sobre Savonarola, ver CLOULAS. *Savonarole ou La Révolution de Dieu*.

⁴⁰⁸ Trata-se da invasão da Itália pelo rei Carlos VIII da França, em 1494 (BIGNOTTO. *Maquiavel*, p. 10).

⁴⁰⁹ Ver LARIVAILLE. *A Itália no Tempo de Maquiavel*, p. 87-111.

⁴¹⁰ Ver BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 60-66.

discurso religioso assumia mais cunho político. No entanto, toda essa força política se converteu em um instrumento que serviria para realizar suas teorias religiosas, ou ainda, com todo esse poder político seria agora possível colocar em prática sua “missão” religiosa. O método de atuação política passava sob o crivo das virtudes cristãs. Elas propiciariam a transformação de Florença, elas seriam o “remédio” para os homens (“que tendem ao mal”). A virtude substituiria assim qualquer outro tipo de função administrativa. Ela é quem transformaria os homens, transformaria a política, transformaria o destino da cidade.⁴¹¹ Por isso, as boas leis, as leis corretas, assim como os valores retos, eram os que favoreciam e valorizavam a virtude. Não haveria necessidade de armas. Nesta lógica da virtude, as armas pareciam se restringir a um sistema de rezas e jejuns que tinham por objetivo a transformação dos homens e em última instância também da cidade.⁴¹² E, uma vez transformados, uma vez virtuosos, só praticariam ações também virtuosas, ou seja, não estariam mais “propensos ao mal”,⁴¹³ já que o próprio conceito de virtude exclui esta proposição.

Assim, de acordo com Savonarola, se as leis se constituíssem como retas — e para ele as leis de Deus certamente o são —, elas infundiriam a virtude nos homens tornando-os bons, dignos de atitudes retas e também do caminho da salvação, ou seja, de alcançar a “felicidade eterna”. Mas o projeto de Savonarola parecia ser ainda mais pretensioso. Segundo ele, se todo esse processo se tornasse difundido e houvesse grande participação da cidade, ela mesma viria a se tornar reta, virtuosa. Este era o objetivo de Savonarola: transformar Florença em uma “nova Jerusalém”. Mas, para que esse objetivo fosse realizado, seria necessário, antes de tudo, um governante virtuoso,

⁴¹¹ Ver BIGNOTTO. *Maquiavel Republicano*, p. 62-66.

⁴¹² Savonarola parte do princípio aristotélico segundo o qual o hábito pode mudar os costumes. Parte, como se costumava fazer na época, dos textos de São Tomás de Aquino e da leitura que este faz da ética aristotélica.

⁴¹³ É interessante notar que Savonarola, seguindo a argumentação de São Tomás de Aquino e a necessidade da criação da lei humana, derivada da lei natural, reconhece que “os homens são propensos ao mal”. Esta constatação, no entanto, não impediu que ele evitasse seu próprio fim (Ver SAVONAROLA. *Tratado acerca do Regimento e Governo da Cidade de Florença*).

disposto a promover o bem comum e a incutir nos homens as leis retas, propostas por Deus. Esse governante, no entanto (e esta conclusão custou caro a Savonarola), deveria ser um rei e, de forma alguma, um tirano, já que este, por definição, não possui virtudes, enquanto aquele está pelo menos propenso a elas. É interessante notar que esta conclusão parece de certa forma justificar sua atividade política ao mesmo tempo que o contrapõe de forma definitiva aos Médici (que seriam neste caso os tiranos). Este posicionamento acabou pondo um fim definitivo em seus planos e custando-lhe a vida.⁴¹⁴ Mas não foi o único responsável pela sua queda.

Savonarola assume a premissa de que o destino de Florença era especial em relação ao das outras cidades. Além de especial, Florença tinha como destino ser livre. Assim, apesar de parecer ter tomado a teoria tomista como aquela capaz de fundamentar suas ações, neste ponto específico Savonarola rompe com São Tomás e sugere a Florença, como modelo “ideal” de regime, o governo civil, ou seja, o governo republicano.⁴¹⁵ Podemos pensar que em determinados momentos não considera bem as circunstâncias, assim como o grande poder dos Médici, e, talvez por isso, leva sua proposta às últimas consequências. Defende propostas de cunho republicano, mas nunca em detrimento da virtude cristã. Sugere-nos acreditar não haver contradição em uma “Nova Jerusalém” sob moldes republicanos. Passa, em função disto, a assumir os Médici como seus principais opositores. Ao mesmo tempo, e agora em conformidade com São Tomás, defende o comércio agrícola. Este, segundo ele, seria o único apropriado a um “Estado” digno das graças de Deus. Mas era um período de grande expansão comercial, e esta talvez tenha sido uma das mais desastrosas decisões de Savonarola. De fato, foram contradições como esta que o levaram ao seu fim trágico.

⁴¹⁴ Savonarola foi “queimado em Florença em 23 de maio de 1498, após ter sido excomungado um ano antes como herético pelo Papa Alexandre VI Borgia” (VAUCHEZ. *L’Eglise catholique peut-elle canoniser Savonarole?*. Prophetisme et sainteté, p. 207).

⁴¹⁵ SAVONAROLA. *Tratado acerca do Regimento e Governo da Cidade de Florença*. p. 139-142.

Mas o pior de todos os seus erros para Maquiavel foi o de não se ter precavido com outros recursos além de palavras. Dispensa as armas⁴¹⁶ e, ao fazê-lo, deixa de certo modo de tornar efetivo seu poder.

O caso Savonarola nos permite analisar alguns exemplos do que não deve ser feito quando se tem ou pretende ter o poder de um determinado corpo político. Embora Maquiavel pareça muito respeitar o frade, apresenta críticas contundentes ao seu agir político. Podemos tomá-lo como um exemplo daquele que soube muito bem criar de si mesmo a imagem de um grande homem, imagem esta que parece ter impressionado Maquiavel. No entanto, não soube identificar determinadas perspectivas de sua imagem (criadas especialmente pela ausência de armas), assim como não soube perceber perspectivas determinantes nas imagens produzidas por outros atores políticos, o que acabou conduzindo-o à ruína. Savonarola consegue o respeito não somente do povo, mas também dos doutos do tempo de Maquiavel. Sua reputação vem de sua integridade, de sua transparência e, embora ele não a perca, ela parece não se fazer suficiente. Firme na sua proposta de reformar Florença, de purificá-la, sugere ter-se cegado à possibilidade, sempre presente para Maquiavel, de não poder contar com a bondade dos homens. Assim, ao confundir, sob o olhar maquiaveliano, aparência com realidade, ou ainda, por não perceber que na política a realidade é o que aparece, Savonarola assume a virtude como a chave conceitual de suas propostas enquanto político,⁴¹⁷ assim como de suas ações propriamente ditas. Ao fazê-lo, seu êxito passa a depender da virtude dos homens, assim como das palavras daqueles que se dizem fiéis. Maquiavel sabe bem os seus riscos e não deixa de explicitá-los: “o príncipe que se apoia inteiramente em suas

⁴¹⁶ Sobre o processo de moralização dos costumes sociais e dos jogos militares (especialmente no que diz respeito às festividades do Carnaval) encabeçado por Savonarola, ver TADDEI. *L'encadrement des jeunes à Florence au XVe siècle*, p. 119-132.

⁴¹⁷ Savonarola não reconhece o âmbito da política como o da aparência e, desta forma, ele não atua. É inegavelmente um ator, mas se presta a exercer seu papel. Podemos pensar que ele age desta maneira por imaginar nos homens mais virtude do que eles propriamente têm.

palavras [nas palavras dos homens] descuidando-se de outras precauções, se arruína”.⁴¹⁸ Assim, seu posicionamento, para o secretário florentino, implica o que há de mais grave para o homem de Estado: o imaginário sobrepõe-se à *verdade efetiva*, o intuito de pelo hábito reformar a moralidade vigente tornando os homens virtuosos sobrepõe-se às armas, a virtude sobrepõe-se à *virtù* (que será tratada mais à frente, no último capítulo). Sob estes aspectos, não haveria fracasso mais previsível.

Além disto, se a aparência é quem determina os limites da política, embora o governante precise mesmo ser um grande homem, ele definitivamente precisa saber simular, dissimular e ainda disfarçar essas suas “qualidades”. Os riscos de não o fazer podem implicar a perda do poder. Esta questão parece fazer-se mais clara a partir de um dos exemplos apresentados por Maquiavel, e Savonarola é sem dúvida um dos exemplos mais significativos. Apesar de sua trajetória provocar certa admiração em Maquiavel, suas ações são apontadas (especialmente na obra *O Príncipe*) como exemplos de ações perniciosas ao poder do governante e, por vezes, do corpo político.⁴¹⁹ Sugere não reconhecer o âmbito da aparência e agir abertamente, seguindo os valores da tradição. Embora dentro da lógica maquiaveliana não se caracterize menos ator por ignorar que está em cena, não parece recorrer à simulação ou à dissimulação como meios para construir de si a imagem de grande homem. Consegue reputação e poder em função de sua virtude. E parece tê-lo perdido por fiar-se somente nela. Maquiavel, ao chamá-lo de “profeta desarmado” apresenta mais que uma crítica. Apesar de ter construído para si a imagem de homem sério e íntegro, admirado e aclamado pela cidade, perde o poder ao desconsiderar a *verità effectuale della cosa*.

⁴¹⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVII, p. 163: (...) *e quello principe che si è tutto fondato in su le parole loro, trovandosi nudo di altre preparazioni, ruina.*

⁴¹⁹ Sobre as possíveis impressões que Maquiavel tem das profecias de Savonarola, ver MÉNISSIER. *Prophétie, politique et action selon Machiavel*, p. 289-313, especialmente a parte intitulada “A interpretação da figura do profeta na perspectiva da arte de governar” (p. 292-296).

Maquiavel, de fato, apresenta em suas obras muitos exemplos que se opõem aos feitos de Savonarola. Os antigos romanos constituem um dos exemplos de maior oposição, especialmente naquilo que diz respeito aos resultados das ações efetivadas por eles. Temidos pelo seu poder bélico, não descuidavam das armas e nem das outras questões que podem colocar em risco o poder. É interessante notar que os romanos não desprezam os valores da tradição e os reafirmavam no âmbito político. Especialmente no que dizia respeito à religião. No entanto, ao contrário do que fazia Savonarola, pareciam reconhecê-la no âmbito da aparência e usá-la a seu favor. No capítulo XVIII Maquiavel afirma que “deve um príncipe cuidar para que jamais lhe saiam da boca as cinco qualidades citadas. Deve parecer para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião. Não há nada mais necessário do que parecer ter esta última qualidade”.⁴²⁰ A partir desta afirmação, podemos perceber que as críticas que Maquiavel faz a Savonarola não dizem respeito à sua posição religiosa ou ao fato de associar a política à religião. O problema que toca este ponto implica antes a transparência das ações e a sua retidão. Em última instância, poderíamos resumir a crítica à ausência das armas. Maquiavel nos fornece um exemplo ainda mais próximo de Savonarola e igualmente oposto aos seus feitos.

No capítulo VI, Maquiavel reúne Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu. Ao tratá-los, parece opor seu êxito ao fracasso de Savonarola. Podemos pensar que esta oposição, entretanto, limita ao uso da força, empregado somente pelos primeiros.

É necessário, portanto, para bem compreender este assunto, examinar se estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros, isto é, se para realizar a sua obra precisam pedir ou podem forçar. No primeiro caso,

⁴²⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 166: *Debbe adunque uno principe avere gran cura che non gli esca mai di bocca cosa che non sia piena delle soprascritte cinque qualità; e paia, a udirlo e vederlo, tutto pietà, tutto fede, tutto integrità, tutto umanità, tutto religione: e non è cosa piú necessaria a parere di avere, che questa ultima qualità.*

acabam mal e não conseguem nada; mas, quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar, é raro que fracassem.⁴²¹

A força configura-se assim como o meio que o governante pode possuir para adequar suas ações às necessidades presentes. Para fazê-lo, não raro precisa impor uma nova ordem e aqueles pouco dispostos a se adaptarem a ela por vontade própria o fazem pela necessidade que o governante só é capaz de criar pela força.

4.3.b *Virtù* e o uso da força

A partir do exemplo de Savonarola, podemos compreender melhor porque a principal crítica que Maquiavel faz ao frade diz respeito às armas. Elas parecem corroborar o poder do governante e se fazem fundamentais tanto na guerra quanto na paz. Na paz, além de se constituírem como elemento-chave para que o governante edifique a imagem de grande homem, impedem, em grande medida pelo medo, um fim como o de Savonarola. Este mecanismo de impedir uma determinada ação tendo em vista a imagem produzida a partir da manutenção das armas se constrói por via do juízo, ou seja, mais pelo julgamento que os homens fazem de uma determinada questão e, por vezes, pelo que imaginam a respeito dela, e nos chama a atenção para um ponto delicado: as armas são necessárias e sua posse não implica necessariamente o seu uso. Este último, na medida em que se é reconhecido como aquele que tem o poder das armas, pode ser em grande medida evitado. Basta o medo das armas (e consequentemente do poder) de um determinado Estado para que este possa escolher contra quem lutar. Assim, se os demais Estados temem o poder bélico de outro, mesmo que o tomem por sua aparência de bem armado, concedem a ele a oportunidade de

⁴²¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, VI, p. 132: *È necessario pertanto, volendo discorrere bene questa parte, esaminare se questi innovatori stanno per loro medesimi o se dependono da altri: cioè se per condurre l'opera loro bisogna che preghino, o vero possono forzare.*

escolher contra quem lutar, assim como pode escolher os motivos que se apresentem suficientemente interessantes. Lefort, a este respeito afirma que “a inteligência da força mais que a própria força está no coração da política”.⁴²² Tomadas por esta perspectiva, as armas também constituem um elemento importante para a construção da imagem tanto do governante quanto do seu Estado. Em outras palavras, constituem-se parte importante dos mecanismos de produção de imagens que circunscrevem o poder do governante. Assim, posse e manutenção das armas não escapam ao âmbito da política e, conseqüentemente, ao da aparência. Parecem complementar os afazeres do governante que pressupõem capacidade de simulação e dissimulação, entre outras.

A posse ou o uso das armas, no entanto, definitivamente não se restringem à construção da imagem do governante. Maquiavel é sempre diligente ao tratá-las e o faz em todas as suas obras políticas. Ao discorrer sobre a natureza dos problemas que o governante pode ter que enfrentar, afirma que “um príncipe deve ter dois receios: um de ordem interna, por conta dos seus súditos, e outro de ordem externa, por conta das potências estrangeiras. Destas se defende com boas armas e bons amigos, e sempre que tiver boas armas terá também bons amigos”.⁴²³ Se aqui Maquiavel parece sobrepôr as armas aos amigos ou, melhor dizendo, as relaciona a eles, no mesmo texto (porém em um capítulo anterior), ao tratar dos fundamentos do Estado, já havia algo parecido em relação às leis.

Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e os bons exércitos. Como não se pode ter boas leis onde não existem bons exércitos, e onde é bom o exército costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei dos exércitos.⁴²⁴

⁴²² LEFORT. *Le Travail de l'Oeuvre*, p. 363.

⁴²³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 168: *Perché uno principe debbe avere dua paure: una dentro, per conto de' sudditi, l'altra di fuori, per conto de' potentati esterni. Da questa si difende con le buone arme e con e' buoni amici: e sempre, se arà buone arme, arà buoni amici.*

⁴²⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XII, p. 150: *E' principali fondamenti che abbino tutti li stati, cosí nuovi come vecchi o misti, sono le buone legge e le buone arme: e perché e' non può essere buone legge*

Nas duas passagens a importância da força parece ser evidenciada. Mas, ao mesmo tempo que se faz essencial, não garante sozinha a efetividade dos objetivos do Estado. A força é sem dúvida necessária, mas seu uso precisa ser balizado pela necessidade, pelas exigências das circunstâncias presentes. Faraklas, a este respeito, afirma que, “em Maquiavel, o mal, no caso a força e a astúcia, por oposição à lei, está essencialmente a serviço desta última”.⁴²⁵ A colocação de Faraklas parece nos apresentar a problemática própria dos textos de Maquiavel em função da qual ele precisa sistematizar as ações do príncipe para obter o êxito que não se efetiva senão condicionado ao julgamento dos homens e preso, por sua vez, aos valores da tradição. Na sequência, ele afirma que

Maquiavel se recusa a moralizar a imagem do poder, contrariamente à tradição humanista inspirada nos moralistas latinos (...). Ele mostra, em revanche, o uso da imagem moral e permite assim, por exemplo, compreender que uma moralização da imagem do poder impede que se diga a verdade sobre ele em função de sua manutenção.⁴²⁶

Conclui justamente se valendo desta pressuposição moral: “o mal deve ser feito em função do bem”.⁴²⁷ Em outras palavras, a força, a astúcia, assim como a manipulação da imagem do governante, são necessárias em função da conquista e manutenção do poder do Estado. Força implica poder, embora não exista poder que se sustente exclusivamente pela força. Mas o poder, mesmo associado à força, constitui-se no âmbito da aparência. Neste sentido, a manutenção do poder, mesmo no que diz respeito às armas, também exige que o governante consiga minimamente manipular sua imagem. Porém, como em todos os assuntos do Estado, mas especialmente quando o assunto é a guerra, o governante não se sustenta nem pela inteira transparência nas suas ações e nem somente pela manipulação de imagens.

dove non sono buone arme, e dove sono buone arme conviene sieno buone legge, io lascerò indietro el ragionare delle legge e parlerò delle arme.

⁴²⁵ FARAKLAS. *Machiavel, Le Pouvoir du Prince*, p. 62.

⁴²⁶ FARAKLAS. *Machiavel, Le Pouvoir du Prince*, p. 62-63.

⁴²⁷ FARAKLAS. *Machiavel, Le Pouvoir du Prince*, p. 63.

A guerra parece ser o principal desafio do governante no que diz respeito ao reconhecimento de quando se simular ou dissimular e quando não há recurso algum a não ser suas próprias qualidades de bom governante. Ao tratar da guerra lidamos com a manipulação e a construção da imagem do governante, mas inevitavelmente percebemos que ela também o depara com o que há de mais efetivo e, talvez por isso, se apresente como uma necessidade das mais imediatas. A guerra evidentemente sempre constituiu um dos afazeres do governante, mas parece assumir em Maquiavel um lugar especial. Ela põe o governante à prova. Ao mesmo tempo que exige que o ator político se valha de todos os artifícios de manipulação da imagem, expõe-no ostensivamente àquilo que não necessariamente pode ser forjado. Assim, muito embora a imagem do governante se construa em grande medida pelo resultado de suas ações na guerra, esta última, por sua vez, impõe ao capitão ou ao governante situações que dependem exclusivamente de suas ações. Neste sentido, Zarka afirma:

os dois componentes fundamentais da política são (...) o poder e a imaginação. Quem quiser escapar de qualquer uma das duas excluir-se-á da prática da política (não necessariamente do sonho da política) e da inteligência da arte⁴²⁸ de governar.⁴²⁹

A guerra e especialmente a arte da guerra podem não somente colocar à prova a imagem edificada pelo ator político, mas também, assim como grande parte daquilo que constitui os afazeres do governante, depender de ações que não podem ter seus

⁴²⁸ Acreditamos, diferentemente de Zarka, não haver, em estrito senso, uma “arte de governar” a partir do pensamento de Maquiavel. Embora alguns dos comentadores de sua obra utilizem o termo, acreditamos que ele não é adequado no sentido em que pressupõe uma liberdade muito grande para efetividade das ações daquele que governa. Governar não implica nem a aplicação pura e simples de uma técnica, nem uma arte, e o melhor meio de governar não implica valer-se, por exemplo, da inspiração. Pela mesma razão, acreditamos que a obra de Maquiavel não se encaixa naquelas denominadas “Razão de Estado”, uma vez que o autor deixa claro ser possível prever os acontecimentos ou sistematizá-los antes que ocorram, que se efetivem na história. Neste sentido, acreditamos que a proposta de Maquiavel não se encaixa em nenhum destes extremos, pois nem é tão livre que possa ser chamada de arte, e nem tão precisa que possa ser racionalizada em definitivo. Parece se encontrar antes entre estes dois extremos.

⁴²⁹ ZARKA. *Figures du Pouvoir*, p. 121-122.

resultados manipulados pelo ator político. Assim, ao mesmo tempo que cria condições de possibilidade para que o governante se torne honrado pelo seu modo de conduzir as batalhas e glorioso pela vitória definitiva, testa a todo o momento esta sua imagem.

Governar talvez assuma em Maquiavel uma função mais clara, mais especificada. Isto se torna mais claro na medida em que nos aproximamos daquela que nos é apresentada como a principal função do governante: a guerra. De acordo com o que ele afirma, “deve, portanto um príncipe não ter outro objetivo nem pensamento, nem tomar como arte outra coisa que não a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que convém a quem comanda”.⁴³⁰ Assim, podemos pensar, a partir de Maquiavel, que a “arte de governar” expressa-se pelas “maneiras pelas quais se podem governar e conservar-se”.⁴³¹ E não é possível fazê-lo sem tratar da guerra, assim como não parece ser possível tratar da “arte de governar” omitindo sua relação com a política e conseqüentemente com a aparência.

Maquiavel, ao afirmar que a principal atividade do governante é a guerra, sugere fazê-lo de forma definitiva. Ele afirma na sequência que, “portanto, um príncipe não deve jamais afastar o pensamento do exercício da guerra e, durante a paz, deve exercitá-lo mais ainda que na guerra”.⁴³² Se, por um lado, podemos pensar que esta passagem no seu sentido literal resume bem certos preceitos maquiavelianos; por outro, tomada em certo sentido metafórico em que nos remete não diretamente à guerra, mas à política e, mais especificamente, às relações que lhe são próprias, a passagem não parece ser menos apropriada. “A política é uma forma de guerra”,⁴³³ afirma Lefort, e a guerra, seja no seu sentido literal ou neste outro, encontra-se na ordem das necessidades primeiras

⁴³⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIV, p. 157: *Debbe dunque uno principe non avere altro obietto né altro pensiero né prendere cosa alcuna per sua arte, fuora della guerra e ordini e disciplina di essa (...)*.

⁴³¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, II, p.119: (...) *come questi principati si possino governare e mantenere.*

⁴³² MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIV, p. 157: *Debbe pertanto mai levare il pensiero da questo esercizio della guerra; e nella pace vi si debbe piú esercitare che nella guerra (...)*.

⁴³³ LEFORT, *Le Travail de l'Ouvre*, p. 353.

do Estado. Seguindo a argumentação de Maquiavel, encontramos uma espécie de divisão pontual dos afazeres do governante ao lidar com a guerra. Segundo ele, seu exercício “pode ser feito de duas maneiras, com obras e com a mente”.⁴³⁴ Sugere haver assim duas maneiras de guerrear. Paralelamente, ao governante isto não necessariamente implica uma possibilidade de escolha. O governante precisa efetivar, da melhor maneira, as duas. Assim, “o príncipe a quem falte esta perícia carece da primeira qualidade que deve ter um capitão, porque é esta que ensina a ir de encontro ao inimigo, tomar os exércitos, organizar as batalhas e atacar as cidades com superioridade”.⁴³⁵ É interessante notar que a figura do capitão pode muitas vezes se efetivar como sinônimo de governante e o papel deste último pode, por sua vez, se confundir em muitos momentos com o do primeiro. Isso não se modifica na segunda atribuição apontada por Maquiavel. Segundo ele,

quanto aos exércitos da mente, deve o príncipe ler obras históricas e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinando as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em mente.⁴³⁶

A passagem nos devolve àquilo que não necessariamente pode ser forjado ou que não o pode ser todo o tempo. E, mesmo que a simulação ou dissimulação seja necessária em algum momento específico, não se faz regra. O governante precisa aprender com os grandes homens do passado. A história oferece possibilidades reais para inspirar seu

⁴³⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XV, p. 157: (...) *il che può fare in dua modi: l'uno, con le opere; l'altro, con la mente.*

⁴³⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIV, p. 158: *E quel principe che manca di questa perizia, manca della prima parte che vuole avere uno capitano: perché questa t'insegna trovare el nimico, pigliare gli alloggiamenti, condurre gli eserciti, ordinare le giornate, campeggiare le terre con tuo vantaggio.*

⁴³⁶ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIV, p. 157: *E quanto alle opere, oltre al tenere bene ordinati ed esercitati e' suoi, debbe stare sempre in su le cacce: e mediante quelle assuefare il corpo a' disagi, e parte imparare la natura de' siti, e conoscere come surgono e' monti, come imboccano le valle, come iaciono e' piani, e intendere la natura de' fiumi e de' paduli; e in questo porre grandissima cura.*

modo de agir, oferece ações que já se efetivaram e que podem ser imitadas pelo governante. Imitar os grandes homens é bem diferente de simular ser um deles, o que pode se constituir como uma possibilidade razoável de ação somente quando a primeira opção, ou seja, sê-lo efetivamente, mostra-se impossível. Mas será mesmo possível simular ser um grande homem sem o ser efetivamente? A argumentação de Maquiavel sugere que não e, quanto mais nos aventuramos por ela, mais dificuldades nos parecem ser próprias tanto deste assunto quanto de conclusões simplificadoras como esta.

A guerra pode ser a ocasião que mais põe à prova o poder do governante. Dela ele sai fraco ou digno de glória. Seu poder, no entanto, não se constrói necessariamente por ser o mais forte, mas por ser o “melhor”. Melhor por efetivar os objetivos próprios de um governante e que dizem respeito à conquista e à manutenção do poder. O simples uso da força, melhor dizendo, da violência, está longe de ser o meio mais eficaz para efetivá-los. Lefort chama nossa atenção para este fato ao afirmar que “não é suficiente que aquele que agarrou o poder domine seus adversários pela violência”.⁴³⁷ Na sequência, ele argumenta que “não depende da violência pura e o príncipe não triunfa pelo simples fato de ser o mais forte, visto que precisa manter-se, durar, coexistir com aqueles que domina, impor-lhes dia após dia sua autoridade, conter dia após dia as desordens nascentes”.⁴³⁸ Talvez seja justamente por isso que Maquiavel fala em *Arte da Guerra*. Não se trata apenas de aprender a usar a força,⁴³⁹ mas dos mecanismos de convertê-la em poder.

Tratar da guerra nos possibilita ver que o governante é essencialmente um produtor de imagens. Isso vale tanto para os assuntos que dizem respeito diretamente à guerra, como para todos os outros relacionados à política. Sua função não se restringe, e nem poderia se restringir, a esta, mas sem ela as dificuldades se multiplicam, e podemos

⁴³⁷ LEFORT. *Le Travail de l'Ouvre*, p. 353.

⁴³⁸ LEFORT. *Le Travail de l'Ouvre*, p. 353.

⁴³⁹ Voltaremos a tratar da questão da força na última seção deste capítulo.

pensar que, ao ignorar a produção de imagens, o governante dificilmente pode ter êxito nas suas demais tarefas. De fato, não podemos tomá-lo como um ilusionista que se porta como tal ao praticar toda e qualquer ação. Iludimo-nos se partimos desta caracterização, e isso vale não somente para aquilo que diz respeito à guerra, mas para qualquer ação do governante no âmbito público. O texto de Maquiavel, ao contrário de nos conduzir a tal conclusão, possibilita-nos, a cada página, vislumbrar características que o governante precisa ter e das quais não se pode facilmente produzir imagem alguma. Não se pode tudo manipular. A característica de bom ator parece ser somente mais uma entre as tantas que o governante precisa ter. Assim, não nos sugere, por exemplo, que honra e glória sejam frutos somente da aparência do governante.

É certo que o processo de produção da imagem do governante é definitivo para que ele tenha *reputazione*, seja considerado um grande homem. No entanto, ser bom ator simplesmente não garante conquista do título de homem de glória, embora não se possa fazê-lo sem atuar. A reputação do governante depende de muitas ações de consequências não manipuláveis e, ao mesmo tempo, exige que ele muitas vezes transpareça algo muito diferente do que o que de fato faz. Se, por um lado, o ator político precisa saber manipular sua imagem na medida em que sabe que será julgado por ela, por outro, precisa efetivamente se empenhar para ser um grande homem e, para isso, precisará edificar sua reputação por via de uma série de ações que não necessariamente poderão ser forjadas. Adverse afirma a este respeito que

os textos maquiavelianos nos mostram à exaustão a necessidade em que se encontra o homem político de possuir qualidades que não podem ser classificadas sob o gênero da produção de imagem, como a audácia, a impetuosidade, a independência e a astúcia. Por outro lado, essas qualidades são inoperantes se desacompanhadas da boa imagem.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ ADVERSE. *Maquiavel: Política e Retórica*, p. 19.

Assim, o governante, para efetivar seu objetivo de manutenção do poder, deve ser visto de uma determinada maneira, segundo a qual ele é um homem de boa reputação. Para isso, ele precisa efetivar ações dignas de honra. Por outro lado, ele age mais pelo critério das necessidades presentes que pelos critérios da tradição e guia-se conseqüentemente pelas vias mais eficazes para manter-se no poder. Esforça-se por transparecer, a partir destas mesmas ações nem sempre “boas”, a imagem de um homem íntegro e considerado bom, enfim, portador de todas as virtudes que dele são esperadas. Dizendo de outro modo, a obra de Maquiavel reconhece a opacidade do real ao propor como parâmetro das ações do governante uma verdade efetiva. Ao mesmo tempo, não há, pelo menos em definitivo, uma regra condutora da ação do governante e, se insistimos em buscá-la, encontramos um limite nas circunstâncias que envolvem cada situação. Em outras palavras, a única regra que pode ser definida previamente no agir político se restringe ao agir de acordo com as exigências da situação, agir segundo as necessidades presentes naquela ocasião.

Deste modo, assim como tudo que se passa no âmbito da política e que é circunscrito pela aparência, a guerra parece ser colocada diante de um grande entrave quando se tem como parâmetro único para as ações de quem governa os valores da tradição cristã. E, muito embora os *Specula* se fundamentem na hipótese contrária à que acabamos de apresentar, para Maquiavel o êxito de um governante que se propõe a agir sempre da mesma maneira, ignorando as circunstâncias presentes, deve-se antes à *fortuna* e não a ele mesmo (tal como veremos mais de perto no capítulo seguinte). Dessa forma, Lefort, a este respeito, afirma que “Maquiavel convida o leitor para uma interrogação acerca dos fundamentos da política e começa por lhe proibir que se apoie sobre as verdades estabelecidas pela tradição cristã”.⁴⁴¹ É preciso com ela romper para

⁴⁴¹ LEFORT. *Le Travail de l'Ouvre*, 365.

conquistar e manter o poder. Romper definitivamente com tudo aquilo que contraria as exigências do tempo presente, procurando praticar ações que, ao invés disso, possam ser capazes de produzir imagens que com tais exigências concordem. Sob este aspecto, Maquiavel muito se diferencia de seus contemporâneos. Em vez de adequar seu trabalho aos valores e à tradição, parece antes apontar as dificuldades que estes valores da tradição impunham àquele que pretendia conquistar e manter o poder. Seus escritos tratam muitos dos assuntos discutidos na época, mas sugerem tomá-los sob outra perspectiva.

4.4 A *virtù* e os *humores*

Falta-nos ainda investigar um pouco mais de perto como o governante de *virtù* pode lidar com os *humores* existentes no corpo político. Discutimos esta questão no primeiro capítulo, mas, como ainda não havíamos abordado a questão da *virtù*, faltavam-nos elementos suficientes para completar esta análise e optamos por deixar alguns provisoriamente de lado. Após tratar mais de perto da questão da *virtù* no começo deste capítulo, iniciamos um percurso que pretende abordá-la tendo em vista os demais temas estudados neste trabalho. Este percurso nos possibilitou adiantar algumas das questões que dizem respeito aos *humores* e ao modo como o governante de *virtù* pode com eles lidar. Assim, resta-nos explicitar as possibilidades que o governante de *virtù* tem para lidar com o conflito entre os *humores* e finalizar alguns aspectos que permaneceram em aberto.

Em nosso primeiro capítulo, procuramos organizar nossa análise dos *humores* próprios do corpo político, tomando-os de acordo com a forma de governo que constituíam. Assim, seguindo a afirmação de Maquiavel, segundo a qual as relações

estabelecidas pelos *humores* podem produzir três efeitos (Principado, República ou Licença), procuramos organizar nossa análise, ao longo do primeiro capítulo, seguindo a ordem destes efeitos e a relação deles com as obras do autor. Resta ainda analisar mais de perto a forma como o governante lida com o conflito próprio dos *humores* existentes no corpo político, assim como as maneiras pelas quais pode se valer da *virtù* para efetivar ações capazes de amenizar a tensão nestas relações, ou de, ao menos, evitar que o conflito seja pernicioso ao corpo político e ao seu poder; ou, no caso das Repúblicas, de como podem se efetivar ações capazes de preservar a liberdade.

Tal como vimos antes, diferentemente do que pensavam muitos dos contemporâneos de Maquiavel, o autor assume a perspectiva segundo a qual não se trata de tentar suprimir o conflito, uma vez que ele é constitutivo do corpo político, mas de lidar com ele da melhor maneira possível. Para isso, não pretendemos nos valer da divisão que fizemos para organizar nossa análise da questão dos *humores* no início deste trabalho. Em vez de separá-los pelos efeitos que são capazes de produzir, preferimos tomá-los aqui independentemente destes efeitos. Acreditamos que, embora esta divisão tenha servido bem aos nossos propósitos no primeiro capítulo, seria supérflua agora e poderia nos desviar da questão que queremos investigar aqui. Não se trata mais de analisar diretamente as relações no mais das vezes conflituosas próprias dos *humores* no interior do corpo político e nem mesmo o lugar do governante neste corpo, tal como fizemos anteriormente, mas de pensar nas formas como o governante pode se valer da *virtù* para efetivar ações de modo a encontrar o melhor caminho para lidar com os *humores* e suas relações de conflito.

Maquiavel parte do princípio de que todo corpo político é cindido e marcado pelo conflito entre aqueles que querem governar e oprimir e os que não querem ser

oprimidos. Assim, inversamente ao que pensavam seus contemporâneos, o autor, de acordo com Pancera,

faz do jogo de oposições, do conflito, um elemento constitutivo das comunidades políticas. É a iminência do conflito que explica as constantes tensões a que se encontram submetidas as estruturas políticas tanto interna, quanto externamente. É também este fato que sujeita os estados a um movimento involuntário, impossível de ser apreendido e interrompido por qualquer forma de governo.⁴⁴²

Grandes e povo constituem assim uma das questões importantes a que o governante deve se ater. Mais que isso, é justamente ao se situar em relação ao conflito que os caracteriza que o lugar do governante no interior do corpo político é finalmente delimitado, tal como vimos no começo deste trabalho. E, neste sentido, é certamente uma das questões capazes de constituir um âmbito de possibilidade de aplicação da *virtù*. Ao ignorar a cisão própria do corpo político, o governante mostra-se desprovido de *virtù* e, ao pensar o conflito como definitivamente pernicioso, corre o risco de “negar sua existência e cristalizar a dinâmica a eles [aos corpos políticos] inerente, perigo este que está presente nas ideias de uma unidade definitiva e de um pleno equilíbrio que perpassava o modelo veneziano de república”.⁴⁴³ Ideias essas refutadas por Maquiavel, que parecia perceber que o conflito permeia todo corpo político, manifestando-se diversamente nas variadas formas de governo que um determinado corpo pode assumir.

Para ele, o que se fazia em seu tempo era tentar evitar o inevitável. O conflito era um fato, já estava dado, não poderia ser evitado. Seguindo a argumentação de Pancera,

negava-se justamente o elemento constituinte de todo e qualquer principado ou república, qual seja: a divisão fundamental entre o desejo dos grandes e o desejo dos povos. Esta divisão jamais poderia ser eliminada, a despeito dos

⁴⁴² PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 10-11.

⁴⁴³ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 11.

esforços feitos a respeito, a não ser com a extinção da própria comunidade política.⁴⁴⁴

Esforços para eliminar a cisão do corpo político e seus conflitos seriam inevitavelmente também um esforço para estagná-lo. Simplesmente eliminar o conflito não contribui para a unidade do corpo político. Vimos (no primeiro capítulo) que, em analogia ao corpo humano, um corpo absolutamente em repouso é um corpo morto. Neste sentido, procurar eliminar a cisão do corpo político é ignorar sua dinâmica ou contribuir para sua morte.

Deste modo, se não se pode eliminar definitivamente o conflito, resta ao governante aprender a lidar com ele. Em outras palavras, se o corpo político, tal como afirma Faraklas, possui uma constituição tripla, ou ainda, “o povo, os grandes e o príncipe: os três atores da política”,⁴⁴⁵ o governante, como terceiro ator, deve procurar enquadrar suas ações entre os desejos dos dois primeiros. Não para tentar conciliá-los, mas para conseguir manter seu poder apesar deste conflito irremediável. De fato, Maquiavel parece sempre lembrar seu leitor dos objetivos de conquista e manutenção do poder, próprios daquele que governa ou pretende governar o corpo político. A chave conceitual para a efetividade destes objetivos é a *virtù*, ou, se preferirmos, para perseguir seus principais objetivos o governante precisa se valer da *virtù* para efetivar ações capazes de pelo menos impedir que o conflito entre grandes e povo chegue a um ponto extremo e arruíne o corpo político. Ou ainda, para alcançar tais objetivos, é necessário que o governante saiba lidar com a tensão introduzida pelo conflito entre os *humores*.

Talvez a primeira constatação de um governante de *virtù* seja a de que é muito difícil conseguir agradar povo e grandes ao mesmo tempo. Embora possível, depende de

⁴⁴⁴ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 149.

⁴⁴⁵ FARAKLAS. *Machiavel, le Povoir du Prince*, p. 12.

uma coincidência entre uma série de fatores para se concretizar. Já abordamos esta questão, mas resta-nos tratar de algumas pendências que não podem ser negligenciadas. De fato, sabemos das dificuldades de satisfazer simultaneamente os desejos dos grandes e do povo. Seus desejos se contrapõem de modo que, no mais das vezes, ao satisfazer os desejos de um dos *humores*, o outro tende a se perceber negligenciado. Muitas especificidades caracterizam esta questão. Primeiramente precisamos considerar que a impossibilidade de satisfazer, ao mesmo tempo, os desejos de ambos os *humores* não implica necessariamente a ruína daquele que governa. Faz-se necessário, no entanto, que este último tome algumas precauções para que a insatisfação de um dos *humores* não prejudique a ordenação política por ele conservada e, em última instância, não o faça perder seu poder. Precisa, para isso, se ater às especificidades deste assunto. O nono capítulo d’*O Príncipe*, talvez mais que outro capítulo em que Maquiavel trata da questão dos *humores*, evidencia-nos isto.

A primeira instrução do autor diz respeito à observação das características da proveniência do poder do governante. O capítulo se refere especificamente ao Principado Civil e, neste caso, o poder do príncipe pode advir tanto dos grandes quanto do povo e algumas distinções importantes (em relação a quem apoiou o governante para que se efetivasse enquanto tal) nos são apresentadas pelo autor. A primeira delas, segundo Maquiavel, é que “quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo”.⁴⁴⁶ A explicação nos é dada pelo autor logo na sequência. De acordo com ele, “o primeiro se vê cercado por muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo”.⁴⁴⁷ A situação inversa também é analisada

⁴⁴⁶ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: *Colui che viene al principato con lo aiuto de’ grandi, si mantiene con piú difficultà che quello che diventa con lo aiuto del popolo (...)*.

⁴⁴⁷ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: *(...) perché si truova principe con di molti intorno che gli paiono essere sua equali, e per questo non gli può né comandare né maneggiare a suo modo.*

por Maquiavel, segundo ele, “quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecê-lo”.⁴⁴⁸ Estas primeiras considerações apontam para as particularidades de assumir o poder, o que geralmente ocorre com o apoio de um dos *humores*. Já é possível perceber a partir destas primeiras observações a importância de conseguir o apoio do povo, assim como os melindres próprios da relação que este precisa estabelecer com os grandes.

No entanto, é na afirmação seguinte que o autor chega a sua conclusão mais interessante: “não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir enquanto aqueles querem não ser oprimidos”.⁴⁴⁹ Esta passagem sugere que, uma vez determinados os objetivos daquele que governa, faz-se necessário que ele, se quiser alcançá-los, se atenha aos objetivos daqueles que juntamente com o governante, constituem o corpo político. Tal como afirma Faraklas, “a política confronta os grandes, o povo e um homem ao poder”⁴⁵⁰ e este confronto pode implicar um príncipe glorioso ou fracassado; uma República independente de suas especificidades; uma Licença, tal como vimos no nosso primeiro capítulo. Independentemente do resultado produzido pela desunião dos *humores*, o governante precisa estar atento para conseguir o apoio do povo preferencialmente sem injuriar os grandes o que, tendo em vista os objetivos destes, é absolutamente possível e desejável. “Além disso, [de acordo com Maquiavel,] um príncipe não pode jamais se proteger contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-se garantir contra os grandes, porque são

⁴⁴⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: *Ma colui che arriva al principato con il favore popolare, vi si truova solo e ha d'intorno o nessuno o pochissimi che non sieno parati a ubbidire.*

⁴⁴⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143-144: *Oltre a questo non si può con onestà satisfare a' grandi, e sanza iniuria di altri, ma sí bene al populo: perché quello del populo è piú onesto fine che quello de' grandi, volendo questi opprimere e quello non essere oppresso.*

⁴⁵⁰ FARAKLAS. *Machiavel, le Povoir du Prince*, p. 8.

poucos”.⁴⁵¹ Aqui o autor sugere conduzir sua análise às suas últimas consequências. Não somente porque aponta os limites das possibilidades do governante em relação ao povo, mas porque sustenta que o governante precisa se ater, de modo especial, a conseguir o apoio do povo, mesmo que para isso precise impor entraves às relações que estabelece com os grandes. Precisa saber que conseguiu-lo em relação aos primeiros é também mais fácil que lidar com os grandes.

Esta recomendação parece ter um significado especial nos tempos de Maquiavel, pois era comum que o príncipe se envolvesse mais com as questões próprias dos grandes que lhe eram mais próximos e mal tomasse conhecimento dos desejos do povo. Assim, como não raro as consequências desta desmesura eram perniciosas ao poder do príncipe e, por vezes, à unidade do corpo político, Maquiavel sugere àquele que detém o poder que atente aos perigos desta imparcialidade em favor dos grandes. Na sequência do texto Maquiavel, parece confirmá-lo afirmando que

o pior que um príncipe pode esperar de um povo hostil é ser abandonado por ele; mas dos grandes, quando inimigos, deve temer não só ser abandonado, como também que o ataquem, porque, tendo mais visão e astúcia, previnem-se sempre a tempo de se salvar e procuram aproximar-se daquele que vença. Além disso, o príncipe tem sempre de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto.⁴⁵²

Assim, ao levar a questão às suas últimas consequências e ao cogitar o que de pior pode acontecer ao governante o autor nos conduz a pensar o lugar e a função do governante. De fato, o autor não nos conduz à questão a partir de um pressuposto moral ou ideal. No entanto, ao buscar meios capazes de contribuir para que o governante alcance seus

⁴⁵¹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 144: *Praeterea, del popolo inimico uno principe non si può mai assicurare, per essere troppi: de' grandi si può assicurare, per essere pochi.*

⁴⁵² MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 144: *Il peggio che possa aspettare uno principe, dal popolo inimico, è lo essere abbandonato da lui; ma da' grandi, inimici, non solo debbe temere di essere abbandonato, ma etiam che loro gli venghino contro: perché essendo in quelli più vedere e più astuzia, avanzano sempre tempo per salvarsi e cercando gradi con chi sperano che vinca. È necessitato ancora el principe vivere sempre con quello medesimo popolo, ma può bene fare sanza quelli medesimi grandi, potendo farne e disfarne ogni dí e tórre e dare a sua posta reputazione loro.*

objetivos principais, que são a conquista e a manutenção do poder, acaba por concluir que o governante precisa se ater de modo especial ao povo e cuidar para que os grandes não coloquem em risco seu poder.

Encerra a questão das consequências da proveniência do poder do governante afirmando que

quem se tornar príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo que lhe podem é não serem oprimidos. Mas quem se tornar príncipe pelo favor dos grandes e contra o povo deverá, antes de qualquer outra coisa, procurar conquistá-lo, o que também será fácil, se lhe der proteção.⁴⁵³

Tal tarefa, que expõe certo esforço de Maquiavel para evidenciar sua importância, não parece difícil de ser executada. Na sequência do texto, o autor procura esclarecê-lo, afirmando que, “como os homens se ligam mais ao seu benfeitor se recebem o bem quando esperavam o mal, o povo se torna mais rapidamente favorável ao príncipe do que se ele tivesse sido conduzido ao principado graças ao seu apoio”.⁴⁵⁴ Neste sentido, a dificuldade maior parece implicar o reconhecimento por parte do governante de que ele precisa se ater aos desejos do povo de modo a praticar ações que lhe confirmem seu apoio. Se as necessidades dos grandes se fazem mais presentes porque estes sabem se fazer mais próximos daquele que governa, não são eles que podem contribuir efetivamente em circunstâncias difíceis. Deste modo, Maquiavel conclui que “é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio na adversidade”.⁴⁵⁵ Tê-lo como amigo, no entanto, não implica garantia de êxito. Parece implicar antes deixar de criar um impedimento ao êxito.

⁴⁵³ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 144: *Debbe pertanto uno, che diventi principe mediante el favore del popolo, mantenerselo amico: il che gli fia facile, non domandando lui se non di non essere oppresso. Ma uno che, contro al popolo, diventi principe con il favore de' grandi, debbe innanzi a ogni altra cosa cercare di guadagnarsi el popolo: il che gli fia facile, quando pigli la protezione sua.*

⁴⁵⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 144: *E perché li uomini, quando hanno bene da chi credevano aver male, si obligano più al beneficatore loro, diventa el popolo subito più suo benivolo che s'e' si fussi condotto al principato con e' favori sua.*

⁴⁵⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 144-145: *Concluderò solo che a uno principe è necessario avere il popolo amico, altrimenti non ha nelle avversità remedio.*

Se não se pode por alguma razão ter o povo como amigo, o governante deve cuidar para não se tornar odiado por ele. O autor considera essa afirmação segundo a qual “o governante não deve se tornar odiado pelo povo” em muitos momentos da obra e, embora não a mencione no capítulo, retoma a afirmação nos capítulos seguintes de forma insistente. Os motivos parecem ser variados,⁴⁵⁶ mas no capítulo XIX encontramos uma razão que torna evidente os motivos da preocupação do autor. Segundo Maquiavel, “um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contra as conspirações é não se tornar odiado pela generalidade dos súditos”.⁴⁵⁷ E, como ele já havia afirmado que são dois os receios do governante, sendo um concernente aos súditos e que pode ser solucionado contraindo-se sua amizade,⁴⁵⁸ tornar-se odiado parece mesmo implicar tornar, de certa forma, seu poder mais vulnerável. Talvez por isto Maquiavel conclua, no capítulo XIX, que “um príncipe deve ter em pouca conta as conspirações enquanto o povo lhe for favorável, mas, quando este se tornar seu inimigo ou lhe tiver ódio, deverá temer todas as coisas e todo mundo”.⁴⁵⁹ Na sequência, refere-se diretamente à questão dos *humores*, afirmando que “os Estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer ao povo e fazê-lo contente, porque esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe”.⁴⁶⁰ Retomaremos esta questão um pouco mais adiante, mas não se pode deixar de observar que Maquiavel sugere que o governante conquiste a amizade do povo, não sendo isto possível, precisa pelo menos evitar ser odiado por ele.

⁴⁵⁶ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVI, XVII, XIX e XX.

⁴⁵⁷ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 168: *E uno de' piú potenti remedi che abbia uno principe contro alle congiure, è non essere odiato da lo universale (...).*

⁴⁵⁸ Ver MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX.

⁴⁵⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 169: *Concludo pertanto che uno principe debbe tenere delle congiure poco conto, quando il populo gli sia benivolo: ma quando gli sia nimico e abbilo in odio, debbe temere d'ogni cosa e di ognuno.*

⁴⁶⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 169: *E gli stati bene ordinati ed e' principi savi hanno con ogni diligenza pensato di non disperare e' grandi e satisfare al populo e tenerlo contento: perché questa è una delle piú importanti materie che abbi uno principe.*

É interessante notar que todas estas observações dizem respeito ao Principado Civil e, se algumas delas podem se estender às outras formas de governo, outras se restringem ao Principado. Tal como vimos anteriormente (no primeiro capítulo), os resultados da desunião dos *humores* são distintos e podem corresponder a três formas de organização política: Principado, República e Licença. Implicam conseqüentemente formas distintas de governar, assim como formas distintas de efetivar ações capazes de conduzir o governante aos seus objetivos de conquista e manutenção do poder. Isto ocorre porque, mesmo que a *fortuna* insira modificações idênticas nestas formas de organizações distintas, dificilmente será possível que aquele que governa responda de forma idêntica. Se no Principado o governante age sozinho e pode agir rápido, na República nem sempre podemos observar ações tão imediatas por parte daquele(s) que governa(m). Na Licença talvez sequer haja reação.

Em todo caso, lidar com o conflito dos *humores* existente em todos os corpos políticos parece por à prova a *virtù* do governante. Certamente estas relações podem se dar de modo a não lhe demandar grande esforço e, como vimos, não é possível prever este tipo de coisa. No entanto, pode tornar-se uma questão de extrema dificuldade para o governante e, quando assim acontece, nos pontos mais delicados em que é possível estas relações se estabelecerem, o governante pode, pela efetividade de ações embutidas de *virtù*, em determinadas situações, evitar que o conflito destrua a unidade do corpo político ou, dependendo do caso, viabilizar as condições necessárias para a liberdade. Em última instância é a *virtù* do governante que pode propiciar a ele ater-se à questão dos conflitos no intuito de fazer “bom uso dos tumultos”, para usar a expressão de Ménissier, contribuindo assim para que o governante efetive seu objetivo de manutenção do poder.

4.5 A *virtù* do governante como condição de possibilidade para a manutenção do poder

Resta-nos ainda analisar algumas questões relacionadas à *virtù* do governante propriamente dita. Talvez possamos dizer, a partir do pensamento de Maquiavel, que a diferença entre um modelo ideal de governo e uma proposta de governo factível seja o fato de que uma proposta de governo factível considera a *fortuna* e a possibilidade de variação das circunstâncias, assim como a necessidade de que o governante adapte suas ações às novas exigências dos tempos. Já um modelo de governo ideal tem por tendência ignorar as variações dos tempos e, justamente por isso, encontraria dificuldades maiores para se efetivar na história, haja vista que os tempos tendem a introduzir mudanças às quais ele tende a não estar preparado e, conseqüentemente, não resistir. Sabemos que um governante pode não precisar enfrentar nenhuma grande mudança circunstancial ao longo da sua vida e manter-se no poder mesmo desprovido de *virtù*. Mas, como uma das poucas certezas que temos da *fortuna* é que ela modificará as circunstâncias, seria imprudente que o governante desconsiderasse a possibilidade de eventuais modificações das circunstâncias. Enquanto elas não ocorrem, o governante pode e deve refletir sobre suas ações, procurando considerar (a partir da experiência de outros) suas possibilidades reais de êxito. Maquiavel sugere a observação dos antigos como ponto de partida. Esta observação, no entanto, não implica uma tarefa simples, pois se espera que o governante possa adaptar os feitos dos grandes homens ao seu tempo, e mais uma vez sua *virtù* lhe é certamente de grande valia para fazê-lo. Em outras palavras, a imitação não pode substituir a *virtù* do governante, mas, ao contrário, pode eventualmente exigir que ele se valha de toda sua *virtù* para efetivar ações capazes de conduzi-lo aos seus objetivos de conquista e manutenção do poder. Podemos pensar

deste modo que aquele que governa precisa estar sempre atento a qualquer variação das circunstâncias, o que pode suceder a qualquer instante, sem qualquer possibilidade de previsão. Enquanto as circunstâncias não variam, ele precisa procurar efetivar ações que, por sua vez, podem ser planejadas, para tentar alcançar seus objetivos.

Talvez seja justo afirmar que o governante deve planejar suas ações e procurar calcular suas possibilidades de êxito tendo em vista os resultados obtidos por outros atores políticos em situações semelhantes ao longo do tempo. Não pode, porém, se ater de modo definitivo a tais perspectivas, acreditando estarem elas isentas da possibilidade de mudanças. Ora, não há nem racionalização absoluta do agir político, nem modelo acabado no pensamento de Maquiavel. Nesse sentido, o governante pode alcançar seus objetivos de conquista e manutenção do poder apesar das variações da *fortuna*. A condição para efetivá-lo diz respeito à sua *virtù*, que só será suficiente se possibilitar que ele perceba as modificações introduzidas pela *fortuna* a tempo de mudar suas ações de modo que elas continuem a acompanhar as modificações dos tempos. Assim, se é possível dizer que há um modelo a ser traçado e seguido pelo governante, trata-se de uma espécie de “modelo maleável”, passível de ser modificado em virtude das mudanças introduzidas pela *fortuna*. Isto acontece porque a *fortuna* se opõe à *virtù*, e não a uma racionalização absoluta da ação. E, se as modificações que a primeira introduz às circunstâncias presentes puderem ser compreendidas em tempo hábil pelo governante de *virtù* e ele puder então ajustar suas ações a tais variações, manterá seu poder apesar dos eventuais infortúnios próprios do universo da política. É somente nesse confronto que o governante pode externar sua *virtù* e efetivar-se como governante de *virtù*. E parece ser nesse contexto que podemos tentar compreender uma possível definição do que seria um governante virtuoso nos termos maquiavelianos.

Sfez, ao pensar a política maquiaveliana a partir da perspectiva de um determinado “mal menor”, analisa o “ideal do virtuoso”, assim como o que afirma ser a “intenção da *virtù*”. O autor acaba por chegar a uma definição de virtuoso. Segundo ele, “o que define o virtuoso não é nem a eficácia do poder nem a glorificação da tenacidade da vontade, mas o fato de, por assim dizer, ser marcado pelos eventos. Em três termos: a liberdade que ele tem, ele conhece a ocasião, e ele inova”.⁴⁶¹ Esta definição, no entanto, não se inscreve no mesmo registro de seus contemporâneos. Maquiavel parece inserir novos elementos para facilitar esse deslocamento necessário do governante entre o modelo de governo que ele escolheu seguir e a possibilidade de alterá-lo segundo as exigências que podem lhe ser postas ao acaso. Sfez, de fato, não o ignora e prossegue sua análise afirmando que “o virtuoso precisa conjugar as formas da força e da astúcia, se armando das leis elas mesmas. Precisa compor uma figura passível de ser descrita à pena, por vezes meio-homem-meio-besta, onde o Centauro é a figura mais próxima, e besta de duas cabeças, meio-leão-meio-raposa”.⁴⁶² O governante virtuoso faz uso da força e se isto não é propriamente uma novidade introduzida por Maquiavel, haja vista que o uso da força permeou ao longo da história os afazeres daqueles que governam, a maneira como o autor sugere seu uso parece sê-lo.

Esta questão costuma ser tratada como uma inovação introduzida pelo secretário. Muito embora a força sempre tenha feito parte do âmbito da política, suas formas de utilização foram abordadas de maneira singular por Maquiavel, que acaba por discutir questões pouco consensuais sem reserva alguma. Alguns autores chegam a apontar a maneira como Maquiavel introduz a força nas ações do governante, assim com a maneira como ele aborda a questão, como a única novidade acrescentada pelo

⁴⁶¹ SFEZ, *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 129.

⁴⁶² SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 130.

secretário, o que, de fato, nos parece ser um exagero.⁴⁶³ Não nos cabe aqui investigar os demais autores contemporâneos de Maquiavel para confrontá-los ao pensamento deste último e delimitarmos melhor suas inovações. Apesar de constituir um interessante objeto de investigação, isso nos desviaria do problema abordado aqui. No entanto, considerações como a de Skinner servem para reforçar a hipótese de que a abordagem maquiaveliana da questão da força não somente é inovadora, como também fundamental em seu pensamento. É sem dúvida uma das questões mais importantes a que o governante precisa se ater.

Voltando ao texto de Sfez, podemos ver que ele inicia sua análise partindo do rompimento inevitável entre os textos de Maquiavel e os da tradição, especialmente os de Cícero, quando o primeiro introduz suas considerações sobre a questão da força. Ao pensar uma possível definição do virtuoso, o autor não demora a abordar as metáforas que Maquiavel apresenta para tratar da sua maneira de compreender o uso que aquele que governa deve fazer da força, assim como da astúcia. A primeira mencionada por Sfez é a do “meio-homem-meio-besta”, a segunda, a do “meio-leão-meio-raposa”. Pierre Manent a este respeito nos conduz a pensar que a segunda metáfora pressupõe a primeira. Se podemos admitir que o governante precisa se valer por vezes das suas qualidades de leão, por vezes da de raposa, precisamos admitir antes um certa natureza bestial naquele que governa.

De fato, no capítulo XVIII d’*O Príncipe* Maquiavel nos apresenta a metáfora do leão e da raposa, que se tornou bastante conhecida e frequentemente recuperada pelos comentadores de sua obra. Ele se vale desta metáfora para apontar a existência das diferentes situações que se impõem ao governante e aponta a necessidade de diferentes modos de agir para corresponder às necessidades presentes. Nas palavras de Maquiavel,

⁴⁶³ Ver SKINNER. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*.

visto que o príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos.⁴⁶⁴

A passagem, inicialmente, sugere ao príncipe que se valha de sua natureza animal. Em seguida parece apontar dois tipos de natureza animal. Pierre Manent analisa esta passagem. Segundo ele, “o príncipe é duplo: homem e besta. Ele tem uma dupla natureza. Sua bestialidade é ela mesma dupla: raposa e leão. Destas duas naturezas é uma de duas faces da bestialidade que assegura a união: a astúcia”.⁴⁶⁵ Assim, enquanto homem, sua natureza é dupla, por ser ao mesmo tempo homem e besta. Mas, ao ser também besta, se faz novamente dupla, por ser simultaneamente leão e raposa. De acordo com Sfez, isto acontece porque “a fórmula de divisão entre a questão das leis e aquela da força definitivamente não desenha uma ruptura entre bestas e homens”.⁴⁶⁶ De fato, a questão da força permeia o pensamento político de Maquiavel e se desmembra em muitas formas no interior do corpo político. Faraklas sugere, ao abordar este assunto, procurar evidências do quanto a força assume as diretrizes das possibilidades efetivas de se pensar o âmbito da política.

Tanto Sfez quanto Faraklas retomam a afirmação de Maquiavel segundo a qual “deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte de quem comanda”.⁴⁶⁷ Faraklas parte deste trecho para afirmar que para “Maquiavel a arte da guerra é, ela mesma, o único objeto da política. (...) A única arte

⁴⁶⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVIII, p. 165: *Sendo adunque necessitato uno principe sapere bene usare la bestia, debbe di quelle pigliare la golpe e il liono: perché il liono non si defende da' lacci, la golpe non si defende da' lupi; bisogna adunque essere golpe a conoscere e' lacci, e liono a sbigottire e' lupi (...)*.

⁴⁶⁵ MANENT. *Naissances de la Politique Moderne*, p. 21.

⁴⁶⁶ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 132-133.

⁴⁶⁷ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIV, p. 157: *Debbe dunque uno principe non avere altro obietto né altro pensiero né prendere cosa alcuna per sua arte, fuora della guerra e ordini e disciplina di essa: perché quella è sola arte che si aspetta a chi comanda (...)*.

da política é aquela do chefe militar, a estratégia e a disciplina, a organização e treinamento das forças armadas”.⁴⁶⁸ Faraklas prossegue sua argumentação afirmando não ser este um exagero do texto de Maquiavel, haja vista que este tece argumentos de modo a consolidar sua perspectiva desta questão. Sfez, por sua vez, nos lembra que “Maquiavel apela ao reconhecimento da universalidade da guerra e descreve o homem como um ser ‘bi facial’, à ambiguidade definitiva, meio-besta, meio-homem, ao limite do descritível e que o personagem do príncipe revela e porta o extremo”.⁴⁶⁹

A importância da força parece ficar mais nítida a cada passagem em que Maquiavel a menciona. Acontece, tal como sabemos e o reafirma Maquiavel, que “um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos, e outro externo por conta das potências estrangeiras. O meio de se defender destas são boas armas e bons amigos, e sempre que tiver boas armas terá bons amigos”.⁴⁷⁰ Maquiavel direciona a atenção do governante a este assunto e sugere a ele que, em determinadas situações, não há outro modo de agir que possa substituir o uso da força sem causar prejuízos ao seu poder. A política, sob tal perspectiva, parece ser ela mesma uma forma de guerra e, talvez por isso, quando pensamos a questão da força a partir dos textos de Maquiavel, temos a impressão de que todas as questões que dizem respeito à *virtù* se relacionam de alguma forma com ela. Um indicativo disto vem dos temas tratados neste trabalho e da forma como podem se relacionar à questão da força. Segundo Sfez, “o sujeito da ação deve também conjugar as formas da força e da astúcia, se armando das leis elas mesmas”.⁴⁷¹ Para Faraklas, pode fazê-lo pela simulação ou pela dissimulação. Mas, se é verdade que, tal como afirma Faraklas, “força e leis são os fundamentos do Estado, mas

⁴⁶⁸ FARAKLAS. *Machiavel, le Pouvoir du Prince*, p. 89.

⁴⁶⁹ SFEZ, *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 132.

⁴⁷⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 168: *Perché uno principe debbe avere dua paure: una dentro, per conto de' sudditi, l'altra di fuori, per conto de' potentati esterni. Da questa si difendi con le buone arme e con e' buoni amici: e sempre, se arà buone arme, arà buoni amici.*

⁴⁷¹ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 131.

são as armas que fundam as leis”,⁴⁷² também o é que o governante que decidir governar pelo uso exclusivo da força pode incorrer no risco de não alcançar seus objetivos principais. Sfez, a este respeito, chega a afirmar que, “em certo sentido, o *virtuoso* é a interseção entre vários aspectos da força”.⁴⁷³ Mesmo que o pensamento de Maquiavel permita uma consideração deste tipo, não nos permite pensar que o uso da força possa conduzir as ações daquele que governa.

O uso da força tem como consequência imediata o medo, e este, de fato, não é o sentimento que incomoda Maquiavel. Ao invés disso, parece ser justamente ao tratar desta questão que ele, *O Príncipe*, está mais distante dos *Specula*. É certo que o temor do governante sempre fez parte do âmbito da política, mas, ao admiti-lo como passível de ser incorporado às práticas de ações que podem melhor conduzir o governante aos seus objetivos principais, ele se distancia desse gênero de obras de aconselhamento para príncipes. No capítulo XVII d’*O Príncipe*, Maquiavel repete uma questão constantemente apresentada nesse gênero de obras: “é melhor ser temido que amado ou o inverso?”.⁴⁷⁴ Maquiavel, no entanto, responde de forma muito diversa. De acordo com ele, “a resposta é que seria de desejar serem ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tem de desistir de uma das duas”.⁴⁷⁵ A justificativa de Maquiavel para tal escolha é apresentada mais adiante. Segundo ele,

os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o

⁴⁷² FARAKLAS. *Machiavel, le Pouvoir du Prince*, p. 93.

⁴⁷³ SFEZ. *Machiavel, la politique du moindre mal*, p. 131.

⁴⁷⁴ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVII, p. 163: *Nasce da questo una disputa, s’e’ gli è meglio essere amato che temuto o e converso.*

⁴⁷⁵ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XVII, p. 163: *Rispondersi che si vorrebbe essere l’uno e l’altro; ma perché e’ gli è difficile accozzarli insieme, è molto più sicuro essere temuto che amato, quando si abbi a mancare dell’ uno de’ dua.*

qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca se abandona.⁴⁷⁶

Não podemos pensar, no entanto, que esta escolha implica a sugestão de que o governante faça uso indiscriminado da força para conseguir efetivar seus objetivos de conquista e manutenção do poder. Maquiavel parece indicar em contrapartida que, além do medo, o uso indiscriminado da força pode provocar o ódio dos súditos contra o governante. Isto, dependendo das circunstâncias, ao contrário do que se poderia pensar, pode justamente lhe criar inúmeras dificuldades para efetivar seus objetivos principais de conquista e manutenção do poder.

Vimos na seção anterior que Maquiavel considera o ódio, assim como o temor, como um sentimento forte, capaz de criar um vínculo. E, se o primeiro favorece os objetivos daquele que governa, o segundo já não o pode fazer. Um exemplo disto parece nos ser apresentado por Maquiavel quando discute a necessidade de se construírem ou não fortalezas. No capítulo XX d’*O Príncipe*, ao refletir sobre alguns de seus contemporâneos que retiraram as fortalezas de suas cidades, acaba por concluir que a utilidade das fortalezas varia segundo os tempos, porém, de acordo com ele, “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos sublevados estrangeiros que os auxiliem”.⁴⁷⁷ A gravidade de se tornar odiado pelo povo parece de alguma forma balizar o uso da força. Ou seja, o governante deve procurar não produzir situações, especialmente a partir do uso da força, que o façam contrair o ódio dos súditos. E, embora se saiba que, segundo Maquiavel, “o ódio é provocado tanto pelas boas quanto

⁴⁷⁶ MACHIAVELLI. *Il Príncipe*, XVII, p. 163: (...) *li uomini hanno meno rispetto a offendere uno che si facci amare, che uno che si facci temere: perché lo amore è tenuto da uno vinculo di obligo, il quale, per essere gl’uomini tristi, da ogni occasione di propria utilità è rotto, ma il timore è tenuto da una paura di pena che non ti abbandona mai.*

⁴⁷⁷ MACHIAVELLI. *Il Príncipe*, XX, p. 178: *Però la migliore fortezza che sia è non essere odiato dal popolo; perché, ancora che tu abbi le fortezze e il popolo ti abbia in odio, le non ti salvano: perché e’ non mancano mai a’ populi, preso che gli hanno l’arme, forestieri che gli soccorrino.*

pelas más ações”,⁴⁷⁸ parece ser possível concluir que tanto não é produzido somente pela força, como a ausência do uso da força também poderia provocá-lo. Não se trata assim de atribuir ao uso da força a possibilidade de os súditos odiarem o governante, mas este último deve saber que o uso indiscriminado da força pode provocar o ódio e impedi-lo, assim, de conquistar ou manter o poder.

Uma questão parece se fazer definitiva aqui: como e quando aquele que governa precisa ou deve se valer da força? Ao refletir sobre esta questão, podemos vislumbrar a pertinência da *virtù* como a possibilidade de lidar com a ocasião e o quanto ela se faz definitiva em todos os âmbitos que perpassam as chances de efetividade da ação do governante. Em outras palavras, a aplicação do uso da força, assim como todas as sugestões indicadas por Maquiavel a partir da análise da história e dos exemplos dos grandes homens, só pode ser percebida se nos voltarmos para a *virtù* do governante. Resta-nos então considerá-la sob seu aspecto que menos pode ser calculado, ou seja, refletir sobre a previsibilidade das consequências das ações a serem efetivadas pelo governante. Generalizando a questão acima que se restringia à força, será possível que o governante de *virtù* determine previamente a melhor ação a ser efetivada e saiba de forma precisa o que fazer para efetivar seus objetivos de conquista e manutenção do poder?

Tal como vimos anteriormente (terceiro capítulo), quando tratamos do cálculo das ações a serem efetivadas por aquele que governa, não existe a possibilidade de se fazer um cálculo absoluto das ações dos homens e, conseqüentemente, o governante não pode esperar que os resultados de suas ações coincidam com seus cálculos e previsões, mesmo que ele as tenha feito da melhor maneira possível. Este é um ponto sutil do texto de Maquiavel e, embora delicado, podemos perceber tornar-se claro a partir das várias

⁴⁷⁸ MACHIAVELLI. *Il Principe*, XIX, p. 171. *E qui si debbe notare che l'odio si acquista cosí mediante le buone opere, come le triste (...)*.

vezes em que é abordado em seu texto. Maquiavel parte do princípio de uma circularidade da história seguindo o discurso de Políbio como experiência prática desta perspectiva na antiga República Romana. Pensa então a possibilidade de repetição das ações dos homens assim como das consequências destas ações ao longo da história. Ao apontar para seu leitor a concomitância destas duas perspectivas contrárias, Maquiavel sugere procurar evidenciar que, embora não seja possível fazer um cálculo absoluto das ações dos homens, elas não necessariamente são tão aleatórias a ponto de impedir qualquer tipo de previsão.

Desse modo, podemos pensar que, mesmo não havendo a possibilidade de um cálculo seguro capaz de garantir ao governante que a prática de determinadas ações possa lhe garantir êxito em seus objetivos, ele pode guiá-las seguindo padrões observados ao longo da história se precavendo de algumas falhas comuns e observando modos de agir que no mais das vezes alcançaram resultados positivos. Em outras palavras, embora Maquiavel reconheça a impossibilidade de se prever o futuro, ele parte do princípio de que é possível planejar ações que tendem a criar melhores condições para que aquele que governa efetive a conquista e a manutenção do poder. Este planejamento, por sua vez, pode se fundamentar em dois pontos distintos, a repetição da história e a capacidade que o governante tem de adaptar seus conhecimentos dos fatos históricos às ações que planeja efetivar. Assim, uma vez admitido o pressuposto do tempo circular e, conseqüentemente, da possibilidade de repetição dos fatos históricos, resta compreender melhor como o governante deve proceder para fazer esta espécie de apropriação de um certo conhecimento dos antigos e, ao efetivar suas ações, beneficiar-se deste conhecimento a partir de uma melhor compreensão das causas e conseqüências passíveis de repetições nas coisas humanas.

Mais uma vez Maquiavel nos oferece uma metáfora. Ao abordar esta questão, ele nos sugere pensar num arqueiro que mira o alvo e precisa direcionar sua flecha para cima do alvo em uma distância proporcional à que ele se encontra deste. Inicia o sexto capítulo d’*O Príncipe* tratando da questão da imitação. Afirma que “os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possam seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a *virtù* daqueles que imitam”.⁴⁷⁹ Deste modo, os grandes homens do passado podem servir como uma possibilidade para que aquele que governa norteie suas ações. Este é um ponto da obra de Maquiavel em que o governante maquiaveliano se assemelha a um governante objeto de um *speculum principis*, ou, dizendo de forma mais direta, em que *O Príncipe* se assemelha aos *Specula*. Vimos este assunto anteriormente (no segundo capítulo) e procuramos mostrar algumas das distinções e semelhanças entre *O Príncipe* de Maquiavel e as obras desse gênero literário. Não poderíamos deixar de mencionar esta questão aqui onde temos um ponto de encontro entre os conselhos que Maquiavel dá, em especial ao príncipe novo, e os governantes alvo dos *Specula*. Ambos partem da imitação como sugestão para se pensar a ação. Muitos *Specula*, como vimos, pensam no governante como modelo para os demais cidadãos.

Maquiavel, especialmente n’*O Príncipe*, restringe-se a refletir sobre o governante que, por sua vez, pode se espelhar nas ações de um governante louvável. Segundo ele, “um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes”.⁴⁸⁰ Sabemos que muitos dos homens que Maquiavel tem em mente edificaram e sustentaram a República Romana. Sabemos também das dificuldades que enfrentaria um governante que lhe fosse

⁴⁷⁹ MACHIAVELLI. *Il Principe*, VI, p. 130-131: *Perché camminando gli uomini sempre per le vie battute da altri e procedendo nelle azioni loro con le imitazioni, né si potendo le vie d’altri al tutto tenere né alla virtù di quegli che tu imiti aggiugnere (...).*

⁴⁸⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, VI, p. 131: *(...) debbe uno uomo prudente entrare sempre per vie battute da uomini grandi, e quegli che sono stati eccellentissimi imitare (...).*

contemporâneo disposto a modificar a situação de Florença. Lá, ou onde quisesse imitar os grandes homens do passado, Maquiavel afirma que

mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.⁴⁸¹

Ao apresentar-nos esta metáfora, Maquiavel parece nos apontar uma relação possível entre as ações que o governante precisa efetivar para alcançar seus objetivos de conquista e manutenção do poder e um determinado modelo de ação. Mas, ao pensarmos um determinado modelo de ação para guiar as ações do governante a partir do pensamento de Maquiavel, encontramos muito mais dificuldades que, por exemplo, a partir dos *Specula*. A partir do pensamento de Maquiavel não existe um modelo determinado, mas exemplos que se efetivaram na história por meio das ações dos grandes homens. Não há um modelo determinado, mas vários modos de agir que podem ser adaptados ao tempo presente e ao que o governante consegue efetivar através de sua *virtù*. Talvez por isso Lefort tenha afirmado a função simbólica do herói ao pensar esta questão.

Assemelha-se, aprendemos ainda, a um arqueiro prudente que para atingir um alvo longínquo ajusta o tiro em função de um ponto de mira situado a uma altura muito maior do que a de seu objetivo. Ora, temos razão para desconfiar que um arqueiro nunca tenha podido furtrar-se a essa necessidade e que um fundador, seja qual for seu mérito, nunca tenha agido sem modelos e ainda devemos observar que, impondo à flecha um desvio, o atirador atinge perfeitamente o alvo. Assim, somos inclinados a julgar que a figura do herói é puramente simbólica, ou melhor dizendo, que a função realista dos maiores exemplos é uma função simbólica. Ao descobri-la, estamos prontos para olhar o texto com outros olhos.⁴⁸²

⁴⁸¹ LEFORT, *L'travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 363.

⁴⁸² LEFORT, *L'travail de l'oeuvre Machiavel*, p. 363.

Não nos cabe aqui pensar a fundação do corpo político, mas a passagem parece manter-se igualmente pertinente para se pensarem as ações de um governante de *virtù*.⁴⁸³ Maquiavel certamente não pressupõe um herói, mas um ator político capaz de explorar tudo o que for passível de ser planejado no campo da política. Assim, o governante que conhece a história pode se valer dos feitos dos grandes homens para inspirar suas ações e buscar, por meio delas, a mesma glória daqueles que imita.

Assim, podemos pensar que, se, por um lado, o autor sabe da impossibilidade de se prever o futuro e que a *fortuna* pode a todo instante modificar profundamente as circunstâncias e exigir que o governante modifique seu modo de agir, por outro, sabe também que, enquanto estas modificações não são introduzidas, tem mais chance de êxito o governante que planeja suas ações, ou seja, que parte do exemplo dos grandes homens do passado (que vivenciaram situações semelhantes às que a ele se impõem e se tornaram grandes homens pelo modo que conquistaram ou mantiveram o poder) e procura imitá-los adaptando suas ações ao seu tempo. É justamente por isso que refletir sobre as circunstâncias que envolvem as ações daquele que governa é tão significativo no pensamento do autor e parece ser por isso também que Maquiavel tanto se empenha em tratá-las, tendo em vista que envolvem as ações do governante de *virtù*, assim como se empenha em suas obras em apresentar exemplos dos antigos e em planejar ações capazes de conduzir o governante a seus objetivos principais.

⁴⁸³ Para Lefort ela continua válida ainda para o próprio Maquiavel. Na sequência do texto, ele afirma que “vem ao nosso espírito que o próprio Maquiavel procede como o arqueiro, que seu discurso segue o trajeto indireto da flecha e que as considerações gerais, cujo sentido procurávamos em vão, talvez sejam apenas o ponto de mira do qual é preciso regressar até o lugar do alvo” (ver LEFORT, *L’œuvre Machiavel*, p. 363).

CONCLUSÃO

Pensar a questão da *virtù* a partir do pensamento de Maquiavel parece nos remeter às formas possíveis de ação que o governante pode praticar para efetivar seu objetivo de conquista e manutenção do poder. Estabelecer esta *práxis*, no entanto, não implica uma tarefa fácil, pois a cada instante as circunstâncias podem exigir que o governante esteja disposto a modificar seu modo de agir para corresponder às novas exigências impostas por elas. Esta, de fato, não é a única dificuldade capaz de distanciar aquele que governa (ou pretende governar) de seus objetivos principais. Tendo em vista as dificuldades próprias do âmbito da política, partimos do pressuposto de que Maquiavel sugere que elas são passíveis de ser superadas pelo ator político de *virtù* tendendo a testar seus limites.

Para iniciar nossa investigação, partimos da *virtù* como conceito-chave para a compreensão da ação do governante no pensamento de Maquiavel. Apontá-la como a responsável pela identificação das ações que o governante pode efetivar e que culminam no seu êxito político foi nossa principal hipótese de trabalho. Partimos do princípio de que a *virtù* é a principal ferramenta para a inteligibilidade das ações capazes de conduzir um governante aos seus objetivos primeiros de conquista e manutenção do poder. Para provar esta hipótese, decidimos vislumbrá-la em relação aos temas clássicos do pensamento do autor. Sabemos que pensar a ação nos remete necessariamente a muitas questões relevantes, tal como aponta Maquiavel, e, ao mesmo tempo, que não se pode considerar todas elas nos limites deste trabalho. Entre as inúmeras possibilidades de circunstâncias que delimitam as ações do governante, escolhemos e nos restringimos a tratar das que consideramos serem as mais significativas no pensamento de Maquiavel. Acreditamos que as ações com chance de êxito na política dizem respeito diretamente a,

no mínimo, quatro temas: os *humores*, a *aparência* própria do âmbito da política, a *fortuna* e a *virtù*. Temas que estruturaram a elaboração do presente trabalho.

Nossa estratégia de investigação não foi partir da *virtù* e pensá-la tendo em vista cada um destes temas. Preferimos dispor a análise deste trabalho exatamente na ordem inversa. Iniciamos pelos temas que pretendíamos relacionar à *virtù* para, mais tarde, investigar a *virtù* propriamente dita e, ao final, explicitar uma possível relação entre esta última e os temas escolhidos. Tratava-se de investigar estes temas como circunstâncias das ações do governante e tentar provar que, pensados em suas formas mais críticas, ou seja, quando oferecem mais dificuldades àquele que governa, a *virtù* é requisitada como espécie de ferramenta mestre, ou seja, como a melhor possibilidade para a conquista e manutenção do poder. Acreditamos que esta disposição valorizou a análise da *virtù*, permitindo clareza maior da necessidade que o governante tem de se valer dela para prosseguir em seus objetivos e, igualmente, para compreendermos as dificuldades de lidar com as inúmeras situações próprias dos temas que escolhemos tratar aqui.

Iniciamos então o trabalho pela análise da questão dos *humores*. Assumimos o pressuposto maquiaveliano de um corpo político irremediavelmente cindido, composto por dois *humores*: povo e grandes. Procuramos compreender minimamente as relações entre eles, investigando os conflitos próprios da divisão do corpo político e as implicações destes, que resultam em formas de governo distintas. Observamos que as obras de Maquiavel parecem acompanhar estes resultados e que as dificuldades que aquele(s) que governa(m) enfrenta(m) também pode(m) variar de acordo com eles. Vimos que as ações do governante não podem ser determinadas sem a compreensão do lugar onde se inscrevem e, este lugar, por sua vez, pôde começar a ser vislumbrado pela análise dos *humores*.

No entanto, sabemos que as *praxes* daquele que governa estão circunscritas pela aparência, que, por sua vez, se inscreve no âmbito da política. Uma análise deste âmbito nos permitiu não apenas compreender melhor as dificuldades que lhe são próprias, como também delimitar o lugar do governante no corpo político. Entre outros problemas que a questão trouxe à tona, procuramos investigar a distinção entre o que o governante precisa fazer para conquistar e manter o poder e o quanto ele precisa romper com a tradição para efetivá-lo, ou seja, o quanto ele precisa deixar de corresponder às expectativas que se tem daquele que assume o poder em relação aos valores próprios da tradição na qual ele se insere. Em outras palavras, sabemos que os valores da tradição no contexto do Renascimento implicavam em grande medida as virtudes cristãs e vimos que o governante por vezes precisa agir de modo a contrariá-las. Contrariando-as abertamente, o governante pode não criar de si uma imagem apropriada àquele que governa e isto pode conduzi-lo à ruína. Entretanto, valer-se das virtudes como parâmetro para efetivar suas ações pode levá-lo igualmente à ruína. Por isso, ao agir de modo a contrariá-las, o governante deve tentar encontrar meios de disfarçar o que fez, ou, ao menos, deve evitar a fama de cometer vícios que podem fazê-lo perder o poder.

Vimos que Maquiavel aponta, se não uma possibilidade de solução definitiva desta questão, ao menos uma estratégia de ação para lidar com tais problemas. Mas talvez a lição mais importante que o autor dê àquele que governa seja que as ações dos homens não se localizam nos extremos de uma moral. E, por isso, os valores a que se submete o Estado não podem também se situar em pontos extremos. A virtude, expressão máxima dos valores cristãos, não serve ao Estado e não pode ser adotada como parâmetro moral deste. As ações humanas são, por vezes, boas, por vezes, más, e, para regê-las, para governá-las, é preciso um critério mais adequado a tais variações. Assim, porque as ações humanas não são estáveis, tal como sugere o título de um dos

capítulos de Maquiavel, segundo o qual “raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons”,⁴⁸⁴ a *verità effettuale* exige que o governante também oscile entre o “bem” e o “mal” na mesma proporção em que as circunstâncias exigem. A *verità effettuale* assim o impõe e a *virtù* o impele. Esta última, que se caracteriza como a condição de possibilidade da relação do governante com a primeira, não se caracteriza, e não pode se caracterizar, como inerte, nem ao menos como estável.⁴⁸⁵ A *virtù*, de fato, não implica aquilo que constitui a virtude, mas, da mesma forma, também não implica necessariamente aquilo que constitui o vício. Difere-se desta lógica do bem e do mal própria dos valores da tradição e que de certa forma fundamenta a perspectiva do “dever ser”. Distingue-se desta lógica especialmente porque oscila, porque varia segundo as exigências da necessidade e, por isso mesmo, serve ao Estado. Essa oscilação não deveria ser compreendida num sentido negativo, pois como vimos, em especial no segundo capítulo, é ela quem possibilita uma resistência maior daquele que a possui, assim como do Estado, no tempo.

O rompimento com a moralidade vigente é necessário, porém, difícil e, de certa forma, inovador, principalmente se considerarmos que os *Specula*, literatura ainda corrente, costumavam aconselhar os príncipes justamente a agir seguindo os valores morais da tradição cristã. Maquiavel evidencia que o terreno da política é caracterizado pela aparência, e o governante que não se atém a isto pode colocar seu poder em risco. Ao analisar esse risco, Maquiavel nos faz refletir sobre as possibilidades de um governante de *virtù*. O autor, de fato, não nos conduz a pensar que a simulação ou a dissimulação resumam as ações virtuosas daquele que governa. Podem ser essenciais dependendo das circunstâncias. Porém, estas últimas podem exigir, em vez de dissimulação, bravura, honra. Deste modo, simular e dissimular constituem parte da

⁴⁸⁴ MACHIAVELLI. *Discorsi*, I, 27, p. 258: *Sanno rarissime volte gli uomini essere al tutto cattivi o al tutto buoni.*

⁴⁸⁵ POCOCK. *The Machiavellian Moment*, p. 194.

estratégia de ação de um governante de *virtù*, que delas se vale sempre que as circunstâncias as tornem necessárias. No entanto, não podemos pensar, e o texto de Maquiavel de fato não nos conduz a isto, que o governante possa substituir definitivamente ações que demonstram, por exemplo, coragem e honra por aquelas que as simulam. Este procedimento não é próprio de um governante de *virtù* e pode, tanto quanto a ignorância do âmbito da aparência, conduzir aquele que governa à ruína. A *virtù* nos é apresentada por Maquiavel muito mais como a capacidade de oscilar (entre *praxes* tradicionalmente aceitas pela moralidade vigente ou reprovadas por ela), para efetivar uma ação em conformidade com as exigências da situação presente. Trata-se, portanto, de admitir que tais exigências podem ser atendidas, tanto por ações de coragem, de honra, por exemplo, como, inversamente, pela quebra da palavra dada.

O apelo à *virtù* do governante em um determinado corpo político pode ser maior ou menor dependendo das modificações que as circunstâncias impõem àquele(s) que efetiva(m) ações no âmbito público. Vimos que as modificações das circunstâncias são tratadas por Maquiavel como obra da *fortuna*. Esta última seria a responsável pela introdução daquilo que é imprevisível no mundo dos homens e, conseqüentemente, cabe ao governante precaver-se em relação às mudanças dos tempos sem, concomitantemente, criar qualquer pretensão de prever o futuro. Foi possível concluir ainda que formas de governo distintas demandam maneiras distintas de agir e, conseqüentemente, de reagir às variações impostas pela *fortuna*. Isto se deve ao fato de que as diferenças existentes entre os regimes implicam circunstâncias distintas para a efetividade da ação. Trata-se de uma questão complexa especialmente quando pensamos nas conseqüências das transformações de uma determinada forma de governo. Vimos que ela pode sofrer modificações a ponto de transformar-se em outra forma de organização política, e, conseqüentemente, as circunstâncias que envolvem as ações

daquele(s) que detém(êm) o poder também podem ter se modificado. Por essa razão, assim como por outros motivos, podemos pensar que conflito dos *humores* impõe certa imprevisibilidade ao governante. Analogamente ao que Maquiavel sugere em relação à *fortuna*, o governante deve procurar perceber as mudanças introduzidas e, a partir de então, adaptar-se a elas, agindo de forma a atender as novas necessidades que lhe foram postas. Em outras palavras, parece não importar se as circunstâncias foram alteradas pela *fortuna*, pelo conflito entre os *humores* ou por outros fatores. Interessa, acima de tudo, que, uma vez alteradas, o governante de *virtù* deve se adaptar a elas e procurar agir de modo a atender as exigências novas que tais modificações lhe impõem. Maquiavel sugere que a consequência da opção pela efetividade de ações que não observem o movimento aleatório das circunstâncias implica deixar-se conduzir pela *fortuna*. Ou, ainda, quando o governante não procura agir de acordo com o que lhe é imposto como necessário naquele momento, não poderá fiar-se em outra coisa além da possibilidade das graças da *fortuna*.

Ao tratá-la, no entanto, não pudemos mais evitar a questão da *virtù*. Especialmente pela sugestão de Maquiavel segundo a qual ou o governante tem *virtù*, ou fica à mercê das variações próprias da *fortuna*. *Virtù* e *fortuna* constituem o par conceitual clássico dos textos de Maquiavel, haja vista que a primeira compreende as características fundamentais que o governante precisa ter para manter o poder sem depender exclusivamente da segunda. Assim, se é verdade que a *fortuna* pode opor ao governante obstáculos por vezes intransponíveis, parece também que estes não se fazem intransponíveis enquanto a *virtù* do governante pode superá-los. Esta última configura-se como o principal instrumento de resistência às imposições da *fortuna* e, de modo geral, será possível conquistar e manter o poder enquanto a *fortuna* impuser ao

governante dificuldades que ele pode, valendo-se de sua *virtù*, contemporizar ou superar.

Ao reconhecermos a *virtù* como o principal elemento para que as ações do governante possam conduzi-lo aos seus objetivos principais apesar das variações da *fortuna*, foi preciso investigá-la. Sua investigação, no entanto, nos conduziu justamente a compreender a *virtù* do governante como uma condição de possibilidade para a efetividade da conquista e da manutenção do poder. Em outras palavras, a *virtù*, uma vez inteligível ao governante, é inegavelmente determinante para o principal objetivo apontado por Maquiavel, conquista e manutenção do poder. Mais que isto, descobrimos que a *virtù* diz respeito a todos os assuntos que tangem às ações do governante e, portanto, não poderíamos deixar de retomar os temas antes abordados e vislumbrá-los a partir de uma perspectiva provida de uma compreensão mais apropriada da *virtù*. Foi preciso refazer o caminho, para que pudéssemos ilustrar o quanto todas estas questões são interligadas e o quanto a *virtù* se destaca naquilo que diz respeito à efetividade das ações capazes de conduzir o governante aos seus objetivos principais que são, como sabemos, a conquista e a manutenção do poder.

Por este percurso, que recuperava elementos dos temas anteriormente tratados para vislumbrá-los à luz de uma compreensão mais precisa da *virtù*, pudemos, então, percebê-la como o principal meio de lidar com as variações das circunstâncias em grande medida introduzidas pela *fortuna*, de modo a resistir aos vitupérios desta última, tendo em vista a conservação do poder. Foi possível também, a partir da *virtù*, reconhecer as sutilezas próprias do âmbito da aparência e que, apesar de não se fazerem transparecer efetivamente, são elementares para que o governante possa efetivar as ações necessárias para manter seu poder. Por último, analisar a *virtù* nos possibilitou identificar o lugar do governante no corpo político e compreender melhor, por meio da

investigação dos *humores* e dos conflitos que caracterizam suas relações, as ações eficazes para manter o poder diante das dificuldades consequentes da cisão que caracteriza o corpo político. Deste modo, e acima de tudo, tendo em vista a análise das ações do governante no âmbito da política, identificamos a *virtù* como o elemento-chave para determinar as melhores ações, ou seja, as ações mais capazes de conduzir aquele que governa aos seus principais objetivos que, para Maquiavel, se constituem pela conquista e manutenção do poder.

Esperamos que esta análise tenha contribuído para a compreensão das possibilidades de ação factíveis para que o governante possa manter o poder, assim como para a compreensão do espaço da política que é próprio da *virtù* do governante. Ao analisarmos as *praxes* do governante de *virtù*, esperamos não apenas ter encontrado elementos conceituais capazes de nos proporcionar uma melhor compreensão deste assunto na obra de Maquiavel, mas também, ao visitarmos um assunto e um autor tão significativos para o republicanismo moderno, termos destacado elementos capazes de nos ajudar a compreender fundamentos de problemas do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução, introdução e notas de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 2001.

ARISTÓTELES. *Física*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: UnB, 1997.

BRUNI, Leonardo. Diálogo para Pier Paolo Vergerio. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (p.257-282).

CAESAR. *The Conquest of Gaul*. London: Penguin Books, 1982. (Penguin Classics).

CÍCERO. *Da República*. Tradução de Angélica Chiapela. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Atena, 1954.

DANTE. *Tutte le Opere*. Firenze: Sansoni, 1965.

GUICCIARDINI, F. *Opere*. Milano: Riccardo Ricciardi, 1953.

LIVY. *The Rise of Rome*. Oxford World's Classics. Oxford: Oxford University Press, 1998. 5v.

MACHIAVELLI, *Opere*. A cura di Conrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. 3v.

MACHIAVELLI. *Discorsi*. In: MACHIAVELLI, *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 1.

MACHIAVELLI. *Il Principe*. In: MACHIAVELLI, *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 1.

MACHIAVELLI. *Istorie Florentine*. In: MACHIAVELLI, *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 3.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAQUIAVEL. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAQUIAVEL. *Discursos a Primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PETRARCA, Cartas das *Familiari rerum*. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (p. 223-235).

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.

POLYBIUS. *The Rise of the Roman Empire*. London: Penguin Books, 1979. Penguin Classics.

SATUTATI, Coluccio. Invektiva contra Loschi de Vicenza. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (p.239-253).

SAVONAROLA, Girolamo. *Tratado sobre o Regime e o Governo da Cidade de Florença*. Tradução de Maria Aparecida Brandini de Boni e Luis Alberto de Boni. Petrópolis: Vozes, 1991.

TITE-LIVE. *Histoire Romaine*. Paris: Gallimard, 1968.

FONTES SECUNDÁRIAS

ADVERSE, Helton (Org.). *Maquiavel: diálogo sobre a nossa língua e discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte, 2009.

ANDRADE, Sônia Maria Viegas. Maquiavel: Execração da Tirania. *Síntese*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 79-90, 1976.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel e a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 1993.

ARANOVICH, Fontoura. *História e Política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007.

ARAÚJO, Cícero. Algumas Reflexões sobre Descartes e Maquiavel. *Transformação*, São Paulo, v. 17, p. 113-132, 1994.

ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie politique: Démocratie et Révolution*. Paris: Éditions de Fallois, 1997.

- AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Vrin/EHESS, 2005.
- BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- BARTHES, Roland. *A Aventura Semiótica*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BIGNOTTO, Newton. A Antropologia Negativa de Maquiavel. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 77-100, 2008.
- BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BIGNOTTO, Newton. A Solidão do Legislador. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 99, p. 7-38, 1999.
- BIGNOTTO, Newton. Maquiavel e o Novo Continente da Política. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998a. p. 375-407.
- BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso, 1998b.
- BIGNOTTO, Newton. Nota Metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. *Discurso*, São Paulo, n. 29, p. 111-131, 1998c.
- BIGNOTTO, Newton. A Má Fama na Filosofia; James Harrington e Maquiavel. *Discurso*, São Paulo, n. 24, p. 173-191, 1994.
- BIGNOTTO, Newton. As Transformações da Tirania. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 34, n. 87, p. 56-69, 1993.
- BIGNOTTO, Newton. *As Fronteiras da Ética*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992a. p. 113-125.
- BIGNOTTO, Newton. O Conflito das Liberdades: Santo Agostinho. *Síntese*, São Paulo, p. 327-359, v. 19, n. 58, 1992b.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BLYTHE, James M. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*. Traduction par Jacques Ménard. Fribourg Suisse et Paris: Academic Press Fribourg; Edition du Cerf Paris, 2005.

BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio (edited by). *Machiavelli and Republicanism*. Ideas in Context. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIII^e et XIV^e siècles Salomon, Alphonse X et Charles V. *Revue historique*, n. 647, p. 545-566, 2008/3.

BUCC, Philippe, Rituel politique et imaginaire politique au haut Moyen Âge. *Revue historique*, n. 620, p. 843-883, 2001/4.

BURCKHARDT, Jacob. *The civilization of the Renaissance in Italy*. New York: The Modern Library, 2002.

CAILLE, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (sous la direction de). *Histoire raisonnée de la philosophie morale et politique: Le bonheur et l'utile*. Paris: Éditions la Découverte, 2001.

CARDOSO, Sérgio. (org) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CARDOSO, Sérgio. Que República? Notas sobre a tradição do governo “misto”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CASSIRER, Ernest. *Individu et cosmos dans la philosophie de la Renaissance*. Tradução. de P. Quillet. Paris: Éditions de Minuit, 1983.

CASSIRER, Ernest. *O Mito do Estado*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.

CASSIRER, Ernest; KRISTELLER, Paul Oskar; RANDAL, John Herman Jr. *The Renaissance Philosophy of Man*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1956.

CLOULAS, Ivan. *Savonarele ou la Révolution de Dieu*. Paris: Fayard, 1994.

COLONNA d'ISTRIA, Gerard; FRAPET, Roland. *L'Art Politique chez Machiavel*. Paris: J. Vrin, 1980.

COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Hemus, 1975.

DE GRAZIA, Sebastian. *Maquiavel no inferno*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DEANE, Herbert, *The Political and Social Ideas of St. Augustine*. New York: Columbia University, 1963.

DREI, Henri. *La Vertu Politique: Machiavel et Montesquieu*. Paris: L'Harmattan, 1998.

EPSTEIN, Isaac. A Natureza da Política de Sheakespeare e Maquiavel. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 156-164, 1995.

FARAKLAS, Georges. *Machiavel: Le Pouvoir du Prince*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

FINK, Z.S. *The Classical Republicans: An Essay in the Recovery a Pattern of Thought in Seventeenth-Century England*. Wordsworth: Wordsworth University Press, 1962.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit Civil et Liberté: la politique machiavéienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Machiavel*. Paris: Tallandier, 2005.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. Ordre Conflictuel du politique: une formule ambiguë. *Multitudes*, n. 13, p. 165-175, 2003/3.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.

GARIN, Eugenio. *L'Humanisme Italien: Bibliothèque de l'évolution de l'humanité*. Traduit de l'allemand et de l'italien par Sabina Crippa ET Mario Andrea Limoni. Paris: Albin Michel, 2005.

GARIN, Eugenio. *Le Zodiaque de la Vie: Polemiques Antiastrologiques a la Renaissance*. Traduit de l'italien par Jeannie Carlier. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

GARIN, Eugenio. *Moyen Âge et Renaissance*. Traduit de l'italien par Claude Carne. Paris: Gallimard, 1989.

GERBIER. Les Humeurs du peuple et des grands. In: ZARKA, Yves Charles; MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique*. Paris: PUF, 2001.

GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in Sixteenth-Century Florence*. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1965.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1977.

GOFFI, Jean-Yves. *Machiavel*. Paris: Ellipses, 2000.

GUENÉE, Bernard. *L'Occident aux XIVe et XVe siècles*. Les Etats. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

GUERDAN, René. *César Borgia, Le "Prince" de Machiavel*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1974.

HALE, J.R. *Florence and the Medici*. London: Phoenix Press, 2001.

HALE, J.R. *Maquiavel e a Itália da Renascença*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

HALÉVI, Ran. *Les Savoir du Prince: du Moyen Âge aux Lumières*. Paris: Fayard, 2002.

HULLIUNG, Mark. *Citizen Machiavelli*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

JEHNE, Martin. *Roma nell'età della repubblica*. Traduzione di Tobia Moroder. Bologna: Il Mulino, 2008.

KLANICZAY, Gábor; KRISTÓF, Ildikó. Écritures saintes et pactes diaboliques. Les usages religieux de l'écrit (moyen âge et temps modernes). Traduit par Marie-Pierre Gaviano. Histoire, Sciences Sociales. *Annales*, 56^e année, p. 947-980, 2001/4.

KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance Thought I: the Classic, Scholastic and Humanistic Strains*. New York: Harper and Row, 1961.

KRISTELLER, Paul Oskar. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. Tradução de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1988.

LATINI, Brunetto. The Book of Treasure. In: NEDERMAN, Cary J.; FORHAN, Kate Langdon (Ed.). *Medieval Political Theory: A reader: The Quest for the Body Politic, 1100-1400*. London; New York: Routledge, 1993. p. 71-96.

LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Tradução de Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso, 1999.

LEFORT, Claude. *Le Travail de l'oeuvre: Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

LEFORT, Claude. *Les Formes de l'Histoire: Essais d'anthropologie politique*. Paris: Gallimard, 1978.

LEFORT, Claude. *Pensando o Político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução de Eliana. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MANENT, Pierre. *Histoire Intellectuelle Du Liberalisme*. Paris: Hachette Littératures, 1987.

MANENT, Pierre. *Naissances de la Politique Moderne: Machiavel, Hobbes, Rousseau*. Paris: Gallimard, 2007.

MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's New Modes and Orders: A Study of the "Discourses on Livy"*. London: Cornell University Press, 1979.

MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's Virtue*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.

MANSFIELD, Harvey C. *Taming the Prince*. New York; London: Collier Macmillan, 1989. (The Free Press, A Division of Macmillan).

MARAZZINI, Claudio. *Breve storia della lingua italiana*. Bologna: Il Mulino, 2004.

MARIETTI, Marina. *Machiavel, le penseur de la nécessité*. Paris: Biographie Payot, 2009.

MARKUS, R. A. *Saeculum: History and Society in Theology of St. Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

MARTINES, Lauro. *Abril Sangrento. Florença e o Complô contra os Médici*. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

MARTINES, Lauro. *Power and Imagination: City-States in Renaissance Italy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988.

MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The Doctrine of Raison d'État and Its Place in Modern History*. Translated by Douglas Scott. New Brunswick, New Jersey: Transaction, 1998.

MÉNISSIER, Thierry. *Éléments des Philosophie Politique*. Paris: Ellipses, 2005.

MÉNISSIER, Thierry. Le bon usage des tumults. In: MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, la politique, l'histoire: Enjeux philosophiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

MÉNISSIER, Thierry. *Le Vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2002.

- MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, la politique, l'histoire*. Enjeux philosophiques. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- MÉNISSIER, Thierry. Prophétie, politique et action selon Machiavel. *Les Études Philosophiques*, n. 66, p. 289-313, 2003/3-1.
- MERIGGI, Marco. *Gli stati italiani prima dell'Unità*. Bologna: Il Mulino, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. Note sur Machiavel. In : *Éloge de la philosophie*. Paris: Gallimard, p. 287-308, 1960.
- NICOLET, Claude. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- PAREL, Anthony J. *The Machiavellian Cosmos*. New Haven; London: Yale University Press, 1992.
- PAREL, Anthony J. *The Political Calculus: Essays on Machiavelli's Philosophy*. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 1972.
- PELLEGRINI, Marco. *Le guerre d'Italia 1494-1530*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *Fortune is a Woman: Gender & Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1999.
- POCOCK, J.G. A. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- PRICE, R. The Senses of virtù in Machiavelli. *European Studies Review*, 3, p. 315-345, 1973.
- REINHARDT, Volker. *Il Rinascimento in Italia*. Traduzione di Paolo Rubini. Bologna: Il Mulino, 2004.
- RÉLANG, André. La Dialectique de La fortuna et de La virtù chez Machiavel. *Archives de Philosophie*, v. 66, p. 649-662, 2003/3.
- RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

ROSSET, Clement. *Le réel et son double*. Paris: Gallimard, 1984.

SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1993. 2v.

SENEILLART, Michel. *Les Arts de Gouverner: Du Regimen Médiéval au Concept de Gouvernement*. Paris: Editions du Seuil, 1995.

SFEZ, Gérard. *Le prince sans qualités*. Paris: Kimé, 1998.

SFEZ, Gérard. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SFEZ, Gérard; SENELLART, Michel. *L'Enjeu Machiavel*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics. Renaissance Virtues*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. v. 2.

STRAUSS, Leo. *Liberalism Ancient and Modern*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

STRAUSS, Leo. *Natural Right and History*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

STRAUSS, Leo. *On Tyranny: (Including the Strauss-Kojève Correspondence)*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

STRAUSS, Leo. *The City and Man*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1984.

STRAUSS, Leo. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1958.

STRAUSS, Leo. *What is Political Philosophy?: And Other Studies*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1988.

STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. *History of Political Thought*. 3. ed. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

TADDEI, Ilaria, L'encadrement des jeunes à Florence au XV^e siècle. *Histoire Urbaine*, n. 3, p. 119-132, 2001/1.

TARANTO, Domenico. *Le Virtù della Politica: Civismo tra Machiavelli e gli Antichi*. Napoli: Bibliopolis, 2003.

TREPPO, Mario del. (A cura di) *Condottieri e uomini d'arme nell'Italia del Rinascimento*. Napoli: Liguori Editore, 2001. (GISEN, Europa Mediterranea – quaderni 18)

VALADIER, Paul. *Machiavel et la fragilité du politique*. Paris: Seuil, 1996.

VAROTTI, Carlo. Une écriture fondée sur l'expérience. Tradução do italiano por Marie Gaille-Nikodimov. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.

VAUCHEZ, André. L'Eglise catholique peut-elle canoniser Savonarole?: Prophetisme et sainteté. *Études*, t. 409, p. 207-217, 2008/2009.

VIALON, Marie. *Savonarole, Glaive de Dieu*. Paris: Ellipses, 2008.

VIROLI, Maurizio. *O Sorriso de Nicolau: História de Maquiavel*. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VISSING, L. *Machiavel et la politique de l'apparence*. Paris: PUF, 1986.

WEILL, Claude (Dir.) *Machiavel: le pouvoir et la ruse*. Paris: CNRS Éditions, 2008.

ZANCARINI, Jean-Claude; FOURNEL, Jean-Louis; DESCENDRE, Romain. *Estudos sobre a Língua Política: Filologia e Política na Florença do século XVI*. Campinas: Ed. RG, 2008.

ZARCA, Yves Charles (Dir.). *Raison et déraison d'État: Théoriciens et théories de la raison d'État aux XVI^e et XVII^e siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ZARCA, Yves Charles. *Figures Du Pouvoir. Études de Philosophie Politique de Machiavel à Foucault*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001a.

ZARCA, Yves Charles; MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique*. Paris: PUF, 2001b.